

DIOGO PEREIRA DAS NEVES SOUZA LIMA

**EXTENSÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DA CEDRO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2011

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T  
L734e  
2011  
Lima, Diogo Pereira das Neves Souza, 1981-  
Extensão em assentamentos rurais no estado do Rio de  
Janeiro : a experiência da CEDRO / Diogo Pereira das Neves  
Souza Lima. – Viçosa, MG, 2011.  
xiii, 206f. : il. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Marcelo Miná Dias.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 194-203

1. Extensão rural. 2. Política pública. 3. Colonização  
agrária. 4. Cooperativismo. 5. Ecologia agrícola.  
6. Trabalhadores em extensão rural. 7. Rio de Janeiro.  
I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 630.715

DIOGO PEREIRA DAS NEVES SOUZA LIMA

**EXTENSÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO: A EXPERIÊNCIA DA CEDRO**


Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, para  
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 06 de julho de 2011.

  
Prof. Marcelo Leles Romarco de Oliveira

  
Prof. Marcelo Loures dos Santos

  
Prof. France Maria Gontijo Coelho  
(Coorientadora)

  
Prof. Marcelo Mina Dias  
(Orientador)

Aos lutadores e lutadoras que não desistem nunca.

Aos sem-terra e assentados do mundo.

Ao sol.

A minha companheira Clara.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a toda a equipe da cooperativa CEDRO, especialmente ao Alexandre, ao Ney e a Vera, com também ao Ras André e ao Roninho, que me incentivavam a estudar a cooperativa.

Aos assentados do Rio de Janeiro, especialmente os de Tipity e de Floresta de Belém.

Aos entrevistados das equipes de campo que muito me auxiliaram e foram atenciosos e abertos nas entrevistas e os extensionistas que responderam minhas dúvidas, inquietações e ao questionário.

Aos assentados entrevistados e as lideranças dos assentamentos que participaram da pesquisa pela disponibilidade e atenção. Fico enormemente agradecido aos assentados que abriram a porta de suas casas e de seus corações para serem entrevistados.

Aos funcionários, funcionárias e colegas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural – DER. Um agradecimento especial a Carminha, a Anízia e a Leoni.

Aos professores e professoras da Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFV, especialmente a professora, amiga e co-orientadora France Maria Gontijo Coelho, mestra e exemplar pessoa e pesquisadora. Aos professores que participaram do projeto de pesquisa, Maria Izabel Vieira Botelho do DER e Fábio Faria Mendes, do departamento de História. Ao professor Marcelo Leles Romarco de Oliveira do programa e do DER, e ao professor Marcelo Loures dos Santos, do departamento de Educação da UFV, pela atenção e construtivas opiniões e contribuições. Aos colegas do mestrado da UFV, especialmente as amigas que ficarão para o resto da vida.

Ao professor Franklin Daniel Rothman que me orientou na primeira etapa do mestrado. Ao professor e orientador Marcelo Miná Dias, que topou essa pesquisa. Agradeço a liberdade e a tranquilidade que ele trouxe ao processo de orientação.

A família que escolhemos e a que me criou, especialmente meu pai, mãe, irmãos, amigos, amigas, minha companheira Clara e sua querida família.

Ao CNPq, que concedeu a bolsa para dedicar-me exclusivamente a pesquisa.

Ao povo brasileiro, que por meio do CNPq, financiou a bolsa concedida.

Sem estes, esse trabalho seria impossível.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	vi
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	vii
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	viii
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	ix
<b>RESUMO</b> .....	x
<b>ABSTRACT</b> .....	xii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1. O problema de pesquisa e sua justificativa acadêmica .....	5
2. O desenvolvimento, rural e sustentável e suas abordagens teóricas .....	10
3 Elementos históricos da transformação da ATER: da “extensão rural clássica” à reestruturação da extensão rural.....	14
4. Delineamento metodológico da pesquisa .....	18
<b>CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: ANTIGOS E ATUAIS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL</b> .....	23
1.1. Institucionalização das concepções de extensão rural no Brasil.....	24
1.2. Desenvolvimento, reforma agrária e formação dos assentamentos rurais .....	32
1.3. Projeto LUMIAR, PNATER e ATES: extensão e assentamentos rurais.....	38
<b>CAPÍTULO 2 - EXTENSÃO RURAL E MEDIAÇÃO SOCIAL NA REFORMA AGRÁRIA</b> .....	49
2.1. Referências teóricas do processo intervencionista .....	49
2.1.1. A mediação social.....	50
2.1.2. A mediação extensionista e suas formas de intervenção .....	55
2.1.3. A participação na ação extensionista .....	61
2.2. Critérios orientadores para análise das formas de intervenção extensionista .....	66
2.2.1. Os modelos de intervenção .....	66
2.2.2. Formação dos extensionistas .....	70
2.2.3. Estratégias de avaliação.....	73
2.3. Os assentamentos rurais e a mediação pela extensão rural: uma abordagem a partir das concepções do Programa de ATES.....	74

2.4. Extensão rural para a reforma agrária: diversidade das prestadoras de ATES.	80
<b>CAPÍTULO 3 - LUTA PELA TERRA NO RIO DE JANEIRO: CARACTERIZANDO O CENÁRIO E A CEDRO.....</b>	<b>82</b>
3.1. Tentativas de reforma agrária: a extensão rural e as fases de um assentamento.....	88
3.2. A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro: experiências de reforma agrária e caso do norte do estado.....	91
3.2.1. A Reforma agrária no estado: os assentamentos do Rio de Janeiro.....	96
3.2.2. O caso norte do estado.....	105
<b>CAPÍTULO 4 – A CEDRO E OS COOPERADOS EXTENSIONISAS .....</b>	<b>108</b>
<b>CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES ENTRE EXTENSIONISTAS E ASSENTADOS NO PROGRAMA DE ATES .....</b>	<b>133</b>
5.1. Tipity e o Núcleo Operacional da CEDRO em Campos.....	133
5.2. Floresta de Belém e o Núcleo Operacional de Itaperuna.....	147
5.3. A construção e a representação das relações entre extensionistas e assentados.....	157
5.4. Entre o pensado e o concebido no programa ATES: limites da ação extensionista...	176
<b>CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER E ATES.....</b>	<b>186</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>203</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARJ – Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro  
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa  
CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável/LDTA  
CEDRUS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Rio de Janeiro  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
DAP – Declaração de aptidão ao PRONAF  
FETAG/RJ – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MDA/SAF - Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar  
NO – Núcleos Operacionais  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PDA – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PRA – Projeto de Recuperação do Assentamento  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RB – Relação de Beneficiários  
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária  
UNACOOOP – União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Volume e porcentagem de financiamento creditício para os segmentos da agricultura brasileira	37
<b>Tabela 2</b>	Características das prestadoras de serviços de ATER do Programa de ATES no Rio de Janeiro	81
<b>Tabela 3</b>	População residente por local de domicílio e taxa de urbanização – Rio de Janeiro. 1940/2000	91
<b>Tabela 4</b>	População residente e taxa de crescimento segundo as Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro – 1940/1970	92
<b>Tabela 5</b>	Distribuição percentual, em dois momentos, dos estabelecimentos agropecuários por tamanho da área em hectares no Estado do Rio de Janeiro	93
<b>Tabela 6</b>	Assentamentos de reforma agrária do estado do Rio de Janeiro, 1960-2009	104
<b>Tabela 7</b>	Histórico das atividades e “produtos” da CEDRO	114
<b>Tabela 8</b>	Características gerais das localidades do Projeto de Assentamento Tipity	137
<b>Tabela 9</b>	Número de assentados matriculados em cursos de ensino formal de acordo com nível dos cursos e de sua distribuição nas localidades do PA Tipity	138
<b>Tabela 10</b>	Número de assentados de acordo com “séries não concluídas” e sua distribuição nas localidades do PA Tipity	138
<b>Tabela 11</b>	Posse de lotes de produção e apenas residenciais e local de moradia dos beneficiários do assentamento	142
<b>Tabela 12</b>	Quantidade de estabelecimentos de mais de 500 ha e de menos de 50 ha, com suas respectivas áreas e geração de ocupações no município de Itaperura no ano de 1996	151

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Características gerais das distintas concepções da intervenção extensionista	56
<b>Quadro 2</b>	Tipologia das formas ou modos de participação	64
<b>Quadro 3</b>	Relação dos cargos e atribuições dos Cooperados da CEDRO	120
<b>Quadro 4</b>	Características gerais dos assentamentos assessorados pela CEDRO em 2010	127
<b>Quadro 5</b>	Formação dos profissionais da CEDRO presentes nos Núcleos Operacionais e assentamentos	132
<b>Quadro 6</b>	Síntese da Avaliação com a Equipe ATES/CEDRO (2009)	183

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Escala gráfica do grau de controle do Estado e as correspondentes situações de participação	63
<b>Figura 2</b>	Mapa com a distribuição espacial dos assentamentos no Estado do Rio de Janeiro, com os temas de quantidade de famílias e atendimento de agências estatais (INCRA ou ITERJ)	101
<b>Figura 3</b>	Mapa dos Assentamentos do Estado do Rio de Janeiro	105
<b>Figura 4</b>	Mapa da região de atuação da CEDRO no Estado do Rio de Janeiro, destacando alguns assentamentos em que há prestação de serviços de ATER	115
<b>Figura 5</b>	Balanço Hídrico da Estação Itaperuna – 1961 a 1990	149
<b>Figura 6</b>	Mapa da Bacia do Muriaé e a localização do Assentamento Floresta de Belém	150
<b>Figura 7</b>	Mapa com a Organização Espacial do Assentamento Floresta de Belém	153

## RESUMO

LIMA, Diogo Pereira das Neves Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2011. **Extensão em assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: a experiência da CEDRO.** Orientador: Marcelo Miná Dias. Coorientadoras: France Maria Gontijo Coelho e Maria Izabel Vieira Botelho.

Este estudo objetiva descrever e analisar a relação entre extensionistas e assentados, focando os profissionais de uma cooperativa de trabalho que acessa políticas públicas, mais especificamente o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, direcionada exclusivamente a assentamentos, no caso estudado, no estado do Rio de Janeiro. Resgatando o histórico e a trajetória das políticas de Extensão Rural no Brasil, são expostas as disputas em torno da forma, do conteúdo e da função da mediação extensionista, assim como os conflitos que subjazem as diferentes concepções da ação extensionista e do desenvolvimento rural e sustentável. As novas referências teóricas e metodológicas da Extensão Rural, aliadas às diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, ao qual a ATES se baliza, imprimem características complexas e contraditórias, por vezes aflorando conflitos nas diferentes concepções de mediação e de intervenção em assentamentos. Utilizando a literatura sobre mediação social e ação extensionista, acompanhado de tipos e formas assumidas da prática extensionista e suas respectivas referências pedagógicas se constrói o arcabouço teórico sobre a dinâmica que se desenha com a operacionalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER em assentamentos atendidos pela Cooperativa de Consultoria e Projetos em Desenvolvimento Sustentável - CEDRO. Refletindo sobre temas presentes no cotidiano desta prática extensionista e assentamentos, especialmente sobre as formas e as conceituações sobre a participação, se baliza alguns critérios centrais da ação extensionista, com intuito de aprofundar e qualificar o debate sobre a intervenção em assentamentos rurais. O estudo tem como delineamento as premissas da Observação Participante, que apresenta a característica de utilizar o ambiente natural de interações como fonte de dados. Identificaram-se continuidades e descontinuidades ao longo do processo extensionista, expondo contradições e o alcance das práticas dos

profissionais extensionistas em confronto com os ideais, propostas e normatizações e direcionamentos dos documentos e contratos que regulam a política do Programa de ATES. Buscou-se, ao identificar a inserção dos atores que interagem na ação extensionista, expor os dilemas e conflitos que subjazem um processo extensionista, com seus limites institucionais, ao direcionar os caminhos de uma ATER que se insira em uma dinâmica ampla e qualificada de reforma agrária.

## ABSTRACT

LIMA, Diogo Pereira das Neves Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2011. **Extension in rural settlers in the estate of Rio de Janeiro: the experience of CEDRO.** Advisor: Marcelo Miná Dias. Co-advisors: France Maria Gontijo Coelho e Maria Izabel Vieira Botelho.

This study intent to describe and analyze the relationship between extension and settlers, in the work of a cooperative that access public policies, specifically the Technical Assistance Program, the Social Environmental and Agrarian Reform - ATES, exclusively directed to the settlements, in the case studied, in the state of Rio de Janeiro. Rescuing the history and trajectory of the policies of Rural Extension in Brazil, are exposed the disputes over the form, content and extension of the mediation on rural extension, as well as the conflicts that underlie the different conceptions of action in the rural extension and development. The new theoretical and methodological references of Rural Extension, together with the guidelines of the National Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, which ATES is in, print complex features and contradictory directions, sometimes in different conceptions that bring conflict on the mediation and intervention process in settlements. Using the literature on social mediation and action extension, along with types and forms assumed of the practice and their references of rural extension, we construct the theory that expose the dynamic that operate on the Technical Assistance and Rural Extension – “ATER”, served by the cooperative CEDRO – “Cooperativa de Projetos e Consultoria em Desenvolvimento Sustentável – LTDA”. Reflecting on issues that are in the practice of rural extension in settlements, especially on the forms and conceptualizations of participation, aim to deepen and enhance the debate on intervention on rural areas. The study is to outline the premises of the Observation participants, which has the characteristic of using the natural environment interactions as a data source. Were identified continuities and discontinuities along the extension process, exposing contradictions of the practice in rural extension and the action of professionals in conflict with the ideals, norms and guidelines and proposals of

the documents and agreements about the politics Program ATES. Sought, by identifying the inclusion of actors interacting in rural action extension, exposing the dilemmas and conflicts that underlie an extension process, with its institutional limits, the direct paths of an ATER that falls within a wide, dynamic and qualified agrarian reform.

## INTRODUÇÃO

Este estudo descreve e analisa o processo de assistência técnica e extensão rural (ATER) em assentamentos de reforma agrária, tendo como contexto de pesquisa distintas realidades analisadas em dois assentamentos no estado do Rio de Janeiro, fomentado por políticas públicas e operacionalizada, em caráter de terceirização e descentralização institucional, por uma cooperativa de trabalho que presta serviços de ATER por meio do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

O tema da reforma agrária e dos assentamentos rurais não é novo, assim como os debates em torno dos processos de assistência técnica e extensão rural (doravante denominado simplesmente “ATER”). Contudo, as transformações nas últimas décadas, ocorridas no mundo rural brasileiro, têm reacendido o debate sobre estas temáticas, e vêm apresentando contornos inesperados, aflorando novas formas de pensar e praticar a ATER. A reflexão proposta pela presente pesquisa, além de abordar a delicada e complexa relação de extensionistas e assentados, nos desafios da ATER, objetiva contribuir para o debate sobre processos de mudanças institucionais que envolvem o fortalecimento, por meio da ação do Estado e suas políticas, e a importância social da agricultura familiar camponesa<sup>1</sup> na dinâmica de processos de emancipação social.

O termo *agricultura familiar camponesa* vem de PLOEG (2000), que o elabora em contraponto à agricultura familiar empresarial e à agricultura capitalista. O estudo trabalha com a categoria dos assentados rurais, e para manter a sintonia acadêmica e normativa, também são considerados na ampliação conceitual e genérica de agricultores familiares. O termo *agricultura familiar* tem ampla inserção nos meios acadêmicos, nos programas de governo e nas organizações movimentos sociais e de representação política dos agricultores e trabalhadores rurais, sofrendo diferentes apropriações e resignificações, tem despontado o interesse desde a década de 1990. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, na

---

<sup>1</sup> Para aprofundamentos consultar INCRA/FAO, 2000; GUZMÁN & MOLINA, 2005; ALTAFIN, 2007. No terceiro capítulo abordaremos as fases de reconhecimento, implantação, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos. Após a consolidação dos assentamentos, os assentados perderiam suas especificidades e mudariam para a categoria genérica de agricultores familiares, contudo, normativamente, os “beneficiários de reforma agrária” (assentados) são considerados pelo Estado, em suas leis e políticas públicas, como agricultores familiares.

publicação do estudo *Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto* (INCRA/FAO, 2000), como resultado de projeto de cooperação entre o INCRA, a FAO reconhece essa categoria e se “redescobre” esse segmento, posteriormente legitimado com diretrizes normativas, em forma de lei (Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar). No campo acadêmico o conceito é constantemente fruto de reflexões analíticas e disputas, muitas vezes contrapondo ao conceito de camponês (MARCQUES, 2008). Na literatura sobre a AF se destacam estudos que consideram o conceito como uma nova categoria ou como um conceito em construção, com suas raízes históricas.

Já o conceito de *emancipação social* tem origens históricas no pensamento marxiano, na forma de emancipação humana, associado a uma concepção ampla de liberdade, acompanhada da noção de autodeterminação dos indivíduos e da sociedade. A emancipação social implica em compreender as relações de poder que subjazem as atividades humanas e por atos críticos e reflexivos, propor resistências materiais e simbólicas, inseridas em denominações como de *empoderamento*<sup>2</sup>. Um grande projeto de pesquisa, intitulado “Reinventar a Emancipação Social”, publicado entre os anos de 2002 e 2005, em quatro volumes, e organizado por Boaventura de Souza Santos, consiste em uma tentativa de reunir diferentes trabalhos sobre a democracia e a participação, a produção não-capitalista, as disputas em torno de diferentes conhecimentos, entre outros elementos que visem a emancipação social, em direção a uma *epistemologia de sul* (SANTOS, 2008). No presente trabalho, se aproxima da valorização de processos de desenvolvimento endógeno e autodeterminação dos indivíduos, comunidades e povos

Neste capítulo se introduzem as questões referentes à prática e ao surgimento da extensão rural em nosso país, no bojo do pensamento sobre o desenvolvimento e das mudanças estruturais e conjunturais do “intervir para o desenvolvimento”. Paralelo às transformações nas concepções de desenvolvimento, acompanham-se as mudanças das formas do almejado desenvolvimento intervencionista preponderantemente “vertical”, de “cima-para-baixo” e de forma hierarquizada, para um modelo mais democrático, dinâmico e complexo atento ao desenvolvimento endógeno, e sem posições pré-estabelecidas, apesar de adotar uma perspectiva mais horizontal, apoiada no diálogo e no reconhecimento mútuo do conhecimento.

---

<sup>2</sup> Para aprofundamentos consultar LUCAS e HOFF, 2007; e CANIELLES, 2008.

A extensão rural é complexa e tem diversas dimensões sociais. Do ponto de vista acadêmico, não é uma disciplina, com sua área de pesquisa e seu objeto bem delimitado, se apresenta mais como uma área de conhecimento em que estão implícitas diversas especificidades, como a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, ações pragmática, entre outras. Enfim, se apresenta como uma “área problema” (MUNIZ, 1998). A extensão rural também se apresenta como prática social e conseqüentemente como uma “instituição social”, segunda a definição de BOURDIEU (2006), em que a instituição é criada pelo reconhecimento de suas ações, é o reconhecimento público que oficializa a instituição. A instituição social exprime determinada maneira e estrutura referenciada na sociedade, com suas atitudes e projetos conflitantes e contraditórios, contudo, aspirando a universalidade; já a organização social está referida a um conjunto de meios particulares na obtenção de objetivos particulares, regidos por estratégias de eficácia administrativa, no bojo de concepções expressas por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito (CHAUÍ, 2003). O problema contemporâneo reside quando as instituições sociais públicas se resignificam em organizações sociais, transformando direitos em serviços e não mais comprometidas com as demandas e os anseios sociais.

Com o fim das experiências socialistas em países centrais (pós 1989) e a hegemonia do capitalismo mundial, a fase neoliberal dos governos tomou novo fôlego e no Brasil não foi diferente a partir dos anos de 1990. O capitalismo contemporâneo<sup>3</sup>, refém de uma ideologia de mercado supostamente a-social, se caracteriza pela fragmentação de algumas dimensões da vida social, modificação das referências identitárias e de classe, assim como , a mercantilização material, simbólica e da vida (CHAUÍ, 2003). Nos estados modernos, a ideologia política do Estado mínimo atingiu praticamente todos os países ocidentais e a re-significação de direitos sociais (previdência, saúde, educação, etc.), passaram a serem considerados serviços, modificou a relação institucional da tríade sociedade, Estado e mercado<sup>4</sup>, favorecendo as iniciativas privadas, deslegitimando e

---

<sup>3</sup> Existe uma infinidade de estudos, seja no âmbito da ciência ou da sociedade como um todo, sobre o atual momento do capitalismo mundial denominado de pós-moderno, pós-colonial, pós-capitalista, pós-colonial de oposição, pós-industrial, etc. Para aprofundar Cf. SANTOS (1989 e 2008).

<sup>4</sup> No momento atual de globalização essa tríade assume contornos mais complexos, onde as contradições do mercado no nível global assumiram posição central nas políticas e na governabilidade dos Estados nacionais, contudo o papel da sociedade civil também se re-configurou, na transformação do meio técnico e informacional, apresentando inclusive a ideia de uma sociedade civil mundial ou transnacional, para aprofundamento Cf. COHEN (2003).

descredenciando, no nível do discurso governamental prevalecente, o papel do Estado no bem-estar da população<sup>5</sup>.

Os primeiros anos do novo século apontam uma mudança, ainda que dúbia e contraditória, das orientações e do papel do Estado brasileiro na diminuição das desigualdades sociais e abre, ao menos no discurso, espaço para se impetrar a conquista de demandas sociais. No caso da extensão rural, a partir do início de 2010, com uma lei específica (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010) se institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária (PROATER), garantindo legalmente aos agricultores familiares, e conseqüentemente aos assentados de reforma agrária, comumente chamados de *beneficiários*, o direito à ATER pública.

Assim, a ATER é uma instituição que tem uma história intervencionista<sup>6</sup>, e que – apesar de suas últimas mudanças teóricas e metodológicas – tem raízes em formas de “intervir para o desenvolvimento”, pressupondo uma mudança pensada de fora, seja das agências desenvolvimentistas, dos gabinetes governamentais ou dos centros de pesquisa. É importante pontuar que desde o início, a extensão rural não esteve preocupada com as realidades heterogêneas existentes no mundo rural, nem com as experiências vivenciadas pelos agricultores (PINTO, 2005). Neste sentido, existem duas áreas que são centrais para se pesquisar, praticar e refletir sobre os caminhos da extensão rural: a educação e a comunicação<sup>7</sup> (SOBRINHO e FAGNANI, 2009), áreas disciplinares que têm contribuído muito para as reflexões sobre a prática da ATER, aliada às teorias psicogenéticas e psicossociais. Alguns estudiosos sobre o tema defendem que a extensão rural,

---

<sup>5</sup> Chauí (2003) analisa a transformação da universidade como instituição social, com suas referências republicanas de democracia, direitos e autonomia, para uma organização social, conduzida pelos ideais de eficácia e eficiência, apoiada no mercado e sem preocupação em definir sua posição nas contradições sociais. Por trás dessa mudança está a transformação do direito à educação em serviço (CHAUÍ, 2003) e em última instância, à penetração do mercado capitalista na definição da função social e nos rumos da universidade. O mesmo pode ser referido à saúde, com as condições do serviço público de saúde e o poder das empresas e das entidades de planos de saúde. Para mais informações sobre o tema Cf. DUPAS (2005), PERONI (2007) e STOTZ (2007).

<sup>6</sup> O termo intervenção está estritamente relacionado à mediação, mas não necessariamente o oposto. Apesar de intervir apresentar uma ideia de “interpor sua autoridade” a intervenção (e a mediação) também pode ter um caráter construtivista, onde se propõem a *construir* processos comprometidos com mudanças emancipadoras e construção de autonomia e autodeterminação de grupos sociais (COELHO, 2005). No terceiro capítulo aprofundaremos esta relação conceitual e sua discussão.

<sup>7</sup> Entre os primeiros trabalhos que abordam a comunicação na extensão rural está o de E. M. ROGERS, em 1962, intitulado “La comunicación de innovaciones: un enfoque transcultural”; já a extensão rural como processo educativo está presente nos primeiros documentos das Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), em 1948.

nos últimos anos, passou por transições e até por uma mudança de paradigmas, contudo, ainda não se rompeu completamente as antigas formas de se pensar e operacionalizar a prática da extensão rural (PEREIRA, 2004, DIAS, 2007, BITAR *et al.*, 2008). Contudo, existem características históricas da ATER que são fundamentais para compreender seus limites, e condicionam todo o processo extensionista. Trata-se de um serviço que sempre foi vinculado ao crédito rural e dependente do arranjo dos poderes locais, como as prefeituras; e que é, apesar de ser entendido como um processo de educação não-formal contínuo, marcado pela descontinuidade e pela pontualidade da intervenção (PEREIRA, 2004; PIMENTEL, 2007; SILVA e ARAUJO, 2008). Ou seja, de um modo geral, é um processo que está intimamente ligado às políticas voltadas ao mercado, e que, apesar do discurso de autonomia, soberania alimentar e bem-estar social, se concentra também em conter conflitos e descontentamentos. Por outro lado, a ATER também é considerada um “serviço público”, com intuito de objetivar uma política de interesse comum. Contudo, este “bem comum” tem tido dificuldades de ser internalizado pela sociedade, como, de um modo geral, pelos aparatos públicos.

### **1. O problema de pesquisa e sua justificativa acadêmica**

A política de desenvolvimento, a partir de sua visão economicista, voltou-se para o campo na forma de desenvolvimento agrícola<sup>8</sup>, marcadamente como uma política de exclusão social (MACHADO, 2010). Impôs a dinâmica de trabalho temporário no campo (GRAZIANO, 1981), a subordinação definitiva do campo à cidade (IANNI, 1984) e perpetuou o modelo de desenvolvimento desigual, contraditório e complementar<sup>9</sup> (OLIVEIRA, 1990). O processo de expansão do capital no campo, sujeitando a renda da terra ao capital, se dá pela compra e venda ou pela subordinação da produção camponesa familiar (OLIVEIRA, 1990).

Até meados da década de 1980, a extensão rural, como define FONSCECA (1985), é “um projeto educativo para o capital”, pois situa uma prática e uma instituição social com grande poder de mudança, historicamente voltada para o modelo de desenvolvimento urbano e industrial, estruturando “na ponta” do processo de subordinação do

---

<sup>8</sup> O desenvolvimento agrícola está estritamente associado às condições da produção agropecuárias, exclusivas ao sentido produtivo e a base material da produção agropecuária. Cf. NAVARRO (2001).

<sup>9</sup> O capitalismo combina formas capitalistas e não capitalistas para se reproduzir e ampliar-se no espaço (OLIVEIRA, 1990; PLOEG, 2008)

campo à cidade, modificando hábitos e práticas, em nome da produtividade e da modernidade.

A partir da Constituição Federal de 1988 tem-se na administração pública uma mudança de diretrizes constitucionais, em torno da descentralização da gestão e da execução de políticas públicas, não sendo exceção as políticas destinadas ao mundo rural. No âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e após o sucateamento das instituições federais que coordenavam o sistema brasileiro de ATER e, consequentemente das empresas estaduais que prestavam esse serviço público, tido como direito constitucional, a experiência de um projeto piloto e emergencial (Programa LUMIAR, de 1997 a 2000) reacendeu o debate sobre as práticas de ATER pública, no caso, voltadas aos assentamentos de reforma agrária.

Em 2004, com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) se reinicia o debate sobre os serviços de ATER no país, agora sob novas perspectivas teóricas e metodológicas. Em 2005, influenciado por movimentos sociais<sup>10</sup>, se desenha a Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) específica para assentamentos, com objetivo de ampliar e requalificar a forma de intervenção, abarcando, em sua concepção e desenho institucional, paradigmas multidimensionais da vida social no debate sobre desenvolvimento, não mais estando centrado exclusivamente em questões técnicas e estritamente econômicas da produção agrícola, mas expandindo, conceitualmente, o desenvolvimento para as questões sociais e ambientais da intervenção.

No caso dos assentamentos rurais, têm-se ainda outras particularidades, reflexo do público (os assentados) e da estrutura em que se encontram essas comunidades rurais<sup>11</sup>, além do papel do Estado em criar os assentamentos e necessariamente viabilizá-los, para que a política de reforma agrária tenha êxito. Assim, a ATES aparece como um programa vinculado à reforma e à reordenação fundiária; e em conjunto com um processo mais amplo da política de reforma agrária, tendo em vista a concentração de ter-

---

<sup>10</sup> O movimento social que fez essa “pressão” foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), contudo o debate sobre as especificidades de um processo de ATER é antigo, pelo menos desde 1994, para consulta Cf. ZIMMERMANN (1994).

<sup>11</sup> O conceito de *comunidade* é amplo e polissêmico, sendo utilizado para designar qualquer tipo de agrupamento ou segmento social, apresentando um dilatado escopo conceitual. Nas ciências sociais muitos estudiosos clássicos tem utilizado o conceito de diferentes formas, por vezes diferenciando do conceito de sociedade, porém o conceito (de comunidade) utilizado neste trabalho é compreendido como tendo uma dimensão de proximidade, solidariedade e sentimentos de pertencimento, abarcando subjetividades compartilhadas. Cf. PERUZZO & VOLPATO (2009).

ras, a pauperização das comunidades rurais e o inchaço das cidades, problemas antigos da desigualdade social, mas que atualmente revelam-se cada vez mais complexos e delicados de resolver.

O debate sobre as práticas da extensão rural também não é novo, mas é a partir dos anos de 1980 que algumas questões e experiências passam a incorporar novas abordagens na prática extensionista e o modelo de difundir (tecnologia e conhecimento) passa a ser questionado quanto a questões ambientais, sociais, éticas e culturais (FREIRE, 1980, COELHO, 2005). A ATER passa a ser entendida não mais como uma via de mão única, mas de forma dialética e dialógica. A questão deixa de ser “como melhor adaptar ou induzir tecnologia para produzir alimentos baratos?”, para “como melhor compreender as necessidades das comunidades rurais e do meio natural?” e assim garantir uma prática que se sustente (social, ambiental e economicamente) e garanta dignidade aos moradores do campo e preserve o meio natural.

O programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental a Reforma Agrária (ATES) nasce com esse compromisso de garantir o sucesso do processo de reforma agrária e ampliar a visão sobre o desenvolvimento destas comunidades rurais, contudo, entre o pensado e o concebido e realizado existe um fosso enorme (SILVA e ARAUJO, 2008). Agrupar dezenas, ou até centenas, de famílias em uma área, na maioria das vezes ambientalmente degradada, e conseguir que se viabilizem (social, ambiental e economicamente) não é uma tarefa das mais fáceis e se caracteriza como uma ação de médio a longo prazo, demandando acompanhamento contínuo, algo bem distante do histórico da ATER pública e da própria realidade das comunidades rurais e dos habitantes do mundo rural.

Enquanto a maioria dos estudos consultados sobre a política de ATES, ou do Programa LUMIAR, se restringe às instituições públicas (ECHENIQUE, 1998;), às instituições ligadas aos movimento sociais ou sindicatos do campo (MIRANDA, 2008; CALLOU, 1998); ou a comparar diferentes prestadoras, geralmente públicas e particulares, ligadas a diferentes instituições (SCARAMELO, 2009; PEREIRA, 2004) o presente trabalho analisa as experiências de uma cooperativa particular, relativamente autônoma<sup>12</sup> tanto das influências institucionais governamentais (algumas com seus históricos

---

<sup>12</sup> A ideia de autonomia da prestadora é afirmada nas entrevistas, o que não quer dizer que não articule e não dialogue com parceiros, como o movimento social e sindical.

“vícios autoritários<sup>13</sup>”), quanto do movimento social e/ou sindical (alguns com seu ideário messiânico e dogmático). Contudo, a ATER operacionalizada pela política de ATES da cooperativa analisada neste estudo, a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO)<sup>14</sup>, não escapa dos dilemas da extensão rural: solução tecnicista *versus* submissão das demandas do agricultor; prática educativa libertadora *versus* prática educativa tutorial; co-responsabilidade *versus* vícios institucionais fiscalizadores; construção coletiva de decisões *versus* entraves e “falta de pernas” dos atores para desencadear processos participativos mais duradouros, entre outros.

Apesar de existir coerência entre os princípios que orientam a ação da cooperativa e as diretrizes políticas nacionais da ATER, a operacionalização do serviço é complexa e problemática, por vezes contraditória e incongruente com as intenções, desejos e capacidades do público beneficiário, no caso, os assentados. Dessa forma, essa prática se apresenta repleta de particularidades, limites e desafios. O fato da instituição que operacionaliza a política ser uma cooperativa de trabalho, revela outra especificidade, tendo vista a parca disponibilidade de estudos sobre cooperativas autônomas e acima de tudo, contribui para um elemento problematizador, que envolve a mudança da tradição de um trabalho tutorial para um proposta de trabalho autônoma, que respeite a dinâmica e a concepção dos profissionais cooperados, algo que têm características positivas e negativas, como será visto a frente.

A importância de aliar o tema da Reforma Agrária com os processos de ATER se traduz em uma tentativa de desvelar questões cruciais das dinâmicas, trajetórias e estratégias que ocorrem no mundo rural e as políticas destinadas, na tentativa de qualificar o processo de emancipação social. Outra justificativa relevante é a falta de estudos e de problematizações sobre a questão agrária e principalmente sua coligação com a ATER no estado do Rio de Janeiro, que, apesar de contar (segundo o IBGE) com uma

---

<sup>13</sup>As instituições públicas no Brasil de um modo geral, e especialmente as criadas em períodos autoritários, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com suas especificidades regionais, tendem a apresentar características autoritárias, reflexos da cultura política e da “governamentalidade” das instituições públicas no Brasil. Além de serem desacreditadas, apresentam um histórico de corrupção e de falta de compromisso com a população, a qual deveria servir. Para aprofundar esse tema da cultura política, especialmente das instituições públicas no Brasil, Cf. CHAUI (2003); BOTELHO (2007).

<sup>14</sup> A Cooperativa CEDRO é uma cooperativa de trabalho e uma organização não-governamental, credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Conselho de Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (CEDRUS) para prestar o serviço de Extensão Rural, no âmbito do programa de ATES e em outras modalidades de programas públicos e está há 11 anos no estado do Rio de Janeiro realizando ATER pública e não estatal.

taxa de urbanização de 96%, a população rural corresponde a mais de 550 mil habitantes na virada do século<sup>15</sup>, o que não é um número desprezível.

O problema de pesquisa, de forma sintética, se subscorre aos desafios e limites de operacionalização do programa de ATES pela cooperativa CEDRO, analisando as estratégias, as diferentes concepções de ATER e as dificuldades e limites de uma cooperativa de trabalho na prestação de serviços que envolvem a complexidade da intervenção preconizada pela política de ATES.

As quatro hipóteses que subjazem a pesquisa são resumidas em: primeiro, os desafios do programa de ATES perpassam um conjunto de elementos e instituições que extrapolam a ação dos extensionistas; segundo, os desafios da proposta de ATES são reflexos, sobretudo, de interesses e impasses políticos e não apenas de questões metodológicas ou técnicas; terceiro, enquanto a entidade pública responsável pela ATER não incorporar sua importância como instituição social dinâmica, que garanta o direito a ATER, ocorrerá insatisfação sobre o programa de ATES e sua operacionalização plena será limitada; e quarto, os parâmetros metodológicos de operacionalização, controle e fiscalização do programa de ATES são, em parte, contraditórios com a dinâmica e a realização do trabalho proposto.

As questões que orientam a pesquisa se afirmam nos desafios e limites do programa de ATES, operacionalizado pela CEDRO. Dessa forma, quais seriam as concepções sobre o programa de ATES? Porque, apesar de existir confluência entre o preconizado pela política e o defendido pela cooperativa (no campo das intenções), se apresentam muitos limites na operacionalização e a insatisfação sobre o processo de ATER (no campo das realizações)?

A estrutura da dissertação, após esta justificativa e definição do problema, segue definindo os pressupostos de desenvolvimento que acompanha a extensão rural desde os seus primórdios institucionais. Tem-se ainda ao final desta introdução, os objetivos e as hipóteses levantadas no estudo e no item final desta introdução, descreve-se o delineamento metodológico utilizado. O segundo capítulo aborda os temas da questão agrária, do desenvolvimento e da extensão rural no Brasil, explanando o histórico da institucionalização da extensão rural no Brasil até o surgimento da política de ATES. O terceiro é

---

<sup>15</sup> Dados do censo demográfico do ano 2000 (IBGE, 2000). Torna importante pontuar que os critérios de classificação do IBGE sobre áreas urbanas e rurais são muito criticados. A maioria dos estudos aponta que o Brasil é “mais rural” do que o IBGE costuma afirmar (Cf. ALENTEJANO, 1997; VEIGA, 2004).

o recorte teórico-conceitual da pesquisa, abordando os conceitos de mediação, intervenção, prática e ação extensionista, decorrendo sobre as formas teóricas de se conceber a ATER. O quarto dá um panorama da luta pela terra no Rio de Janeiro, ao evidenciar os assentamentos no estado do Rio de Janeiro e caracteriza o trabalho da cooperativa CEDRO, que operacionaliza a intervenção da política de ATER. Já no quinto capítulo, busca-se a caracterização das experiências aprofundadas na pesquisa, ilustrando pela fala dos assentados e extensionistas da CEDRO e o sexto e último capítulo finaliza a análise sobre os limites e os desafios da política de ATER operacionalizada pela CEDRO, com algumas questões à guisa de conclusões e breves sugestões sobre a política.

## **2. O desenvolvimento, rural e sustentável e suas abordagens teóricas**

O pano de fundo do processo de modernização brasileira é demonstrado pela concepção de *desenvolvimento* que o país vem trilhando. Historicamente influenciada por economistas clássicos, a noção de desenvolvimento que estava mais ligada à ideia de “evolução” (não necessariamente linear), passa a ser entendida pela concepção de “progresso” e posteriormente de “crescimento” (FAVARETO, 2007). O termo *desenvolvimento econômico* se instala de forma definitiva na agenda dos organismos multilaterais, dos governos e das empresas privadas a partir de meados do século passado. Na passagem dos anos de 1960 a 1970, e em diante, inúmeros estudiosos e grupos de crítica social passam a questionar a ideologia de progresso e uma série de eventos fomenta a criação de adjetivações para o termo desenvolvimento: integrado, local, entre outros.

No Brasil, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e posteriormente nos governos militares (1964-1984), o desenvolvimento se traduzia por crescimento e industrialização, o que definiria um país *forte*. A acelerada urbanização e industrialização modelaram o “caminho para a modernidade”, transformando a estrutura e a cultura da sociedade brasileira, privilegiando a cidade e posteriormente o “urbano”. Essa trajetória instalou uma concepção enraizada nas pesquisas e no imaginário brasileiro de um rural atrasado, pobre e improdutivo, e sendo assim, o país, sobretudo por possuir uma “vocação agrária” (diga-se para exporta o) necessitava de uma “moderniza o do campo”. Apesar de alguns teóricos anunciarem o “fim da história” com a hegemonia do capitalismo mundial, muitas transforma es históricas e ricas

experiências estão ocorrendo no próprio capitalismo<sup>16</sup>. A visão fatídica que a cidade iria substituir o campo e o rural seria urbanizado, com o desaparecimento das populações camponesas, já vem sendo superada, pois muitos dos estudos atuais sobre o mundo rural demonstram um camponês que se reinventa, sendo dinâmico, criativo e adaptativo (PLOEG, 2008). Ao investigar as concepções de desenvolvimento, especialmente as direcionadas ao mundo rural, e em busca de um modelo mais coerente com o futuro do planeta e as gerações vindouras, se desenham adjetivos que não ficam restritos ao desenvolvimento econômico, seja dos camponeses, seja da sociedade de uma forma geral.

O termo *ecodesenvolvimento* cunhado por Sachs, no final dos anos de 1970, sinalizava a necessidade de se instituir outro padrão de relação sociedade-natureza, qual não seria direcionada exclusivamente ao crescimento econômico (ACSELRAD, 1993). Alguns anos depois, o termo foi substituído por uma ideia mais genérica, o *desenvolvimento sustentável*, contudo, logo este termo entrou em disputa e a sustentabilidade do desenvolvimento passa ser considerada por uns, como mito, ou por outros, como um argumento ideológico (FAVARETO, 2007).

A noção “oficial” de desenvolvimento se impõe como um bem para todos, de forma universal, sendo aplicado de forma uniformizante, como um modelo idêntico que propaga *desenvolver* em detrimento de diferentes situações, regimes e culturas (ALMEIDA, 1997). Cada vez mais se busca pensar e construir um modo de desenvolvimento, ou de organização social desenvolvimentista que tenha uma base mais sustentável, que seja mais incluyente, que considere os aspectos culturais e naturais. A ideia do *desenvolvimento alternativo* cria força nas discussões e políticas sociais, sendo uma abordagem teórica constituída por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais (SANTOS, 2005).

Um grupo importante de estudiosos, agregados em torno da Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-Desenvolvimento (ROCAD), vem trilhando a construção de um conceito chave, no questionamento do desenvolvimentismo hegemônico: o pós-desenvolvimento. Essa corrente defende que o desenvolvimento da humanidade existe desde o neolítico e não apenas depois da II Guerra Mundial, onde o termo desenvolvi-

---

<sup>16</sup> Porém, é importante lembrar que o capitalismo e especialmente o mercado capitalista, inevitavelmente produz desigualdades econômicas e que gera tipos de sociabilidade individualista (Cohen *apud*. SANTOS, 2005).

mento passa a significar progresso econômico. Para esse grupo<sup>17</sup> a corrida pelo desenvolvimento, aliado ao progresso com fins refletidos no caminho estadunidense, é um grande engodo e tem levado a civilização, sobretudo a ocidental, a supervalorizar a dimensão econômica e ser responsável pelos maiores problemas atuais da humanidade, como a exclusão social e a destruição da natureza. Neste sentido, o desenvolvimento real da atualidade é uma continuação do colonialismo, um empreendimento que se baseia no processo de transformação em mercadorias das relações sociais e da humanidade com a natureza (VEIGA, 2006). Em seus fundamentos está a valorização das sociedades que não se desenvolveram, a desvalorização da ideia de progresso e a crítica aos principais vetores do desenvolvimento (economia, ciência, pensamento único, meios de comunicação, etc.)<sup>18</sup>.

Quanto ao mundo rural e as políticas de desenvolvimento, tem ocorrido mudanças conceituais em função da qualificação e da intencionalidade da intervenção nas sociedades rurais, inicialmente chamado de desenvolvimento agrícola, posteriormente desenvolvimento agrário e atualmente desenvolvimento rural (por vezes, adjetivado como sustentável)<sup>19</sup>, os dois últimos são fundamentos da política de ATES. O desenvolvimento agrário engloba o desenvolvimento agrícola (ou desenvolvimento agropecuário), não mais estando centrado apenas as condições de produção, mas com abrangência em outras facetas que compõe as mudanças sociais e econômicas de longo prazo na “vida social rural”, geralmente utilizado em análises macro-sociais (NAVARRO, 2001). Segundo Navarro (2001) o *desenvolvimento rural* é uma ação articulada que busca induzir mudanças no ambiente rural, contudo essas ações e suas estratégias variam dependendo das finalidades e da conjuntura local. Assim, quase sempre, as propostas de desenvolvimento rural destacam como objetivo final a melhoria do bem-estar das populações rurais, muitas vezes mais atenta à dimensão micro-social. O conceito vem se alte-

---

<sup>17</sup> Entre os intelectuais atuais pertencentes a essa corrente, destacam-se Wolfgang Sachs, Serge Latouche e Arturo Escobar, contudo a herança intelectual da corrente se encontra em Mahatma Gandhi, Karl Polanyi, Josué de Castro, Paulo Freire, Teodor Shanin, Marcel Mauss, Michel Foucault, Eduardo Galeano, entre outros.

<sup>18</sup> Veiga (2006) propõe o termo neo-desenvolvimento, em contraponto ao novo-desenvolvimento, este último seria um roupage nova, com as adjetivações como sustentável, humano, entre outras, mas que em última instância continua preso à ideia de progresso e crescimento econômico. O neodesenvolvimentismo teria como substrato a criatividade cultural e a morfogênese social, na realização das potencialidades humanas, que satisfaçam suas necessidades e aspirações coletivas. Cf. VEIGA (2006).

<sup>19</sup> Existe uma infinidade de conceitos e adjetivações sobre o desenvolvimento no campo da sociologia do desenvolvimento, seja referido ao mundo rural ou não. Além dos já citados, é comum a utilização de desenvolvimento rural integrado e desenvolvimento de comunidades e os adjetivados por questões espaciais como desenvolvimento local, regional e territorial. Para aprofundamentos consultar o *Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural* (DIAS, 2006).

rando ao longo do tempo, conforme condicionantes da vida social e do ideário mais geral de desenvolvimento, assim pode ser analisado segundo uma “ação prática” voltada ao futuro, contudo, com estratégias múltiplas. As estratégias, como destacado pelo autor, é que são as diferenças fundamentais do modelo de intervenção, até porque o bem-estar também tem uma dimensão subjetiva e individual.

Já o *desenvolvimento social* pode ser definido como o “desdobramento de algumas potencialidades inerente ao sistema social” (STOMPKA, 1998), processo qual se refere a outras três características: sendo direcional, posterior ou aproximado de certo modelo indicado e fomentado por disposições internas do sistema. Sendo que traz alguns pressupostos como a inevitabilidade, a necessidade e a irreversibilidade da dinâmica que provoca, contudo, também é facilmente corrompida em noção mecânica, determinista e fatalista de mudança (STOMPKA, 1998). O desenvolvimento social não é passível de definição geral, pois seus conteúdos são dependentes do contexto político e das estruturas de oportunidades que afloram temas na redefinição de interesses e redistribuição de recursos (NEVES, 2008). Contudo, pode ser entendido em um campo que qualifica a intervenção segundo duas significações: primeiro, conforme uma situação de projeção de mudanças na organização social e econômica; ou em confluência com as virtudes prospectivas de mudança de segmentos populacionais específicos (NEVES, 2008). Ou seja, o desenvolvimento social se aplica segundo uma leitura e uma tomada de posição, ou segundo os interesses projetados, na valorização de características intrínsecas dos grupos, considerando essas virtudes como produtos de negociação e por vezes, imposição.

Definitivamente há uma insuficiência dos aparatos teóricos dedicados a compreender os processos de desenvolvimento, pois as teorias principais, segundo Favareto (2007) “(...) pecam ou por desconsiderar a importância do estoque e bens e recursos de que uma sociedade dispõe para estabelecer fluxos dinâmicos (...)” ou então “(...) por não explicar de onde vêm as instituições que lhes permita compô-los de uma maneira a alcançar mais bem-estar e coesão social”. E conclui, “Daí a necessidade de observar as articulações entre meio ambiente, estruturas sociais e instituições” (FAVARETO, 2007, p. 84). Neste sentido, nota-se a necessidade de considerar o conceito de desenvolvimento de forma multidimensional e multifacetada, que considere diferentes aspectos evolutivos de uma configuração histórica determinada, em busca de um ideal de projeto soci-

al que combine indicadores econômicos, sociais e ambientais, abarcando as dimensões políticas e culturais.

### **3. Elementos históricos da transformação da ATER: da “extensão rural clássica” à reestruturação da extensão rural**

Para fins deste trabalho é utilizado o termo *extensão rural* quando se refere à área de conhecimento e a instituição social que representa, enquanto é utilizado o termo ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) à prática extensionista, pois é o termo amplamente utilizado nos estudos e na política de caracterização da prática extensionista, o termo ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental) só é utilizado quando se refere à política do Programa de ATES, pois mesmo com a mudança nos atuais documentos normativos, da palavra *assistência* para *assessoria*, que, diga-se, não é apenas uma questão de semântica, a intervenção social pela assistência ainda dá o tom da relação entre o poder público e os chamados beneficiários (PEREIRA, 2004, DIAS, 2004, PIMENTEL, 2007). Contudo, como será visto à frente, a proposta atual da prática extensionista poderia também ser chamada de Assessoria Técnica e Social (PEREIRA 2004)<sup>20</sup>, implicando uma relação de parceria e horizontalidade, mas também, quando referida ao processo de estar próximo aos agricultores como *acompanhamento*, porém, não necessariamente técnico. Alguns atores (as) ainda preferem o termo *orientações técnicas* (COELHO, 2005) enfatizando o caráter dialógico e horizontal de opinar e orientar, contudo, a decisão, deve ser do agricultor. É importante destacar que as fases da implantação da extensão rural no Brasil serão abordadas mais a frente, este capítulo introdutório apenas elenca os elementos que subsidiam a extensão rural no Brasil.

A extensão rural “clássica” é fruto da concepção positivista de transformação da sociedade, e especialmente do mundo rural, pela ciência e pela tecnologia. Admitindo sua concepção nos marcos iniciais dos projetos e serviços de extensão fundamentado na teoria da difusão/adoção de tecnologia, denominado “paradigma rogeriano” (FERNANDES e BOTELHO, 2006), pertinente aos trabalhos de E. M. Rogers. Com base em

---

<sup>20</sup> A tese de doutorado de PEREIRA (2004) “*Assistência Técnica e Extensão Rural ou Assessoria Técnica e Social: Visões Opostas do Apoio à Agricultura Familiar*” defende que o termo ATER deveria ser suplantado pelo termo Assessoria Técnica e Social, sobretudo atualmente, a partir do projeto LUMIAR, pois se altera as premissas da intervenção.

Trujillo, Fernandes e Botelho (2006) compõem um quadro do que seriam as três fases, ou como chama, as três “revoluções” no setor agrícola.

A primeira revolução estaria localizada, segundo ele, na prática de rotação de culturas no século XVIII, destacando a importância dos estudos de Chayanov sobre aquele período; a segunda (...) foi conhecida por Revolução Verde, período que, nos estudos de E. M. Rogers, deveria ser o de adoção/difusão de tecnologias, perspectiva que ganha maior evidência a partir da publicação deste autor, em 1962, do trabalho “Difusão de inovações”. Por fim, a terceira fase ainda em curso, que, para Trujillo, ainda que apresente ênfase na questão tecnológica, seria marcada por dois processos antagônicos: de um lado, a crise da agricultura moderna e, do outro, o desenvolvimento de biotecnologias e tecnologias telemáticas (FERNANDES & BOTELHO, 2006, p. 14).

Destarte, durante estas transformações, os agricultores e os extensionistas foram relegados a um papel secundário. O camponês é representado e tornado um mero receptor do conhecimento científico mediatizado pelo mercado e o extensionista é ignorado em seu papel de educador, fomentando atitudes autoritárias e não-dialógicas<sup>21</sup>, apoiadas por uma concepção de ciência moderna e na institucionalização de *experts*, os quais intervêm para o desenvolvimento a partir da compreensão do real construída e estabelecida em laboratórios experimentais, geralmente voltadas para atender aos interesses corporativos específicos ou, mais genericamente, aos “interesses de mercado”, impondo com isso uma forma de desenvolvimento externa, justificada como um projeto de que erradica o “atraso” e introduz a modernidade capitalista nas relações sociais de produção no mundo rural.

Apesar da hegemonia desta concepção de interação para o desenvolvimento, o caráter educativo da intervenção vem sendo analisado e discutido há décadas. Segundo Paulo Freire, a prática extensionista necessita ser problematizada seguindo a lógica da ação-reflexão-ação, estas contribuições dialéticas e dialógicas de Freire (1980) modificaram permanentemente o pensar e o agir da extensão rural, aproximando o trabalho extensionista às concepções de práticas educativas dialógicas e emancipatórias. Neste sentido, o educador pontua, pelo “equivoco gnosiológico da palavra extensão”, o direcionamento a uma construção de saberes, em busca de uma prática educativa libertadora e não dominadora, uma prática partilhada.

---

<sup>21</sup> Fonseca (1985) faz uma análise crítica do papel da extensão rural como projeto educativo para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Aborda especialmente as intenções, objetivos e conseqüências dessa forma de intervir no trajeto de modernização do campo brasileiro e na constituição da assimetria entre mediadores e o mundo simbólico dos agricultores.

Esta “Nova Extensão Rural” (CAPORAL & COSTABEBER, 1994 e 2000), procura o “horizonte comum” e a “fusão de horizontes”<sup>22</sup> entre os conhecimentos, entre as pessoas, apontando tanto para a prática quanto para a teoria, a tentativa de ver a realidade como uma totalidade historicizada e não em fragmentos<sup>23</sup>. O trabalho de Freire (1980) propõe o estabelecimento de uma relação dialética entre os agricultores e os extensionistas, na construção de um conhecimento contextualizado em cada realidade, e assim, pressupõe a troca e a construção de saberes como forma de revalorização da cultura local. O papel do extensionista e da própria extensão rural como área de conhecimento e instituição social é valorizado e redimensionado, revelando uma dimensão estratégica e, portanto, política, pautada por responsabilidade e cuidado em sua prática e pesquisa. Assim, a reestruturação da Extensão Rural se representa como um “vir a ser”, contudo sem contar ainda com um paradigma que caracteriza a abrangência da multidimensionalidade desta prática educativa (FERNANDES e BOTELHO, 2006). Nesse sentido:

[...] a única forma de fazer com que o serviço de extensão rural realmente alcance seus propósitos de mudança e desenvolvimento no meio rural será a partir da percepção deste espaço como um espaço onde se estabelecem múltiplas relações, que estão diretamente correlacionadas e que atuam na formação de novos vínculos, e que o produtor, em suas diferentes realidades, assim como o extensionista, é um agente interventor em todo processo que ali se estrutura, não cabendo, por sua vez, o papel de coadjuvante na proposta de extensão rural (FERNANDES & BOTELHO, 2006, p. 24).

O entendimento de “novos vínculos” não se restringe às interações pessoais e objetivas, como o técnico-agricultor, mas pode-se despertar a oportunidade de repensar as relações subjetivas e intersubjetivas presentes na interação, inclusive em outras esferas da relação homem-mundo, como a relação sociedade-natureza. Os assentamentos, que para muitos agricultores inauguram formas distintas de conviver e produzir das vivenciadas anteriormente, podem apresentar oportunidades particulares de buscar e repensar formas de coexistir.

A ATER em assentamentos sempre foi destacada como uma prática complexa, delicada e conflituosa. Os primeiros estudos sistematizados remontam a década de

---

<sup>22</sup> O termo “fusão de horizontes” é cunhado por H. G. Gardemer na tentativa de reinterpretar a racionalidade moderna, centrada do método. Aparece como um conceito fundante da filosofia hermenêutica onde a verdade, historicizada, é um existencial fundamental do ser-no-mundo, para aprofundamentos, Cf. SILVA (1992).

<sup>23</sup> Na crítica aristotélica à ideia platônica do “bem”, Gardemer encontra a legitimação filosófica da experiência da verdade humana, apoiando-se na redefinição e valoração da filosofia hermenêutica, Cf. SILVA (1992).

1990, com a publicação de *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar* (MEDEIROS *et al.*, 1994), contudo um trabalho exclusivo sobre a ATER em assentamentos é apresentado por Masselli (1998), no qual identifica as contradições na relação dos assentados com os extensionistas, em práticas que ora apresentam-se como opressoras, tutoriais e ora como “libertadoras”; o técnico que por vezes é tido como “agente governamental” ao mesmo tempo em que atua como um “educador-militante” (MASSELLI, 1998). Os extensionistas que agem nestas situações encontram, na maioria das vezes, experiências qualificadas pela militância, pelo sacrifício, pela sobrevivência *a partir de migalhas*, nas palavras de Neves (1997). Estes elementos nos autorizam a afirmar que, em relação ao objeto e aos sujeitos de nosso estudo, que as questões estruturais dos assentamentos de reforma agrária, a sociabilidade construída nos assentados e a representação simbólica do processo de ATER trazem particularidades à intervenção nestes locais e, conseqüentemente, passam a demandar esforços reflexivos para a compreensão de suas manifestações.

A partir do pressuposto que o desenvolvimento e a intervenção é contextual e particular, fica latente que o “momento do assentamento”<sup>24</sup> é uma característica fundamental para compreender os desafios, as ações, os limites da ATER. As possibilidades de mudança nos assentamentos refletem em sua própria trajetória histórica, na conjuntura social, econômica e política em que se inserem essas áreas. Os “momentos do assentamento” são fruto tanto do ponto de vista mais geral, na legitimidade das políticas destinadas e reconhecimento social dos assentamentos e dos assentados, na qualidade da ação e gestão do INCRA, na efetivação das políticas financiadoras e de crédito; como do ponto de vista específico, relacionado ao perfil da gestão da associação (ou cooperativa) dos assentados, o tempo e a quantidade de famílias do assentamento, as capacidades de geração de renda, as disputas internas, o envolvimento e responsabilidade das parcerias e dos atores que atuam no assentamento (desde assentados, passando pelos extensionistas até as prefeituras), como também o perfil dos assentados, seus interesses, seus desejos e projetos de futuro (ALEIXO, 2007).

Estas características demonstram que a intervenção nos assentamentos é complexa e totalmente indeterminada a priori, ou seja, depende de acordos e colaboração construídos ao longo do processo e por meio da rede complexa de instituições, atores e

---

<sup>24</sup> O “momento do assentamento” é uma categoria-chave para entender e planejar um estudo ou uma prática em determinado assentamento, tendo em vista a multiplicidade e a diversidade de atores e situações (estruturais e conjunturais) que se encontram nestas unidades rurais.

suas intenções e interesses nos ambientes de intervenção e interação sociais. No caso de uma organização que atua em diversos assentamentos, em contextos muito diferenciados, inclusive ao longo do tempo, com a mudança política em torno da dinâmica da renovação dos agentes representativos (desde o presidente da associação, passando pelo prefeito, até o presidente da república), buscando um processo de educação não-formal, mas contínuo, os desafios e os limites são enormes. É sobre esses desafios e limites que se debruça essa pesquisa.

#### **4. Delineamento metodológico da pesquisa**

Este estudo apresenta caráter descritivo e analítico. Para tanto foram utilizados diversos procedimentos, desde pesquisa bibliográfica, documental e de campo, incluindo a realização de entrevistas, aplicação de um questionário e observação participante. A coleta de dados bibliográficos e o trabalho de campo foram feitos no segundo semestre de 2010. Muitas informações provêm de dados secundários, documentos, atas, relatórios, fichas de visita, planos dos assentamentos e do serviço de ATES prestado, elaboradas pela CEDRO. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas, aplicação de questionário e observação participante. As entrevistas foram do tipo semi-estruturadas, individuais e coletivas, com os assentados e sujeitos que participam(ram) do processo de ATER nos assentamentos que a CEDRO atende, Também foi feita uma entrevista coletiva com os funcionários do departamento de ATES do INCRA, responsável direto pela coordenação, avaliação e repasse de recursos para as prestadoras de serviço da política de ATES.

Esta pesquisa partiu das premissas da *observação participante*. Segundo Triviños (1987), essas observações caracterizam-se por utilizar o ambiente natural de interações como fonte de dados. Foca-se o *significado* que os indivíduos atribuem à realidade dos eventos sociais que vivenciam. No caso desta pesquisa o foco foi no processo de ATER em assentamentos rurais de reforma agrária. Os significados são manifestos por meio de depoimentos espontâneos ou motivados por roteiro junto a pessoas envolvidas com esse foco, direta ou indiretamente. Entre as características, Triviños (1987) destaca que esse tipo de pesquisa está atenta aos processos e não simplesmente aos produtos resultado dos fenômenos. A tendência é analisar os dados indutivamente,

sendo a principal preocupação do pesquisador voltada para o significado atribuído pelos sujeitos da pesquisa.

O interesse pela CEDRO ocorreu de forma complementar ao interesse por compreender e vivenciar a reforma agrária; e assim buscar entender os desafios de um processo de que se propõem a ser de assessoria. Destacam-se algumas particularidades importantes no estudo da CEDRO. Primeiramente o fato de ser uma cooperativa, trabalhar com princípios de solidariedade e autonomia, mas ao mesmo tempo ter uma visão crítica da organização cooperativista hegemônica, representada pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)<sup>25</sup> e, segundo, não ser determinada diretamente por um movimento ou organização social específica, apesar de ser filiada a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

O contato com a CEDRO vinha de profissionais que atuaram na cooperativa, quais demonstravam os limites, as dificuldades e o respeito por um trabalho que, dadas as condições, sempre foi desafiador. As únicas prestadoras atuais do serviço de ATES no estado são cooperativas, a CEDRO e a COOPERAR. A segunda é ligada diretamente ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e assessora assentamentos que foram desapropriados a partir da ação da organização e ação do MST. A CEDRO apresenta uma relação de diálogo, muitas vezes conflituoso, com o INCRA, autarquia estatal responsável pela ATES. Ao mesmo tempo em que é obrigada (normativamente) por contrato, a apresentar relatórios, metas e prestar contas (que garante o repasse de recursos), busca propor e modificar estratégias e formas operacionais, tornando-as mais condizente e realista com a dinâmica da cooperativa e com os processos que ocorrem nas áreas e nos grupos que assessora. O INCRA, sobretudo a Superintendência Regional 07 (SR-07), é a responsável pública direta, junto com outros órgãos estaduais, por todos os processos de credenciamento, coordenação, avaliação pública da ATES, além da autorização pelo repasse de recurso, esta relação será aprofundada adiante. O Movimento dos Trabalhadores

---

<sup>25</sup> Apesar das cooperativas surgirem no Brasil no final do século XIX, desde 1932, a partir de lei específica, os interesses do Estado e do patronato guiaram as características do cooperativismo no Brasil. A OCB, fundada em 1969 foi definida pelo Estado como a única organização que representa o sistema cooperativista no Brasil, em lei de 1971. Contudo, após a constituição de 1988 a organização passa a ser questionada quanto aos princípios empresariais e patronais, levando a disputas em torno da representação única. A partir da década de 1990, por influência de elementos presentes no tema da *Economia Solidária*, diversas cooperativas passam a questionar a OCB. Por influência de entidades como a CARITAS, FASE e IBASE e com a fundação em de outras entidades representativas do cooperativismo nacional, como a CONCRAB, em 1992, da UNISOL, em 2004 e da UNICAFES em 2005, se fortalece as cooperativas, tidas como *populares* quais questionam a contradição de cooperativismo empresarial das entidades filiadas a OCB, tidas como cooperativas *tradicionais*. Cf. OLIVEIRA (2006); SILVA (2006).

Sem-Terra (MST), assim como o trabalho da FETAG/RJ, também são instituições importantes, sobretudo na constituição e nos primeiros anos de assentamento com política de ATER, contudo, a pesquisa não intenciona debruçar-se diretamente no papel MST e da FETAG/RJ nos assentamentos assessorados.

A CEDRO assessora assentamentos antigos, na maioria que tiveram apoio e acompanhamento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG/RJ), sendo alguns com característica de regularização fundiária<sup>26</sup> e todos com processos descontínuos de ATER, e assentamentos novos, alguns dos quais só foram reconhecidos, mas não tiveram divisão oficial dos lotes. Nesta pesquisa, em função da distância com a malha urbana da capital e da concentração de áreas reformadas, optou-se por estudar áreas de assentamento do norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro.

Identificou-se a partir de critérios sobre o histórico do processo de assessoria – quando e quem acompanhou a ATER, o tempo do assentamento e de diferentes Núcleos Operacionais (NO)<sup>27</sup> da CEDRO – dois assentamentos a serem pesquisados e os extensionistas entrevistados, responsáveis diretos por estes assentamentos. A história de cada assentamento revela as diferentes realidades da luta e permanência na terra no Rio de Janeiro, associada à complexidade das diferentes formas de intervenção, em diferentes realidades. A escolha da identificação destas duas áreas se deu em um assentamento antigo do norte (Tipity, no município de São Francisco do Itabapoana), com uma sociabilidade de décadas e o qual já teve inúmeras experiências de ATER e um assentamento novo do noroeste (Floresta de Belém, no município de Itaperuna), com uma sociabilidade recente e pouco tempo de acompanhamento em experiências de ATER, ambos no estado do Rio de Janeiro. Entre os assentados foram indicados dois a três “informantes privilegiados”<sup>28</sup>, a partir de diálogo com os extensionistas, que tiveram diferentes experiências de ATER, com o trabalho da CEDRO (roteiro da entrevista em ANEXO II).

---

<sup>26</sup> Existe um debate, sobretudo quando relacionado a números, da quantidade de assentados e de famílias em que ocorreu regularização fundiária ou processos de colonização, em determinados períodos de governo. Com intuito de “inchar” os números de assentamentos, incluíram-se os moradores antigos de áreas que sofreram desapropriação. No Estado do Rio de Janeiro há pelo menos 53 intervenções fundiárias que combinaram a regularização fundiária com assentamentos e pelo menos cinco casos de serem apenas regularização fundiária, para detalhes Cf. ALEIXO (2007) e MEDEIROS *et al.* (2009).

<sup>27</sup> Os Núcleos Operacionais, na estrutura do programa de ATER, são as menores unidades de intervenção que atuam no campo, presentes no dia-a-dia dos assentamentos e responsáveis diretos por cumprir as metas acordadas.

<sup>28</sup> Os informantes privilegiados são pessoas que representam certa centralidade no acesso ao contexto social do estudo e apresentam informações privilegiadas para a pesquisa. Para aprofundamentos sobre o conceito, consultar COSTA, 2007.

Foram entrevistados cinco cooperados da CEDRO (roteiro em ANEXO I), dos quais quatro atuantes (três profissionais de campo e o gestor interno); cinco assentados (três de Tipity e dois de Floresta de Belém). Além da equipe do Departamento de ATES da Superintendência Regional INCRA do Rio de Janeiro (INCRA/SR7), em uma entrevista coletiva com três profissionais. Com o objetivo de obter a opinião de um maior número de profissionais da CEDRO foi enviado um questionário (ANEXO III) aos vinte e um (21) cooperados atuantes, somente nove (9) responderam.

As dificuldades, explícitas ou tácitas, na coleta de dados, os limites e prazos da pesquisa, redefiniram a abrangência do objeto e da metodologia utilizada. Apesar da aceitação dos informantes em participar com a pesquisa, as condições e o retorno dos dados, sobretudo o questionário, revelam dificuldades e interesses que limitaram um estudo mais profundo sobre a política da ATES e sobre os próprios objetivos definidos pela pesquisa.

Apesar da disponibilidade e da ajuda da diretoria da cooperativa, os informantes se mostraram extremamente heterogêneos quanto à quantidade e à qualidade das informações, não apenas pelo diferenciado trabalho em situações diversas, mas acredito que pela importância (ou a falta dela) que foi depositada no trabalho de pesquisa pelos próprios extensionistas. Assim como as diferenciadas experiências e formações dos extensionistas, como veremos à frente, refletem em diferentes formas de enxergar, internalizar e operacionalizar os objetivos das políticas de ATES e os desafios do processo de assessoria.

O acesso às informações, sejam bibliográficas e de relatórios foram disponibilizadas pela diretoria e pelos profissionais dos Núcleos Operacionais (NO), assim como a disponibilidade de entrevistar os extensionistas de campo, coordenadores de núcleo e o gestor do projeto ATES da CEDRO, apesar do pouco tempo e as condições das entrevistas ocorrerem, em sua maioria, em momentos de trabalho dos extensionista, não por uma opção metodológica, mas por encontrar disponíveis os cooperados somente em momentos de operacionalização do trabalho extensionista.

As primeiras entrevistas direcionaram para um estudo exploratório, focando a inserção no campo e coleta de informações a partir de informantes privilegiados. As entrevistas direcionam para o entendimento sobre o significado da assessoria e da política do Programa de ATES, as mudanças sociais ocorridas e a percepção sobre os resulta-

dos e os desafios da política do Programa de ATES. Seguidamente foram entrevistados informantes privilegiados dos assentados de cada assentamento estudado, buscando encontrar formas diferenciadas de inserção e percepção sobre o processo de assessoria.

A segunda fase, de caráter descritivo e analítico, buscou uma associação entre o histórico do processo de extensão e da política do Programa de ATES na construção do significado da assessoria, identificando nas atividades pretéritas e presentes, a forma de intervenção da cooperativa. Os atores e as interfaces aprofundadas limitaram-se aos assentados e cooperados (extensionistas locais), deixando inicialmente o aparato institucional (técnicos do MDA e principalmente do INCRA), sindicatos, organismos não-governamentais e os grupos de poder local, como atores de interfaces secundárias.

A pesquisa apresenta um escopo em perspectiva exploratória, voltada a um trabalho descritivo e analítico, focando as percepções sobre fenômenos interdependentes à prática extensionista, assim como pela situação pretérita da assessoria, confrontando as diferentes acepções provocadas pela operacionalização da ATES. Não objetiva-se um estudo de avaliação da política pública, mas sim, da percepção dos atores, diretamente envolvidos em sua implementação, sobre a mesma, qual pode resultar em uma intervenção reflexiva sobre o desencadear dos processos que a ATES provoca no assentamento.

## CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO E QUESTÃO AGRÁRIA: ANTIGOS E ATUAIS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL

Esse capítulo pretende, inicialmente, situar, a partir dos objetivos dessa dissertação, a institucionalização da extensão rural no Brasil, seus marcos políticos e os caminhos que levaram à atual da PNATER, assim com a formulação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), especialmente no estado do Rio de Janeiro. Destaca-se uma política predecessora, o extinto Programa LUMIAR, analisando com base nas diferentes avaliações sobre o programa para compreender suas relações com o atual Programa de ATES, refletindo sobre limites e dificuldades da política pública e da extensão rural em assentamentos rurais.

A proposta do capítulo é apresentar o surgimento da extensão rural no Brasil, correlacionando-o ao modelo de desenvolvimento concentrador e excludente da propriedade da terra, o qual conduz a uma “questão agrária”<sup>29</sup>. Por sua vez, essa temática sobre o campo recorrentemente aparece nos discursos e nas políticas, assim como tem sido revisitada por pesquisadores e estudiosos do mundo rural, demonstrando que é uma questão que ainda não encontrou solução e se revela com contornos atuais complexos. Uma resposta para essa questão problemática, seja fruto dos conflitos, seja da precária condição estrutural e produtiva dos agricultores familiares camponeses, assim como a falta da propriedade (ou do título que garanta seu usufruto) para agricultores expropriados da terra, os chamados sem-terra, tem sido a ação estatal referenciada em uma *política de assentamentos*, que por sua vez, gerou a necessidade de apoio e acompanhamento técnico dos agricultores assentados. Neste sentido, a implantação e a operacionalização da extensão rural, que tem mais de 60 anos, têm encarado um grande desafio: trabalhar com um público ao qual não teria experiência, nem teria tradição e que apresenta ele-

---

<sup>29</sup> O termo “questão agrária” é difundido por Kautsky (1980), em sua forma clássica, para enfatizar os impedimentos que propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital nas mudanças sociais e econômicas que ocorreram no campo com a transição do feudalismo ao capitalismo. Atualmente a “questão agrária” pode ser interpretada e trabalhada de diferentes formas, de acordo com diferentes aspectos abordados nos estudos e pesquisa sobre a realidade agrária, como a estrutura e conjuntura da propriedade da terra, assim como as relações sociais e trabalhistas que subjazem as atividades no mundo rural. Para aprofundamentos sobre o conceito, consultar STÉDILE (2005).

mentos complexos em suas particularidades como categoria social: os assentados da reforma agrária.

O histórico apoio direcionado à extensão rural, em seus contornos estatais e públicos, não tem aproximação, nem ideológica nem política, com os assentamentos rurais, não conseguindo, de uma forma geral e historicamente, encontrar resultados satisfatórios (CAPORAL, 2005 e 2007). Nos últimos anos, no contexto da criação de relações democráticas entre sociedade civil e Estado, surge a oportunidade das organizações de movimentos sociais sugerirem um programa de política pública específico para esse público de assentados. O Programa Lumiar (1997 a 2000) e posteriormente a Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES, desde 2004), referenciado na PNATER (PNATER, de 2004) tem tentado, apesar de todas as dificuldades, estabelecer uma política programática para os assentamentos rurais, apesar de a história da extensão rural no Brasil ser direcionada, em suas instituições e seu conteúdo, para outros públicos, que não os assentados ou agricultores familiares camponeses, apenas recentemente incluídos no rol dos destinatários das ações.

### **1.1. Institucionalização das concepções de extensão rural no Brasil<sup>30</sup>**

A prática extensionista, aos moldes da que se institucionalizou em nosso país, tem origem nos Estados Unidos, configurada na passagem da estrutura social escravista à estrutura mercantil e capitalista, ou seja, acompanha e fortalece a mudança dos mercados internos e locais para mercados mundiais e posteriormente globais (Mendonça, 2010). O cerne da intervenção extensionista em suas origens implicava a necessidade de “elevação do nível do conhecimento dos agricultores”, a “adoção de novos hábitos e atitudes” e o “desenvolvimento de novas habilidades produtivas” (FIGUEIREDO *apud*. FONSECA, 1985, p. 39), ilustrando a concepção de desenvolvimento que pautava a política de intervenção, na busca de extirpar o “atraso” do campo e aumentar a produtividade do agricultor. O ideário de mudar o comportamento e as práticas dos agricultores em busca de cumprir as exigências do progresso técnico e da produtividade ainda hoje, no Brasil, não foi abandonado.

---

<sup>30</sup> O trabalho de FONSECA (1985) intitulado *A Extensão Rural no Brasil, Um Projeto Educativo Para o Capital* é uma referência crítica bem documentada sobre o período de 1948 a 1974 da extensão rural no Brasil.

Historicamente, a concepção de desenvolvimento produtivista influenciou (e ainda influencia) as políticas públicas direcionadas à extensão rural. A preocupação sobre a competitividade no mercado, refletindo nas propostas de modernização técnica e a gestão racionalizada das unidades agrícolas são centrais nas iniciativas do aparato institucional, fruto de uma concepção de desenvolvimento centrado em aspectos estritamente econômicos e na racionalização custo/benefício da produção agrícola (FONSECA, 1985; ALENTEJANO 2000; PIMENTEL, 2007).

A adoção do modelo extensionista “clássico” e posteriormente do modelo “difusão-adoção” e de transferência de tecnologias ocorreu em toda a América Latina a partir da segunda guerra mundial, crescentemente por influência dos estadunidenses. Acompanhado por uma forma particular de lidar com as populações e comunidades rurais latinoamericanas, o modelo fundamentou-se em teorias da modernização que concebiam o urbano e o industrial como modelo de desenvolvimento. A intensa troca de experiências entre pesquisadores, centros de pesquisa e suas estações experimentais articulou o desenvolvimento e a adoção de técnicas agrícolas em todo o mundo. No Brasil, a crise da hegemonia das oligarquias locais e a relativa autonomia do Estado Novo do presidente Vargas, fomentou o estado na direção do desenvolvimentismo nacional “para dentro”, apostando na produção industrial e no consumo interno e marcando a mudança do poder do campo para a cidade (OLIVEIRA, 1995; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A institucionalização da extensão rural no Brasil acompanha a preocupação, sobretudo das elites urbanas, com a educação rural. Dessa forma, o movimento extensionista é idealizado como um processo de educação extra-escolar, ou de educação não-formal, onde a comunidade rural foi idealizada como uma organização social homogênea e sem conflitos, abarcando uma gama de produtores rurais como fazendeiros, trabalhadores agrícolas e os chamados “pequenos produtores” em uma categoria única: os agricultores. Para esse público foram elaborados programas que visavam a melhoria do padrão de vida, nas áreas de saúde e educação, mas sobretudo a melhoria de vida precognizada pelo aumento da produção e da produtividade agropecuária, ou seja transformar os modos de vida dos agricultores, por técnicas modernas, para assim, entrarem na dinâmica e no ritmo da competitiva sociedade de mercado (FONSECA, 1985).

Em 1948, fruto do convênio entre a AIA (Associação Internacional Americana), entidade privada do grupo Rockefeller, e o governo do Estado de Minas Gerais é fundada a ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural- Minas Gerais), entidade pri-

vada, mas que acessava recursos públicos. Já neste período aparece a união da prática extensionista ao crédito, sendo possível acompanhar o histórico da política de crédito para o mundo rural e sua correspondência aos momentos da extensão rural no Brasil, aderência que irá marcar os desafios e os limites da extensão rural até hoje (PEREIRA, 2004; PIMENTEL, 2007).

De 1948 a 1967, 17 unidades da federação contavam com a presença de associações para prestar serviço de extensão rural ligada ao crédito. Em 1956 ocorre a fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), sob forma de entidade privada e sem fins lucrativos, que passa a articular e centralizar as atividades de crédito e extensão nacionalmente. Quanto ao trabalho extensionista, com a ABCAR, perde-se parcialmente seu aspecto aleatório e improvisado, voltando-se para a “ação planejada”, baseadas em critérios racionalistas e objetivos produtivista, preconizada por técnicas modernizantes de planejamento e avaliação (FONSECA, 1985).

Com o patrocínio de entidades estadunidenses, a ABCAR faz a primeira avaliação do SIBER (Sistema Brasileiro de Extensão Rural) e gera o Plano Quinquenal (1961-1965), um documento norteador das entidades de extensão rural no país. Ao final da década de 60, o SIBER e a ABCAR contavam com a filiação de 21 associações de extensão e crédito rural, com 1028 escritórios locais e 138 escritórios regionais. O sistema contava com a cooperação de governos federais, estaduais, municipais, entidades privadas, instituições de crédito e órgão de desenvolvimento regional (RIBEIRO *apud*. PIMENTEL, 2007). O público das instituições de extensão começara a modificar, os “mais aptos”, ou seja, os mais capitalizados, passam a ser o público principal dos programas de assistência técnica e extensão rural. Um modesto e disperso, porém socialmente abrangente instrumento institucional de serviço de extensão rural, voltada ao mercado, estava modificando substancialmente as práticas, o ideário e o cotidiano nas populações rurais. O que mais tarde iria se chamar de “revolução verde” já tinha seu instrumento de difusão no campo, atuando na produção e modificando relações de trabalhistas e culturais.

No entender de QUEDA (1987), à extensão rural no Brasil coube uma tarefa contraditória: ao mesmo tempo que impulsiona e difunde um novo modelo de produção, antes sob domínio do agricultor, agora orientando agora pela lógica da eficiência capitalista, ela passa a administrar as conseqüências deste modelo de produção. Segundo o autor, esta proposta apresenta um caráter essencialmente ideológico, na elaboração e

difusão de uma “visão de mundo” junto aos agricultores, marcada por técnicas modernas de produção e grande variedade de bens de consumo. A ideologia por trás deste projeto educativo privilegiou um trabalho direcionado para a formação de consumidores, não de cidadãos (QUEDA, 1987; FONSECA, 1985). A ligação entre a dinâmica da prática extensionista ao crédito, já consolidada, cria um mecanismo, objetiva e subjetivamente, que preconiza um modelo voltado para a produção e eficiência, por vezes condicionando o agricultor a produção direcionada à lógica do mercado capitalista.

A política expansionista do crédito agrícola na década de 1970 aumentou exponencialmente a demanda por insumos, criando espaço para o chamado Complexo Agroindustrial (CAI), consolidando o êxodo rural e expandindo as fronteiras agrícolas, as quais obedeciam aos propósitos da modernização da agropecuária no país. Mesmo o crédito sendo o viabilizador da adoção de tecnologias nas propriedades rurais, muitas vezes acaba por ser um fim em si mesmo, pois é comum o recurso não ser aplicado no fim descrito (MÜLLER, 1989).

A fundação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1975 é uma resposta do governo nacionalista e ditatorial para organizar a prática da extensão rural como programa nacional estatal. Concomitantemente, com a descentralização das estruturas administrativas, são criadas as EMATER (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) nos estados. Com a queda do regime militar no Brasil e a onda neoliberal que retornou com força, principalmente nos países latinoamericanos, onde, desde o começo dos anos de 1980 até meados dos anos 1990, se intensifica o sucateamento do aparato institucional público de extensão rural (DIAS, 2004; PEREIRA, 2004; PETTAN, 2010), sendo o marco no Brasil, o desmantelamento da instituição de serviço no âmbito federal, e a extinção da EMBRATER no governo Collor de Mello (1990-1992).

A falta de iniciativas de políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública seguia os rumos de desenvolvimento rural modernizante, no bojo do neoliberalismo, valorizando os mais capitalizados, as grandes propriedades privadas e as cadeias agroindustriais. O sistema nacional de ATER pública fica cada vez mais abandonado no contexto político nacional. A ATER pública ficou relegada às iniciativas de instituições estaduais, muitas delas defasadas e com condição de infraestrutura precárias; ou a raras experiências alternativas de desenvolvimento rural, conduzidas princi-

palmente por organizações não-governamentais – ONGs (DIAS, 2004). A partir de 1995, as empresas estaduais de ATER passam a disputar os escassos recursos de crédito que poderiam ser acessados por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Fora do âmbito governamental, ocorria uma forte influência de experiências apoiadas por projetos internacionais de cooperação técnica, com a participação de ONGs, sindicatos de trabalhadores do campo, trabalhadores sem terra e do movimento eclesial (DIAS, 2004). Esses grupos, ao problematizarem o papel do estado no processo de modernização e difusão tecnológica, objetivavam métodos inovadores de pesquisa e desenvolvimento rural. As experiências a partir nos anos de 1980, não só no âmbito da ATER, como em outras estratégias de intervenção social, passam a valorizar formas de participação e análise da realidade com metodologias integradoras, participativas e reflexivas.

No trabalho de Alan ROGERS (1995) destacam-se as significativas mudanças nas práticas e nas idéias de extensão rural em todas as suas formas (como as questões de saúde, de desenvolvimento rural e comunitário, etc.), reflexo da mudança dos conceitos teóricos de *desenvolvimento*, atualmente abordando enfaticamente a questão da participação. Esse autor argumenta que a extensão rural pode ser diferenciada em gerações, que são caracterizadas de acordo com as concepções atribuídas às relações entre pesquisadores, extensionistas e agricultores, tendo como contexto os distintos processos de geração e comunicação de conhecimentos. De acordo com o referido autor, passamos de uma abordagem diretiva para uma abordagem interativa, embora características de ambas (e também da abordagem reativa) permaneçam com capacidade de orientar a ação extensionista.

A primeira geração é centrada na pesquisa, envolvendo a transferência de informações e conhecimentos (denominada pelo autor de abordagem diretiva), baseada em um modelo hierárquico em qual o técnico (*expert*) exerce seu poder de impor as soluções previamente escolhidas. As limitações desta abordagem estão cada vez mais evidentes, principalmente porque a motivação extensionista parte sempre do mediador, nunca do mediado, sendo dessa forma, considerada uma abordagem obsoleta em algumas práticas extensionistas (ROGERS, 1995). O outro problema ressaltado pelo autor é que existe um fosso entre os problemas diagnosticado pelos técnicos e as reais necessidades dos agricultores. Como falar de um problema se o grupo (ou os indivíduos) está

preocupado com outras questões que consideram mais urgentes ou relevantes? Assim, é diagnosticado que “eles não querem melhorar sua situação”, “são desmotivados e desinteressados”, entre outras prerrogativas autocentradas. Esta abordagem ainda é amplamente aplicada nos programas de extensão rural, assim como nos programas de saúde (ROGERS, 1995).

Já a extensão de “segunda geração” (também chamada pelo autor de abordagem reativa) é mais atual e ao invés de tomar como ponto de partida as descobertas dos pesquisadores e transmiti-las aos agricultores, ou receptores (nas palavras de CASTRO, 2003), o extensionista deve partir das realidades vivenciadas por esses agricultores, do conhecimento que os mesmo têm e das lacunas desse conhecimento cotidiano. Contudo, como afirma o autor:

Essa abordagem tornou-se ideologia orientadora de práticas da extensão rural. Os novos temas são “responder às necessidades” e “os agricultores em primeiro lugar” [...] Essa abordagem reativa parece resolver os problemas de motivação, pois parte das preocupações imediatas dos agricultores (ROGERS, 1995, p. 6).

Contudo, o autor destaca que esta abordagem tem pelo menos dois problemas, ao transformar a mesma em dogma. Primeiro, pode não deixar espaço para que a agência de extensão comunique as ações e informações que acha importante, ou seja, mesmo que os agricultores achem mais importante resolver um determinado problema que lhes pareça mais urgente, existem problemas que a instituição extensionista deve promover como importante e que apenas colocar “o agricultor em primeiro lugar” pode mascarar ou desviar problemas que a instituição extensionista deve estar atenta à resolução. A outra questão levantada pelo autor é que mesmo que se afirme no discurso a prioridade das informações dos agricultores, se mantém intacto o modelo de transferência de informação.

Os extensionistas de segunda geração pedem aos agricultores que identifiquem seus problemas e então saem pra buscar soluções, geralmente voltando logo depois com as respostas prontas. A abordagem que parte da demanda continua a ter um caráter geral negativo, afinal o papel dos agricultores é muito limitado. O papel do agricultor, nessa abordagem orientada pela demanda é identificar problemas, colocar questões (questões relevantes para ele, mas ainda tão somente questões) e nunca oferecer soluções. Depois que o extensionista traz a resposta, há pouca oportunidade de escolha para o agricultor. Como resultado, pode haver aumento da dependência em relação ao extensionista e eliminação das maneiras tradicionais ou costumeiras com que esse agricultor resolve seus problemas e aprende a conduzir seus sistemas de produção (ROGERS, 1995, p. 7)

Dessa forma os agricultores ficam com a sensação de não conseguirem resolver suas dificuldades, considerando-os como pessoas “carentes” e com “escassos recursos”,

apenas contribuindo no processo ao expor suas demandas e necessidade. A partir dessa problematizações, nota-se que existe uma grande complexidade na prática extensionista. Assim, ROGERS (1995) propõe, com base nos enfoques atuais do aprendizado de adultos, uma abordagem da extensão rural de terceira geração, como forma de direcionar à afirmação de um modelo alternativo. As premissas do autor são de duas ordens e poderiam dialogar com o trabalho de FREIRE (1974 e 1985): primeiro, o conhecimento não pode ser transferido. Ele se constrói em diálogo com o conhecimento dos outros; segundo, todos aprendem durante a vida inteira, ou seja, o aprendizado é contínuo, os agricultores já estão na busca de resolver seus próprios problemas sem a ajuda de outros, e assim desenvolvem, ao longo de suas experiências, estilos, estratégias que lhe parecem adequadas.

Esta abordagem (de terceira geração) afirma não apenas que os agricultores têm muitos conhecimentos (ao contrário da primeira), como afirma que os agricultores já possuem formas tradicionais de resolver seus problemas (ao contrário da segunda).

Essa abordagem pretende, portanto, reforçar os costumes e as redes de relações de aprendizado. Também procura não aumentar a dependência dos agricultores em relação ao extensionista, mas ajudá-los a serem ainda mais capazes de gerar conhecimentos, tornando-os mais independentes. Ao invés de trazer respostas (atividade tradicional dos extensionistas que oferecem “ajuda”), a extensão de terceira geração procura incentivar e ajudar os agricultores em seu próprio caminho para a criação de conhecimentos, caminho esse que passa por questionamento, análise e teste de soluções para seus próprios problemas (ROGERS, 1995, p. 6).

O autor afirma ainda que essa abordagem interativa requer um tempo maior de interação e envolve um trabalho de capacitação profundo, além de demandar uma maior quantidade de recursos para a criação de espaços de troca e construção de conhecimento e intercâmbios entre os extensionistas e os próprios públicos destinatários das ações. Contudo, se revela uma atividade mais realista e condizente com uma intervenção extensionista ampla e que gere resultados esperados e mais condizentes com os anseios dos grupos e dos atores envolvidos.

As mudanças de concepção da extensão rural estão relacionadas às mudanças nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Neste sentido, pode-se afirmar que a “missão” da extensão rural muda ao longo do tempo. Enquanto em um primeiro momento, os pesquisadores e extensionistas estavam mais próximos do agricultor, trabalhando com eles em campo, pesquisando e adaptando as práticas extensionistas, no segundo momento, caracterizado como “difusionista” e associado à política de modernização agrícola (RODRIGUES, 1998), o pesquisador se afasta do extensionista e do a-

griculator, vislumbrando a adoção de tecnologias, agora mais como mercadoria, determinando o uso da pesquisa como promotora e incentivadora do consumo de pacotes tecnológicos, considerando a tecnologia um fim *per si*. O terceiro momento ainda é incipiente, contudo, nota-se uma reaproximação teórica entre pesquisa e extensão e entre estudiosos, extensionistas e agricultores.

A separação entre modelo difusionista inovador (década de 50 e 60) para o modelo de transferência de tecnologia (décadas de 60 e 70) marca a mudança do público da extensão rural. No primeiro, o trabalho extensionista era direcionado para pequenos e médios produtores, contudo, com o sucessivo processo de expropriação, o modelo perde sentido e a extensão rural se concentra em uma visão de transferência de tecnologia orientada apenas ao aumento da produção, direcionada agora aos grandes e médios produtores (SCHIMITZ, 2010). A influência das grandes empresas produtoras de insumos e o investimento pesado em pesquisas direcionadas ao mercado, nos moldes do discurso da eficiência e produtividade, marcam essa nova institucionalidade da extensão rural no Brasil. Para que ocorresse o sucesso da modernização conservadora, imputaram-se elevados custos sociais e ambientais, como exemplo, um dos principais objetivos da extensão, fixar o homem no campo, ocorreu justamente o inverso, fortaleceu sua saída (FONSECA, 1985; CAPORAL, 2000).

Há cerca de 30 anos, com a luta pela redemocratização através de diversos setores da sociedade civil e as mudanças políticas institucionais com o fim da ditadura e a nova constituinte, começa-se a questionar os objetivos da extensão rural e modifica-se mais uma vez o seu público. As propostas de planejamento participativo, a importância do saber dos agricultores e a troca de conhecimento entre pesquisadores, extensionista e agricultores, com a influência de princípios educativos construtivistas são proposições que ficaram no nível do discurso e o repensar da extensão rural não evitou seu desmantelamento (SCHIMITZ, 2010)<sup>31</sup>. Desde então, os métodos de inovação e as metodologias empregadas na extensão rural têm sofrido rápidas mudanças. Um elemento marcante é o questionamento quanto à separação entre pesquisa e extensão, assim como a discussão sobre a participação dos agricultores e suas organizações, “partindo da idéia que as inovações devem ser conduzidas pelos próprios agricultores em diálogo com os técnicos” (SCHMITZ, 2010, p. 109).

---

<sup>31</sup> O autor destaca que algumas exceções podem ser identificadas nesse trajeto, a exemplo de algumas ONG e poucas empresas estaduais, as chamadas EMATER. Ressalta também que até onde se unificou a pesquisa e a extensão rural em uma única instituição, internamente ainda ocorria a separação.

O crescente aumento dos movimentos sociais do campo após a chamada redemocratização, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, fundado em 1985 no sul do país), aliado aos dramáticos massacres de Corumbiara (Rondônia, em 1995) e de Carajás (Pará, em 1996) reacendeu o debate sobre a reforma agrária e estimulou o andamento das políticas públicas para o campo, chamando atenção para uma antiga, mas praticamente invisível, categoria de agricultores: os “sem-terra”. A política de criação dos assentamentos rurais estabeleceu áreas complexas, reunindo diversos públicos e suas diferenciadas experiências na tentativa resolver os conflitos do campo. Contudo, a conquista da terra é apenas o começo de uma luta que visa viabilizar uma vida digna nos espaços rurais (MEDEIROS & LEITE, 2009).

## **1.2. Desenvolvimento, reforma agrária e formação dos assentamentos rurais**

A modernização no campo brasileiro, acompanhada pelo modelo excludente de desenvolvimento, centrado nas grandes propriedades de terra, na concentração fundiária e na produção voltada ao mercado externo criou um cenário socialmente desigual, com relações trabalhistas degradantes e ambientalmente destrutivas. As mudanças das fases e faces da extensão rural acompanharam essa concepção de desenvolvimento (DIESEL *et al.*, 2002).

A possibilidade de desapropriação por interesse social, mediante o pagamento em títulos da dívida agrária, é normatizada desde 1964 (Lei de Terras, de 1964) e é uma prerrogativa do governo federal. Contudo, já apareciam possibilidades de intervenção dos governos estaduais para obtenção de terras. Nos anos 1980 os governos estaduais passaram a intervir de forma mais recorrente na questão fundiária, utilizando instrumentos como a desapropriação por utilidade pública; na criação de fazendas experimentais e colônias agrícolas; mudando o desenho do aparato institucional em diferentes estados da federação; com a criação de organismos voltados ao trabalho com a questão agrária; e com a criação de órgãos públicos como os Institutos de Terras e secretarias especiais (MEDEIROS & LEITE, 2009).

Os debates sobre a reforma agrária<sup>32</sup>, parcialmente interrompidos pelo golpe de estado e a ditadura militar durante mais de 30 anos retomam após um novo contexto de relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade civil, com a constituinte de 1988. O tema da reforma agrária é comumente revisitado por estudiosos do Brasil e do mundo. Os modelos, os logros e fracassos das experiências são alvo de constantes debates em todos os países, como no caso do Japão, da Indonésia; e, como exemplos latino-americanos, o caso do México, do Peru, da Bolívia e da Venezuela. Mesmo nos países historicamente capitalistas, ferrenhamente defensores do livre mercado, a reforma agrária, em suas diversas modalidades foi discutida e implementada segundo as possibilidades conjunturais e contextuais<sup>33</sup>, principalmente da política e da economia.

No Brasil, durante o período chamado de “redemocratização” foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Sarney em 1985, sendo uma tentativa frustrada de camuflar os conflitos no campo, reflexo da força da articulação política dos representantes dos grandes fazendeiros (GT-AGRÁRIA, 2007). A partir deste documento (PNRA), e posteriormente com o acirramento dos conflitos em torno da luta pela terra, o governo federal tem retornado a legislar e executar processos de assentamento em todos os estados da federação<sup>34</sup>. Como as intervenções em torno da criação de assentamentos determina um local, ligado a uma municipalidade e dentro de uma unidade federativo, este rearranjo tem reflexo nos desafios que a esfera local do poder público tem enfrentado, por vezes apresentando uma disputa política, principalmente nos anos iniciais de assentamento, entre as novas demandas que esse conjunto de atores estabelece (LEITE *et al.*, 2004; MEDEIROS & LEITE, 2009).

[...] se, num primeiro momento, os assentamentos apareciam como verdadeiros enclaves sociais, sob restrita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma ampliação dos campos de força com quem

---

<sup>32</sup> A Reforma Agrária pode ser definida como um conjunto de medidas políticas, econômicas, sociais e normativas, com objetivo de modificar a estrutura da propriedade e produção em áreas rurais, com intuito de solucionar problemas de concentração fundiária, produtividade agrícola, assim como a especulação imobiliária que desestimula ou impede o seu uso produtivo. É importante ressaltar que a forma de se fazer a Reforma Agrária está em disputa, seja por concepções de “reforma agrária popular” seja a “reforma agrária de mercado”. Para aprofundamentos sobre o as tentativas de reforma agrária no mundo e especialmente na América Latina, consultar Leite & Ávila (2007). Já sobre o difícil diálogo em torno da reforma agrária no Brasil, consultar Martins (2000). Sobre as tentativas de reforma agrária de mercado, estimuladas por organismos multilaterais, consultar Sauer & Pereira (2005).

<sup>33</sup> É importante ressaltar que reforma agrária não é uma política restrita a países com tendências socialistas ou social democratas. Inclusive, o Banco Mundial, entidade multilateral defensora do mercado livre global, tem sinalizado a importância da Reforma Agrária para o desenvolvimento dos países “em desenvolvimento”, a chamada Reforma Agrária de Mercado (SAUER & PEREIRA, 2005).

<sup>34</sup> Para aprofundamentos sobre as leis do direito agrário relativos à extensão rural e os assentamentos, consultar Peixoto (2008).

podem dialogar, disputar atenção ou mesmo se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente. Isso se torna particularmente visível no momento em que, colocada como bandeira organizadora das demandas de diferentes movimentos sociais, a reforma agrária saiu dos limites estritos de seu público – os “sem terra”, os “posseiros”, etc. – e torna-se um componente dos embates políticos em torno dos rumos e possibilidades de desenvolvimento do País (MEDEIROS & LEITE, 2009, p. 10-1).

Com a consolidação da nova constituinte e da “redemocratização”, o tema da reforma agrária volta ao palco nos embates políticos e nos estudos e pesquisas sobre o campo brasileiro. Em 1996 é criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), quando também se institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>35</sup>, lançado em 1995, com objetivo de dar assistência creditícia a projetos individuais e coletivos da agricultura familiar. No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso foi lançado um programa chamado “Novo Mundo Rural”, que buscava unificar as políticas para o campo<sup>36</sup>. Em 1999, o MEPF é elevado a *status* de ministério, agora denominado de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando a concentrar todas as ações do governo federal voltada para as distintas realidades da política fundiária brasileira. Entre as políticas criadas neste processo de descentralização<sup>37</sup>, o Programa LUMIAR<sup>38</sup> aparece como uma tentativa de modificar os rumos da extensão rural pública voltada para assentamentos rurais, em âmbito federal. O objetivo do programa era garantir aos agricultores assistência técnica voltada ao desenvolvimento do assentamento, a partir da contratação de equipes escolhidas pelos próprios assentados (MARINHO, 1999; ALTAFIN 2000; SCHIMITZ, 2010).

---

<sup>35</sup> Para acessar o PRONAF é necessário a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento geralmente emitido pelo INCRA e pelas EMATER, apesar de alguns poucos STR emitirem o documento. O INCRA só emite DAP para assentados. É importante ressaltar que para conseguir o DAP em assentamentos é necessário que a família esteja na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA, ocupar regularmente o lote, ter tido acesso ao apoio inicial (credito moradia e fomento) e ter disponível alguma forma de ATER. Em alguns casos, dependendo da existência de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), do tamanho do assentamento e da relação com o órgão que expede a DAP, é necessária uma Licença Ambiental. Todos estes procedimentos são entraves burocráticos para o acesso ao PRONAF. Para aprofundamentos sobre o PRONAF e avaliações sobre o programa, consultar PEREIRA, 2004; GUANZIROLI, 2007.

<sup>36</sup> Existem muitas críticas a esse programa, principalmente relacionado ao “inchaço” dos números da reforma fundiária, que teria tido, de acordo com os críticos, “avanços píftios” (PEREIRA, 2004; NETO, 2004). O debate sobre números de assentamentos dos dois governos (LULA e FHC) pode ser aprofundando em Santos (2010).

<sup>37</sup> A constituição de 1988 inaugura institucionalmente um processo de mudança na administração pública no país, gerando novas diretrizes constitucionais e apontando para a descentralização na execução de políticas públicas (ALTAFIN e MOLINA, 2000).

<sup>38</sup> Os estudos, resultados e avaliações sobre o programa LUMIAR serão abordados no próximo item deste capítulo.

Já no final de 2003, no governo Lula, é apresentado o *Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Mundo Rural* (II-PNRA)<sup>39</sup>, fruto das pressões dos movimentos sociais e das promessas que o recém empossado presidente se comprometeu com os movimentos sociais e a sociedade civil. A elaboração do II PNRA pelo governo Lula<sup>40</sup> criou grandes expectativas com os rumos que a tema da reforma agrária iria ser tratado no governo. No entanto, a presença de representantes do patronato rural e agroindustrial entre os ministros do governo, reflexo do amplo e conservador arco de alianças construído pelo governo petista, sob o argumento de governabilidade, alterou o plano original apresentado ao país (GT-Agrária, AGB/RJ). No documento é recorrente a retórica do desenvolvimento bimodal: apoiar tanto o agronegócio, responsável pelo superávit primário e destinado a garantia de reservas para o pagamento da dívida externa, por meio das exportações, e fortalecer a agricultura familiar, responsável pelo abastecimento interno e a geração de emprego e renda. Segundo o Grupo de Trabalho da Associação dos Geógrafos do Brasil, seção Rio de Janeiro e Niterói:

Um pressuposto importante do Plano é o reforço da lógica do capital presente na manutenção da concepção da terra como mercadoria e sua titulação como propriedade privada, caracterizada pela continuidade da cobrança da terra aos assentados, ao invés da adoção do conceito de concessão de uso. Consideramos pouco provável que todos os objetivos possam ser plenamente alcançados, dado o contexto atual de organização do campo brasileiro, a correlação de forças políticas e, a ausência de maiores detalhes sobre a implementação de algumas medidas propostas. (GT-AGRÁRIA – AGB/RJ, p. 26).

E conclui da seguinte forma:

[...] a composição política do governo Lula não permite uma opção clara e efetiva pela realização de uma reforma agrária massiva [...] por razões políticas e econômicas o governo definiu-se pela limitação da reforma agrária e apelou para o marketing. Pior que isso: apesar das metas já terem sido significativamente reduzidas, até o momento o que foi realizado está muito aquém do previsto, em função, principalmente da não liberação dos recursos orçamentários necessários para dar andamento ao (II) PNRA. Assim, tudo indica que, tal qual o I PNRA, o do governo Sarney, o II PNRA também não logrará produzir uma efetiva transformação na estrutura agrária brasileira e, mais uma vez a reforma agrária será adiada. Resta saber até quando...” (GT-AGRÁRIA – AGB/RJ, p. 35-6).

---

<sup>39</sup> O plano foi elaborado por um grupo de trabalho criado pelo governo e coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, e envolveu estudiosos da questão agrária, assim como representantes dos movimentos sociais, que desenvolveram uma versão preliminar.

<sup>40</sup> Como parte das ações do governo, e inserido na perspectiva da chamada “reforma agrária de mercado”, foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2003, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. De 2003 a 2009 foram destinados mais de dois bilhões de reais para o PNCF, que visa complementar as ações de compra de terra para fins de reforma agrária (MDA, 2010). Ainda no governo FHC os dois programas inseridos neste perspectiva foram o Programa Cédula da Terra e Banco da Terra, criados nos finais dos anos 90 e regulamentados em 2001. Para aprofundamentos Cf. Sauer & Pereira (2005); e Santos (2010).

As conseqüências destas opções do governo podem ser relacionadas aos dados e as reflexões sobre a questão agrária aferidas no censo agropecuário de 2006 (divulgado na íntegra somente em 2008), o qual foi, inclusive, o primeiro a contar com um caderno temático com dados da agricultura familiar<sup>41</sup>. Este censo temático é fruto de um longo trabalho do governo para conhecer e dar visibilidade a essa categoria social inicialmente apontada pelos pesquisadores do mundo rural<sup>42</sup> e que começou com a publicação do documento *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto* (IN-CRA/FAO, 2000), que tenta afirmar e reconhecer a importância desta categoria social para o país e justificar a adoção de políticas públicas para o setor. De uma forma geral, o Censo de 2006 revelou o esperado: a agricultura familiar no Brasil é responsável pelo grande parte dos estabelecimentos produtivos, ocupam área menor; é o segmento principal responsável pelo abastecimento do mercado interno (principalmente alimentos básico como feijão e café, no caso de alguns alimentos como o aipim; responde por mais de 75% da produção) e que produz mais renda por área e pela geração de empregos. Já a agricultura empresarial, ou o chamado agronegócio, tem poucos estabelecimentos e uma grande área ocupada, gera menos renda por área e poucos empregos (se comparado à agricultura familiar) e é responsável pela produção destinada a exportação, com reflexos nos balanços do comércio internacional do país<sup>43</sup>.

Estes documentos são importantes para justificar o apoio e fortalecimento desta categoria social. Realmente após estes dados o volume de financiamentos para agricultura familiar aumentou, no entanto, o volume para a o agronegócio aumentou na mesma proporção, mantendo a relação praticamente a mesma cerca de 15%, 20 % para a agricultura familiar e 80% e 85 % para o agronegócio.

---

<sup>41</sup> Além do “Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação” (IBGE, 2009) foi divulgado o caderno temático “*Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar. Primeiros resultados*”, em cooperação do IBGE com o MDA. A agricultura familiar, além de toda a ampliação conceitual que abrange esse público, foi normatizada com critérios específicos e como categoria social na Lei nº11/326 de 2006, a chamada Lei da Agricultura Familiar. Todos os assentados, segundo essa lei, e, não importando a grau de desenvolvimento do assentamento, são considerados *agricultores familiares*.

<sup>42</sup> Apesar de não aprofundarmos nos resultados do chamado “Censo da agricultura familiar” é importante ressaltar que este censo adota procedimentos metodológicos distintos dos censos anteriores, o que não permite uma comparação generalizada entre os dados. Ainda neste sentido, esse censo tem critérios diferentes da Lei nº11/326 para enquadrar a definição normativa da agricultura familiar. Para aprofundamentos Cf. Gilhoto *et al.* (2007) e Kageyama *et al.* (2008).

<sup>43</sup> É de se destacar que nos atuais estudos sobre a diferenciação entre os dois segmentos (agricultura familiar e agronegócio) é falácia o dilema da não-coexistência. O que os estudos apontam é que os dois segmentos se complementam, e o futuro da agricultura no Brasil consiste em fortalecer os dois modelos, a questão é como e em que intensidade operacionalizar esse apoio. Para aprofundamentos Cf. Gualda (2007).

Tabela 1. Volume e porcentagem de financiamento creditício para os segmentos da agricultura brasileira.

ANO	AGRICULTURA FAMILIAR	PERCENTUAL	AGRONEGÓCIO	PERCENTUAL	TOTAL EM BILHÕES DE REAIS
2001/2002	4,19	20,75%	16,00	79,25%	20,19
2003/2004	4,50	14,22%	27,15	85,78%	31,65
2005/2006	9,00	16,87%	44,35	83,13%	53,35
2007/2008	12,00	17,14%	58,00	82,86%	70,00
2009/2010	15,00	13,95%	93,50	86,98%	107,50

Fonte: MDA e INCRA, dados do Plano Safra (2009-2010) e do PRONAF.

No Censo Agropecuário 2006 é feito o questionamento da existência ou não da “orientação técnica” aos produtores rurais (não considerando distinção entre “familiares” e “não familiares”), demonstrando que somente 22% dos estabelecimentos receberam algum tipo de orientação técnica. A área média do grupo assistido é de 228 ha, enquanto a média dos não assistidos de 42 ha (IBGE, 2006), demonstrando o direcionamento da orientação técnica em função do tamanho do estabelecimento, permitindo-nos inferir sobre a associação entre orientação técnica e um modelo produtivo ou sistema de produção que requer áreas mais extensas.

O Censo ainda apresenta outros dados como a orientação técnica de origem governamental respondendo por 46 % dos estabelecimentos assistidos; e mais voltada para estabelecimentos menores, com média de 64 ha. Constata-se ainda a diminuição da orientação técnica nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás, diferentemente do ocorrido em grande parte da Região Norte e Nordeste do país, quando se comparam os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 (IBGE, 2006). O censo ainda aponta que apenas 19% dos produtores têm ensino fundamental completo; e que, dos produtores com no máximo o ensino médio, apenas 16,8% receberam orientação técnica, enquanto os produtores com ensino fundamental esse índice chega a 31,7% e os produtores com nível superior chega a 44,7%, (IBGE, 2006), excetuando aqueles com formação cursos superiores das ciências em agrárias. Ou seja, as “orientações técnicas” são precariamente oferecidas aos agricultores pobres, com terras menores e com pouca escolaridade.

Os rumos que tem tomado a questão agrária, no âmbito da reforma agrária e dos assentamentos ainda são uma incógnita. O desgaste da antiga concepção de extensão

rural e o repensar dos profissionais sobre sua prática têm levado a contornos inesperados, contudo, de uma forma geral as novas orientações têm se mantido na retórica e a operacionalização têm enfrentado complexos desafios (PEREIRA, 2004; PIMENTEL, 2007). O ponto positivo é que os interesses dos profissionais extensionistas têm sido compartilhados pelos representantes dos movimentos sociais e dos agricultores familiares. O governo, por sua vez, tem apoiado (mais na retórica e na normatização do que em ações efetivas) essas iniciativas. Em relação à formação dos assentamentos e o desenvolvimento social e econômico, a maioria dos estudos relatam a melhoria da qualidade de vida, da renda e do emprego dos agricultores assentados (PEREIRA, 2004; SABOURIN, *et al.*, 2006; PIMENTEL, 2007; OLIVEIRA, 2009), apresentando dados relevantes sobre o impacto dos assentamentos em nível regional e, principalmente, local (LEITE *et al.* 2004; PIMENTEL, 2007), apesar das fortes oposições, tanto no plano nacional como local (LEITE & MEDEIROS, 2009). Contudo, os mesmo estudos apontam diversos retrocesso e deficiências nas propostas de assentamento e sua relação com o desenvolvimento e a Extensão Rural, como veremos a frente com a PNATER e a ATES.

### **1.3. Projeto LUMIAR, PNATER e ATES: extensão e assentamentos rurais**

Este item apresenta alguns estudos sobre as experiências de ATER, focando as mudanças metodológicas na ação extensionista à luz da necessidade de trabalhar com agricultores familiares camponeses, em especial os assentados de reforma agrária. A partir das experiências de ATER em meados dos anos 1980, da própria dinâmica institucional da extensão rural pública e do repensar da extensão rural, foram criados programas, em especial o LUMIAR (em 1997) e posteriormente a ATES (2004). Esses programas visavam dar conta das orientações do trabalho da extensão rural pública em assentamentos. A tese deste item é que os assentamentos nunca foram uma opção a extensão rural pública. Tornaram-se, parcialmente com o Programa de ATES, pelo fato de as organizações dos movimentos sociais e as representações dos assentados não terem capacidade de operacionalizar esse serviço e entenderem que o sistema público de extensão rural não tinha interesse ou não estaria capacitado para tal.

Este item apresentará os momentos históricos das políticas públicas relacionados à extensão rural pública referenciando a partir de estudos e avaliações que abordam os

objetivos, as dinâmicas e as conseqüências destas políticas. Neste sentido, inicialmente se apresentará o Programa LUMIAR, como primeira experiência de ação extensionista em assentamentos, em que se vislumbra a adoção das perspectivas da chamada *Nova Extensão Rural* (CAPORAL 2000, 2004, 2006). Posteriormente ilustrar-se-á a construção da PNATER e do Programa de ATES no governo Lula, como política que dá seguimento à institucionalização da Extensão Rural Pública em assentamentos, comparando-a com a política predecessora (o LUMIAR). Por fim, este item aborda a normatização da Lei 12.188 de janeiro de 2010, chamada Lei de ATER, destinada a institucionalizar e normatizar os procedimentos da extensão rural pública no país.

Inicialmente torna-se importante pontuar que a PNATER, e conseqüentemente a ATES<sup>44</sup>, são fruto de um longo processo. A experiência do Programa LUMIAR, de 1997 a 2000, balizou a atual política e suas avaliações são de suma importância para se pensar a atual política. DIAS (2004a) faz um histórico bem fundamentado do surgimento do LUMIAR e da ATES, no qual caracteriza e compara as duas políticas, sinalizando semelhanças e diferenças, e assim, relacionando potenciais e limites das mesmas, frente a recomendações de estudos e relatórios avaliativos sobre o extinto LUMIAR. Este trabalho problematiza as propostas de mudança por políticas públicas e suas contradições institucionais no processo de desenvolvimento rural em assentamentos (DIAS, 2004a).

A atual extensão rural no país passa um momento único e complexo. A construção da PNATER, a partir de 2003, após o sucateamento do aparato de extensão rural pública no contexto dos processos de privatização e descentralização iniciados nos anos 1990, busca modificar a tendência histórica da atuação do governo federal no campo, apesar de os dados recentes sobre o alcance dos serviços de orientação técnica (IBGE, 2006) demonstrarem que esse objetivo está longe de ser alcançado. Contudo, vem se tentando, ainda de forma paliativa e mais no discurso que na prática, fortalecer a extensão rural pública. Com PNATER, surge uma atitude de descentralização da gestão pública, teoricamente dando ênfase à espacialidade local e territorial, enfocando um caráter educativo no trabalho dos extensionistas (BRASIL, 2004). Sobre o prisma do complexo e desafiador conceito de *sustentabilidade*, busca-se um desenvolvimento rural que

---

<sup>44</sup> O serviço de ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária), criado pelo INCRA em 2004 é fundamentado em seu Manual de Operacional e a Norma de Execução nº 39, publicada no Diário Oficial de 08/05/2004, Seção 01, pág. 53. Esse serviço foi criado em conformidade com a PNATER, contudo, destinado exclusivamente aos assentamentos de reforma agrária. Seria a ATER dos assentados e nos assentamentos.

respeite as especificidades locais e os diversos saberes, na construção de uma intervenção que considere dinâmicas sociais, culturais e ambientais das populações rurais.

O Programa LUMIAR, considerado antecessor do Programa de ATES, foi criado em 1997 e era coordenado nacionalmente pela Comissão Nacional PROCERA-LUMIAR (obedecendo à histórica união entre atividade extensionista e a assistência creditícia). Em nível estadual, era gerido pela Comissão Estadual, geralmente presidida pela Chefia de Divisão de Assentamentos do INCRA regional, esta instância contava ainda com uma secretaria executiva. As outras instâncias eram as Equipes de Supervisão e as Equipes Locais, as primeiras coordenavam as segundas, que por sua vez era composta de extensionistas de campo escolhidos pelos assentados, e que atuavam diretamente com os mesmos.

A criação e a experiência do Programa LUMIAR (1997-2000) apontam para um caminho diferenciado de desconcentração<sup>45</sup> das políticas públicas, colocando um desafio à prática da participação e da gestão compartilhada dos atores envolvidos. O termo participação aparece de forma entusiástica no Manual do LUMIAR. Contudo, as avaliações sobre o programa refletem dificuldades em compreender que tipo de participação está sendo operacionalizada no dia-a-dia da prática extensionista. No caso de Pernambuco, as avaliações demonstram que o Programa LUMIAR acabou assumido contornos burocráticos e fiscalizatórios (CALLOU *et al.*, 1999). No caso da regional do INCRA do Distrito Federal e entorno, a avaliação demonstra que houve muito desconhecimento, tanto dos assentados quanto dos técnicos, sobre o papel e os deveres de cada um, assim como foi avaliado que houve excessiva energia gasta em projetos de crédito e questões básicas como organização da comunidade, foram negligenciadas (ALTAFIN & MOLINA, 2000). Algo em comum entre as avaliações do LUMIAR é a falta de clareza sobre os papéis de cada instituição na operacionalização e a confusão sobre as ações que insti-

---

<sup>45</sup> Segundo o dicionário Aurélio, “descentralizar” se refere ao ato de “separar do centro”, dando a noção de dar poderes a outros, Como definição administrativa, refere-se a criação de pessoa jurídica capaz de executar atividade que seria do Estado, modificando as relações hierárquicas interinstitucionais. Já “desconcentrar” se refere ao ato de suprir a concentração, dispersar. Como definição administrativa não existe a criação de novas agentes jurídicos, apenas reestrutura as atividades do aparato Estatal mantendo a hierarquia. Há um debate que envolve políticas públicas atuais que ponderam sobre as diferenças entre políticas desconcentradas e políticas descentralizada, onde a primeira, transferiria autoridade e poder decisório a instâncias menores, e a segunda, somente distribuiria responsabilidade executiva, sem transferir autoridade e autonomia decisória (ALTAFIN, 1999). Mauro M. Oliveira identifica o programa LUMIAR com o modelo de *desconcentração por colaboração* e até *descentralização de forma centralizada*, sendo o instrumento de desconcentração a *terceirização* do serviço de ATER (Oliveira *apud*. ALTAFIN, 1999).

tucionalizam a dinâmica da prática extensionista. Esta questão também não foi resolvida no Programa de ATEs, como veremos mais adiante.

Dois trabalhos de avaliação do LUMIAR (MARINHO *et al.*, 1999; SCHMITZ, 2010), feitos por pesquisadores que participaram da elaboração e coordenação do programa ressaltam elementos importantes para a reflexão sobre as estratégias adotadas e os conseqüências da experiência do LUMIAR, relacionadas à capacitação das equipes, a comunicação entre as instâncias de execução da política e especialmente as questões relacionadas as metodologias participativas<sup>46</sup>. Entre as limitações para execução do LUMIAR são apontadas as condições precárias do trabalho; a quantidade insuficiente de extensionistas face às demandas de trabalho; a baixa internalização e aceitação do Programa nas regionais do INCRA; a limitada formação dos extensionista para trabalhar com agricultores assentados; a falta de habilidade de articulação e experiência dos extensionistas e dos supervisores; as discontinuidades nos processos de capacitação; a pouca interface com a pesquisa; o viés ideologizante dos técnicos; o baixo nível de organização das comunidades; o papel pouco construtivo e descontínuo das equipes de supervisão e a incerteza quanto a continuidade do projeto (MARINHO *et al.*, 1999; SCHMITZ, 2010).

Segundo Pimentel (2007), no LUMIAR, os extensionistas viviam constantemente inseguros, provocando um clima de precariedade, impessoalidade, não pertencimento e não envolvimento. Em muitos locais a quantidade de técnicos era insuficiente e a infra-estrutura da prestadora do serviço (particular ou estatal) estava aquém da capacidade de executar um serviço de qualidade, de certa forma. Podemos afirmar que, segundo a bibliografia consultada e a análise das informações coletadas, que se encontra nos próximos capítulos, estes problemas não foram resolvidos no Programa de ATEs.

No entanto, os mesmos trabalhos apontam fatores positivos, pois foi o LUMIAR, mesmo com seu caráter emergencial e pontual, que possibilitou, como a sua experiência, debater, refletir e aprimorar uma ATER mais condizente com os anseios dos extensionistas. Entre os pontos positivos, se destacam o fortalecimento das organizações locais; o desenvolvimento de práticas coletivas e conservacionistas nos assentamentos; a melhoria na elaboração dos projetos e na aplicação da assistência creditícia; a percepção crítica e propositiva da realidade vivida; a diversificação da produção; a melhoria da

---

<sup>46</sup> O tema da participação – e seus desdobramentos – será aprofundado no próximo capítulo.

comercialização; e, principalmente, a abertura de espaços para se discutir as experiências e se elaborar um proposta de ATER que contemple os grupos envolvidos (MARI-NHO *et al.*, 1999). O LUMIAR foi extinto em junho de 2000, durante uma fase conflituosa entre o governo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com denúncias de irregularidades e desvios de recursos públicos pelas entidades executoras do Programa.

Com a elaboração da PNATER<sup>47</sup>, a partir de 2003, se abre um espaço institucional para se construir o que seria uma *Nova Extensão Rural* (CAPORAL, 2000). A política aparece como resposta aos anseios e às reivindicações dos representantes dos profissionais extensionistas e representantes dos movimentos sociais do campo, sendo relacionado à reestruturação de um sistema falido na década de 1990. Esse sistema ressurgiu, agora fazendo parte do conjunto de elementos que se mostram imprescindíveis a um ideário de desenvolvimento e complementam as políticas de reforma agrária. A PNATER assume a ATER em um âmbito geral, abrangendo todos os segmentos sociais que o termo agricultura familiar abrange, desde comunidades tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos até assentados de reforma agrária, que em casos de regiões com forte influência urbana, como no Rio de Janeiro, pouco, ou nunca, tiveram experiências com a dinâmica e a cultura do mundo rural.

Ainda em 2004 é lançada, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a Assessoria Técnica e Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) que, pelo próprio nome, visa dar uma dimensão social e ambiental a ATER, destinada exclusivamente aos assentados. A estrutura da ATES se assemelha à do LUMIAR: a Coordenação Nacional de ATES, subordinada ao MDA e destinada a compatibilizar e integrar os serviços de ATES do INCRA; uma Coordenação Estadual; as Equipes de Articulação, correspondente às Equipes de Supervisão do LUMIAR; e os Núcleos Operacionais, correspondentes às Equipes Locais do LUMIAR. Todas estas instâncias são reguladas pela Norma de Instrução nº 39 (NI 39) do INCRA, atualizada pela NI 79. Os recursos financeiros para a execução dos serviços de ATES são descentralizados às Superintendências Regionais do INCRA, que criam uma repartição para cuidar dos assuntos do Programa, a Divisão de ATES.

---

<sup>47</sup> A PNATER foi elaborada entre 2003 e divulgada em 2004. Contou com consultas, audiências, seminários e encontros com os representantes dos movimentos sociais e agricultores familiares, entidades ligadas a ATER e o poder público, com cerca de 100 entidades e mais de 500 pessoas, que, a partir de um texto base, elaborou a política, CAPORAL, 2005.

Os serviços de ATES são concebidos para dar suporte às atividades e implementar os planos e investimentos feitos pelo INCRA nos assentamentos, a exemplo dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborados quando os assentamentos ainda não têm nenhum plano; Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), quando já tem o PDA, mas são assentamento antigos que demanda re-planejamento; e Plano de Exploração Anual (PEA), para programar os cultivos e a forma de ocupação anualmente. Estes planos (chamados pelos extensionistas de “produtos”, pois possuem atribuições inseridas no ATES) são especificados pelo Manual Operacional de ATES<sup>48</sup>, que orienta a ação dos extensionistas nos assentamentos, buscando, por meio de metodologias integradoras e reflexivas, o planejamento das atividades no assentamento.

CAPORAL (2003), um dos participantes da equipe que elaborou a nova proposta de ATER, defende – tendo como fundamento sua vasta experiência como extensionista e gestor público – uma intervenção pelos imperativos do desenvolvimento rural sustentável, que siga princípios de um processo educativo e transformador, apoiado em metodologias de investigação-ação participante. Com uma prática social construtivista que objetive alcançar um desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, baseado em princípios agroecológicos e compatível com as condições específicas e o sistema cultural dos atores envolvidos. O referido autor constrói, em diversos textos publicados nos anos 2000, um verdadeiro ideário para a extensão rural pública no país, sempre tendo por referência a ideia (e a necessidade, de acordo com seus argumentos, de *transição agroecológica* da matriz socioprodutiva da agricultura).

Aprofundando o problema, a ATER passa a considerar a multifuncionalidade do campo, tonando mais complexa a ação extensionista e conformando uma concepção ampla (e necessária) de desenvolvimento rural. Contudo, a retórica é mais fácil do que a prática, pois o mesmo autor afirma, alguns anos, depois que:

[...] apesar dos esforços do DATER<sup>49</sup> para executar um subprograma de formação de agentes de Ater e do apoio financeiro direto e continuado que tem oferecido às entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sigam pautados por velhas práticas difusionistas, usando as obsoletas metodologias de extensão que, se foram úteis para a etapa de introdução da modernização conservadora, mostram-se

---

<sup>48</sup> O Manual é referenciado nas Normas Internas do INCRA. Entre as mais importantes, se destacam a NI 39, que estabelece critérios referentes ao serviço de ATES, posteriormente atualizada pela NI 60, de 2007; e também pela NI 71, de 2008. Para aprofundamentos consultar sítio do INCRA: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

<sup>49</sup> Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, repartição da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ineficientes e inadequadas quando se preconiza a necessidade de uma nova Extensão Rural, baseada no enfoque agroecológico (CAPORAL, 2006, p. 5).

Contudo, há de se considerar que políticas de mudança e descentralização de poderes geram constantemente conflitos de interesses e impasses. Ocorre ainda que as instituições públicas e particulares (cooperativas, escolas agrícolas, ONGs) competem por recursos na prestação do serviço de assessoria que preconiza a execução da política. Atuar em arranjos locais, ao mesmo tempo em que pode acenar para cenários de democratização, transferindo poder a grupos sociais organizados, tende a apresentar grande influência dos poderes locais, predominando interesses tradicionalmente estabelecidos (Arretche *apud*. DIAS, 2004a). Portanto, a realidade que se apresentam nos assentamentos, suas condições de infra-estrutura, o arranjo das relações sociais e poderes locais são características que tendem a complexificar a operacionalização da política.

[...] A nova perspectiva exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, que influi também nas mudanças institucionais que são necessárias nas entidades de Ater. Substituir o paradigma da Extensão Rural convencional por um novo modo de fazer ATER coloca em xeque os conhecimentos adquiridos no processo de formação dos agentes e na estrutura das organizações de ATER, na qual eles estão inseridos. Nesse sentido, o esforço de mudança é duplo, pois significa refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas organizações de ATER. A Extensão Rural pública deve priorizar a relação entre agricultores e agentes de ATER, criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis político, social, ambiental, econômico, cultural e ético (CAPORAL, 2006, p. 6).

Apesar de alguns avanços nos discursos de participação e planejamento participativo, muitas políticas públicas, como a PNATER, ainda utilizam a idéia de “beneficiários”<sup>50</sup>, a qual transmite uma imagem de passividade, negando ao assentado sua condição de ator, agente e sujeito; indicando uma idéia de quem “recebe”, assim demonstrando a distância de relação sujeito-atuante. Dessa forma, o papel dos mediadores se mostra fundamental para ponderar as formas de dependência e atrelamento político presentes em conflitos nas comunidades assessoradas (DIAS, 2004a), inclusive problematizando a atuação de mediadores que têm fortes ligações com membros da comunidade assessorada. Paralelamente, existe o contraste, as tensões e as descontinuidades entre a formação convencional de muitos extensionistas, voltado somente para a produtividade, e os pressupostos e princípios da atual política, refletindo em dificuldades de operacio-

---

<sup>50</sup> Comumente, as políticas públicas em geral, e não só as destinadas ao campo, tratam ao público alvo de sua intervenção ao denominá-los “beneficiários”.

nalizar esta intervenção multidimensional. Contudo operacionalizar estes pressupostos não é tarefa fácil:

[...] o fato de se preconizar, para a Extensão Rural, uma forma de organização e de ação não linear e não homogênea, mas plural, que respeite a realidade objetiva e específica de cada região, rompendo com o modelo convencional, talvez esteja contribuindo para inibir os processos de mudança. De fato, a PNATER está colocado em xeque o antigo modelo de organização e de gestão das entidades de extensão. No entanto, sabemos que mudar significa quebrar paradigmas que orientam as práticas tradicionais, o que não ocorre repentinamente e exige decisões políticas de fundo, por parte dos dirigentes. As mudanças de organização e de gestão, embora desejáveis, são difíceis e, geralmente, são caracterizadas por um momento de desordem e de redução temporária da eficiência operacional. Para que esse processo de mudança seja bem-sucedido, são indispensáveis o envolvimento e o engajamento dos membros das organizações de ter de todos os níveis hierárquicos, de modo que a participação preconizada para a prática da Extensão Rural seja exercitada no interior das entidades, democratizando-se as decisões e estimulando-se a co-responsabilidade nos avanços da Extensão (CAPORAL, 2006, p. 8).

Para uma implementação mais eficaz da PNATER, a experiência e as críticas ao Programa LUMIAR deveriam ser consideradas, pois como política predecessora, abriu-se a oportunidade para diversas reflexões pertinentes (DIAS, 2004a). Entre tantas outras, foi constatada problemas de estrutura e de capacitação dos agentes da política, assim como a confusão no papel dos técnicos e da instituição pública responsável pelo programa (o INCRA); foi problematizada a terceirização e privatização de um serviço que é considerado direito, sobretudo em assentamentos, assim como incertezas de continuidade e o atraso nos pagamentos aos executores diretos da política, que cria um clima de precariedade no trabalho dos extensionistas, além da quantidade de extensionistas por assentados, cerca de 1 por 100 famílias, o que torna um trabalho contínuo e permanente insustentável.

[...] em razão de um crescimento da demanda de trabalho, os profissionais de A-ter acabam envolvendo-se em serviços de vacinação, de distribuição de sementes, etc. e, com isso, acabam negligenciando as ações planejadas ou previamente acordadas com as famílias e comunidades com as quais trabalham (ou deveriam trabalhar) (CAPORAL, 2006, p. 21).

Apesar de a PNATER ser um marco, em busca de uma tipo de assessoria democrática, seu formato, sua operacionalização e seu suporte institucional ainda são incipientes. Uma dificuldade constatada, com relação ao Programa de ATES, foi a falta de uma institucionalidade efetiva da política, se traduzindo pela incerteza de continuidade do Programa (PIMENTEL, 2007). O fato de a PNATER ter se tornado Lei em 2010, instituído o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, não há garantia efetiva do direito dos agricultores familiares (e conseqüentemente, dos assentados) a

uma ATER pública, tendo em vista os contínuos atrasos dos repasse para as prestadoras, o mais recente ocorrido nos últimos meses de 2010 e nos primeiros meses de 2011, fruto das mudanças políticas institucionais e do corte de orçamento do governo federal com a mudança no governo federal.

Apesar de constar na PNATER instâncias de formação dos extensionistas, como os Fóruns de ATER, as dificuldades na mobilização de redes, a não realização de momentos de capacitação em troca de conhecimentos e nos intercâmbios entre extensionistas e entre os próprios agricultores, limitam a construção de experiências e afetaram gravemente o êxito da política LUMIAR e agora também do Programa de ATES.

Contudo, há de se considerar que mesmo com a composição de arco político amplo, com setores conservadores no governo, houve avanços em nome da agricultura familiar camponesa, especialmente nos últimos anos (CAPORAL, 2006). Se compararmos o apoio que foi dado ao agronegócio, como, por exemplo, por meio de financiamento e perdão das dívidas, nota-se que ele foi o grande privilegiado. Contudo, se compararmos os governos anteriores com os últimos oito anos foi considerável o apoio a agricultura familiar. Percebe-se como estratégia de “governabilidade” o apoio a um desenvolvimento bimodal, que não cause muitos descontentamentos a nenhum dos setores (GT/AGRÁRIA-AGB/RJ, 2007). Ao longo destes anos, o governo Lula, buscou criar mecanismos de qualificar a política de ordenamento fundiário, como a própria PNATER e a ATES, não somente na criação e na regularização fundiária, mas criando programas que possibilitam a permanência do agricultor nas áreas rurais, principalmente pela abertura de canais de comercialização<sup>51</sup>, a exemplo da Lei 11.847, de 2009, que determina que 30% do valor destinado ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que é responsável pela alimentação escolar brasileira, seja através da compra direta de produtos da agricultura familiar (SANTOS, 2009); assim como o PAA (Programa de aquisição de Alimentos), que facilita os canais de comercialização entre entidades públicas e os agricultores familiares camponeses e suas representações (SABOURIN, 2007).

No Rio de Janeiro, o Programa de ATES começa a ser implementado bem depois de 2004, somente ao final de 2005. As dificuldades, reflexos da precarização do

---

<sup>51</sup> A questão da comercialização é central nas áreas de agricultura familiar e principalmente nos assentamentos, é o que torna essas unidades produtivas e contribui para que sejam socialmente relevantes. A falta da comercialização pode colocar “por água abaixo” todo um esforço em busca de inserção e mudança social.

trabalho, das incertezas e atrasos no repasse de recursos, assim como a falta de uma equipe dentro do INCRA-RJ (de 2005 a 2009) para dar suporte as atividade de ATEs, comprometeram a eficácia do programa e no caso da cooperativa estudada, pode ter refletido na rotatividade da equipe<sup>52</sup>.

Em documento datado de julho de 2007, remetido ao então ministro do MDA, a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), a qual a CEDRO é filiada, são relatados problemas na operacionalização da política, entre os quais:

[a] Gestão administrativa do INCRA não é compatível com as demandas e vem provocando **constantes atrasos na liberação dos recursos financeiros**, acarretando como consequência, descontinuidade dos serviços prestados junto aos assentados (salários atrasados). As instituições em alguns estados tem tido problemas trabalhistas pelo não pagamento dos salários dos técnicos e encargos sociais ocasionando multas em função deste problema; Não cumprimento do cronograma de desembolso em conformidade com os planos de trabalho; Orientações desencontradas quanto à questão da prestação de contas dos convênios; Morosidade nos processos de análises das prestações de contas; Inoperância e inexistência das Coordenações Regionais e Nacional; Acompanhamento e Fiscalização ineficiente (processos tendenciosos, descontinuados e direcionados); Problemas de entendimento e procedimentos diferenciados nas superintendências regionais; Ausência da implementação do programa de Capacitação; Ausência da implementação do programa de monitoramento e avaliação; Ausência da implementação do componente especialistas para atuarem no atendimento a demandas específicas, no apoio as equipes técnicas; Recursos insuficientes para a realização dos trabalhos propostos (UNICAFES, 2007, p. 3).

Dessa forma, ao longo de 2005 a 2009, com disputas e reclamações, algumas atendidas e outras não, e as diferentes realidades contextuais de cada estado e região, o programa de ATEs tem caminhado de forma dificultosa e sem o apoio necessário, sobretudo quando se considera o papel e a especificidade de um trabalho contínuo de ATER. A partir de 2009, devido a constates reclamações das prestadoras de ATEs, se modificam alguns itens problemáticos, sobretudo relacionados a forma de celebrar a relação entre o INCRA e as prestadoras, anteriormente por convênio, agora sendo optado pelo contrato; a dinâmica das visitas aos lotes, agora de forma individualizada; e ao repasse de recursos, seguindo o acordado no contrato<sup>53</sup>. Dessa forma, e apesar de todas as boas intenções, há muito que melhorar no programa de ATEs. É necessário um grande esforço de todos os atores envolvidos, especialmente do poder público e seus agentes

---

<sup>52</sup> Pelo levantamento feito na pesquisa, apesar de desde 2005 a 2009 a equipe da cooperativa contar com cerca de 10 técnicos por convênio anual, passaram pelo trabalho de ATEs da cooperativa, mais de 30 extensionistas.

<sup>53</sup> Mesmo estando acordado o repasse dos recursos no contrato, não se evitou o atraso no repasse para a grande maioria das prestadoras de quase três meses nos primeiros anos de 2011. Os detalhes da ATEs e sua operacionalização pela CEDRO no Rio de Janeiro serão aprofundados nos Capítulos seguintes.

institucionais, que são os responsáveis pela coordenação e repasse de recursos do programa. Neste sentido os questionamentos de CAPORAL (2006) são pertinentes e nos inspiram à reflexão que será elaborada nos Capítulos que seguem:

Afinal, que Extensão Rural nós queremos? Que compromissos a Extensão Rural precisa assumir? Como e o que precisamos fazer, em cada uma das entidades, para que seja possível adequar-se ao que recomenda a PNATER? Como preparar agentes de Ater e dirigentes para as novas exigências e desafios impostos pela necessidade da busca de estratégias de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis? Como integrar as ações em outras entidades? Como atuar com um enfoque multidisciplinar? As respostas, teóricas e práticas, a perguntas como essas ajudariam a romper com a inércia extensionista e a caminhar no rumo de uma nova Extensão Rural, sempre tendo em vista que as mudanças devem acontecer não somente no espaço das comunidades rurais, mas também no âmbito das entidades de Ater, assim como no sistema de formação dos futuros profissionais. (CAPORAL, 2006, p. 22).

Apesar do otimismo que a reflexão que o autor traz, quanto às possibilidades de mudança na ATER pública serem pertinentes, não se aprofunda nas formas estruturais e conjunturais desta mudança pretendida. O rol de questionamentos se mostra extremamente complexo e apenas com a conjugação de esforços de todos os atores envolvidos será possível “romper a inércia extensionista” que assola as entidades de ATER pública. Neste sentido, os caminhos da Nova Extensão Rural estão abertos.

## CAPÍTULO 2 – EXTENSÃO RURAL E MEDIAÇÃO SOCIAL NA REFORMA AGRÁRIA

O objetivo deste capítulo é situar, teórica e conceitualmente, a “mediação profissional”, focando o trabalho de intervenção de profissionais extensionistas em assentamentos de reforma agrária, na tentativa de evidenciar critérios e reflexões teóricas e conceituais acerca do Programa de ATES. Inicialmente é destacado o conceito de “mediação” e de “mediação profissional”, com intuito de evidenciar os pressupostos de uma mediação inserida em propostas de intervenção, com foco em diversas formas de “ação extensionista”<sup>54</sup>. No segundo item, busca-se fundamentar, com base na literatura pesquisada, a “mediação extensionista” e suas diferentes formas de intervenção, pautando a intersecção e a sobreposição de concepções distintas da “prática extensionista”. No terceiro item, são elencadas questões específicas da mediação, como ação extensionista em assentamentos, direcionando a análise ao exercício de uma intervenção extensionista específica, atualmente preconizada pela política de ATER, com Programa de ATES (e seu antecessor o Programa LUMIAR), definindo, a partir da literatura pesquisada, as práticas extensionistas e as características e problematizações subjacentes ao *modus operandis* dos mediadores profissionais. O quarto item se debruça sobre os atores do Programa de ATES, a diversidade e a heterogeneidade das prestadoras do serviço de ATER em assentamentos, revelando especificidades no processo extensionista e na gestão social destas complexas áreas de reforma agrária. Dessa forma, evidencia-se o Programa de ATES e problematizam-se diferentes dimensões na execução do programa e seus elementos condicionadores, dinâmica e assim objetiva-se criar um cenário sobre os diferentes atores que executam a ATES. Por último, é realizada uma caracterização da cooperativa de trabalho CEDRO, evidenciando como a mesma operacionaliza a ATES no Rio de Janeiro.

### 2.1. Referências teóricas do processo intervencionista

---

<sup>54</sup> O termo *ação extensionista* adotado no trabalho se refere à dinâmica extensionista em seu campo político e teórico, enquanto o termo *prática extensionista* é utilizado para designar o processo extensionista de intencionalidade do agir, na aplicação e realização do exercício de mediação profissional extensionista.

### 2.1.1. A mediação social

A mediação, como processo interativo, está presente em todos os momentos da vida social. Perpassando por características referentes ao sentido, a mediação se dá na medida em que os indivíduos se inserem no mundo e se sociabilizam, compartilhando particularidades e em contato com outros universos de significado, busca aflorar sua singularidade. Neste sentido, a mediação é indeterminada, desmistificadora, podendo tanto aproximar como afastar percepções, colabora para o reconhecimento, ou a falta dele, de diferentes formas de “estar-no-mundo”.

Refletir sobre a mediação é buscar ultrapassar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, assim como superar determinismos, mecanicismos, positivismos e essencialismos. “É colocar em evidência o caráter histórico de toda a forma cultural” (NEVES, 2008, p. 22). O estudo pela mediação, portanto, ainda de acordo com a autora citada, busca evitar que se considere a vida social como dado imediato, ligando-a a uma relação dialética, que valoriza as representações e as transformações mundanas e suas institucionalizações, seja pela conformação ou pelo questionamento das regras que legitimam ordens sociais reconhecidas. Consiste, assim, em uma proposta analítica que questiona a construção social como “unidade perfeita”, seja como processo que avança para solução das contradições sociais; ou “[...] seja como sociedade transparente (e sem conflito)” (NEVES, 2008, p. 24).

A *mediação* utilizada neste trabalho corresponde ao “[...] conjunto ações sociais nas quais um agente, o *mediador*, articula outros, os *mediados*, a universos sociais que lhe apresentam relativamente inacessíveis” (COWAN ROS, 2008, p. 101). O mediador assume esse papel pela capacidade de interagir em diferentes domínios sociais e por tentar lidar com diferentes códigos, símbolos e valores, traduzindo e adaptando os mesmos, objetivando a comunicação entre diferentes grupos (KUSCHNIR *apud.* COWAN ROS, 2008).

Apesar do termo “mediação” ser frequente na literatura pesquisada sobre “intervenção”<sup>55</sup>, dificilmente é objeto central de estudo. O “desenvolvimento social” via mediação é associado a intervenção que, ora projeta mudanças na organização social, eco-

---

<sup>55</sup> Segundo RÖLING & ZEEUW (*apud.* SCHMITZ, 2010, p. 88) a intervenção é “um esforço sistemático para aplicar estrategicamente recursos para manipular elementos aparentemente casuais num processo social em andamento, como reorientar permanentemente este processo no sentido desejável pela parte do interventor”.

nômica e ambiental, ora entra em conformidade com as “virtude prospectivas de mudança para seletivos segmentos populacionais” (NEVES, 2008, p. 7). Ou seja, a mediação intervencionista busca por um lado, projetar transformações (vislumbrar mudanças impostas ou coletivamente construídas) e, por outro, busca valorizar elementos (endógenos ou externos) junto aos grupos mediados.

As condições de mediação são contextuais, geradas a partir de especificidades, ou de condições de possibilidades, não de sua universalidade (NEVES, 1997, 2008). Assim, o processo de mediação pressupõe uma relação de tríade<sup>56</sup>, por meio de interfaces sociais. Implica o reconhecimento de significados coletivamente produzidos e intercomunicados. Enfim, implica a noção de pluralismo cultural e de coexistência de diferentes universos sociais e da interconexão entre estes distintos universos (NEVES, 1997, 2008).

O conceito de interface social<sup>57</sup> pode ajudar a compreender essa interconexão, assim como os elementos que o processo de mediação subjaz. Segundo LONG (2007), a interface social é complexa e múltipla, e se objetiva na “[...] intersección entre los mundos de vida, campos sociales o niveles de organización social em donde es más probable localizar discontinuidades sociales, basadas em discrepâncias em valores, intereses, conocimiento y poder.” (LONG, 2007, p. 445). Dialogando com a interface social, a mediação se orienta pelas maneiras de apontar, acomodar ou lutar contra mundos cognitivos e sociais distintos, geralmente revelando descon continuidades. O processo de mediação parte de dinâmicas de negociação, adaptação e transformação de significados, tanto para os mediados, como para os mediadores.

A mediação é um “jogo” de comunicação<sup>58</sup> entre produções diferenciadas e autônomas de domínios de saberes, que procuram nos espaços de institucionalização a criação de temas reciprocamente reconhecidos, “[...] passíveis de acenarem com a possibilidade de troca de experiências e apontarem para certa convergência de interesses”

---

<sup>56</sup> A tríade de estudo da mediação, no caso aqui analisado, é, de um lado o aparato estatal; de outro os assentados e, entre um e outro, os mediadores, profissionais extensionistas.

<sup>57</sup> Refere-se ao conceito de *interface social* proposto por pesquisadores da Sociologia do Desenvolvimento da Escola de Wageningen, conhecido como “Perspectiva Orientada ao Ator” [“Actor-Oriented Sociology of Development”], nos termos de Long (2001)].

<sup>58</sup> Parte da complexa e ampla obra de Habermas se dedica ao processo comunicativo, intitulado sua “Teoria da Ação Comunicativa”. Opondo uma diferenciação da sociedade entre o “mundo vivido”, balizado pela razão comunicativa, com “mundo sistêmico”, com sua razão instrumental, propõe a descolonização do primeiro pelo segundo, resgatando o diálogo que a modernização societária mutilou e ocultou (FREITAG, 1985, 1993).

(NEVES, 2008, p. 12). Contudo, os atos de “interconexão comunicativa” evocam também a indeterminação, rompendo com explicações de dependência imediata e espontânea.

A mediação acena à conciliação de divergências, objetivando propor acordos ou compromissos e, assim, refere-se “[...] à objetivação de sistemas de regulação instituídos para reduzir a dissonância entre visões de mundo e formas de comportamento de distintos segmentos constitutivos das sociedades complexas”. Dessa forma, o objetivo da mediação “[...] põe em jogo interações sociais que agregam redes de interseção. Envolvem engajamentos e mobilização de segmentos selecionados para a reordenação de modos de conduta e visão social de sua posição” (NEVES, 2008, p. 30). Coloca a relação de dois seres sociais por intermédio de um terceiro, “[...] ele mesmo considerado como um outro, que advoga assim permanecer e reproduzir a posição-função” (NEVES, 2008, p. 31).

A interligação de mundos por saberes especializados, a partir da participação diferenciada dos mediadores só se torna reconhecida à medida que seus agentes garantirem o respeito às diferenças, objetivando a conformação e a reordenação de sentidos, nem sempre convergentes. Dessa forma, os compromissos entre mediados e mediadores, investidos de “autoridade política”, são diferenciados e se refletem nos resultados dos empenhos dos mediadores e da mobilização dos mediados na transformação do sonho em possibilidade (NEVES, 1997, 2008). Pode-se assim revelar um processo dialético de comprometimento com o outro e refletindo, com diferentes graus de internalização, a mudança social desejada.

Interligando partes que não se tocavam, contudo não perdendo suas especificidades, a mediação por agentes de desenvolvimento “[...] pressupõe e reproduz, concomitantemente, a construção de identidades e de distanciamento sociais” (NEVES, 2008, p. 36), compondo os elementos que influem nos caminhos da mudança social.

A análise do papel dos agentes de desenvolvimento, por conseqüência, é corolária a dos processos de mudança, que implicam lutas sociais, recrudescimento ou emergência de conflitos de interesses e idéias, fazendo assim expressar, entre aliados e compromissados, os modos de construção dos mesmos ou aproximados objetivos gerais (NEVES, 2008, p. 35).

Concomitantemente, a produção e o reconhecimento das diferentes posições sociais é interdependente de alianças com outros agentes portadores de intenções e interesses, alguns dos quais “[...] se apresentam como capazes de formular sistematicamente

as demandas como porta-vozes da crença na eficácia e na legitimidade da proposição” (NEVES, 2008, p. 36). Assim, a interação entre os atores, mediadores e mediados, parte da afirmação dos primeiros sobre os últimos, onde o poder de proposição é garantido pela retórica da eficiência, da normatização e da verdade institucionalizada. A influência social e o poder político condicionam o caminho da mudança social, contudo, os chamados “beneficiários” não apenas absorvem as proposições, eles não reagem por osmose, mais recriam e re-significam os seus ideais a partir dos ideais construídos ou impostos, tanto pelos mediadores, como pelos mediados.

Eles tentam reordenar os objetivos, reconhecidos conforme seus interesses e saberes imediatos. Integram-se para tornar suas expectativas, valores e pontos de vista factíveis e objetiváveis, para além de tornar seus objetivos apresentados no contexto dos processos de mudança. Por isso os engajamentos são devedores da construção, difusão e internalização de sistemas de crenças, elaborados coletivamente, destinados a legitimar os deslocamentos de posições, defendidos como capazes de colocar sob reflexão, um modo de constituição e de representação das diferenças a serem perseguidas ou projetadas (NEVES, 2008, p. 36).

Dessa forma, a mediação social implica um “trabalho educativo” e marcadamente político, visto que busca a mudança social, por vezes, de forma objetiva; razão pela qual os mediadores se vêem como portadores da função (algumas vezes afirmadas como “missão”) pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo, geralmente direcionado àqueles segmentos inclinados a transitar e incorporar referências de outros múltiplos domínios da vida social (NEVES, 1997, 2008). Contudo, os mesmos agentes de desenvolvimento também atuam para gerir as contradições que eles mesmos vivem. Dessa forma, os mediadores acabam por:

[...] relativizar os constrangimentos derivados da condição de fazer aparecer um outro, mesmo que nessa projeção se angustiem quanto as incertezas sobre seus futuros passos e sobre o mundo social por vir; a assumir mais claramente que eles valorizam a transmissão de saber para tornar viável a instituição que representam; o sistema de crenças ao qual se afiliam; ou até a defesa da posição que ocupam nesse campo (NEVES, 2008, p. 36-7).

Apesar da formação e do pertencimento às instituições, o agente de desenvolvimento não pode estar reduzido àquelas vinculações institucionais. Sua ação incorpora as atribuições de socializações anteriores, sobretudo a formação e o aprendizado profissional<sup>59</sup> direcionada a mediação política e cultural. “Eles fazem intervir um conjunto outro de instituições e referências, recursos que asseguram suporte e legitimidade às suas práticas” (NEVES, 2008, p. 37). Contudo, essas referências também não são homogêneas e

---

<sup>59</sup> A questão da formação profissional, e sua relação com a prática da mediação extensionista, será abordada de forma mais aprofundada no terceiro item deste capítulo.

nem absorvidas sem conflito, sofrem contraposição e concorrências internas, inerentes às contradições e práticas das orientações que vêm dos centros de pesquisa e dos aparelhos estatais. Dessa forma, se apresenta evidente o processo de relativização, crítica ou oposição às medidas e regras advindas de outras instituições, sobretudo se os “[...] agentes advêm da elaboração de planos e intenções gerais, programas e normativos, instrumentos de avaliação e correspondência às metas” (NEVES, 2008, p. 38). O processo de mediação constitui, metaforicamente, “espelhos refratários” dessas intervenções, que não escapam de tensões e reações frutos da imposição de regras ou da fidelidade à referência que legitima a posição de “mensageiros de uma ação educativa” (NEVES, 2008).

Por força da complexidade da prática, ela contempla os efeitos e as estratégias de luta por contraposição e por adesão (dos mediadores e mediados). As relações construídas entre os dois “[...] referenciam-se por significados atribuídos aos recursos e aos temas que são delas expressivos; por conflitos e tensões, problemas estruturantes das práticas de ambos agentes” (NEVES, 2008, p. 38). Os desdobramentos e sua dinâmica são indefiníveis, com múltiplas formas de reapropriação de objetivos e intenções, demonstrando explicitamente que “atos de mediação” também são procedimentos para transformação. Contudo,

[...] Assim como existem formas e formas de mediação, as intervenções podem, ou não, desencadear processos comprometidos e intencionados com mudanças emancipadoras e construção de autonomia em determinado contexto ou grupo social. As intervenções são apostas históricas, razão por que temos que ser metódicos ao questionar o que fazemos, pois lidamos com a vida das pessoas (COELHO, 2005, p. 81).

Dessa forma, tanto os mediados como mediadores não atuam apenas aproximando distintos mundos “[...] porque eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que torna possível este modo específico de interligação” (NEVES, 2008, p. 38). Nesse “terceiro mundo” construído a partir da “terceira margem do rio” da mediação que se debruça essa pesquisa, no intuito de revelar as influências no significado dos outros dois e enxergar os condicionantes da intervenção. Como proposta de qualificar este processo, podemos definir três condicionantes que se ordenam para tornar viável o exercício de mediação:

- a) O suposto beneficiário não se constitui sem passar pela reclassificação dos interventores, geralmente e idealmente nas definições e enquadramentos de diretrizes e normas (agricultores familiares, remanescentes de quilombo...);
- b) Os recursos (materiais e imateriais) não são absorvidos sem exercícios específicos de tradução e de reconhecimento de sentido, tal como em espaços de disciplinamento e incorporação de novos saberes (cursos, seminários, formação política...);
- c) Os mediadores não são incorporados ao processo sem a construção de si mesmo

como responsáveis práticos por estes modos de intervenção (NEVES, 2008, p. 38).

A mediação que será abordada neste trabalho corresponde à “mediação profissional”<sup>60</sup>, mais especificamente, a mediação profissional de extensionistas em áreas rurais, conhecida como “assistência técnica e extensão rural” (comumente chamada de ATER) em área de reforma agrária, comumente denominados de *assentamentos rurais* ou *Projetos de Assentamento (PA)*<sup>61</sup> e seu público, os *assentados* de reforma agrária. Neste estudo, são extensionistas vinculados a uma instituição (uma cooperativa de trabalho) que executam um serviço de extensão preconizado em uma política pública (o Programa de ATES), com suas regras, metas e acordos firmados.

### **2.1.2. A mediação extensionista e suas formas de intervenção**

Objetivando qualificar a teoria sobre mediação, é possível distinguir concepções que guiam a “prática do extensionista”. A ação extensionista pode ser definida como todo processo de mediação envolto em uma concepção pedagógica de intervenção que atua diretamente com os agricultores, visando ao estabelecimento ou a mudança de práticas cotidianas, assim ao acompanhamento técnico dos processos subjacentes à produção, assistência creditícia e vivência no mundo rural. Neste sentido, a ação extensionista é referenciada na Assistência Técnica (AT), por meio de orientações técnicas na rotina do agricultor (itinerário técnico), e na Extensão Rural (ER), composta de ações de promoção, animação e interação de processos educativos por meio de metodologias integradas às dinâmicas locais (SOBRINHO, 2008). Apesar de não contar com uma sistematização das concepções sobre o agir extensionistas e seus princípios metodológicos, explanaremos algumas pistas das concepções metodológicas, referenciadas em princípios pedagógicos, e diferenciadas formas que orientam a ação extensionista. Estas definições não são estanques e, não raramente, há a utilização de duas ou mais concepções simultaneamente ou alternadamente. Inicialmente se fará uma explanação simples das formas de intervenção e posteriormente estas serão relacionadas a concepções pedagó-

---

<sup>60</sup> Neves (2008) distingue os que vivem *pela* mediação, como chefes de família, prefeitos, etc.; dos que vivem *da* mediação, como funcionários públicos, extensionistas, ou seja, os aqui chamados “mediadores profissionais”. Atualmente existe todo um rol de profissões dedicadas à mediação profissional.

<sup>61</sup> Apesar de ser comum nomear os assentamentos como Projetos de Assentamento (PA) tanto nos dispositivos normativos, quanto na produção acadêmica, “[...] assentamento é mais que um projeto” (PIMENTEL, 2007, p.1).

gicas que fundamentam formas diferenciadas de intervenção, referenciando formas diferenciadas da ação extensionista.

Pode-se referenciar a intervenção, e conseqüentemente a ação extensionista, a partir de uma “concepção formal” ou, em uma “concepção participativa” (COELHO, 2005). Assim, como fundamentada em uma pedagogia de transmissão, pedagogia de condicionamento e pedagogia da problematização. Os referencias teóricos que envolvem a intervenção, são definidas a partir do *modus operandis* do extensionista, diferenciados segundo uma concepção difusionista, sistêmica, participante, de gestão de conflitos e educativo-crítica, conforme sintetiza o quadro a seguir.

Quadro 1. Características gerais das distintas concepções da intervenção extensionista.

TIPOS DE INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA	REFERENCIAL PEDAGÓGICO	FORMA ASSUMIDA PELA AÇÃO EXTENSIONISTA
Formal	Transmissão	Difusionista
	Condicionamento	Sistêmica
Participativa	Problematizadora	Participante
		Gestão de Conflitos
		Educativo-Crítica

Fonte: Adaptado de COELHO (2005) e SOBRINHO (2008),

Na primeira, mais antiga e arraigada na tradição extensionista (a formal), o processo de intervenção é de responsabilidade exclusiva do mediador profissional, sendo mais utilizada onde não é possível uma relação mais próxima com os grupos sociais (COELHO, 2005). O levantamento de dados geralmente é feito por questionários, usualmente fechados, onde se busca um levantamento e caracterização de demandas sociais, em que o mediado aparece, como um “objeto de pesquisa”. Este tipo de intervenção geralmente é associado a um referencial pedagógico de transmissão ou de condicionamento, pertinente aos modelos de difusão/adoção de tecnologias. Os critérios e dados são idealizados e sistematizados em um ambiente externo ao campo de sua coleta, nos escritórios e nas estações experimentais, associando esse tipo de intervenção como uma “intervenção tecnocrática”, a qual geralmente camufla uma conduta autoritária, no qual o extensionista se restringe a um “técnico”, único portador do conhecimento e da capacidade de saber os problemas e apresentar soluções para os mediados (COELHO, 2005).

A segunda, que representaria uma “concepção participativa”, determinaria formas metodológicas de “caráter democrático”, onde a responsabilidade da intervenção é compartilhada, desde os atos iniciais de problematização da ação até as decisões e avaliações da intervenção. A forma de obter os dados é baseada em decisões coletivas, nas quais existe internalização, por parte do mediador, que o outro (o mediado) também é fonte de saber; é “[...] um ser capaz de conhecimento, sentimento e cultura” (COELHO, 2005, p. 87). O processo de interação ocorre não objetivando a persuasão do outro a consumir uma tecnologia/mercadoria industrial, mas criando uma reflexão crítica sobre a forma e a utilização das tecnologias, e, em um segundo momento, com intuito de provocar mudanças no contexto do mediado, de forma propositiva. Dessa forma, a intervenção é feita *com* o outro, geralmente utilizando técnicas como os diagnósticos participativos e seus variantes, onde o conhecimento do agricultor muitas vezes é colocado a dialogar com saberes técnicos e científicos portados pelos profissionais mediadores, visando à socialização dos resultados e a democratização dos fins (COELHO, 2005).

Contudo, de nada adianta utilizar uma metodologia de intervenção que se afirme participativa e bem intencionada, se não houver a incorporação desses pressupostos pelo mediador (PIMENTEL, 2007). A metodologia é apenas a forma, uma estrutura ou um modelo de referência à intervenção. Sua operacionalização e aplicabilidade dependem de pressupostos variáveis, como o tempo disponível para intervenção, os objetivos e os modos de garantir que se cumpra o planejado, destacando a formação profissional e a experiência dos mediadores em ações comunicativas; assim como da sua interpretação, reflexão, envolvimento e ação por parte dos mediados; dos poderes estruturais e estruturantes estabelecidos e de elementos contextuais que condicionam tais metodologias. Os dois tipos de intervenção extensionista apresentados anteriormente devem ser compreendidos como formas simplificadas de abordar a intervenção.

Entre as concepções pedagógicas que fundamentam a intervenção, elencamos três formas: a pedagogia da transmissão, a pedagogia do condicionamento e a pedagogia da problematização (SOBRINHO, 2008)<sup>62</sup>. A primeira concepção (transmissão), parte do pressuposto que o conhecimento é o fator mais importante da ação pedagógica, e o agricultor (mediado) é uma “tábula rasa”, uma “tela em branco” onde os novos conhe-

---

<sup>62</sup> Estas concepções pedagógicas podem dialogar, mas não sobrepor diretamente, com as “gerações da Extensão Rural”, chamadas de “primeira geração” (diretiva), “segunda geração” (reativa) e “terceira geração” (“conscientizadora”), elaboradas em ROGERS (1995), referentes à conceituação da institucionalização da Extensão Rural, no segundo capítulo.

cimentos e as idéias externas serão “impressas” e “talhadas”, quase sempre de uma forma autoritária e vertical. Entre as características dessa concepção poderíamos destacar a elevada carga de informações, a passividade do mediado, a falta de uma atitude crítica, a distância entre a prática e a teoria, entre outros. Essa concepção está fundada em uma proposta de “domesticação” e em um controle social, na maioria das vezes por parte do Estado, ou de agentes privados. Entre as conseqüências dessa concepção pode se apresentar o conformismo, o individualismo, a adoção de técnicas e tecnologias degradantes, social e ambientalmente, assim como a tendência à manutenção do *status quo*.

A concepção pedagógica fundada no condicionamento elege o comportamento como o fator mais importante da proposta intervencionista. Consiste em uma dinâmica de estímulos e recompensas que objetiva direcionar o comportamento do mediado a emitir respostas desejadas pelo mediador (SOBRINHO, 2008). Mediante a repetição da associação “estímulo-resposta-esforço”, o mediado passa a responder sem a necessidade de contínuo esforço. Entre as características desta concepção, nota-se o não questionamento dos objetivos e dos métodos, tendência ao individualismo, ênfase na produtividade, dependência externa, entre outros (SOBRINHO, 2008). Nessa concepção pedagógica fica evidente a associação da ação extensionista à liberação e acesso a políticas creditícias. As conseqüências desta concepção giram em torno da não problematização da realidade, a não participação na escolha do método e dos objetivos a serem alcançados e a manipulação tecnológica e ideológica. Essa concepção também está fundada no modelo “difusionista produtivista”, contudo, pode ultrapassar essa concepção, estando presente na proposta dinâmica do acesso ao crédito por financiadoras públicas ou privadas.

A última concepção pedagógica abordada é a “pedagogia da problematização”. Esta concepção pedagógica definitivamente é mais diversa e abrange um processo mais complexo, fruto de uma dinâmica de ação-reflexão-ação, enraizada em uma proposta dialética e dialógica do processo pedagógico, com raízes no trabalho de Freire (1983). Ao invés de privilegiar o comportamento, o conhecimento ou as informações, a proposta pedagógica tem como premissa expor os problemas da mediação à luz da realidade do mediados, na tentativa de encontrar soluções contextuais, originais e criativas (SOBRINHO, 2008). Caracteriza-se pelo processo de observar a realidade imediata e identificar os limitantes (recursos, processos sociais, políticos e burocráticos, assim como as tecnologias disponíveis) e encontrar características apropriadas e formas de organização e de trabalho condizente com a realidade do mediado (SOBRINHO, 2008). Essa concepção

não se ocupa em transmitir métodos ou tecnologias, nem tampouco em condicionar a ação dos mediados, mas em encontrar, de forma conjunta (pela participação ativa e interativa), os caminhos adequados a um processo coletivo de mudança. Contudo, as formas de agir são múltiplas e não raramente sobrepostas.

A forma de operacionalizar a intervenção, nas três concepções pedagógicas anteriormente apresentadas, pode ser especificada em cinco modelos distintos, mas inter-relacionados. O primeiro, mais antigo e difundido, pode ser encontrado nos fundamentos dos modelos históricos da intervenção extensionista, e ainda se apresenta com maior projeção na atualidade: a forma difusionista, pertinente ao chamado modelo ou “paradigma rogeriano”, que virou sinônimo de intervenção na agricultura moderna ou empresarial. Neste modelo, a técnica é considerada um objeto, resultado da investigação científica e os agricultores são *clientes*, geralmente assumindo um papel passivo no processo de inovação, ao menos na fase de geração e adaptação tecnológica. O importante do difusionismo é a adoção de tecnologias por parte do mediado, sendo assim, o sucesso da intervenção proposta se finda quando o agricultor é convencido da importância de adotar determinada tecnologia/ mercadoria. O modelo sistêmico<sup>63</sup> parte do diagnóstico das limitações da abordagem difusionista e se baseia na análise do sistema de recursos (materiais, naturais, tecnológicos, econômicos e simbólicos) para planejar e operacionalizar a intervenção. O modelo sistêmico é empregado de diversas formas, desde uma operacionalização mais democrática, ouvindo e propondo orientações a partir do constatado no sistema de recursos dos agricultores, até em uma concepção tecnocrática de intervenção, onde a participação pode se apresentar apenas como fonte de informação para os agentes intervencionistas (PINTO, 2005).

Os próximos modelos de ação extensionistas são mais complexos e não raramente se combinam com os anteriores, principalmente com o sistêmico. O “participante” consiste na criação de espaços para a participação da população envolvida na intervenção. Contudo, a criação destes espaços não garante automaticamente uma “participação ativa”, e muitas vezes a participação que se apresenta é mais no sentido de uma “participação consentida”, no intuito criar um aspecto democrático na intervenção. A partir de Röling, Schmitz (2010) distingue tipos de intervenção que podem ocorrer por meio da

---

<sup>63</sup> O modelo sistêmico reconhece e compreende a complexidade da realidade, contudo, o enfoque sistêmico aplicado com rigidez pode levar ao reducionismo na interpretação dos elementos do sistema de recursos. Para aprofundamentos sobre a Teoria de Sistemas e o modelo sistêmico na ATER, consultar Pinto (2005).

extensão. Assim, segundo os objetivos da intervenção é possível relacionar a forma da participação dos mediados. Os tipos são: mudança de comportamento, transferência de conhecimento, aconselhamento, facilitação de processos de aprendizagem e desenvolvimento organizacional (Röling *apud*. SCHMITZ, 2010). Nesta tipologia, os espaços de participação e socialização têm elementos que direcionam a funções distintas, condicionadas aos objetivos da intervenção.

Os motivos para justificar a participação dos agricultores são múltiplos, destacando as questões referentes à dinâmica operacional da intervenção. Entre os pressupostos teóricos para o trabalho participativo, se encontram o aproveitamento do conhecimento do agricultor, o qual conhece os (sub)sistemas de sua unidade produtiva de forma mais completa e cotidiana; o reconhecimento da responsabilidade do agricultor, sendo ele o ator que toma as decisões no seu estabelecimento, tendo prioridade frente a proposta dos extensionistas; e a capacitação do agricultor, que identifica as tecnologias apropriadas ao seu contexto (SCHMITZ, 2010)<sup>64</sup>.

Com a mudança do discurso dos aparatos estatais (expressa nos textos dos programas e políticas públicas), essa designação sobre a forma de intervenção se tornou comum, principalmente como retórica, contudo, na prática da ação participativa podem existir elementos de cooptação e manipulação, fruto de poderes simbólicos estabelecidos e da capacidade prática e retórica por parte de *experts* da intervenção. É de se destacar que em um processo de intervenção extensionista é comum variar a forma da participação<sup>65</sup> em função das diferentes etapas na dinâmica intervencionista (SCHMITZ, 2010). As formas de participação serão aprofundadas a frente.

O modo de ação, aqui chamado de “gestão de conflitos”, abrange uma série de situações em que o papel do extensionista se concentra em, por vezes conciliar, por vezes desacomodar e desnaturalizar a dinâmica social e a própria prática extensionista. A gestão de conflitos é comumente utilizada em situações de “dramas sociais”, onde o conflito é eminente, ou se aparenta de forma tácita, devendo ser explanado e problematizado, em busca de resolução. Poderíamos situar uma corrente pedagógica que trata

---

<sup>64</sup> Existem diversas contradições nestes argumentos, principalmente relacionado à capacidade do agricultor experimentar. Enquanto alguns atores afirmam que a participação e o envolvimento do agricultor eleva os custos e dificulta a prática extensionista, outros afirma justamente o contrário, que esta interação barateia e facilita a prática extensionista. Para aprofundar *Cf.* Schmitz (2010).

<sup>65</sup> Não apenas a participação dos mediados variam em função das etapas na dinâmica do processo extensionista, mais o papel dos mediadores também se alteram no decorrer da prática extensionista (ALMEIDA, 2000).

deste tipo de intervenção à Pedagogia do Conflito (GADOTTI, 1980). Neste sentido, a gestão de conflitos lida diretamente com uma prática educativa que reconhece uma posição e assim se vincula ao poder; reconhecendo a conflitividade que a sociedade contemporânea vive, questionado os poderes – ou as assimetrias no exercício das relações de poder – socialmente estabelecidos. Se o sentido da prática educativa é a reprodução da sociedade, a educação é essencialmente conservadora e reacionária, mas, por outro lado, se concebemos que o sentido da educação é a transformação da sociedade, ela se torna uma “prática libertadora” (FREIRE, 1974). Assim, a gestão de conflitos não tenta esconder a contradição de uma educação domesticadora, pelo contrário, explana as contradições sociais e reassume uma função crítica na sociedade.

Por último, mas não menos importante, a ação extensionista chamada de educativa crítica, que tem como premissa o questionamento crítico, através do processo de ação-reflexão-ação da ação extensionista. Tem raízes diretas no trabalho do educador Paulo Freire, ao questionar o papel do agrônomo como extensionista e como educador. Esta ação extensionista está preocupada com a reflexão política do ato de mediação extensionista, relativizando técnicas e tecnologias, questionando e fundamentando ideologias em prol de uma ação transformadora e reflexiva. Realiza-se por um processo entendido como “construtivista”<sup>66</sup>, ao reconhecer que o conhecimento se dá pela interação do indivíduo inserido na realidade e em seu entorno e que, ao responder a estímulos externos, o processo de aprendizagem se constrói em coletivo, com uma dinâmica reflexiva. O construtivismo se afasta de uma proposta cartesiana ao considerar uma realidade como absoluta ou dogmática, partindo de uma práxis interativa, onde é considerando mais o caminho (construído coletivamente) que se percorre ao chegar ao conhecimento, do que o conhecimento em si<sup>67</sup>.

### **2.1.3. A participação na ação extensionista interpretação**

O tema da participação é muito utilizado nos documentos normativos, nas políticas públicas e no discurso dos interventores, contudo, esse tema, que aparentemente

---

<sup>66</sup> Termo construtivismo tem raízes nas teorias psicológicas, contudo, muitas áreas do conhecimento têm utilizado o termo. Atualmente vem sendo utilizado pela Psicologia do Desenvolvimento e na Psicologia Social, para aprofundamentos sobre o conceito Cf. ARENDT (2003). O construtivismo vem de uma tradição epistemológica, historicamente ligada à psicologia da educação, mais precisamente a psicologia genética de Piaget e a abordagem sócio-histórica de Vigotsky, contudo é a interpretação de Freire (1974 e 1980) sobre o construtivismo é a que mais explica o referencial teórico e pedagógico deste trabalho.

<sup>67</sup> Para aprofundamentos sobre o construtivismo Cf. GOULART, 2001.

parece simples, se mostra complexo e revela uma dinâmica a ser investigada, que conduzia ao aprofundado e qualificação do termo a partir da descoberta dos significados que assume nas experiências concretas . A necessidade da participação da população envolvida em projetos gestados por políticas públicas é praticamente consensual na literatura sobre o tema e nos leva a pensar em algo que é feito em conjunto, de modo integrado e de acordo com o compartilhamento do poder decisório sobre o processo (AL-TAFIN e MOLINA, 2000). O termo em si nos leva a conotá-lo de forma positiva, construtivo, trazendo a idéia de algo feito a partir da opinião de muitos. Entende-se que quando em uma comunidade é feita uma dinâmica de cunho participativo, grande parte da comunidade estará presente, objetivando uma construção a partir da visão de todos e das idéias de todos, contudo, nem sempre é assim.

Assim, a “participação” é apresentada sob um aspecto normativo e naturalizado, abarcando idéias de caráter positivo, tais como envolvimento e protagonismo dos atores que participam de alguma ação no sentido de buscar melhorias para as categorias sociais ou territórios que representam. Ao mesmo tempo, induz-se à idéia de participação, a criação de espaços relacionais que indicam uma proposta democrática de aprendizado, conhecimento coletivo e ajuda mútua. Neste sentido a participação é fundante da chamada “democracia participativa”, contudo, cada vez mais a chamada “democracia representativa” tem se apoiado em uma perspectiva de participação mais direta, tendo em vista que a representação não consegue, muitas vezes considerar os reais sentimentos e intenções de quem é representado. Tem-se como natural a idéia de que a vontade daquele que representa é a construção e reafirmação das identidades coletivas, e que além de ser reconhecida pelos representados, também possui um caráter deliberativo, o que torna a decisão legítima. No entanto, definitivamente, “a representatividade é um critério insuficiente para garantir que a participação social se exprima em organizações socialmente construtivas” (ABRAMOVAY, 2007, p. 10).

Desta forma, mostra-se conveniente relacionar o conceito de “participação” à idéia de “poder”, das disputas em torno do poder. Por um lado, a participação pode ser entendida como uma atitude de protagonista, de ser sujeito de uma determinada ação e, assim, obter reconhecimento e legitimidade para exercer influência e controle sobre as decisões, torná-las mais transparentes e, desta forma, contribuir para uma distribuição mais eqüitativa de poder (para tomar decisões, alocar recursos, iniciar atividades, etc.),

assegurando a expressão de identidades coletivas. Por outro lado, pode indicar disputas e conflitos, resultantes de cooptação e de manipulação em torno de estruturas de poder.

O tema desta pesquisa se limita à ATER pública<sup>68</sup>. Neste sentido, para fins de didática, poderíamos, a partir da bibliografia sobre a relação do Estado com as políticas de participação e descentralização, criar uma escala. A participação não se reflete apenas no momento de encontro, mas em uma concepção construtiva e dialógica da intervenção. Assim, no caso da extensão rural pública, a relação com o Estado vai condicionar os critérios que orientam a ação extensionista. Ao relacionarmos o poder a influência e ao controle do Estado, pode-se criar uma escala das formas de participação, reproduzida na figura abaixo:

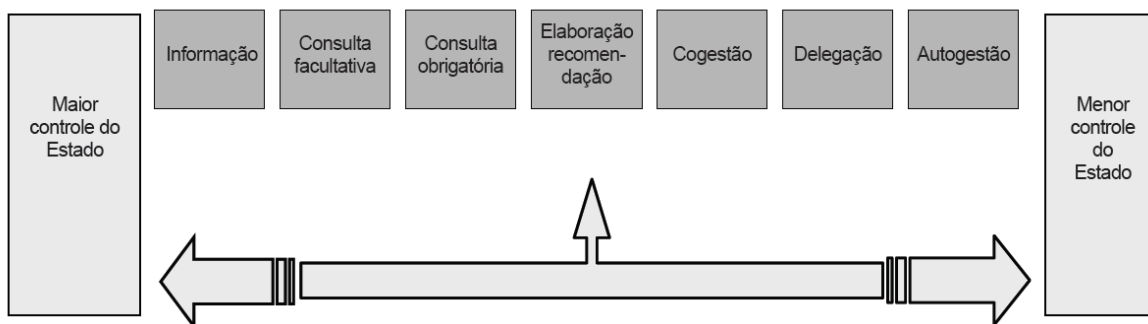


Figura 1. Escala gráfica do grau de controle do Estado e as correspondentes situações de participação. Fonte: Bornevale *apud* SOBRINHO (2008).

É importante ressaltar que essas situações de participação tampouco são estáticas, e que um mesmo grupo pode, em um contexto, apresentar uma situação de maior controle do Estado e logo em outro momento mudar sua situação, em função do contexto e das “possibilidades de manobra” frente a ação extensionista dos mediadores e a correspondência ativa dos mediados.

Santos (2004) nos remete a pensar elementos da participação que outrora são vistos como naturais. Tais elementos tornam-se essenciais na medida em que demonstram limites na operacionalização do termo e evidenciam problematizações presentes em processos ditos participativos. O primeiro deles é o caráter conflituoso, competitivo

<sup>68</sup> ATER pública se refere à ação extensionista que tem como foco agricultores familiares ou comunidades tradicionais inseridos em políticas públicas. A ATER pública pode ser estatal ou terceirizada. Uma cooperativa, como a que é foco da presente pesquisa, executa a ATER pública não-estatal.

e colaborativo que ocorre em processos ditos participativos. Os processos de decisão coletiva envolvem disputas de poder entre as diferentes entidades representativas que “participam” dele.

Tais disputas podem ocorrer de forma competitiva, ou seja, entidades competindo por meio da retórica, buscando a melhor decisão do que pode ser visto como possibilidade de melhoria para o grupo que faz parte e/ou representa, ou colaborativo, por decisões conjuntas como forma de compartilhar os mesmos objetivos e ideologias. O outro aspecto é da cooptação e da manipulação. Esses elementos podem camuflar-se na argumentação em espaços ditos participativos, claramente identificados na retórica das políticas públicas. A competência acumulada de alguns pode ser vista como um elemento que permite o uso da retórica, muitas vezes por argumentos técnicos ou políticos, por vezes deslegitimando e não considerando a participação de outras percepções e intencionalidades.

Entre as formas de participação, poderíamos pontuar uma tipologia sobre a aproximação entre pesquisadores e agricultores, qual pode se referir também as interações entre extensionistas e agricultores em suas diferentes formas de participação.

Quadro 2. Tipologia das formas ou modos de participação.

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Participação passiva (informa)	A comunidade participa recebendo informação do que irá acontecer ou do que já aconteceu. Suas respostas não são levadas em conta. A informação compartilhada pertence aos profissionais externos
Participação tendo como resultado a transferência de informação	A comunidade participa respondendo às perguntas feitas por pesquisadores-conservadores, que utilizam questionário ou abordagem similar, por exemplo, para identificar critérios de seleção de melhoramento de plantas. A comunidade não tem a oportunidade de continuamente influenciar os resultados encontrados durante o projeto de pesquisa ou de extensão, que nem mesmo é compartilhado e/ou verificada a exatidão dos dados
Participação por consulta	A comunidade participa, sendo consultada, e os agentes externos escutam exemplos para identificar os objetivos do melhoramento e criar as recomendações. Os agentes externos definem problemas e soluções e podem modificá-los de acordo com as respostas das pessoas. Um processo de consulta não concede o direito de tomada de decisões. Os profissionais estão obrigados a fazer o levantamento de opinião com cada pessoa.
Participação por incentivos materiais	A comunidade participa fornecendo recursos, por exemplo, trabalho ou terra, e, em contrapartida, recebe alimento, dinheiro ou outros incentivos materiais. Muitos testes a campo de variedades caem nesta categoria, em que as comunidades rurais oferecem recursos mas não são envolvidas na experimentação
Participação funcional	A comunidade participa formando grupos que vão ao encontro de objetivos predefinidos relacionados ao projeto, que podem englobar o desenvolvimento ou a promoção de iniciativas de organizações externas. Essas instituições geralmente dependem de iniciadores e facilitadores externos, mas podem torna-se autosuficientes.
Participação interativa	A comunidade participa da análise em comum, que orienta os planos de ação, a

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
	montagem de grupos locais ou os ajustes nos existentes. Pesquisadores e/ou extensionistas utilizam metodologias interdisciplinares que procuram perspectivas múltiplas e fazem uso sistemático de processos de aprendizagem. O controle de aprendizagem dos grupos influencia na tomada de decisões, e, nesse sentido, as pessoas tem um papel importante na manutenção e na evolução das estruturas e práticas criadas.
Automobilização	A comunidade participa tomando iniciativas independentes das instituições externas para o sistema de trocas. Tais mobilizações de auto-iniciativas e ações coletivas podem ou não por em risco a distribuição igualitária da riqueza e do poder.

Fonte: BOEF & PINHEIRO (2007, p. 70-71).

Assim sendo, sob o argumento de se alcançar uma capacidade de deliberação, a participação pode ganhar um sentido de integração, informação e manipulação, ou mesmo cooptação de atores, a partir do uso de diferentes formas de representação e da capacidade argumentativa, como na utilização de símbolos de prestígio político e reconhecimento social. Assim, torna-se necessário ter uma visão crítica do conceito de participação, enxergando-o como uma ação relacional que, condicionada a diferentes interesses, pode ser colaborativa, conflituosa ou até competitiva, dependendo do poder e da intencionalidade dos atores envolvidos.

Dessa forma, a participação não é algo acabado ou natural, mas traz em seu bojo relações que devem ser consideradas e ponderadas. Tais relações são importantes na medida em que evidencia que participar é muito mais do que criar espaços no quais vários atores de realidades distintas escolhem harmoniosamente o caminho para o “melhor”, mas é um espaço de disputas em que a democracia e as relações de poder estão sempre atuando, e, algumas vezes, sendo recriadas e resignificadas pelos agentes envolvidos no processo chamado participativo. O exemplo citado de Abramovay (2007) dos conselhos municipais de saúde e sua “prefeiturização”, é pertinente em muitos programas e políticas públicas e a centralidade das instituições públicas também não escapam das políticas destinadas para a ATER.

Assim, a complexidade da intervenção limita a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas com premissas democráticas, de participação e de gestão compartilhada. O conteúdo emancipatório da política, por si só, não se traduz no fortalecimento da participação direta dos atores ou da representação política e na construção de processos democráticos que deveriam gerar bens públicos e desenvolvimento social. “Todo o segredo está em conseguir bens públicos voltados para a valorização do conhecimento, da inteligência, dos laços sociais localizados, dos recursos naturais e das virtudes paisagísticas de uma região” (ABRAMOVAY, 2007, p. 17).

Com intuito de qualificar os modelos da ação extensionista, descrevemos alguns critérios a serem perseguidos para analisar as formas de intervenção na prática extensionista. Esses critérios foram escolhidos, pois se destacam na literatura sobre ATER. Apesar de ser descrito e problematizado critérios gerais que orientam a dinâmica da ATER, na prática esses elementos são mais complexos, não sendo possível demarcar teoricamente, de forma compartimentada, a prática extensionista apenas nestes critérios,

## **2.2. Critérios orientadores para análise das formas de intervenção extensionista**

Abordaremos neste item alguns critérios orientadores para a reflexão sobre a ATER, inicialmente apresentando características desta prática interativa. Abordam-se alguns critérios sobre os modelos de intervenção, destacando o que poderia ser chamado de uma concepção “personalizada” ou “padronizada” da prática extensionista; segundo, abordaremos o tema da formação profissional do extensionista e seus condicionamentos sobre a sua ação e prática profissionais; em por último, são tecidas algumas breves considerações sobre as estratégias de avaliação da ação extensionista, no intuito de qualificar a análise dessas intervenções. É importante ressaltar novamente que estes critérios não são estakes, e não raro, é possível encontrar características que se confundem ou que se complementem, complexificando a identificação da ação extensionista com modelos ou abordagens criadas a partir da teoria. No próximo item, abordaremos estes critérios da ação extensionista à luz do programa de ATER e do extinto LUMIAR, aprofundando a literatura acadêmica que aborda os dois programas. Antes, cada um dos critérios orientadores será apresentado e analisado para subsidiar as argumentações construídas a seguir.

### **2.2.1. Os modelos de intervenção**

Castro (2003), ao problematizar a ação extensionista, investiga as maneiras que a civilização fundamenta nossa forma de pensar e o desenvolvimento do que a civilização denominou de “pensamento” e de “conhecimento”. Expõe a forma particular de construção da realidade, que vai do “vazio” ao “cheio”, “[...] desde lo in-forme (no-forma) a lo in-forme (em-forma)” (CASTRO, 2003, p.42 e 43). Nesse *continuum* que se complexifica, o ambiente, o ato e a reflexão sobre o ato e, por último, o ritmo (tempo), são os

eixos de análise que moldam os cenários das diferentes formas de se fazer extensão rural.

São as raízes de nossa forma de pensar a extensão rural, reflexo do ato de elencar modelos (e até paradigmas) diferenciados da ação extensionista, que conduzem às mudanças metodológicas e às abordagens extensionistas a partir de “formas de interação” (CASTRO, 2003). Neste sentido, existem cosmovisões compartilhadas pela sociedade ocidental que fundamentam e orientam a ação. O autor citado se refere primeiramente à matriz de pensamento que orienta, limita e simplifica o entendimento da realidade a partir de relações binárias e bipolares, ignorando a riqueza e a complexidade da trama social, onde toda relação só é entendida como contraponto e complementaridade. Essa ambiguidade dos contrários, ao mesmo tempo em que desqualifica e deseja acabar com seu oposto, teme que seu fim possa velar sua própria posição. Assim, o autor afirma que “[...] la existencia se convierte en una angustiada forma de vida, de la que estamos presos, sin tomar conciencia de que la prisión no es ‘real’ sino producto de una forma de construir la realidad” (CASTRO, 2003, p. 47). O segundo fator elencado pelo autor se refere à forma como se executam as atividades essenciais para a sua existência, o ato de conhecer e sua relação com o conhecimento. O conhecimento pela sociedade ocidental contemporânea é entendido como o ato de fragmentar as partes constituintes do todo, como processo prático, mas também lógico.

“Resultado? Conhecimento. Esto para el hombre. Para los objetos, las plantas y los animales: destrucción y muerte. Porque después de separadas las partes se retorna al “todo”, reintegrando sus partes. Todo parece “encajar” nuevamente. Solo la vida queda afuera” (CASTRO, 2003, p. 47-48).

O terceiro e último fator corresponde à ideia que se tem do trabalho extensionista, sintetizado na concepção de *desenvolvimento*, que se traduz pelo aumento, crescimento e progresso permanente e linear. Uma concepção liberal poderosa, inculcada na máxima que “todo o desenvolvimento é possível, desde que haja vontade de alcançá-lo”. Ainda nessa concepção fica implícito que para se alcançar o desenvolvimento é necessário recorrer a algo que vem de fora, pois mesmo sendo possível alcançá-lo, é necessário se projetar em um modelo de desenvolvimento, configurando uma visão de mundo simplista e subordinada ao outro, considerando a dependência das partes ao todo, que por sua vez, nunca será alcançado pelo indivíduo (CASTRO, 2003).

Os “modelos” de ação extensionista que o autor propõe são da *extensão como participação*, *extensão como serviço* e *extensão como intervenção*. A diferenciação ocorre, sobretudo, acerca da relação do que chama “fonte” (mediadores e seus recursos) e “receptores” (mediados e suas ações). No primeiro modelo a questão central está na co-responsabilidade e na construção conjunta projetos e soluções, considerando a fonte com um poder provisório e os receptores como autônomos, que experimentam e optam por alternativas que mais convêm. Já no segundo modelo (extensão como serviço), a fonte se reconhece como portadora de um saber que o receptor necessita, porém, o receptor não só recebe, pois procura uma solução (desconhecida) para seu problema (conhecido), esperando do especialista as condições de uma resposta adequada. Mantêm-se um caráter unidimensional e assistencialista, mas por se tratar de uma relação contratual, ambos crêm no compromisso mútuo (CASTRO, 2003), apesar de que, se houver uma falha na orientação, quem fica mais prejudicado é o receptor. A última forma de extensão (como intervenção) é, de acordo com o referido autor, a mais comum nos processos institucionais dos aparatos estatais. Essa concepção não está preocupada com o conteúdo da ação extensionista, somente com sua forma, assim, reduz a relação comunicativa a uma questão de estratégia. Também incorpora no discurso os beneficiários indiretos (a sociedade, a nação) e a ação extensionista se apresenta como válida em si mesmo, como um “imperativo categórico”, independentemente do que pensam os receptores (CASTRO, 2003). Essa prática está impregnada de uma concepção mercadológica, reduzindo a ação a objetivos quantitativos e quantificáveis, pelos quais se constroem as políticas e os projetos de intervenção.

Dentro das experiências de intervenção de ATER é comum encontrar trabalhos que abordem a existência de um modelo de intervenção, seja ela de “forma padronizada” ou que seja uma referência a um modelo “por demanda” (TENDLER, 1998). Os modelos padronizados geralmente são fundados em uma concepção pedagógica de transmissão ou de condicionamento, seguem uma lógica linear e muitas vezes não-dialógica, a partir de um modelo pré-estabelecido de leitura da realidade e de intervenção, visando ao alcance de metas ou acordos estabelecidos, muitas vezes sem a participação do “mediado” e segundo um roteiro de intervenção aplicado, indistintamente, ao conjunto de agricultores. Já o segundo modelo (por demanda), geralmente se funda em uma concepção pedagógica dialógica, reflexo de uma dinâmica interativa, e que, apesar de existir fases da intervenção extensionista, a prática extensionista é construída a partir

de um modelo acordado entre mediados e mediadores, obedecendo a intencionalidade, a motivação e as necessidades da realidade prática dos primeiros. O tempo e a forma de monitorar e avaliar esses dois modelos são bem distintos, revelando especificidades na ação extensionista adotada.

Tanto o tipo formal, como o tipo participativo de intervenção podem ser “padronizado” ou “por demanda”. Na prática extensionista cotidiana geralmente há uma combinação destes dois tipos, sendo que a formal pode ser estritamente padronizado, enquanto o tipo participativo combina elementos padronizados (acordados entre as instituições e normatizado por regras de contrato ou convênio) e características por demanda, em diálogo com os atores em processo de mediação. A forma padronizada estabelece critérios mais precisos na avaliação e acompanhamento do trabalho extensionista, exposto em metas e padrões de monitoramento. Já o tipo por demanda exige certa flexibilidade e criatividade dos mediadores, por vezes conflitando com elementos padronizados que garantam a transparência e o acompanhamento das práticas extensionistas (TENDLER, 1998).

Um trabalho que aborda essa diferenciação sobre os serviços de extensão rural no Ceará, que se realiza por meio de um modelo por demanda, é feito por TENDLER (1998) e pode ilustrar a importância da proximidade e da multidimensionalidade da intervenção nos serviços de ATER neste modelo. Com objetivo de caracterizar os condicionantes da prática extensionista, a partir de instituições públicas que experimentalmente direcionam uma intervenção a partir da realidade dos mediados, o serviço de ATER da pesquisa em questão foca as necessidades e as intencionalidades dos agricultores; e não do programa ou do projeto em si. Ao contrastar as diferenças de uma forma de intervenção padronizada e outra personalizada e orientada pela demanda dos usuários do serviço de extensão, afloram importantes questões acerca da mediação. Na experiência analisada pela autora, o “bom desempenho” do serviço está estritamente ligado à constituição conjunta de alternativas produtivas e organizacionais, assim como a construção de confiança e de um ambiente favorável para a prática do serviço, apesar das dificuldades de controle e segurança dos orçamentos por parte dos gerentes do serviço. Assim, percebe-se como outros elementos da vida social, além da produção no lote, estão presentes em uma intervenção que busca ser “integral”.

As atividades, muitas das quais não consideradas como “trabalho de ATER”, como reivindicar direitos constitucionais ao conduzir o agricultor à cidade, na busca de

direitos básicos de saúde, educação e pensão social, são condicionantes para uma boa interação entre os mediadores e mediados. Pode-se questionar até que ponto o extensionista, neste caso, também não assume um papel de assistente social do município. Uma coisa é articular, organizar e acompanhar a comunidade e seus indivíduos na luta por seus direitos, outra seria, literalmente, levar os agricultores aos postos de serviço público, por vezes, mantendo uma relação paternalista com o mediado. Este trabalho de facilitação das demandas, não necessariamente relacionada ao cotidiano do agricultor no lote, revela que a prática extensionista não é apenas um serviço, mas um acompanhamento e uma assessoria que envolve todas as necessidades dos mediados.

Neste sentido, a prática da extensão rural é necessariamente um processo de educação contínuo, que passa por mudanças a médio e longo prazo, pelo estabelecimento de relações respeitadas e duradouras, assim como por uma temporalidade própria, respeitando a forma de organização e percepção das mudanças e das intenções das populações rurais. Ao mesmo tempo, a moral e a autoestima do extensionista não depende necessariamente do surgimento de novas relações entre supervisor e agentes, mas principalmente dos extensionistas e seu reconhecimento pelos agricultores (TENDLER, 1998).

É importante destacar que o modelo por demanda segue um método e está atento ao processo da ação extensionista, não apenas seu resultado. Obviamente existem objetivos, contudo, os mesmos não são definidos e perseguidos apenas pelos aparatos interventores, mas construídos em processo dialógico, a partir da demanda dos mediados, de forma flexível. Já o modelo padronizado é rígido, tanto no método quanto no tempo (ritmo), ignorando os condicionantes imprevistos e dificultando uma alteração da proposta metodológica ao longo do processo da dinâmica e da prática extensionista de intervenção.

### **2.2.2. Formação dos extensionistas**

Outro critério comum na literatura sobre a ação extensionista diz respeito à formação dos mediadores, sobretudo nas Ciências Agrárias, onde a extensão rural, como disciplina acadêmica está inserida. Sendo a ação extensionista um complexo processo social de intervenção, não estaria ligada exclusivamente às Ciências Agrárias. Atualmente algumas áreas do saber têm contribuído enormemente para se pensar o processo

da ação extensionista, destacando para os processos comunicativos, psicológicos e psicogenéticos, além, logicamente, dos processos educativos e pedagógicos e suas respectivas áreas do saber.

A diferença entre as chamadas disciplinas “sociais” e disciplinas “agrárias”<sup>69</sup> e sua interação na ação extensionista e na composição da equipes que praticam a mediação é fruto de um grande debate na ATER (PEREIRA, 2004; PIMENTEL, 2007). Enquanto os mediadores “agrários” estariam preocupados somente com as questões técnicas, focados na produção e nos hábitos agrícolas, os mediadores “sociais” se limitariam à formação política, gestão e organização das áreas rurais. Esse descolamento tem raízes mais profundas na sociedade e na forma de condução da especialização do saber, reflexo dos currículos universitários, e dos critérios orientadores da ação extensionista (PIMENTEL, 2007). De um lado uma mediação técnica (agrária), preocupada exclusivamente com questões práticas da produção e não questionando a ideologia, seja da tecnologia, seja da condição de marginalizado socialmente e relegando as questões organizativas e políticas em segundo plano. De outro lado, uma mediação estritamente política e organizativa, que não se preocupa com os processos ecológicos e agropecuários, nem com a produção, mas somente com a ideologia e os processos sociais que subjaz a condição dos mediados. Esse descolamento entre as questões técnicas e sociais limita a ação extensionista a uma dimensão que não comporta a complexidade e a diversidade das situações do mundo rural, refletindo em situações problemas da prática extensionista e não contribuindo para as situações de mudança social (PIMENTEL, 2007).

Os extensionistas que são formados nas universidades e nas escolas técnicas pertencem, de um modo geral, às abordagens clássicas das ciências agrárias, calcadas em um lógica produtivista-tecnicista-industrialista, onde o desenvolvimento do mundo rural passa pela maximização da produção agropecuária. Mesmo após 30 anos das primeiras críticas sobre o descompasso entre a formação dos profissionais e as demandas das populações rurais não houve grandes mudanças nos projetos políticos pedagógicos e nos currículos dos profissionais das ciências agrárias (PIMENTEL, 2007). Mesmo na disciplina “extensão rural”, qual deveria partir de uma perspectiva multidisciplinar e abordar

---

<sup>69</sup> Apesar desta discussão polêmica, para, a modo de simplificação, é comum relacionar as disciplinas agrárias a uma formação tecnicista, enquanto as disciplinas sociais a uma formação humana.

os “novos” desafios<sup>70</sup> contemporâneos, há uma tímida incorporação a estes novos temas e outros temas tão difundidos na pesquisa como as questões de sucessão rural, gênero, etnia e as “novas ruralidades” não aparecem nos programas da disciplina extensão rural no país (GARRIDO, *et al.*, SD).

A formação dos extensionistas das profissões agrárias<sup>71</sup> ainda está distante dos complexos questionamentos que subjazem a ação extensionista na atualidade e a função técnica dos profissionais das ciências agrárias ainda é o que garante o reconhecimento como agentes de mudança social no mundo rural, levando a uma série de ambigüidades intransponíveis quando se trata de trabalhar com esse público diferenciado de agricultores. Atualmente, essa condição de agente de mudança expõe a necessidade de problematizar tanto a técnica como a ciência, como pressuposto para superar o condicionamento difusionista das décadas de 60 e 70 (COELHO, 2005; PIMENTEL, 2007). A oposição entre o conhecimento do cientista agrário (“sábio”) e do trabalhador rural (“arcaico”) naturalizou a subordinação do primeiro pelo segundo. De acordo com Caporal (1991):

A técnica introduzida no campo é um exigência do desenvolvimento capitalista [...] o desenvolvimento da ciência e da tecnologia aliado ao acesso ilimitado dos conhecimentos científicos a pequenos segmentos da população acentua a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual de tal forma que oportuniza o fortalecimento de categorias intermediárias de indivíduos, não diretamente ligados ao processo produtivo, que assumirão o papel formal de transmissores de informações técnicas. (CAPORAL 1991, p. 35).

Esta forma de conceber o profissional das Ciências Agrárias não se alterou substancialmente. Seu reconhecimento social ainda está ligado à resolução de problemas técnicos e práticos, como o responsável por resolver tanto as questões pontuais da produção e da organização, como por fazer a mediação com outras áreas do conhecimento, com diferentes esferas sociais e também dos aparatos públicos. Contudo, o projeto político pedagógico das profissões agrárias não contempla essa diversidade e essa complexidade da intervenção extensionista, além de não contar com o diálogo com outras áreas do saber, tão necessárias a uma intervenção multidimensional. A motivação tecnológica

---

<sup>70</sup> No fundo estes desafios não são novos, contudo, somente na última década estão incorporados nas agendas de pesquisa (mesmo deficitariamente) e nas políticas públicas para o mundo rural. Entre os “novos” desafios da Extensão Rural poderíamos pontuar a reorganização do trabalho e da produção por uma ótica do associativismo/cooperativismo e da economia solidária; desigualdades associadas a gênero, etnia e processos geracionais, concepções sobre o empoderamento, o desenvolvimento local e endógeno; agricultura familiar, segurança e soberania alimentar; atividades não-agrícolas e a agroecologia; entre outros. Desafios expostos com base nos trabalhos de CAPORAL 1991, CAPORAL e COSTABEBER, 2007, CALLOU, 2007, DIAS, 2007 e GARRIDO *et al.*, sd.

<sup>71</sup> Para aprofundar a construção, o papel e os desafios na formação das profissões agrárias Cf. COELHO (1999). Um trabalho crítico conceitual e propositivo metodologicamente sobre as “orientações técnicas” dos profissionais extensionistas encontra-se em COELHO (2005).

leva alguns técnicos a se considerarem os únicos portadores da “solução técnica” dos problemas dos assentados, como se os problemas técnicos se resumissem a um problema tecnológico. Mesmo quando existe reconhecimento do técnico do saber do assentado, exposto por sua prática empírica, acaba sendo considerado como um conhecimento inferior ao conhecimento científico (MASSELLI, 1998). Já a motivação política também pode apresentar ambigüidades, quando o compromisso do extensionista na transformação social sobrepõe as expectativas dos assentados na resolução de problemas imediatos, não se preocupando em tornar viável, como unidades produtivas as áreas do assentamento.

Concomitantemente a esse critério relacionado às áreas do conhecimento e a formação dos profissionais que se propõe a trabalhar com a ação extensionista, está presente uma concepção de mediação que limita a intervenção somente nas atividades “da porteira para dentro” (ALTAFIN & MOLINA, 2000), geralmente ligada a uma mediação técnica, e que apresenta um descompasso com os ideais de uma intervenção integral, pois não está atenta as outras dimensões da vida dos assentados, inclusive, por vezes, não estando preocupada com uma dimensão fundamental: a comercialização da produção.

Um olhar apressado sobre os grupos de mediadores e mediados, principalmente pela fala dos que os representam, pode acenar para uma homogeneidade no conjunto e nas ações dos grupos, contudo, torna-se importante pontuar que nas relações interpessoais, nas ações cotidianas e na prática profissional, cada um contará com certa dose de individualidade cultural (FLORENCIO & COSTA, 2006). Neste sentido, a busca por uma identidade de trabalho dos mediadores não significa que todos construirão essa identidade, ou que essa construção ocorre sem conflitos. Além disso, a identidade não se dá por si só, mas em contraste com o outro e pelo próprio reconhecimento social da diferença, concomitantemente, a identidade é dinâmica, pode ser mantida, modificada ou remodelada em função das relações sociais dos grupos e indivíduos (OLIVEIRA *apud*. FLORENCIO & COSTA, 2006).

### **2.2.3. Estratégias de avaliação**

Outro critério fundamental para se pensar a ação extensionista é a avaliação. Abramovay (2007) chama atenção para as estratégias alternativas de extensão rural, que

buscam incorporar processos mais democráticos e que deveriam agrupar critérios multidimensionais do desenvolvimento de “comunidades rurais”. Entre as críticas a essas políticas, distingue *políticas de direitos* e *políticas de desenvolvimento*. Enquanto a primeira consiste em transferências públicas voltadas para segmentos específicos da população e o controle sobre a chegada e aplicação dos recursos, a segunda se realiza objetivando “(...) mobilizar ações de uma multiplicidade de atores privados, associativos e públicos” que não se limitam a controlar recursos, mas “[...] visam alterar o ambiente de uma determinada região para favorecer iniciativas voltadas a fortalecer o processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1997, p. 6-7). Neste sentido, a ação extensionista inserida em uma política de desenvolvimento não poderia ser somente destinada a um setor da sociedade, assim como não deveria descartar a interação de outros os setores sociais (públicos, privados, comunitários, etc.) para gerar desenvolvimento, que se mostra multidimensional. Segundo este autor, os elementos que criam oportunidades de fortalecer o desenvolvimento são de três ordens: “(...) o acesso a ativos (crédito, terra, conhecimento, etc.), o dinamismo econômico e a inovação técnica, social e organizacional” (ABRAMOVAY, 1997, p. 7). A combinação dos três, e não seu isolamento, permitiria um desenvolvimento de base ampla, e qual respeite as iniciativas, as vontades e os sonhos das populações atendidas.

### **2.3. Os assentamentos rurais e a mediação pela extensão rural: uma abordagem a partir das concepções do Programa de ATES**

A proposta de mediação estabelecida nas normativas do Programa de ATES, como dito anteriormente, é originária de uma longa trajetória de experiências da ação extensionista. As críticas a um modelo padronizado da ação extensionista direcionou experiências da ação extensionista por demanda. Nos poucos anos de existência do ATES, a proposta inicial era atuar por demanda, não havendo um itinerário fixo da ação extensionista, embora houvesse a necessidade do cumprimento das etapas de desenvolvimento dos assentamentos de acordo com o que a proposta de intervenção, coordenada pelo Estado (na figura do INC RA) determinara, e as visitas individuais não ocorriam a todos os assentados. Nas pesquisas consultadas sobre o Projeto LUMIAR, é registrado um descompasso entre as propostas técnicas, principalmente produtivas e especializadas, e a realidade produtiva dos assentados. O direcionamento para cultivos “financiá-

veis” pelo PROCERA<sup>72</sup> não correspondia às experiências anteriores dos assentados, representando uma dificuldade e expondo limites na ação extensionista, sobretudo pela descontinuidade e a falta de acompanhamento que o programa emergencial se caracterizava (DIAS, 2004; PIMENTEL, 2007). Já em trabalhos sobre o ATES, é registrado que, na maioria das vezes, somente os assentados que contavam com acesso e financiamento creditício tinham visitas periódicas dos extensionistas (MIRANDA, 2008)<sup>73</sup>. A partir de 2010, o Programa de ATES passa a obrigar as prestadoras do serviço extensionista visitar todos os lotes, no mínimo três vezes ao ano, independentemente se acessam crédito ou não.

A visita individual, lote a lote, passa a ser um componente importante para compreender a ação extensionista no Programa de ATES. Apesar de haver algumas críticas a essa visita padronizada, de uma forma geral, ela possibilita a composição de um cenário mais completo sobre as atividades e a condição dos assentados e dos assentamentos. O INCRA ressalta que a visita individual é uma das mías importantes metodologias de funcionamento do Programa ATES. Pelo fato da ação extensionista proposta pelo ATES não impor uma mudança, ela não se caracterizaria exclusivamente pela padronização, a partir do momento que é o assentado, em diálogo com o extensionista, que define as práticas produtivas e sua relação ambiental com o lote. Esse modelo, “parcialmente padronizado”, ao mesmo tempo em que garante certa autonomia entre os mediados na relação assentado-extensionista, por não orientar somente a partir da intencionalidade do extensionista, pode sinalizar uma mudança paliativa do programa do ATES, tendo em vista que muitos assentados não se interessam pelas propostas apresentadas pelo ATES<sup>74</sup>. Assim sendo, pode-se notar uma contradição entre os objetivos do programa e

---

<sup>72</sup> O Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo já extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 1986, direcionado exclusivamente aos agricultores assentados. Segundo PEREIRA (2004) esse programa colocou em evidência as deficiências dos serviços de ATER no país e expôs o descompasso entre as propostas do aparato estatal e dos movimentos sociais no campo. Enquanto o Estado compreendia que o problema de viabilidade dos assentamentos era uma mera questão creditícia, com vista a produção, os movimentos entendiam que os assentamentos são mais que apenas espaços produtivos, para aprofundamentos consultar PEREIRA (2004). No LUMIAR, além da Equipe de Supervisão, detalhada no capítulo anterior, foi criada as Comissões Estaduais PROCERA LUMIAR em cada Superintendência Regional do INCRA e a nível nacional a Comissão nacional PROCERA LUMIAR, sob responsabilidade da Divisão de Assentamento do INCRA Nacional.

<sup>73</sup> O estudo de MIRANDA (2008) se restringe a uma cooperativa (Copserviços) no sudeste do estado do Pará, restringindo generalizações às prestadoras não-estatais.

<sup>74</sup> O interesse pelo Programa ATES é muito variável entre os assentados. Entre os motivos estão as experiências anteriores de ATER vivenciadas pelos mediados, os objetivos diferenciados entre o programa e as intenções dos assentados. Muitas vezes o que o agricultor procura é uma relação de dependência focada no produtivismo, reflexo de décadas de intervenção assistencialista e da histórica posição marginalizada dos grupos de agricultores sem-terra (PEREIRA, 2004; PINTO, 2005; MIRANDA, 2007).

a forma de operacionalizar estes objetivos. Exemplificando: o terceiro princípio do Manual de ATES, que especifica a forma da ação extensionista, ao mesmo tempo em que estimula a adoção de metodologias participativas, não problematiza e não qualifica o enfoque agroecológico, assim como a “transição agroecológica”, exposto no Manual de ATES (BRASIL, 2008).<sup>75</sup>

Há de se considerar que o enfoque adotado, a agroecologia, é um conceito em construção e não fica evidente sua complexidade apresentada pela Norma Interna nº 71 de maio 2008 do INCRA (NI/nº 71, INCRA, 2008), a qual estabelece critérios e procedimentos sobre a ATES. Na norma em questão, a agroecologia aparece como um princípio da ATES, já no segundo Manual de ATES de 2008 (II - Manual de ATES, INCRA, 2008) o conceito é descrito, contudo não é problematizado, demonstrando a necessidade de capacitação não apenas técnica, mas social, dos agentes que visam trabalhar com esse conceito, que se apresenta multidimensional. A agroecologia não deveria apenas ser um referencial de prática agrônômica, pois em sua definição conceitual já existem elementos que ultrapassam as questões agrícolas e produtivas. Inclusive nas definições normativas existe a incorporação, além da dimensão técnica e agrônômica, de aspectos complexos, como variáveis econômicas, sociais e ambientais (MDA/INCRA, 2008). Contudo transpor a norma para a prática exige um esforço considerável na qualificação e na formação dos extensionistas que visam trabalhar com essa definição. Já na lei de ATER, de 2010, o termo “agroecologia” não aparece uma única vez, somente os termos *manejo ecológico* e *agroecosistemas*, representados por unidades de análise do enfoque agroecológico (BRASIL, 2010).

No que diz respeito à formação dos extensionistas um conceito chave para a compreensão da extensão rural em assentamentos foi cunhado por D’INCAO (*apud* MASSELLI, 1998) no começo dos anos 1990, o de “técnico-militante”<sup>76</sup>. O trabalho identificou que os extensionistas que trabalhavam em assentamentos da reforma agrária tinham um “perfil particular”<sup>77</sup> Segundo a definição, o técnico-militante é um extensionista preocupado com a conscientização política, e que por sua vez, se identifica com os

---

<sup>75</sup> Sobre agroecologia e Extensão Rural, consultar GLIESMMAN, 2000; ALTIERI, 2001; CAPORAL, 2003; CAPORAL e COSTABEBER, 2003, 2004, 2007.

<sup>76</sup> É importante ressaltar que o “técnico-militante” abordado nestes trabalhos está diretamente ligado ao aparelho estatal, como no caso as EMATER, vivendo contradições mais profundas pela proximidade com o papel ambíguo do Estado, do que os extensionistas vinculados a ONG e cooperativas que firmam acordos, contratos ou convênios com instituições estatais.

<sup>77</sup> Termo utilizado “[...] para designar o profissional cujo comprometimento político se dá através de sua própria alienação a uma causa política determinada” (D’Incao *apud*. MASSELLI, 1998, p. 63).

“oprimidos”. Tem o perfil de um profissional que, inserido na realidade acadêmica, toma uma atitude crítica aos conteúdos estritamente relacionados à produção, passando a considerar a condição social, a estrutura desigual da propriedade da terra, dos meios de produção e das relações de trabalho no mundo rural. Neste sentido, não é na formação oficial que ocorre as maiores contribuições na formação do extensionista, mas é no movimento estudantil, e seu papel na vida dos futuros profissionais e na formação político-ideológico, sendo um dos principais responsáveis pela “descoberta da realidade” (MASSELLI, 1998). A outra forma de inserção social que contribuiu na formação destes profissionais é o trabalho com educação popular, aproximando as reflexões do educador Paulo Freire às concepções profissionais do extensionista rural. Essa forma de militância direcionou ação extensionista a um conteúdo político, pelo processo de ação-reflexão-ação, objetivando o pressuposto de que para se chegar à “conscientização crítica”, seria necessário conciliar o esforço intelectual à práxis (FREIRE, 1980). Enfim, o perfil do técnico-militante, independente do vínculo político partidário, caminha na direção de que a ação extensionista não é neutra e que o técnico não está, mesmo que assim se intitule, desvinculado do universo político que se encontra o agricultor na sociedade (MIRANDA, 2007). Dessa forma, trabalhar com os assentados, mesmo com as adversidades e com a precariedade estrutural que subsidia a ação extensionista, tem uma importância social valorizada como projeto político de mudança social no intuito de uma sociedade mais democrática e menos desigual.

O técnico-militante vive ambiguidades inerentes ao processo de intervenção extensionista, sobretudo porque está relacionado, de uma forma ou de outra ao Estado. Assim, seu compromisso com a “libertação dos agricultores”, a partir de sua relação com o Estado e pelo jogo dos compromissos políticos que são inerentes, mesmo que inconscientemente, passa a desempenhar, em alguma medida, também o papel de “fiscalização” e até de “domesticação” (MASSELLI, 1998). Dessa forma, se o profissional não estiver muito atento a problematizar sua própria ação, pode contribuir para confundir e fortalecer sistemas clientelístico e paternalísticos (GUEDES PINTO *apud*. MASSELLI, 1998). Além disso, o profissional pode acabar sendo mais um agente de controle e domesticação, por parte dos aparelhos estatais, do que um agente de transformação social.

O que se pode por fim depreender destas reflexões é que, de certa forma, por paradoxal que pareça, a defesa incondicional de um ideal democrático tem contribuído para que, a despeito de suas boas intenções, os técnicos reproduzam, com os assentados, relações autoritárias de dominação (MASSELLI, 1998, p.106).

Para a composição das equipes do LUMIAR, esse componente da militância foi fundamental a partir do momento que os representantes dos assentados indicavam os extensionistas para atuar (PIMENTEL, 2007). Já no ATES, todo o processo de credenciamento habilitação das prestadoras permite a participação de um universo diferenciado de extensionistas, sobretudo pela dinâmica de rotatividade dos profissionais e suas conseqüências. Por outro lado, garante certa autonomia da organização extensionistas frente os outros atores sociais, como as entidades representativa dos assentados, situação que era problemática no LUMIAR (PIMENTEL, 2007), contudo como será visto à frente, no capítulo seguinte, essa autonomia deve ser relativizada.

Neste sentido, torna importante ressaltar que a ação extensionista, e o papel do técnico, muda no decorrer do processo de intervenção e no “momento do assentamento”. Enquanto no início existe a necessidade de inserção na dinâmica do assentamento e aceitação do trabalho extensionista por parte dos mediados, o profissional se posiciona como “amigo” do assentado; já na medida em que os projetos vão sendo concretizados, o financiamento creditício e as orientações técnicas e políticas passam a ocupar destaque na ação extensionista, o profissional passa a assumir um papel de “fiscalizador”, o que pode confundir e limitar a dinâmica do processo de intervenção (ALMEIDA, 2000). Esse processo se mostra mais complexo quando não existe articulação entre as diversas instituições que se vinculam à ação do extensionista e que, mesmo entre as instituições envolvidas, não existe diálogo, algo comum nos aparelhos estatais. Neste sentido, a instituição pública responsável pelo Programa de ATES (o INCRA) tem uma importância fundamental para dar continuidade e garantir que a intervenção extensionista tenha resposta nos aparatos estatais.

Uma última consideração acerca da formação dos mediadores da ação extensionista, diz respeito à institucionalização e à consolidação de espaços contínuos de capacitação e de troca de experiências sobre a ação extensionista. Apesar de estar previsto a criação desses “espaços de capacitação”, que ocorreria de “forma periódica”, assim como espaços de socialização e troca sobre as experiências da ação extensionista, esses espaços têm sido relegados e esvaziados, seja por questões econômicas ou políticas. Estes ambientes formativos e colaborativos, quando ocorrem, têm demonstrado um grande potencial, principalmente para a melhora na aplicação dos recursos e na troca de

experiências de processos comunicativos e avaliativos (PEREIRA, 2004, OLIVEIRA, 2005)<sup>78</sup>.

Trabalhos sobre o extinto Programa LUMIAR apontam para um descompasso entre as metodologias participativas propostas e as formas de operacionalização e apropriação das ações. A retórica e o modismo da participação do LUMIAR levou estudiosos a classificarem uma postura de “populismo participativo” (Marinho *et al. apud.* DIAS, 2004), com uma concepção ingênua da participação, a qual não tinha sustentação institucional, nem política. O relato de um agrônomo extensionista que atuou no LUMIAR é evidente quando afirma que “[...] não adianta ter uma metodologia salvadora se os técnicos não estão sensibilizados para isso” (PIMENTEL, 2007, p. 105). Em se tratando de programas públicos, em muitos casos, como no LUMIAR, a participação dos beneficiários em entidades representativas é uma obrigatoriedade na liberação de recursos.

Assim, o arranjo institucional do Programa LUMIAR, ao invés de contribuir para a participação autogestionária, favoreceu conflitos e disputas, e não conseguiu tirar a centralidade das decisões (DIAS, 2004). A falta de clareza sobre os papéis atribuídos – sobre até aonde cada instituição participante (INCRA, associação e equipe local) poderia agir e efetivar suas proposições – confundia e limitava a ação conjunta das ações e emperrava uma proposta fluida e organizada de prática extensionista. O papel das organizações de movimentos sociais e da representação dos trabalhadores também foi confuso e como traços clientelísticos, marcado por “disputas políticas que quase sempre se resolviam a favor de quem fosse partidário da entidade cujo representante estivesse em uma instância hierárquica com maior poder de decisão” (DIAS, 2004, p. 530), minando o ideário de compartilhamento de poder decisório e de prática democráticas (ECHENIQUE *apud.* DIAS, 2004). Enfim, faltou “[...] a sistematização de um referencial metodológico que estivesse à altura do caráter inovador proposto pelo LUMIAR” (DIAS, 2004, p. 529). Como será visto à frente, esses limites e desafios ainda não foram sanados no ATES.

---

<sup>78</sup> O trabalho de PEREIRA (2004) analisa comparativamente o serviço de ATER executado pelo LUMIAR, pela EMATER e por duas ONGs (AS-PTA e PATAC), revelando que as ONGs, especialmente a AS-PTA, conseguiram, apesar das dificuldades institucionais, criar e desenvolver espaços colaborativos mais eficientes. Já no trabalho de OLIVEIRA (2005), abrangeu dez instituições (cinco estatais e cinco privadas), no qual analisou as mudanças nos parâmetros técnicos dos projetos de assistência creditícia no sudeste do Pará. A criação destes espaços é o que garantiu um levantamento técnico mais condizente sobre o papel do crédito em assentamentos rurais.

A última questão basilar na reflexão da política de ATER, e conseqüentemente de ATES, diz respeito ao monitoramento, acompanhamento e avaliação da intervenção. Todo o processo de avaliação se concentra em reunir informações e índices sobre o trabalho de intervenção da prestadora, ficando centrado, sobretudo, nos critérios objetivos que se restringem ao cumprimento de metas acordadas, as quais se refletem no repasse de recursos (INCRA SR7, 2009). Os critérios subjetivos, na tentativa de quantificá-los, perdem importância e somente em casos extremos são geradores de mudanças e reflexões sobre a ação extensionista no programa de ATES. Não existe uma avaliação específica sobre o papel da instituição pública responsável, nem sobre a ação dos assentados, apenas respostas específicas sobre os frutos do trabalho de intervenção.

Os índices avaliativos que são mais importantes estão diretamente vinculados ao repasse de recursos e o cumprimento das metas e acordos estabelecidos nos planos de ação e no termo de compromisso firmado entre a prestadora e os aparatos estatais. Neste sentido, fica distante um processo dialético e amplo de avaliação do programa, qual não se restringe a intervenção pontual, mas a todos os atores que viabilizam os processos de mudança social e suas várias dimensões sociais. A preocupação com a gestão de recursos públicos e a transparência na aplicação dos mesmos ficam condicionados, principalmente, a índices quantitativos e objetivos, não dimensionando mudanças mais sutis, tácitas e subjetivas, quais poderiam acenar para caminhos mais próximos da realidade dos assentados e mais prósperos da ação extensionista.

Ao considerar o processo de mediação intervencionista da ATES em suas múltiplas dimensões sociais, ignoram-se formas mais subjetivas de avaliar a efetividade da transformação social provocada pela política. Assim, ao ligar o processo de avaliação à liberação de recursos, cumprem-se as metas estabelecidas, sem, contudo, resolver o caráter contraditório de uma ação orientada por construção conjunta e executada e avaliada segundo critérios de metas estabelecidas, como quantidade de visitas e de atividades internas e externas.

#### **2.4. Extensão rural para a reforma agrária: diversidade das prestadoras de ATES**

Como forma de compor um cenário sobre a ação dos mediadores no programa de ATES, este item busca expor os diferentes atores que atuam como instituições medi-

adoras da ação extensionista. Com a possibilidade de instituições não-estatais participarem das chamadas públicas que orientam o programa de ATES, muitas cooperativas (principalmente de trabalho e serviço), ONGs, escolas técnicas e até universidades tem acessado o programa de ATES. Alguns autores (PEREIRA 2004; NASCIMENTO e SILVA *et al.*, 2008; SCARMELO 2009) trabalham com a comparação entre instituições estatais e não-estatais, na operacionalização da ATER pública.

Esses trabalhos evidenciam as diferenças de estrutura, ação e inserção dos mediadores nos processos de ATER. As instituições oficiais pecam por manter uma estrutura e uma metodologia viciada e com raízes no paternalismo e no clientelismo (SCARMELO, 2009). Já nas instituições não-oficiais, existe uma diferença em torno da relação que as mesmas têm com outras instituições e movimentos sociais. Independente se são ONGs ou cooperativas, a autonomia em relação outras instituições permite um trabalho mais independente, conciliando questões pertinentes a uma mediação técnicas e política (PEREIRA, 2004). Contudo, em alguns casos (SCARMELO, 2009), a influencia de organizações que se apresentam como representativas dos assentados pode levar a uma situação de privilegiar a mediação política e relegar as questões técnicas e práticas do cotidiano dos assentados como questões menos importantes da ação extensionista.

No caso do Rio de Janeiro, são duas cooperativas que operacionalizam o programa de ATES (COOPERAR e CEDRO) no ano de 2010. Enquanto a primeira está ligada ao MST, a segunda, foco de análise deste estudo, apesar de manter parceria e um bom diálogo com outras cooperativas (de produção, de serviço, de comercialização) e com representantes dos movimentos sociais e dos sindicatos, não está sujeita diretamente às orientações destas instituições. Abaixo a Tabela 2 apresenta algumas características das prestadoras de ATES no Rio de Janeiro.

Tabela 2. Relação das prestadoras do Programa ATES no Rio de Janeiro.

	CEDRO	COOPERAR	Total
Total de PA	21	14	35
Total de Famílias	1686	638	2324
Total de PDA	5	9	14
Total de PRA	4	00	4
Total de Técnicos	20	8	28
Total de NO	06	2	8

Fonte: INCRA SR-07 (2010).

### **CAPÍTULO 3 – LUTA PELA TERRA NO RIO DE JANEIRO: CARACTERIZANDO O CENÁRIO**

Os assentamentos são áreas, geograficamente delimitadas e constituídas por um ato administrativo, destinadas a grupos de famílias destinatárias de programas governamentais que buscam operacionalizar a política de reforma e reordenamento agrário, para as quais o governo estabelece condições de uso e posse da terra (SAUER, 2000). Sendo assim, os assentamentos apresentam o resultado de uma intervenção estatal que, por meio de um processo de institucionalização do uso e posse da terra, artificial porque é baseado em princípios e preceitos generalistas de definição dos mesmos, modifica a organização social e ocupação do território e, dessa forma, cria um novo ambiente geográfico e uma nova organização social (CARVALHO, 1998).

Subjacente ao ato administrativo que delimita uma área a ser territorializada<sup>79</sup>, a forma de implementação da política de reforma agrária por meio do estabelecimento de assentamentos rurais, passa pela escolha da terra e pela divisão dos lotes. Além disso, é fundamental o financiamento da infraestrutura para moradia, para produção e a política relacionada a assistência técnica. Geralmente este é um processo conflituoso, que envolve lutas populares e atendimento de demandas sociais pelo direito a terra (SAUER, 2000). De acordo com Leite *et al.*, 2004 este processo tende a promover um rearranjo social e produtivo nas regiões onde são instalados.

A implementação dos assentamentos no Brasil são geralmente conduzidos seguindo o modelo dominante de produção agrícola, cuja a concepção de desenvolvimento é do tipo produtivista (MARTINS, 2005). Contudo, a instalação dos assentamentos se dá, preferencialmente em áreas de passivo ambiental, ou seja, em áreas nas quais as condições edáfo-climática são desfavoráveis por serem áreas degradadas (SPAROVEK, 2003), e em na sua maioria, terras mais baratas para desapropriação. Acredita-se que este descompasso entre o idealizado e a realidade dos assentamentos tem dificultado a permanência e a consolidação de algumas áreas. Muitas vezes, tem ocorrido o agrava-

---

<sup>79</sup> O conceito de territorialidade é atribuído aos antropólogos, contudo, o conceito de des-territorialização, e seu intrínseco territorialização, é atribuído aos filósofos Giles Deleuze e Felix Guattari, sobre o surgimento e a construção do conceito consultar HAESBAERT (2006).

mento das condições ambientais com a implantação dos assentamentos (MARTINS, 2005). Além das questões que envolvem as políticas de crédito, como o endividamento dos que acessam as mesmas<sup>80</sup>.

O endividamento dos agricultores é tema comum entre estudiosos, tanto da agricultura familiar camponesa, quanto do patronato rural e dos grandes empresários do agronegócio. Detalhes da relação entre modernização da agricultura e endividamento dos agricultores DIAS (2006) e BALSAN (2006). O argumento que os agricultores descapitalizados não cumpririam com os acordos bancários de crédito impossibilitou durante décadas o acesso a recursos creditício, até o surgimento do PRONAF, em 1995, (GUANZIROLI, 2007), que adota elementos mais brandos de pagamentos e de juros. Contudo, muitos agricultores familiares camponeses não conseguem pagar os empréstimos, mesmo do PRONAF, revelando um descompasso entre a lógica bancária e a lógica do agricultor familiar (GAZOLLA & SCHNEIDER, 2005).

Os sujeitos sociais *beneficiários* do acesso às terras e por recursos destas políticas pertencem e carregam símbolos de uma nova categoria de habitantes do rural, os *assentados*. Medeiros (2002, p. 168) problematiza a construção dessa nova identidade política e social em sua relação com o Estado nos seguintes termos:

As lutas por terra nos anos 80/90 resultaram na constituição de novas categorias e identidades: de um lado o *sem terra*, de outro o *assentado*, objeto por excelência de políticas públicas, no sentido de que sua própria origem é mediatizada por uma política estatal: a desapropriação de uma área e o assentamento [...] A sua proliferação, por um lado, tem provocado a constituição de uma série de demandas (estradas, saúde, educação, etc.) que colocam os assentados em novas redes de relações, pressionando o poder público municipal, cobrando do Estado o cumprimento de prazos, fazendo-os atores políticos significativos em municípios onde a participação política dos trabalhadores do campo sempre foi marcada pelo controle coronelístico.

Contudo, há necessidade de ponderar essa pressão direcionada ao poder público, pois é necessário qualificar essa participação, nos espaços de poder e disputa, na complexidade das relações internas e externas do assentamento e dos assentados. Nesse sentido, o papel dos mediadores e da forma como incentivam e direcionam as práticas democráticas e emancipatórias são centrais. Ou seja, como afirmado anteriormente, mes-

---

<sup>80</sup> Uma análise sobre um conjunto de avaliações sobre o PRONAF, por diversas instituições e por autores de diferentes matizes ideológicas, se encontra em Guanziroli (2007). Uma experiência positiva de boa utilização e apropriação do PRONAF, configurando uma rede de confiança, realizada pelo Sistema CRE-SOL no sul do país, se encontra em BITTENCOURT & ABRAMOVAY, (2003).

mo que a participação seja democrática e horizontal, isso não significa independência e autonomia dos assentados.

Muitos estudos sobre os assentamentos, sobretudo apoiados pela sociologia política, ressaltam as mudanças que ocorrem no papel atribuído ao protagonismo do agricultor assentado e a mudança do ambiente político e institucional que a criação de assentamentos provoca (MEDEIROS, 2002). Inclusive, tem-se demonstrado que apesar da histórica relação de subalternidade do assim-chamado camponês, nos assentamentos, pode ser fomentado o protagonismo, alterando as arenas de disputa, principalmente em nível local (ou municipal)<sup>81</sup>, mas também refletindo em nível regional (LEITE *et al.*, 2004). Apesar desta mudança no ambiente institucional dos assentados, os assentamentos configuram como uma intervenção estatal. Este projeto de reordenação fundiária e mudança estrutural na vida de alguns agricultores está sob responsabilidade e tutela do Estado. Por isso, “[...] ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado” (LEITE *et al.*, 2004, p. 65).

Torna importante pontuar que já da década de 1990 Esterci *et al.* (1992) chamavam a atenção para os desafios dos assentados e demarcava as características e diferenças entre assentamentos conquistados, geralmente vinculados a um movimento social, e assentamentos “outorgados” e geridos diretamente pelo Estado. Há uma distinção entre a conquista da terra, por conflitos e lutas, geralmente na condição de acampados, direcionados por um movimento social do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST; e os assentamentos outorgados, onde o conflito é geralmente menor, como representado nas idéias e nos ideais dos assentados. Essas características são fundantes para se construir uma estratégia específica de intervenção em cada assentamento.

Neste sentido, é comum tanto nos estudos sobre assentamento, quanto nos discursos governamentais, uma grande diversidade de situações que aparecem classificadas como “assentamentos de reforma agrária” (MEDEIROS *et al.*, 2009). São casos de desapropriações, arrecadações ou venda de terras que vislumbram pôr fim a antigos conflitos, ao contemplar trabalhadores que estavam há muitos anos na área. Pode-se chamar

---

<sup>81</sup> Atualmente muitos estudos e grupos sociais vêm redirecionando para a escala local os níveis de análise e atuação. O entendimento e a redistribuição do poder local seria mais efetivo e válido, por estar mais próximo do dia-dia dos grupos e comunidades. Neste sentido, as premissas do planejamento são alteradas, e o tema da participação é revalorizado e redimensionando na intervenção, como argumenta Brose (2004).

essas áreas de assentamentos, como em situações de regularização fundiária, apesar de ser comum agrupar antigos e novos moradores em assentamentos “novos”. Ainda são considerados assentamentos unidades onde antigos trabalhadores permanecem, e que sobrevivem, fundamentalmente, de em atividades extrativistas, como acontece na região Norte do país (tipo assentamentos em seringais, alguns transformados em Reservas Extrativistas (MEDEIROS *et al.*, 2009). Também se verifica a formação dos assentamentos em antigas áreas de lavouras comerciais, sobre as quais a pressão social dos trabalhadores tornaram possível a transformação de antigas fazendas falidas em assentamentos, especialmente aquelas da indústria canavieira (MEDEIROS *et al.*, 2009).

Contudo, a maior visibilidade dos assentamentos se dá por meio de conflitos. Nesses processos é importante a ação de antigas lideranças de trabalhadores (das décadas de 1950 até 1980), mas principalmente, a partir dos anos de 1980 os assentamentos criados por influência do MST. Nestes últimos casos, são assentamentos que surgiram da mobilização de trabalhadores, inicialmente os de origem rural, e na maioria, expropriados ou em condições de assalariamento, posseiros ou parceiros e, mais recentemente, abarcou trabalhadores temporários de áreas urbanas. A essa diversidade de origens, somam-se diferentes atores que participam da trajetória de consolidação dos assentamentos, como o governo federal, o poder judiciário, os governos estaduais e locais, entidades de assistência técnica e extensão rural (públicas e privadas), dentre outros. Essa diversidade de arranjos imprime características diversas às experiências e interações entre atores, que interagem, muitas vezes, de forma conflituosa, no processo de formação, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos. Assim, é necessário considerar que mais que uma etapa final, ou “ponto de chegada” de uma penosa jornada e muitas vezes sacrificante conquista, os assentamentos também se apresentam (e podem ser assim compreendidos) como “ponto de partida” para novos desafios. As demandas daqueles que tiveram acesso à terra necessitam viabilizar econômica e socialmente a futura propriedade rural. O assentamento inaugura uma fase de novas formas de participação política e reprodução social.

Algumas variantes referentes à morfologia e à dinâmica dos assentamentos, refletem nas formas de incorporação do assentamento e dos assentados (incluindo suas ações e projetos) ao tecido social do local e da região. Neste sentido, sua estrutura e conjuntura interna, as ações e iniciativas dos assentados, suas interações são marcas características a serem analisadas para melhor compreender essa incorporação. Entre as

variáveis e critérios que mais condicionam o bem-estar e a qualidade de vida das famílias está: o tempo de assentamento e a quantidade de famílias, a experiência ou não com a agricultura como atividade produtiva de alimentos, as formas de organização e associativismo presente ou potencial, a origem e a trajetória (inclusive a de organização para luta pela terra) dos assentados, a experiências e as condições para segurança alimentar, a sociabilidade e o lazer, o trabalho e a geração de trabalho e renda, as condições edafoclimáticas do local do assentamento, a dinâmica sociotécnica e sociopolítica da relação com o local, a realocação e a modificação nas disputas de poder.<sup>82</sup>

O acesso à terra abre a possibilidade e cria expectativas positivas na reprodução social dos agricultores, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizam muitas dessas famílias antes do assentamento. Dessa forma, não são apenas os ganhos monetários que necessitam ser mensurados, mas também a segurança alimentar e a auto-estima que definitivamente são componentes que estão associados à melhora das condições de vida destes grupos. Fica evidente que as dificuldades e desafios da organização de um assentamento são enormes, explicada muitas vezes, pelas características de heterogeneidade quanto a suas origens e concepções de vida.<sup>83</sup>

A diversidade das origens e das características de configuração dos assentamentos são reflexos do contexto político, histórico e geográfico em que se inserem essas unidades. Assim como a diversidade dos assentados são reflexo da origem e da relação entre assentados e as dinâmicas do assentamento. As especificidades do assentamento (se próximo, ou não, a centros urbanos, vias de acesso, fertilidade do solo, entre outras) e as ações implementadas por projetos ou vontades e desejos, marcam essa diversidade que se traduz numa heterogeneidade dos assentamentos e dos assentados, complexificando as formas de gestão destas unidades produtivas (ZIMMERMANN, 1994, LEITE *et al.*, 2004).

A questão da produção e da gestão individual e/ou coletiva é central nesses debates (ESTERCI *et al.*, 1992). A habilidade, da direção dos movimentos sociais que apoiam os assentamentos ou da própria direção dos assentamentos, em desenhar uma

---

<sup>82</sup> Características destacadas com base em Zimmermann (1994); Carvalho (1998); Navarro (1999); Meireiros (2002) e Sauer (2005).

<sup>83</sup> As trajetórias, origens e concepções de vida podem também ser fatores de homogeneidade para alguns grupos com relações pretéritas a condição de assentado, podendo contribuir para relações solidárias e para práticas cooperativas.

proposta condizente com as condições socioculturais de suas bases reflete nas formas de vida social. A tensão que pode ser criada, ou até o abismo entre projetos “coletivos” e desejos (ou projetos de vida) “individuais” é um exemplo das necessidades dessas habilidades das direções. Muitas vezes a proposta de coletivização, seja da terra ou do trabalho, se apresenta como um problema, pois o assentado deixa de produzir só para si e a partir de suas decisões passa a produzir coletivamente, muitas vezes para uma cooperativa ou diretamente para o mercado. Assim, ele sente que perde parte de sua autonomia e controle sobre as formas de organização e resultados da sua produção (NAVARRO, 1999; MARTINS 2000). Todo seu ideário de *vida de patrão* cai por terra, pois sente que sua independência pode ficar cerceada pelo coletivo, entendido como uma autoridade que se assemelha a da época do patrão.

Quando se considera a constituição de grupos nos assentamentos, Navarro (1999) destaca, ainda, mais dois fatores principais. O primeiro refere-se à relação dos grupos com os poderes locais, ou seja, as relações que têm um vínculo mais orgânico com a direção que influencia no assentamento. O segundo, refere-se às características geográficas e as socializações dos assentados ocorridas em vivências anteriores, que deixam claro os elos sociais dados por relações de amizade, vizinhança ou parentesco. Essas socializações anteriormente estabelecidas podem, ou não, serem reforçadas no assentamento. Neste sentido, o estudo de Zimmermann (1994) é esclarecedor, pois analisa a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva do assentamento (antiga Fazenda Anoni), na década de 1980, no estado do Rio Grande do Sul. O estudo aborda o assentamento enquanto espaço de relações sociais diversas, em que, as características individuais, heterogêneas, são homogeneizadas no processo de luta pela terra, e posteriormente ressurgem de formas novas. Assim, na dinâmica dos “de origem” e dos “de fora”, aparecem os “caboclos individuais” e os “colonos coletivos”, o que permite identificar o lugar social e histórico que estas famílias carregam, refletindo em seus comportamentos e suas formas de sociabilidade

Difícilmente as políticas públicas consideram essas características de sociabilidade dos assentados (NEVES, 1997, 1999, 2008). A distância do que é idealizado pelos assentados e o que é concebido por meio das políticas públicas, vão desde a escolha e demarcação dos lotes, passando pelos critérios para acesso a recursos e créditos até a forma de comercializar a produção dos assentados. Mais uma vez, o ideário produtivista e as questões que envolvem os poderes estabelecidos limitam as intervenções a questões

pontuais que, na maioria das vezes não altera, de forma plena e duradoura a condição estrutural das famílias. A responsabilidade da política da ATER pode ser avaliada em seus desdobramentos políticos e sociais. A partir de projeto comunitário-educativo centrado em converter-se em instrumento para a solução dos problemas sociais rurais (FONSECA, 1985), que se pode garantir uma vida digna para os assentados.

### **3.1. Tentativas de reforma agrária: a extensão rural e as fases de um assentamento**

O objetivo de tornar um assentamento viável socialmente é o fundamento de uma política de reforma agrária, contudo, o desafio de tornar essa viabilidade em realidade não tem merecido a devida atenção. Na perspectiva atuam dada pela PNATER, a política de extensão rural, não se objetiva plenamente e de forma continuada. Acredita-se que não foram consideradas as sociabilidades dos assentados. O fim último de todo o trabalho de mudança social que não tenha efeito duradouro, pode inclusive levar a que as condições das famílias regridam a condições mais precárias do que antes da intervenção.

A descontinuidade permite afirmar que a mudança social propiciada na criação de assentamentos pode ser entendida como uma “*reforma agrária em migalhas*” (NEVES, 1997). Seu caráter acanhado de transformação da vida dos ex-trabalhadores assalariados ou agricultores familiares camponeses sem-terra, tem se dado por uma política de sobras que é atravancada. Essa política, na visão de muitos assentados e extensionistas, veio apenas para conter os conflitos, mas não resolve. Por vezes, a política de assentamentos é considerada uma compensação social e até um paliativo, tendo em vista que somente ocorre em consequência de conflitos e pressões sociais, e não de uma intencionalidade dos governos, e dessa forma ocorre que, por vezes, os agentes estatais não se comprometem com a viabilização dos assentamentos (MAZZINI, 2007). Há quem considere ainda que a atual política de assentamentos é apenas um engodo para deslegitimar uma ação de reforma agrária mais efetiva (CARVALHO, 2004). Neste sentido, ocorre a criação precária assentamentos, os quais dificilmente serão viabilizados, objetivando deslegitimar qualquer tentativa mais ampla de reforma agrária, sob o argumento do insucesso dos assentamentos anteriormente criados.

É importante pontuar que sem uma proposta clara, duradoura, ampla, efetiva e sólida de ATER em assentamentos, dificilmente as intervenções para reforma agrária terão êxito. A luta pela terra e a efetivação dos assentamentos só teria sentido se existisse a continuidade e o acompanhamento para que os mesmos sejam consolidados. O INCRA estabelece sete (7) fases no processo de efetivação dos assentamentos, desde da obtenção da terra até a consolidação de um assentamento. A primeira fase chama-se *em obtenção*, quando a propriedade ainda não foi obtida pelo estado; a segunda de *pré-projeto de assentamento*, quando o estado já obteve a terra, contudo a propriedade ainda está em sendo organizada para a criação efetiva; a terceira de *assentamento em criação*, quando passa a fazer parte de um assentamento efetivamente criado; a quarta de *assentamento em instalação*, quando se passa a conhecer área de forma minuciosa e projetar a organização social, espacial e política do assentamento; a quinta de *assentamento em estruturação*, quando são estruturadas as propostas acordadas entre os assentados e os atores que se relacionam com os assentamentos; a sexta de *assentamento em consolidação*, quando a estrutura já está praticamente completa para a autonomia dos assentados; e, enfim, a sétima de *assentamento consolidado*, quando a estrutura está pronta e o assentamento e os assentados já estão autônomos e “conseguem caminhar com as próprias pernas”, não necessitando mais de políticas públicas específicas para assentados e entrando definitivamente na categoria de agricultores familiares.

Contudo, apresentamos uma classificação mais simples e específica, apresentada no trabalho de Sobrinho (2008), qual analisa os “caminhos e descaminhos do ensino aprendizagem” da Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), abordando os limites da ação do Estado, frente ao desenvolvimento da instituição no processo de reforma agrária e de ATER. O autor distingue as fases que correspondem ao processo de emancipação dos assentamentos, sendo chamadas cronologicamente de implantação, desenvolvimento e consolidação. O ideal, segundo o autor, é que cada fase tenha de dois a três anos. Da implantação a consolidação seriam de seis a nove anos. Contudo existe assentamentos que estão há mais de 10 anos e ainda não tiveram uma divisão de oficial dos lotes, atividade que pertenceria a primeira fase. Destaca-se que a participação dos assentados em todos os processos e fases, não apenas de fora consultiva, mas interativa e propositiva, é uma pressuposto para se pensar o futuro e o bom desempenho da ATER no desenvolvimento do assentamento.

A primeira fase, de *implementação*, muitas vezes é delicada, mas é sempre crucial para o futuro do assentamento. Ela corresponde à etapa inicial de territorialização, muitas vezes marcada por momentos conflituos. A maior preocupação desta fase está focada em aspectos físicos e normativos, como a demarcação da área e a divisão dos lotes, suas vias de acesso e dos recursos disponíveis. Há necessidade de acompanhamento jurídico sobre o processo de implantação para que seja providenciada a documentação da área e dos lotes. Além disso é preciso mapear os agentes e atores que podem ou devem participar do processo de desenvolvimento do assentamento, enfim, estabelecer as bases físicas, técnicas e econômicas para se viabilizar o desenvolvimento socioeconômico futuro. Nessa fase é que são feitos alguns planos, especialmente o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, e no caso de áreas muito degradadas, o Plano de Recuperação do Assentamento – PRA. A divisão dos lotes é um momento muito delicado da fase de implantação, pois é comum a morosidade dos órgãos responsáveis pelo assentamento. Nos assentamentos que já tem o reconhecimento e a delimitação da área, é comum os assentados fazerem uma divisão não-oficial (marcação “na corda”), o que acarreta em uma diversidade de contratemplos, por exemplo, quando vai ocorrer a instalação elétrica nas casas. Por vezes, em alguns casos, após anos, se faz a divisão oficial totalmente diferente da anterior, rearranjando os lotes e as áreas dos assentados, alterando significativamente o cenário do assentamento. Isso, na maioria das vezes, acaba por trazer novos conflitos ou (re) alimentando outros que já tinham sido sanados.

A segunda fase, de *desenvolvimento*, são estabelecidas as atividades que serão prioritárias, segundo o acordado entre os atores que interagem no assentamento, quando são planejadas as atividades produtivas futuras. Nesse planejamento deve estar previsto os obstáculos a serem superados para a consolidação do assentamento. Nesta fase estão pautadas questões como a segurança e a soberania alimentar, planejamento da produção e comercialização, questões ambientais, educativas, de saúde pública, enfim, toda a dimensão que contemple a futura consolidação do assentamento.

Na última fase, de *consolidação*, objetiva-se concretizar os planejamentos anteriores e consolidar as bases que garantam o desenvolvimento autônomo do assentamento. Aborda-se temas como a concretização das parcerias, a organização social e política dos assentados, efetivação e garantia dos direitos fundamentais de saúde e educação. Assim como nesse período se busca os meios para propor e acessar projetos de maior envergadura, como as políticas públicas e creditícias de agroindústria e coletivas, enfim,

questões que envolvem a formação integral das famílias, a qualidade de vida e o exercício da cidadania (SOBRINHO, 2008).

Para que se alcance uma reforma agrária efetiva, faz-se necessário pensar a ATER em assentamentos como um ato de planejamento contínuo, que envolve um trabalho educativo contínuo. Neste sentido, as fases de um assentamento são de suma importância para se projetar e se alcançar um futuro desejado. Refletir sobre essas fases dos assentamentos é buscar qualificar uma reforma agrária que seja plena e duradoura, mas para isso é necessário que seja prioridade, tanto para os agentes públicos, como da sociedade civil, como para os assentados e seus representantes, uma busca incessante por processos sociais que diminuam a desigualdade e condicionem a melhoria da qualidade de vida, em todas as suas dimensões.

### **3.2. A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro: experiências de reforma agrária e caso do norte do estado**

A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro é antiga, complexa e diversa, assim, neste item, priorizaremos a região norte do estado. Objetiva-se descrever e analisar principalmente a formação dos assentamentos rurais de uma forma geral.

Para compor o quadro da questão agrária no estado do Rio de Janeiro é importante destacar algumas especificidades, como a intensa e concentrada urbanização e a forte tendência de esvaziamento populacional e econômico das cidades interioranas. É marcante em todas as regiões litorâneas e próximas à capital. A concentração urbana, por pressão da especulação imobiliária, do turismo e mais recentemente da indústria naval e do petróleo. Ao mesmo tempo, as regiões interioranas e distantes da capital, ou de pólos turísticos, encontram-se socialmente vazias (MOREIRA, 2003).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos censos demográficos e da a classificação de área urbana e rural, o Rio de Janeiro tem uma das populações mais urbanizadas no país. Nos últimos 60 anos a distribuição populacional no estado modificou completamente, conforme expresso na Tabela 3.

Tabela 3. População residente por local de domicílio e taxa de urbanização – Rio de Janeiro. 1940/2000.

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1940	3.611.998	2.212.211	1.399.787	61,2

1950	4.674.645	3.392.591	1.282.054	72,6
1960	6.649.646	5.252.631	1.397.015	79,0
1970	8.994.802	7.906.146	1.088.656	87,9
1980	11.291.520	10.368.191	923.329	91,8
1991	12.807.706	12.199.641	608.065	95,3
1996	13.406.379	12.806.488	599.891	95,5
2000	14.367.083	13.798.096	568.897	96,0
2010	15.989.929	15.464.239	525.629	96,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Assim, é importante ressaltar que apesar de contar somente com pouco mais de 3 % da população vivendo em áreas rurais, este não é um número pequeno da população, pois significa mais de 500.000 pessoas, em 2000. A partir do critério para definir uma área urbana e rural do IBGE, percebe-se um aumento dos índices das áreas urbanas. Contudo, sabe-se que muitos locais e regiões com fortes características rurais são consideradas urbanas, nos critérios do IBGE, como esclarece VEIGA (2004). Esse contingente populacional é de suma importância para o estado e não tem recebido a devida atenção. Se compararmos as regiões administrativas definidas pelo governo, nota-se como houve um crescimento desproporcional se comparamos a região metropolitana com o resto do estado ainda que se reconheça o decréscimo populacional no Noroeste Fluminense, região de cidades interioranas e distantes da capital e do litoral do estado. As regiões com crescimento médio (entre 50% a 100%) foram influenciadas principalmente pelo turismo, conforme Tabela 4 abaixo.

Tabela 4. População residente e taxa de crescimento segundo as Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro – 1940/1970.

REGIÕES DE GOVERNO	POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO		
	1940	1970	CRESCIMENTO 1940/1970 (%)
Estado	3 611 998	8 994 802	149
Região Metropolitana	2 231 527	6 891 521	209
Região Noroeste Fluminense	305 066	245 561	-20
Região Norte Fluminense	344 053	471 038	37
Região Serrana	285 646	467 159	64
Região das Baixadas Litorâneas	136 387	238 725	75
Região do Médio Paraíba	159 496	446 835	180
Região Centro-Sul Fluminense	121 567	177 753	46
Região da Baía da Ilha Grande	28 256	56 210	99

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

A estrutura fundiária fluminense se equipara a maior parte do território brasileiro, marcado por uma grande concentração fundiária e baixos índices de produtividade (MEDEIROS, *et al.*, 2009). Os dados do INCRA sobre o estado do Rio de Janeiro falam por si: 55% da área do estado são estabelecimentos agropecuários, sendo que 51,74% classificados como latifúndios de exploração, e somente 45% da área dos estabelecimentos agropecuários é ocupada. Isso significa que somente ¼ da área do estado é efetivamente ocupada. Desta área ocupada 65% corresponde a pastagens plantadas, restando para as lavouras apenas 1/16 da área do estado (INCRA/PNUD/1996 *apud*. MEDEIROS, 2009). A concentração fundiária é marcante, como demonstra a Tabela 5 abaixo:

Tabela 5. Distribuição percentual da área utilizada, em dois momentos, da quantidade de estabelecimentos agropecuários por tamanho da área do estado, em hectares, no estado do Rio de Janeiro.

ANO	MENOS DE 10 ha		DE 10 A 100 ha		DE 100 A 1000 ha		MAIS DE 1000 ha	
	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA	ESTAB.	ÁREA
1970	53,7%	5,2 %	37,8%	28,1 %	8,1%	47,3 %	0,4%	18,7 %
1996	53%	4,5 %	37,3%	28,2 %	9,3%	52,2 %	0,4%	15,0 %

Fonte: Censos Agropecuários *apud*. MEDEIROS, 2009.

O quadro ressalta a forte concentração de terras no estado, apesar da diminuição da área ocupada pelos maiores estabelecimentos. O aumento da concentração da propriedade da terra em estabelecimentos de 100ha a 1000ha, que pula para mais da metade da área utilizada na agropecuária de todo o estado, em uma região valorizada, com um preço elevado da terra, revela um aumento da concentração da terra e o quanto longe o estado está de uma reforma fundiária mais igualitária e democrática, apesar das intervenções na estrutura fundiária fluminense, como veremos a frente. Outro dado que chama a atenção nos censos, dos anos de 1970 e 1985 foi a forma de ocupação dos estabelecimentos. Na época houver uma queda de 13% de ocupantes (em 1975) para 5% (em 1985). Ao mesmo tempo, as propriedades controladas por administradores, de 7.9% (em 1975) cai para 3% (em 1985). Contudo, apesar do decréscimo destas últimas áreas em números de estabelecimentos, a área controlada por administradores continua uma enorme área do estado, saindo de 29.6% (em 1975) para 19,7% (em 1985), revelando uma forte concentração da terra (Censos agropecuários, *apud* MEDEIROS *et al.*, 2009).

As regiões administrativas do Grande Rio (metropolitana), Serrana, da Baía da Ilha Grande, dos Lagos (ou Baixada Litorânea) e de Campos são as que apresentam os maiores índices de concentração fundiária. As quatro primeiras por influência da especulação imobiliária e a última pela presença histórica de grandes propriedades canavieiras (ALENTEJANO, 2005).

Se a concentração fundiária fluminense tem origem nos primórdios da colonização, a elevada improdutividade da terra e a reduzida produção agrícola são aspectos que se desenvolveram principalmente no século XX. Para tanto contribuíram decisivamente, a decadência da cafeicultura e do setor canavieiro e a atuação do estado e do setor imobiliário (MEDEIROS *et al.*, 2009, p. 119).

A análise dos censos agropecuários de 1985 e 1996 revela que a maior parte das lavouras tem tido queda da área plantada e de produtividade, com exceção das olerícolas, que é o setor mais dinâmico da agricultura estadual (MEDEIROS, *et al.*, 2009). O setor da pecuária praticamente ficou estagnado de 1985 até 1996, com um aumento maior da pecuária leiteira, contudo houve um crescimento dos galináceos, que mais que dobraram neste intervalo de 11 anos. Os dados do censo de 1996 ainda apontam para um reduzido acesso à assistência técnica, cerca de 33%, em que 65% é feito por agências governamentais de ATER, e baixíssimos índices de financiamento, sendo de apenas 1,2% que tiveram acesso a crédito e somente 57,4% dos domicílios tinham eletrificação rural. A cultura da cana, dominante na região de Campos, única área plana extensa do estado, apresenta baixíssima produtividade, de 45 toneladas por ha, enquanto a média nacional é de 65 t/ha (IBGE *apud* MEDEIROS *et al.*, 2009). Contudo, em uma análise mais cuidadosa dos dados, este quadro de decadência deve ser relativizado (Grynszpan *apud* MEDEIROS *et al.*, 2009), pois:

Nos anos mais recentes, o relativo consenso em torno da decadência da agricultura fluminense está fundamentalmente ligado a cinco elementos: degradação das antigas áreas cafeeiras; pobreza da área canavieira, contrastando os volumosos recursos que tem recebido; ausência de uma industrialização rural vigorosa; multiplicação de chácaras, sítios de lazer e outras atividades agrícolas no meio rural; o predomínio da pecuária extensiva e da improdutividade da terra ao longo dos principais eixos viários do estado (MEDEIROS, *et al.*, 2009, p. 124)

Neste sentido, a imagem de decadência foi construída em oposição à imagem idealizada da agricultura brasileira nos últimos anos, contrastando com a produção modernizada do interior de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Segundo Romeiro (*apud* ALENTEJANO, 2005), entre 1975 e 1985 a agricultura fluminense se modernizou e cresceu, num nível só inferior, na região sudeste, ao da agricultura paulista. O autor identifica o aumento do rendimento físico e da geração de valor, com índices su-

periores a média nacional, sendo superior aos índices de Minas Gerais e Espírito Santo. Contudo, destaca que o potencial agrícola do estado está muito aquém de sua total utilização, porém é uma agricultura dinâmica e eficiente (Romeiro *apud*. ALENTEJANO, 2005).

O quadro atual da situação fundiária do estado é reflexo da atuação decisiva dos governos estaduais e federais. As regiões cafeeicultoras e canavieiras sempre estiveram ligadas às políticas públicas, sejam dirigidas ao setor agrícola, seja ao setor industrial (ALENTEJANO, 2005). A Baixada Fluminense sofreu grandes intervenções com programas de dragagem e aterros, com objetivo de criar um “cinturão verde” para o abastecimento da capital, transformando toda área em um grande pólo de especulação imobiliária, expulsando os lavradores e impondo loteamentos (ALENTEJANO, 2005). No caso da Baía da Ilha Grande, com a abertura do trecho da BR-101, que liga Angra dos Reis a São Paulo (rodovia comumente chamada de Rio-Santos) no começo da década de 1970, alterou completamente uma região que tinha acesso difícil e estava praticamente isolada há mais de 100 anos<sup>84</sup>. Acompanhando a rodovia vieram os especuladores imobiliários e grileiros, que atualmente vivem em conflito com as populações tradicionais, como os caiçara e os quilombolas da região. Algo parecido aconteceu com a região dos lagos, com a abertura e pavimentação da BR-101, sentido Espírito Santo, cortando uma vasta área de baixada, com lagoas e restingas, fazendo surgir uma das áreas de maior especulação imobiliária do país, principalmente com condomínios privados e casas de veraneio.

A perda de importância da agricultura fluminense ao longo do século XX está diretamente relacionada ao esvaziamento progressivo das funções da secretaria de agricultura, que só começou a reverter com o novo contexto institucional a partir da constituição de 1988 (MEDEIROS *et al.*, 2009). Contudo, as iniciativas governamentais geraram pequenas intervenções desarticuladas, como a criação de pequenos mercados de produtores, obras de drenagem e recuperação de vales e baixadas e alguns programas de maior envergadura. Entre os principais programas, nos finais dos anos de 1980 e anos

---

<sup>84</sup> A região de Paraty, no sul do estado, sofreu um grande esvaziamento com a construção da estrada real que ligava a região das minas (no interior) ao litoral e todo o escoamento do ouro mudou de Paraty para a capital federal da época, o Rio de Janeiro, em finais do século XIX. A cidade de Paraty ficou isolada, o que permitiu a conservação de inúmeros casarões e da arquitetura colonial, se tornando atualmente pólo histórico e turístico.

seguintes, destaca-se o Programa de Aquisição de Leite, Programa Moeda Verde, Programa de Abastecimento Popular e o Programa de Microbacias Hidrográficas<sup>85</sup>.

### **3.2.1. A Reforma agrária no estado: os assentamentos do Rio de Janeiro**

Na história recente, pelo menos desde 1950, dois fatores fundamentais têm contribuído para caracterizar os processos sociais que resultaram mais de 80 assentamentos e mais de 6500 famílias assentadas: a especulação imobiliária e a ocupação de terra por parte de trabalhadores desempregados, subempregados e aposentados (ALENTEJANO, 2002). Essas dinâmicas da luta pela terra no estado contribuíram para caracterizar particularidades no perfil dos assentamentos e dos assentados no estado: a influência dos trabalhadores com a cultura urbana e as múltiplas atividades não-agrícolas, ou pluriativas (ALENTEJANO, 2002; MEDEIROS *et al.*, 2009), marcas fundamentais para compreender os desafios, os caminhos e os limites das intervenções nos assentamentos e de uma forma mais ampla, no mundo rural fluminense.

Os conflitos iniciais, de 1950 a 1970, se concentraram na baixada fluminense em áreas marcadas pelo processo de urbanização, fruto do enorme crescimento populacional da região; da grande transformação do meio natural, por drenagem e aterramento; da criação de indústrias e da especulação imobiliária que acompanham esse processo. Em uma época em que a questão da terra era um dos principais temas em disputa no quadro político do país, uma grande área, inicialmente pensada para ser o “cinturão verde” da metrópole, se caracterizou por uma profunda relação rural-urbana (ALENTEJANO, 2002).

Na década de 1980, além do PNRA do governo Sarney, o estado foi contemplado pelo Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), que visava assentar entre 1985 e 1989, dezesseis mil famílias, considerando que o próprio PRRA estimava que os trabalhadores rurais sem-terra do estado somassem 92 mil famílias, ou seja, o plano só contemplaria cerca de 20% da demanda por terra. Sob influência do PRRA foram implantados 13 assentamentos, somando-se estes aos 11 assentamentos efetuados posteriormente, dessa forma, foram assentadas 4.000 famílias em aproximadamente 50.000 hectares, número muito inferior às metas inicialmente propostas (ALENTEJANO, 2005). Em muitos casos, as desapropriações correspondiam à intervenção que visava por fim a an-

---

<sup>85</sup> Aprofundamentos, Cf. ALENTEJANO (2005) e MEDEIROS *et al.* (2009).

tigos conflitos, contemplando trabalhadores que estavam há muitos anos na área, como posseiros e parceiros (MEDEIROS *et al.*, 2009).

A eleição de Leonel Brizola ao governo do estado em 1982, em um clima de oposição ao regime militar, intensificou os conflitos e impulsionou a legitimação política que levou uma atuação significativa na implantação de assentamentos rurais no estado, disputando inclusive a legitimação com as organizações de representação dos trabalhadores da agricultura e entidades de apoio, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (ALENTEJANO, 1997; GONÇALVES, 2004). A criação da Comissão de Assuntos Fundiários em 1983; e em 1986 o surgimento da Secretaria de Assuntos fundiários institucionalizaram a importância do tema no arranjo do governo estadual, sendo considerada como questão estratégica na gestão das políticas públicas do governo (Novicki *apud*. MEDEIROS *et al.*, 2009). Um fator que chama a atenção é que a política de assentamentos do governo Brizola não excluía trabalhadores urbanos, o que para a época era uma novidade nas políticas públicas, que geralmente se destinavam somente para os trabalhadores que tinham experiências anteriores na agricultura (ALENTEJANO, 2005).

A eleição do governo Moreira Franco, em 1986, ampliou e adiantou as dificuldades dos movimentos sociais do campo na esperança por uma reforma agrária massiva, cuja proposta saiu vitoriosa na Assembléia Constituinte de 1988, que, no entanto, não criou mecanismos eficientes para a obtenção de terras e a garantia dos processos que subjazem a efetivação de uma reforma agrária ampla. Mesmo com o retorno do governo Brizola, 1990, este cenário se manteve inalterado, por um lado, pela articulação e a influência de setores conservadores no segundo mandato do governador, e por outro lado pela debilidade dos movimentos sociais organizados, herdado da década de 1980 (ALENTEJANO, 1996; GONÇALVES, 2002). No governo Marcello Alencar, em 1994, foi criado o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que passou a gerir os assentamentos da esfera estadual. O instituto adotou um Plano de Atuação, tendo em vista a emergência de um programa para a questão agrária, em função da pressão dos movimentos sociais rurais, principalmente pela coordenação do MST no Rio de Janeiro, com ações de ocupação de imóveis ociosos e pela retomada da questão agrária no contexto nacional.

No rastro dos conflitos foram sendo conquistados diferentes assentamentos. Até a década de 1990, a maioria dos assentamentos se concentrou em torno da metrópole, fruto dos conflitos que ali se instalaram. Contudo, se registram assentamentos na Baía

da Ilha Grande, no Norte Fluminense e na Região das Baixadas Litorâneas. A partir de 1990, a maioria dos assentamentos é realizada no Norte e Noroeste Fluminense. Alguns assentamentos do Noroeste, os mais novos (do século XXI) são criados com a presença massiva de acampados que durante anos migravam de acampamento para acampamentos, a medida que se proferia as ordens de despejo, revelando que o conflito no Norte Fluminense é tão intenso que deflagra para outras áreas a criação dos assentamentos.

Saindo da esfera governamental dos conflitos e partindo a atuação dos movimentos sociais, principalmente do sindicalismo rural e da Comissão Pastoral da Terra, e, mais recentemente o MST/RJ e de outros movimentos sociais organizados em ONGs e cooperativas. Ao menos desde a década de 1940 se registram conflitos por terra, e focos de resistência daqueles que viviam e trabalhavam na terra. As regiões mais conflituosas eram a Baixada Fluminense e em torno da Baía de Guanabara, com a simpatia e apoio do Partido Comunista (Grynszpan *apud*. MEDEIROS *et al.*, 2009).

Em 1960, com o sucesso de algumas ocupações nas décadas anteriores, as áreas de resistência se tornaram exemplos e as ocupações se tornaram mais sistemáticas, tendo a Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (FALERJ) como o principal representante das reivindicações dos trabalhadores do campo (Grynszpan *apud*. MEDEIROS *et al.*, 2009). Durante a mesma década registra-se a participação dos Círculos Operários Católicos junto aos agricultores camponeses, contudo, com o golpe militar de 1964 o ciclo de mobilizações é interrompido, mas não cessado completamente.

A forte repressão que se abateu sobre as lideranças no nível nacional também atingiu as do estado, provocando sua dispersão e busca de clandestinidade, quando puderam escapar das mãos militares. Ao mesmo tempo, as áreas desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos donos (ou aos que alegavam a propriedade). O motivo da maior parte das devoluções é bastante esclarecedor da própria conformação de uma das facetas da questão agrária fluminense: argumentava-se que se tratava de áreas “com vocação urbana”, não sendo, pois, adequadas ao uso agrícola (MEDEIROS *et al.*, 2009, p. 139).

Essa dicotomia rural-urbana vai permear a dinâmica dos assentamentos no estado, principalmente com os primeiros assentamentos, próximos a região metropolitana e mais recentemente com os estudos que fazem uma leitura crítica sobre esta dicotomia, assim como a questão da pluriatividade, ou de atividades não-agrícolas em áreas rurais (ALENTEJANO, 1997, 2002). Porém, mesmo com o golpe, a luta pela terra permanece

ceu<sup>86</sup>, sendo que em muitas áreas de conflitos por terra, deflagrados na ditadura militar, tinham sido palco de confrontos 30 ou 40 anos antes, revelando uma luta surda e contínua (MEDEIROS *et al.*, 2009). Nos anos de 1970 voltaram a aparecer conflitos, quase sempre com os mesmos personagens, eclodindo em áreas que já tinham sido registrados mobilizações e que agora os agricultores estavam ameaçadas de expulsão, sendo que a maior parte das mobilizações se concentravam próximas à região metropolitana (ALLENTEJANO, 2002).

Nos anos de 1980 a questão agrária assume novos contornos, com a presença de novos atores, se destacando os movimentos sociais do campo e o sindicalismo rural, que passa a assumir um papel de protagonismo, diferentemente da atitude legalista que marca o surgimento da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) no estado<sup>87</sup>. Depois de uma tentativa frustrada, nos anos de 1980, da entrada do MST e da mudança tática da FETAG/RJ, que seguia uma linha não-conflitiva, a partir da década de 1990, a luta pela terra no Rio de Janeiro assume outra faceta e passa por grandes conflitos, principalmente no Norte e nas Baixadas Litorâneas (GONÇALVES, 2002, ALLENTEJANO, 2002). A influência em nível nacional do MST, com apoio da CPT, também marca esse período (finais dos anos de 1980 e adiante), apesar das tentativas frustradas do movimento de se estabelecer no estado (GONÇALVES, 2002 ALLENTEJANO, 2002, MEDEIROS *et al.* 2009). Com a elaboração do PNRA e o PRRA diversas desapropriações ocorreram, como apontado anteriormente. Somente em meados dos anos de 1990, com a retomada da luta pela reforma agrária no estado e com os movimentos sociais mudando sua atitude estratégica de tentar se interiorizar, fugindo da “armadilha dos centros urbanos”, ocorre grandes mobilizações, aliado ao endividamento e decadência de algumas usinas de cana-de-açúcar, praticamente todas no norte do estado<sup>88</sup> (GONÇALVES, 2002, ALLENTEJANO, 2002, MEDEIROS *et al.*, 2009). Com grandes áreas abandonadas, trabalhadores desempregados e usinas endividadas, muitas por ações trabalhistas, o MST entra definitivamente no estado. Das cindo ocupações realizadas nos anos de

---

<sup>86</sup> O levantamento feito pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), na pesquisa “Dez anos de luta pela terra”, mostra a existência de diversas áreas de conflito no estado, em algumas circunstâncias chegaram a ocorrer mobilizações que resultaram desapropriações, uma das únicas feitas nos governos militares (em Magé) (MEDEIROS *et al.*, 2009).

<sup>87</sup> O trabalho de BARCELOS (2008) é um importante documento que registra a ação do movimento sindical na luta pela terra no Rio de Janeiro. O autor divide em três momentos a luta de algumas entidades representativa dos trabalhadores e das mudanças da de ação da entidade que passa, a partir dos anos de 1990 a desempenhar um papel importante na pressão aos governos para ampliar e qualificar um processo de reforma agrária.

<sup>88</sup> Essa questão será aprofundada no próximo item, quando limitaremos a análise ao norte do estado.

1990, até o ano de 1997, quatro envolveram ex-trabalhadores de usinas canavieiras falidas e duas se deram nas próprias terras destas usinas<sup>89</sup> (LEWIN *et al.*, 2005; MEDEIROS *et al.*, 2009).

O final dos anos de 1990 e o início dos anos 2000 marcam uma ineficiência enorme na reforma agrária no estado, aliado ao processo de guinada neoliberal que dita a política do governo federal. O grande debate sobre os números da reforma fundiária passam a ser mais importantes do que ações efetivas no campo, como o já citado no programa “Novo Mundo Rural” do governo Fernando Henrique Cardoso no Capítulo 2. As esperanças de uma reforma agrária massiva no governo Lula foram por água abaixo com a composição do governo eleito, que se confirmaram com o contraditório II PNRA e a política de desenvolvimento bimodal, apoiando irrestritamente o agronegócio e deixando minguados recursos para a agricultura familiar camponesa e para política de assentamentos rurais (CARVALHO, 2005).

Na última década foram poucos assentamentos reconhecidos no estado, menos de dez (10), em sua maioria com menos de 100 famílias e quase todos na região norte e noroeste do estado. Um fato que chama atenção dos assentamentos do século XXI no estado é que, a partir da origem dos assentados e dos locais onde ocorrem o reconhecimento, se constata que a maioria foram acampados durante anos, e que muitos assentamentos estão em áreas desapropriadas (ou em vias de desapropriação) que estão em municípios vizinhos à baixada campista. O que aparenta é que uma grande conflitividade, localizada na baixada campista, extrapolou e “exportou” dinâmicas conflitivas para áreas vizinhas

---

<sup>89</sup> Fazenda Santa Rita e Severina em Macaé, em 1993, Fazenda Cantagalo em Rio das Ostras, em 1994, Fazenda Capelinha em Conceição de Macabu, em 1996, Fazenda do Salto em Barra Mansa e Usina São João e Campos, em 1997. Destas, apenas a primeira não teve participação do MST.

## Distribuição Espacial dos Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro

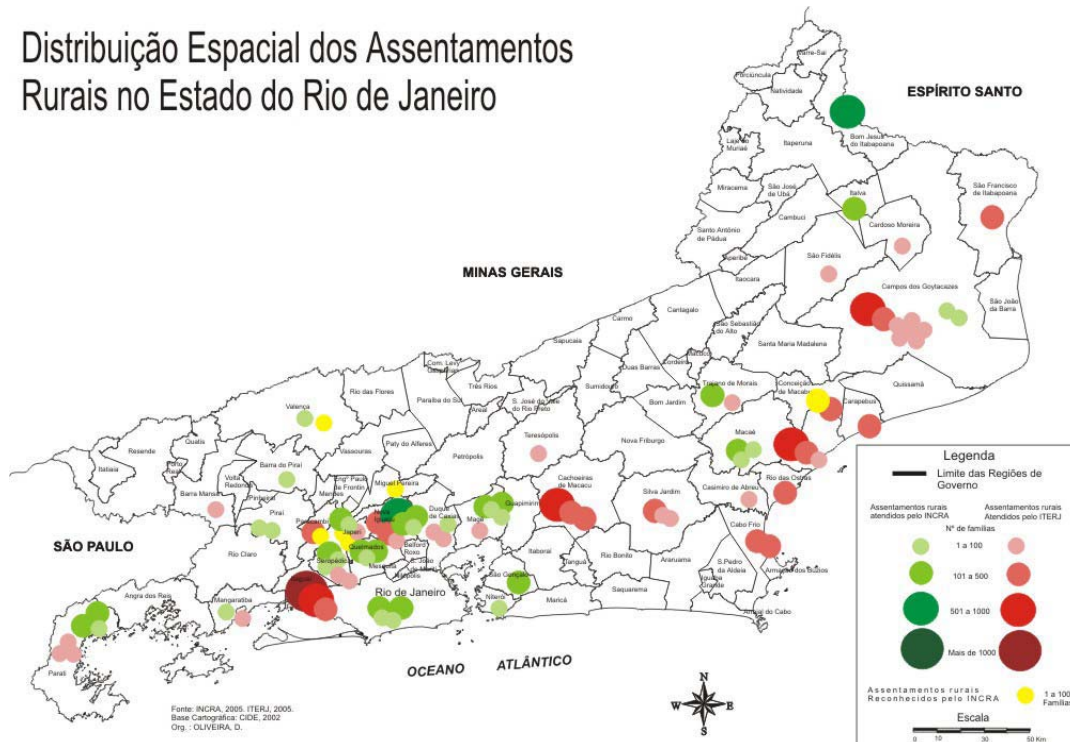


Figura 2. Mapa com a distribuição espacial dos assentamentos no Estado do Rio de Janeiro, com os temas de quantidade de famílias e atendimento de agências estatais (INCRA ou ITERJ).

FONTE: INCRA (2004) e ITERJ (2000). Organização de Oliveira (2006).

Alguns elementos desta luta foram comentados, contudo devem ser enfatizadas algumas particularidades, primeiro: o caráter urbano da luta pela terra é um elemento que complexifica a ação de agentes mediadores e imprime uma dinâmica particular aos contornos do processo de viabilização das áreas rurais do estado e especialmente dos assentamentos, onde a diversidade da origem dos assentados é um componente primordial para se pensar uma intervenção com caráter de emancipação social.

Segundo, as características da especulação imobiliária do estado, seja pela ação do turismo, seja pela influência da indústria (petroleira e naval). Essas duas características imprimem uma relação rural-urbana particular e a existência de atividades pluriativas e não-agrícolas entre os ocupantes dos assentamentos é algo comum. É interessante notar que alguns trabalhos que abordam essa dicotomia e buscam investigar a relação entre a origem e ocupação anterior com o desenvolvimento dos assentamentos, chegam a conclusões interessantes. Não é fato decisivo o desempenho de assentamentos que tenham assentados de origem urbana, o que é constatado é que assentamentos com assentados de origem urbana tendem à pluriatividade, enquanto os de origem rural são apresentados como mais agricultores mais tradicionais (MEDEIROS *et al.*, 2009).

O trabalho de Alentejano (1997), na mesma linha comparativa entre assentamentos compostos predominante por assentados de origem rural, e de origem urbana, a conclusão é que a pluriatividade aparece nos dois casos, independentemente da existência de experiências urbanas por parte das famílias e da maior ou menor proximidade com centros urbanos. O trabalho ainda sustenta que, mesmo com as dificuldades iniciais, os assentados de origem urbana são capazes de se transformar em produtores agrícolas tão eficientes quanto os produtores de origem rural, contribuindo para uma maior dinamização dos assentamentos ao trocar suas experiências de vida e de trabalho, ao mesmo tempo em que fortalecem a reivindicação de melhoria, principalmente na infra-estrutura, e com a introdução de novas atividades e práticas sociais (ALENTEJANO, 1997).

Por fim há de se destacar que, apesar do número de famílias assentadas, em comparação com os produtores de áreas rurais do estado, representar um número relativamente baixo, em alguns municípios, o impacto populacional da constituição dos assentamentos é expressivo, contribuindo para reverter a tendência de esvaziamento no interior do estado, principalmente em pequenos municípios como Cachoeira de Macacu, Paracambi, Seropédica e Trajano de Moraes (MEDEIROS *et al.*, 2009). A Tabela 6 a seguir apresenta dados sobre as 81 áreas classificadas como “assentamentos de reforma agrária”.

Tabela 6. Assentamentos de reforma agrária do estado do Rio de Janeiro, de 1960 a 30/06/2010.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ANO DA CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL – HECTARES	ORGÃO RESPONSÁVEL	
1	Aldeia Velha*	Silva Jardim	32	1981	362	INCRA
2	Alpina*	Teresópolis	89	1987	1113	INCRA
3	Barra Grande*	Parati	62	1995	595	INCRA
4	Batatal	Mangaratiba	23	1989	198	INCRA
5	Bem Dizia	Macaé	30	1999	1465	INCRA
6	Boa Esperança	Japeri	34	1986	268	INCRA
7	Campo Alegre	N.Iguaçu/Queimados	600	1984	2059	ITERJ
8	Cachoeira Grande*	Magé	110	1986	327	ITERJ
9	Cambaíba	Campos dos Goytacazes	13	1992	30	ITERJ
10	Cambucaes	Silva Jardim	102	1995	1332	INCRA
11	Campos Novos*	Cabo Frio	111	1986	3107	INCRA
12	Cantagalo	Rio das Ostras	92	1987	1744	INCRA
13	Capelinha	Conceição de Macabu	139	1997	1416	INCRA
14	Casas Altas	Itaguaí	70	1993	572	INCRA
15	Che Guevara	Campos dos Goytacazes	159	1999	2400	INCRA

	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ANO DA CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL – HECTARES	ORGÃO RESPONSÁVEL
16	Chico Mendes	Cardoso Moreira	30	2007	766	INCRA
18	Condin Xerém*	Duque de Caxias	250	1992	873	ITERJ
19	Conquista	Valença	48	1986	620	ITERJ
20	Crubixas*	Macaé	37	1995	3500	ITERJ
21	Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	25	2005	419	INCRA
22	Engenho Novo*	Rio de Janeiro	120	1986	276	ITERJ
23	Engenho Novo*	São Gonçalo	160	1995	740	ITERJ
24	Fazenda Sabugo*	Paracambi	82	1987	1386	INCRA
25	Fazenda Negreiros	Sã Pedro D'aldeia	40	2005	1351	INCRA
26	Filhos do Sol	Seropédica	16	2000	SI	ITERJ
27	Floresta de Belém	Itaperuna	35	2004	646	INCRA
28	Francisco Julião	Cardoso Moreira	47	2006	606	INCRA
29	Ilhas do Paraíba	Campos dos Goytacazes	58	1992	732	ITERJ
30	Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	58	2001	822	INCRA
31	Imburo	Macaé	93	1987	1214	INCRA
32	Italva*	Italva	210	1986	1328	ITERJ
33	João Batista Soares	Carapebus	51	2008	1212	INCRA
34	Josué de Castro	Campos dos Goytacazes	35	2007	610	INCRA
35	Morro Grande*	Duque de Caxias	11	1989	282	INCRA
36	Mutrão da Fé	Queimados	51	1992	180	ITERJ
37	Nova Esperança do Até	Itaperuna	90	2006	1697	INCRA
38	Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes	251	1987	4335	INCRA
39	Normandia*	Japeri	25	1988	142	ITERJ
40	Oziel Alves	Campos dos Goytacazes	35	2006	410	INCRA
41	Paes Leme	Miguel Pereira	51	1982	151	ITERJ
42	Paratymirim*	Parati	250	1960	12000	ITERJ
43	Pau Grande*	Magé	66	1989	112	ITERJ
44	Paz na Terra	Campos dos Goytacazes	74	2005	1052	ITERJ
45	Pedra Lisa	Nova Iguaçu	26	1986	77	ITERJ
46	Praia do Sono*	Parati	50	1997	2054	ITERJ
47	Pref. Celso Daniel	Carapebus	188	2002	2849	INCRA
48	Pres. Lula	Rio das Ostras	27	1987	SI	INCRA
49	Remanescentes dos Campos Novos	Cabo Frio	98	1992	1828	INCRA
50	Roseli Nunes	Piraí	38	2006	1034	INCRA
51	Rubião	Mangaratiba	40	1989	5926	ITERJ
52	Santa Fé	Cachoeira de Macacu	19	1996	5390	INCRA
53	Santa Rosa	Magé	23	1987	372	INCRA
54	Santa Rosa	Magé	13	1992	30	ITERJ
55	Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	40	2005	538	INCRA
56	São Bernardino	Nova Iguaçu	49	1991	218	INCRA
57	São Domingos*	Conceição de Macabu	59	1987	590	ITERJ

ASSENTAMENTO		MUNICÍPIO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ANO DA CRIAÇÃO	ÁREA TOTAL – HECTARES	ORGÃO RESPONSÁVEL
58	São Fidélis	São Fidélis	22	2002	623	INCRA
59	São Francisco*	Rio de Janeiro	52	1992	220	ITERJ
60	São João da Boa Morte	Cachoeira de Macacu	363	1982	3903	INCRA
61	São Lourenço*	Duque de Caxias	9	1969	90	ITERJ
62	São Pedro*	Nova Iguaçu	100	1960	1225	ITERJ
63	São Roque	Paraty	21	1987	735	INCRA
64	Sebastião Lan	Silva Jardim	30	1999	1990	INCRA
65	Sol da Manhã	Seropédica	48	1989	271	INCRA
66	Tapera*	Trajano de Moraes	158	1995	948	ITERJ
67	Taquari	Paraty	60	1995	958	INCRA
68	Terra da Paz	Piraí	38	2006	827	INCRA
69	Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	15	2005	211	INCRA
70	Tipity*	São Franc. de Itabapoana	144	1991	900	INCRA
71	Vida Nova	Barra do Piraí	25	2002	SI	INCRA
72	Vila Inhomirim*	Magé	60	1992	700	ITERJ
73	Visconde	Silva Jardim	45	1999	S/I	INCRA
74	Vitória da União	Paracambi	61	1986	504	ITERJ
75	Vitória do Povo	Barra Mansa	60	1997	886	INCRA
76	Zé Pureza	Conceição de Macabu	20	2009	SI	INCRA
77	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	506	1997	8005	INCRA
78	25 de Março	Carapebus	50	2005	945	INCRA
79	Serra do Matoso	Rio Claro	22	2005	239	INCRA
80	Marapicu	Nova Iguaçu	76	2009	318	INCRA
81	Antônio de Farias	Campos dos Goytacazes	93	2001	93	INCRA
82	Santo Inácio	Trajano de Moraes	51	1987	705	INCRA
<b>TOTAL</b>		<b>34 municípios</b>	<b>Cerca de 6773 famílias</b>	<b>-</b>	<b>mais de 83 milhões de ha</b>	<b>52 INCRA e 29 ITERJ</b>

\* Considerando que o INCRA eliminou a distinção entre regularização, colonização e assentamento, estes assentamentos são considerados como Regularização Fundiária, entendida como ações de desapropriação em que ocorreram em áreas onde havia conflitos envolvendo posseiros e que permaneceram moradores antigos; e Assentamentos, onde as ações se deram em áreas onde não havia conflito, ou que sofreram ocupação organizada.

Fontes: INCRA/RJ (2010) e ITERJ (1997); MEDEIROS *et al.* (2009) e ALENTEJANO (2002). Atualização pelo autor. SI, equivale a "Sem Informação". Muitos dados SI são assentamentos novos e alguns que, apesar de reconhecidos, ainda não foram implantados, alguns com pendências judiciais que envolvem a área e o número de famílias, e muitos não tiveram a divisão oficial dos lotes.

A Figura 3, a seguir, apresenta um mapa com a localização dos assentamentos que constam da Tabela 6.



nhos a vapor e pressiona a extinção do minifúndio e do trabalho familiar. A cultura individualista dos pequenos engenhos se transforma com a ascensão dos grandes solares (casarões antigos) e impõe a concentração de terras e capitais (LAMEGO, 1946).

Graças à intervenção estatal, com vultosos financiamentos e obras de aterro e drenagem, até 1940 a região era responsável por 40% da produção de álcool no Brasil, contudo, nas décadas seguintes ocorre a desnacionalização das usinas (MOREIRA, 2003). Com sucessivas crises, mas mantendo a estrutura fundiária desigual, surge o grande aumento do incentivo à produção de álcool no país. Após a crise do petróleo e o incentivo ao álcool a partir de 1973, a região se reergue baseada nas grandes usinas e no latifúndio. A partir da década de 1990 a cana e o açúcar perdem seu poder econômico e entra novamente em grande crise e muitas usinas falem.

Esse desmantelamento da indústria canavieira no norte do Estado do Rio de Janeiro deflagra as condições históricas de reivindicação dos movimentos rurais. Definitivamente esse processo tornou-se fundamental ao fortalecimento e amadurecimento dos movimentos sociais do campo no Estado, especialmente o MST (GONÇALVES, 2002). Com milhares de hectares abandonados, milhares de trabalhadores desempregados e o crescimento exponencial de dívidas dos usineiros (muitas delas trabalhistas) o conflito fica eminente. Nota-se, portanto, que a característica principal do conflito está na decadência dos detentores da propriedade, criando condições contrastantes. Sendo uma região canavieira, assume mais importância à medida que os mercados nacionais e internacionais valorizam cada vez mais o agrocombustível e o açúcar, passando pelo fortalecimento do agronegócio e criando um ambiente propício a eclosão de conflitos (GT-Agrária, 2007). No rastro dos conflitos, alguns assentamentos são reconhecidos e implantados, principalmente pela ação e pressão dos movimentos sociais e grupos organizados em torno da luta pela terra.

A constante prática da queimada e o uso de máquinas e insumos para a produção da cana-de-açúcar destinada as usinas, deteriorou consideravelmente a fertilidade natural do solo. Esse modelo de produção moldou formas de exploração agressiva nas relações de trabalho e produção com agricultores, o que dificulta a continuidade e a consolidação da agricultura familiar na região. Este é um passivo ambiental e social legado às terras e aos agricultores da região.

A partir do final dos anos 1990 a entrada efetiva do MST na baixada campista e na região litorânea fortalece as mobilizações anteriores da FETAG e a pressão pela desapropriação e efetivação dos assentamentos intensifica-se. O maior assentamento, na antiga fazenda São João e que se chama Zumbi dos Palmares, foi ocupado em 1997 com cerca de 700 famílias. Atualmente ele está dividido em cinco glebas e demonstra a conjuntura de forças que entraram em conflito com a falência de usinas da região (LEWIN *et al.*, 2005). A maioria dos assentamentos, além do apoio do MST/RJ, teve apoio da FETAG e da CPT, assim como de outras instituições e atores.

Dessa forma a ATER em assentamentos no norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro abrange um conjunto de atores e uma riqueza de experiências, revelando uma dinâmica complexa e desafiadora, sobretudo pela questão ambiental e social da região.

## CAPÍTULO 4 – A CEDRO E OS COOPERADOS- EXTENSIONISTAS

A cooperativa de trabalho CEDRO foi fundada em maio de 1999. Formalmente constituída por 26 profissionais, com o objetivo de ser um instrumento de trabalho dos profissionais que gostariam de trabalhar com reforma agrária nos assentamentos rurais. Dos 26 cooperados, 20 cooperados-fundadores da CEDRO haviam trabalhado no Projeto LUMIAR (extinto em 2000). De acordo com um de seus fundadores:

**Em 1999 a FETAG [-RJ]<sup>90</sup> [Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rio de Janeiro] promoveu um seminário sobre o papel da ATER em áreas de reforma agrária, e isso motivou muito a gente, trabalhávamos em uma cooperativa fajuta, que não tinha identidade com a reforma agrária. Nesse grupo de 32 pessoas, 20 delas começaram a estudar e aprofundar o que seria uma pessoa jurídica para trabalhar com reforma agrária e chegamos à conclusão que a cooperativa seria um bom desenho. Então foi fundada em maio de 1999 a CEDRO (Extensionista A, agrônomo, gestor interno e sócio-fundador da CEDRO).**

A CEDRO foi gestada pela Incubadora de Cooperativas (INCOOP) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos de Goytacazes (CEFET Campos), com apoio da ONG “CAPINA” (Cooperação e Apoio para Projeto de Inspiração Agroecológica). Criada para viabilizar trabalhos para seus cooperados, a CEDRO não participou do LUMIAR como prestadora de serviços de extensão. Contudo, após o fim do LUMIAR, caminhou na tentativa de prestar um serviço de extensão descentralizado e co-gerido.

Os cooperados fundadores estão (ou estiveram) ligados a várias organizações e trabalharam com diferentes grupos, propiciando a compreensão das origens e das redes de colaboração instituídas em sua trajetória, confluindo com os objetivos da CEDRO. Entre as principais organizações quais os extensionistas da CEDRO trabalhavam e colaboram, se encontram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), diversas ONGs (Instituto Terra, AS-PTA e CAPINA), EMBRAPA, Prefeituras e Órgãos Públicos (ITERJ, INCRA, UFRRJ), Instituições e Sindicatos de trabalhadores da agricultura (FETAG e Sin-

---

<sup>90</sup> A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG/RJ) pertencente à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Tem uma relação histórica com muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) do estado. O Papel da FETAG é marcante na luta por terra e pela reforma agrária no Rio de Janeiro. Para aprofundamentos sobre a história e a atuação da FETAG/RJ, assim como da luta sindical no estado, consultar BARCELLOS (2008).

dicatos de Trabalhadores Rurais), Sistemas de Cooperativas e outras cooperativas de serviço (UNICAFES, UNACOOOP e COOPERAR/MST)<sup>91</sup> e organizações de movimentos sociais (MST e AARJ).

O objetivo dos cooperados da CEDRO, segundo um dos seus cooperados fundadores é descrito da seguinte maneira:

**Tentar exercer nossas profissões de forma digna, correta, com mais qualidade, nas condições dadas. Quando voltei do Espírito Santo em 1997 já tava... não sei quanto anos sem concurso na EMATER e era dado como certo que iria abrir concurso e ele só veio abrir agora 2009. Veja só quanto tempo sem entrar ninguém. E aí precisa atuar como profissional, a gente gosta de atuar na reforma agrária e hoje a nossa ferramenta de trabalho é a cooperativa. Ela se presta prá isso. A perspectiva número um dela é prestar e exercer serviço profissional. Segundo é ajudar a qualificar o processo da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro e da agricultura familiar. Agente já tá entrando em outros públicos (Extensionista A, agrônomo e gestor interno da CEDRO).**

Assim, ao final de 2010, a cooperativa CEDRO passa a prestar serviço de ATER para agricultores familiares do recém criado Território Rural do Noroeste Fluminense, dentro da política do Ministério do Desenvolvimento Territorial e aos preceitos da PNATER. Segundo um dos seus cooperados-fundadores, a cooperativa de trabalho tem como objetivo principal ser o instrumento jurídico que possibilite o trabalho destes profissionais que têm interesse ou “gosta” de trabalhar com reforma agrária. Ou seja, os cooperados, sobretudo os fundadores, estariam mais próximos da definição de extensionistas-militantes, de acordo com a formulação de Masseli (1998), apresentada anteriormente (Capítulo 3).

A partir dos documentos analisados tem-se que o primeiro contrato celebrado pela CEDRO ocorreu no ano 2000 com a EMBRAPA Agrobiologia, sediada em Seropédica-RJ, para atuar no tema da agroecologia por meio da Rede Agroecológica do Rio, desenvolvendo ações de comunicação e de experimentação em comunidades rurais do Estado. A Rede Agroecológica do Rio de Janeiro, de 2001, é um embrião da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro ARRJ, e tem como objetivo a geração e difusão do conhecimento agroecológico, assim como articula produtores agroecológicos com

---

<sup>91</sup> O nome por extenso das organizações e entidades são a Assessoria de Projetos Técnicos (AS-PTA), Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ, Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), União das Associações e Cooperativas usuárias do Pavilhão 30 (UNACOOOP) e Cooperativa COOPERAR/MST e Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

canais de comercialização. Estas ações ocorreram em Magé e Cachoeiras de Macacu. Ainda no ano 2000 celebrou contrato com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis para prestar serviços de extensão pesqueira e maricultura, atuando em diversas comunidades da Baía da Ilha Grande.

No final do ano 2000 a CEDRO formalizou convênio com o INCRA<sup>92</sup>, atuando nos assentamentos Tipity, São José da Boa Morte e Salto, no norte e noroeste do estado; e também firmou contrato com a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda São Gregório, no assentamento Zumbi dos Palmares, para execução dos procedimentos de liberação creditícia de financiamento no âmbito do PRONAF na Linha “A”, nos municípios de São Francisco do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Barra Mansa e Campos dos Goytacazes. Já em 2001, a cooperativa vivenciou o fortalecimento de laços institucionais, com a criação da Rede Agroecologia Rio.

Em 2002 formalizou contrato com a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio), para serviços de planejamento participativo do uso da terra e da água na comunidade de Conceição do Imbé, em Campos dos Goytacazes, no âmbito do Programa de Microbacias Hidrográficas do Rio de Janeiro. Ainda em 2002, após processo de licitação, formalizou contrato com o Instituto Histórico e Artístico de Paraty, proponente, junto ao Ministério do Trabalho, do Projeto de diversificação da atividade pesqueira na comunidade de Ponta Negra/Paraty, para introdução de atividade de maricultura.

Em 2003 celebrou contrato com a FETAG-RJ para atuação no projeto de desenvolvimento territorial e fomento à constituição de cooperativas de crédito, atuando em 15 comunidades dos municípios Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu e Teresópolis. Ao final daquele ano, firmou outro contrato com a FETAG-RJ, desta vez para consultoria de análise econômica e financeira para Projetos de Desenvolvimento de Assentamentos e Projetos de Recuperação de Assentamentos (PDAs e PRAs)<sup>93</sup> elaborados para o INCRA, no âmbito do Programa Emergencial de Assistência Técnica à Reforma Agrária. Ainda em 2003 registraram-se também ações de parcerias com comunidades rurais, como Soarinho, no município de Cachoeiras de Macacu, em que se elaborou o

---

<sup>92</sup> Entre o LUMIAR a ATEs, em 2000, a CEDRO formalizou um convênio com o INCRA para atuar somente em três assentamentos, dando continuidade aos procedimentos para liberação creditícia, mais especificamente o PRONAF da linha “A”.

<sup>93</sup> Os PDA, PRA e PEA (Planejamento Econômico Anual) são documentos considerados principais instrumentos de planejamento e diagnóstico da atuação na prática extensionista em assentamentos dentro do Programa de ATEs.

Diagnóstico Rural Participativo (DRP) em apoio a uma iniciativa de produção orgânica. Também formalizou contrato com a ONG Assessoria e Projetos em Tecnologia Alternativa (AS-PTA) para serviços de assessoria em ações de agricultura urbana.

O começo do ano de 2004 registrou uma dificuldade da continuidade das atividades da cooperativa, principalmente pela falta de mercado de trabalho. Segundo a ata da Assembléia Geral Ordinária de 16 de outubro de 2004, os cooperados conduziram a cooperativa a um “momento de dormência”, um “estado de redução de custos” para manter a existência da cooperativa e aguardar um momento mais próspero. Esse momento veio ao final do ano de 2004, quando surgem outras perspectivas de trabalho.

De acordo com o registro no livro de atas da Assembléia Geral Ordinária da CEDRO, em 2004, as avaliações foram de que a CEDRO não conseguiu antever as possibilidades de trabalho, necessitando se organizar, ter uma gestão competente e eficaz, amadurecer as possibilidades de viabilização econômica da entidade e não ficar se apoiando exclusivamente em relações pessoais e de amizade, enfim, necessitava se profissionalizar (CEDRO, 2004).

A partir de meados de 2004, a CEDRO se engajou no processo de construção do Programa Estadual de ATER (denominado PEATER-RJ, no âmbito da consolidação da Política Nacional de ATER – PNATER). Participou, assim, do processo que foi concluído em fevereiro de 2006, com aprovação do PEATER-RJ no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) e, subsequente, homologação da Assembléia Legislativa Estadual, autorizando a cooperativa a concorrer nos editais de programa de ATES.

Em 2005 renovou seu credenciamento no INCRA para participação no Programa de ATES, que iniciou no mês de dezembro daquele ano. Ainda em 2005 a CEDRO participou da constituição da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES), que faz um contraponto político à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). A fundação da UNICAFES, em 2005, como também da UNISOL, em 2004, tira da OCB o monopólio sobre a organização nacional cooperativista, ocorrendo devido às insatisfações que as cooperativas de agricultura familiar e economia solidária tinham em relação à OCB. A atuação e as experiências das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), a partir de 1995, posteriormente

com a REDE ITCP, dentro de Universidades Federais solidificaram as propostas das cooperativas tidas como “populares”.

O maior contraponto entre a OCB e as cooperativas de Economia Solidária, são os direcionamentos, de um lado uma perspectiva de cooperativismo empresarial, focando a eficiência econômica do empreendimento cooperativo e com forte apelo à competição e à produtividade, representada pela OCB, e a perspectiva de um cooperativismo solidário e popular, com apelo aos preceitos da Economia Solidária (SINGER, 2002). Para maiores informações sobre as possibilidades e limites dos sistemas representativos das cooperativas, consultar SILVA (2006).<sup>94</sup>. Este processo marca o compromisso de alguns movimentos sociais com a Agricultura Familiar Camponesa e com um sentido mais profundo do Cooperativismo, dado pela perspectiva da Economia Solidária. Como a UNICAFES representa o segmento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, pela perspectiva de um cooperativismo solidário, volta-se para as propostas iniciais das cooperativas, com Robert Owen, François Charles Fourier e Claude Henry de Rouvroy (Conde de Saint-Simon), no século XIX.<sup>95</sup>.

A CEDRO é uma cooperativa de trabalho que a partir de 2005 passa a funcionar com grande aporte de recursos públicos provenientes do Programa de ATES. Neste sentido, a estrutura da CEDRO (quadro técnico e organizacional, infra-estrutura, etc..) vem sendo naturalmente direcionada para atender às demandas desse programa. Contudo, para melhor entendimento e distinção da cooperativa e de seu trabalho, o estudo, assim como na fala dos cooperados, é utilizado o nome da CEDRO quando se refere a cooperativa como um todo e de CEDRO/ATES para se referir ao grupo e a ação da cooperativa no projeto de ATES

Em 2006 formaliza contrato com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio, constituindo uma Equipe Técnica para atuar pela Secretaria Municipal de Agricultura. Em 2007, por meio de processo de licitação, assume o serviço de elaboração de Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA) vinculados ao Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), atendendo a cinco Projetos de Assentamento (PA).

---

<sup>94</sup> Para aprofundar sobre esses contrapontos entre os sistemas representativos das cooperativas, abarcando os desafios, limites e possibilidades das cooperativas populares, no caso do Rio de Janeiro, consultar OLIVEIRA (2008).

<sup>95</sup> Uma releitura e atualização das idéias iniciais destes pensadores cooperativistas, agora em um cenário de capitalismo globalizado, se encontra em SINGER (2002), a partir do tema da Economia Solidária.

Em 2007 a CEDRO participa da criação da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, que possibilita o intercâmbio de experiências agroecológica do estado e posteriormente em encontros nacionais, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Neste espaço, e nos momentos de articulação estadual para preparação do encontro nacional, a cooperativa viabilizou a participação dos assentados e de seus profissionais, levando suas experiências e produções, com intuito de articular, trocar e divulgar experiências agroecológicas que a CEDRO tem participado e fomentado entre os assentados.

Também em 2007 credencia-se no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER/SAF/MDA) sendo a primeira instituição não-governamental do Rio de Janeiro a obter tal reconhecimento. Em setembro de 2009 é reconhecida pelo CEDRUS no processo de renovação de credenciamento no DATER/SAF/MDA. Em contratos renovados anualmente desde 2005 até agosto de 2009 foram atendidas 902 famílias nos dois primeiros anos e 852 famílias até o final do contrato. Contudo, ao final de 2009 e ao longo de 2010, a CEDRO trabalhou com 1691 famílias no Programa de ATES, demonstrando um substancial incremento nos trabalhos de ATER em assentamentos dos dois últimos anos.

A Tabela 7 apresenta a atuação da CEDRO nos municípios e nos assentamentos dentro do Programa de ATES. A quarta coluna se refere à quantidade de assentamentos atendidos no âmbito do Programa de ATES. As três colunas seguintes (PDA, PRA, PEA) se refere à quantidade e tipos de planos executados ao longo dos anos. A base física representa a presença de escritórios em diferentes municípios em que a CEDRO se encontra. Por último, ela conta com uma quantidade razoável de Núcleos Operacionais<sup>96</sup> ou “sub-equipes”, que são as menores unidades de atuação da cooperativa, atuam em campo e contam com grupos de dois a quatro extensionistas.

Tabela 7. Histórico das atividades e “produtos” da CEDRO.

ANO	MUNICÍPIOS	PA *	ATES	PDA	PRA	PEA	BASE FÍSICA	NÚCLEO SUB-EQUIPES
2005	9	9	9	6	4	4	2	3

<sup>96</sup> A base física, ou escritório da CEDRO, de Conceição de Macabu abriga atualmente dois núcleos operacionais. A sede se localiza na região central da capital.

2006	9	9 +1 **	10	1	2	2	3	3
2007	8	8	8	0	0	0	3	3
2008	8	8	8	1	0	0	3	3
2009	8	8	8	0	0	0	3	4
2010	15	8 +13	21	10	10	4	5	6 (1 sede)

Fonte: Documento e Relatórios da CEDRO

\* Projeto de Assentamento

\*\* No ano de 2006 a CEDRO assume mais um assentamento que não estava previsto inicialmente

Os PDA e PRA são documentos amplos construídos por um conjunto de extensionistas, em longo processo de diagnóstico, extensão e pesquisa sobre o assentamento em diálogo com os assentados e atores locais. Eles são norteadores das intenções e possibilidades, expressos nos projetos dos assentamentos, tanto para os profissionais extensionistas, quanto para os parceiros, mas, sobretudo, para os assentados, no intuito de conjugar esforços em torno de objetivos comuns e vislumbrar os desejos e intenções dos atores que participam da dinâmica do assentamento.

Ao mesmo tempo, estes documentos são importantes registros sobre a condição conjuntural e estrutural dos assentamentos, sendo utilizado para legitimar as ações dos atores que interagem com o assentamento e condicionam as ações propostas. Aprofundaremos os planos mais a frente, contudo há de se ressaltar que o Tabela 7 acima dá uma noção da amplitude e da diversidade da atuação da CEDRO, tendo em vista que cada plano é contextual e tem uma dinâmica de construção coletiva, abrangendo um conjunto de fatores multidimensionais das questões que envolvem a consolidação dos assentamentos. No mapa abaixo são identificados alguns assentamentos em que a cooperativa trabalha.

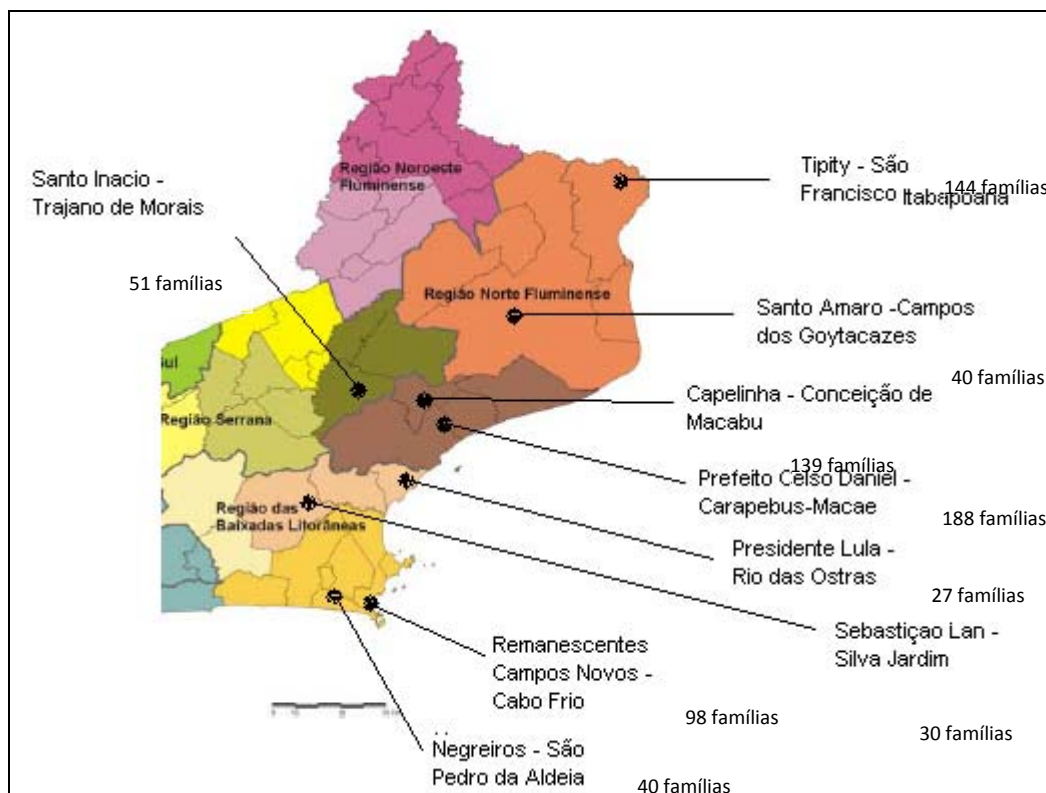


Figura 4. MAPA da região de atuação da CEDRO no Estado do Rio de Janeiro, destacando alguns assentamentos em que há prestação de serviços de ATER<sup>97</sup>.

Fonte: CEDRO, Histórico de Atuação da Cooperativa, S/D.

Quanto às mudanças estratégicas na atuação da cooperativa registra-se, a partir do plano estratégico de 2008-2010, que a missão da cooperativa passa por transformações importantes no período. Inicialmente, antes de 2008, a missão da cooperativa era descrita como:

Trabalhamos para promover de forma participativa a relação homem, trabalho, natureza centrando-nos na Unidade de Produção Familiar, na Organização local, visando um desenvolvimento sócio-econômico que preserve os recursos naturais e o meio ambiente, contribuindo para a garantia da sua durabilidade (PE/CEDRO, 2010, p. 25).

Durante a elaboração do Plano Estratégico (2008-2010) a missão organizacional foi redefinida, passando a ser descrita como:

Trabalhamos para promover, de forma participativa, a relação harmônica ser humano-trabalho-natureza, atuando a partir de uma visão cooperativista solidária em parceria com atores que se aproximem dos nossos valores, a fim de promover assessoria técnica, ambiental e social, com ênfase em agroecologia, para a garantia da sustentabilidade em todos os seus aspectos (PE/CEDRO, 2010, p. 25).

<sup>97</sup> Destaca-se que em 2010 a CEDRO passa a assessorar o PA Santa Rosa, no Município de MAGÉ, Região Metropolitana da Capital do Estado.

Ao final do documento Plano Estratégico (2008-2010), a visão de futuro que a missão da cooperativa objetiva expressa-se da seguinte maneira:

Ser reconhecida como instituição de referência nacional em projetos e prestação de serviços relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social – rural e urbana – em parceria com agricultores familiares, comunidades tradicionais, organizações públicas e privadas que se aproximem dos valores da CEDRO (PE/CEDRO, 2010, p. 25).

Essas mudanças incluem a incorporação de um novo discurso sobre desenvolvimento, quando são incorporados uma nova definição dos valores cooperativos e o termo da *agroecologia* no sentido de uma sustentabilidade multidimensional. Os motivos que determinam a redefinição da missão da cooperativa estão relacionados ao amadurecimento e a incorporação de novos referenciais teóricos e metodológicos nos objetivos de atuação da CEDRO. É interessante notar como, além da incorporação da agroecologia, surge a questão do cooperativismo, na perspectiva da *economia solidária*. Como visão de futuro, se destaca a forma que assume as intenções dos cooperados em se tornar uma referência para a prestação de serviços relacionados a ATER, revelando uma intencionalidade na troca de experiências e de exemplo de ação extensionista frente às demandas de comunidades tradicionais de agricultores familiares, ampliando o espectro de trabalho a grupos que não pertencem aos “assentamentos de reforma agrária”.

A atuação da cooperativa com os grupos de assentados, enfatiza a importância dos atores que constroem uma intervenção interativa, não os tratando apenas como passivos beneficiários. Com a atuação exclusiva em “áreas reformadas”, também se propõe o trabalho com comunidades e grupos que se identifiquem com os valores da cooperativa. A metodologia de trabalho da CEDRO/ATES é condicionada por diversos fatores externos, dentre eles o Manual Operacional da Política de ATER, apresentado na Instrução Normativa do INCRA nº 39 de 2004, posteriormente aprimorado pelas Instruções Normativas nº 60 de 2007 e Instrução Normativa nº 78 de 2008. Importante destacar que a metodologia também é condicionada por atividades internas, consideradas importantes para o nivelamento e aperfeiçoamento das atividades de gestão e operacionalização das atividades da cooperativa.

A dinâmica do Programa de ATES consiste em um conjunto de ações, acordadas atualmente em contrato, entre o INCRA e a prestadora do serviço do projeto. O documento que descreve as atividades a serem cumpridas é o Marco de Referência, que contém os Planos de Ação. Quando há a necessidade de elaboração de algum plano específico (PDA, PRA ou PEA), em função do momento do assentamento, este é inserido no marco de referência. Contudo, estes planos (chamados de produtos, pois têm datas e prazos específicos) têm um repasse de recursos diferenciado, tendo em vista o dispêndio de tempo e de recursos para a elaboração dos mesmos. O PDA, por exemplo, é um documento que pode chegar a 200 páginas e é um dos documentos mais trabalhosos entre os três, dependendo das necessidades e do momento do assentamento.

A elaboração dos planos tem certa autonomia na dinâmica do Programa de ATES, apesar de serem instrumentos fundamentais para nortear a ação do mesmo. O PEA tem caráter preliminar, enquanto o PDA tem caráter permanente e é um documento amplo que envolve desde o diagnóstico até o planejamento do processo de ocupação, descrição das condições físicas, sociais, econômicas e ambientais, assim como a descrição e a proposição da utilização das áreas do assentamento até sua fase de desenvolvimento, especificando como proceder para que se garantam os serviços básicos de infraestrutura física e social.

Para ilustrar a magnitude dos planos, descreveremos os tópicos dos temas do roteiro para elaboração do PDA, que estão caracterizados como: o projeto do plano (geral e específico), o diagnóstico relativo à área de influência do assentamento (localização e acesso, contexto socioeconômico e ambiental), diagnóstico do assentamento (condições físicas e edafo-climáticas: relevo, recursos hídricos, flora, fauna, uso do solo e cobertura vegetal, reserva legal e área de preservação permanente, estratificação ambiental dos agroecossistemas, capacidade de uso do solo, análise dos potenciais e limitações dos recursos naturais e ambientais); organização espacial, situação do meio socioeconômico, histórico do assentamento, população e organização social, infraestrutura física, social e econômica, sistemas produtivos, serviços de apoio à produção, assistência técnica e pesquisa, crédito, capacitação profissional, serviços sociais básicos: educação, saúde e saneamento, lazer, cultura, habitação; e por último as limitações, potencialidades e condicionantes do assentamento (NI n°39, INCRA).

Já o PRA é destinado a assentamentos que apresentam passivos ambientais, sociais e econômicos. É importante ressaltar que o processo preconizado para a elaboração

dos planos estabelece a utilização de metodologias pedagógicas integradoras, que envolvam, além dos assentados, o poder público local, a sociedade civil e outras entidades que influenciam o assentamento.

O não cumprimento do Plano de Ação determina sanções e multas por parte do INCRA, além de punições relacionadas ao não alcance de metas estabelecidas, podendo inclusive, com reincidências ineficientes no cumprimento do plano, descredenciar a entidade que presta o Serviço de ATES.

As atividades de ATES contemplam o acompanhamento dos assentamentos em questões e atividades internas, como orientação técnica para a produção, visita aos lotes, dinâmicas de diagnóstico e de mini-cursos (relacionados à produção, a questões normativas e jurídicas, a elaboração de projetos creditícios, entre outras) e em questões e atividades externas, como a participação em reuniões com parceiros e com a entidade pública responsável pelo programa, audiências públicas, intercâmbio de experiências, participação em encontros, entre outros, assim como as reuniões necessárias à confecção dos planos.

A CEDRO tem um estatuto social e um regimento interno, e todos os cooperados assinam um termo de compromisso que esclarece os cargos, as atribuições e as atividades que a cooperativa desempenha. A cooperativa realiza cursos de aperfeiçoamento e de nivelamento entre seus cooperados desde sua fundação, sendo que a adesão como novo cooperado pressupõe atividades de capacitação em cooperativismo. A Sede da CEDRO, no Rio de Janeiro, dá suporte ao PA Santa Rosa, em Magé; e também auxilia ao gestor do projeto e à Equipe de elaboração de PDA, que conta com quatro profissionais. Cada núcleo tem um automóvel, equipamento de informática, GPS e *Kit* de apoio didático. O Kit de apoio didático conta com a manual de ATES, os documentos relativos a metodologias participativas e as fichas utilizadas nas visitas aos lotes e nas reuniões e cursos. Os escritórios operacionais estão localizados nos Núcleos Operacionais e na Sede.

Ao longo de sua trajetória destaca-se a rotatividade dos cooperados e, principalmente, dos extensionistas-técnicos da CEDRO do programa ATES (CEDRO/ATES). Entre 2005 e agosto de 2009 passaram pelo programa cerca de 30 técnicos, variando de equipes entre nove e onze componentes, dependendo da quantidade de famílias assentadas. A rotatividade é fruto das condições de trabalho dos cooperados, assim como do

interesse e das oportunidades pessoais de cada profissional. Esta rotatividade tem reflexos na continuidade e na inserção dos profissionais no serviço prestado. Muitas destas informações estão baseadas nas falas dos entrevistados e documentos de avaliação periódica da cooperativa. A rotatividade cria uma dinâmica incerta, tendo em vista que a ação extensionista é permeada por relações de confiança, a mudança sistemática de profissionais dificulta a criação de relações contínuas. Esse tema será abordado no próximo capítulo, com a análise das avaliações feitas pelos próprios cooperados.

O ano de 2010 representa um crescimento expressivo das atividades da CEDRO/ATES, com 21 assentamentos e um aumento substancial dos recursos. Dentro do Termo de Responsabilidade registram-se as atribuições das responsabilidades nas atividades de cada cooperado na CEDRO/ATES, conforme apresentamos no Quadro 3.

**Quadro 3.** Relação dos cargos e atribuições dos Cooperados da CEDRO.

Técnico de Campo	Atua na linha de frente do Projeto e da Cooperativa; Programa às ações de ATES; Executa as tarefas de campo; Desenvolve Assistência Técnica e Extensão Rural; Executa serviços relacionados ao Crédito Rural; Sistematiza e/ou registra, de forma escrita e com fotografias, suas práticas; Executa a agenda definida nos Planos de Ação por Assentamento; Atua com pró-atividade na sua qualificação, na qualificação da Equipe e do trabalho como um todo; Atua para a facilitação em processos de autogestão das comunidades.
Coordenador de Núcleo Operacional	Exerce as atribuições de técnico de campo e, ainda, atua para viabilizar a infra-estrutura do Núcleo Operacional; Potencializa os meios e os instrumentos para a capacitação da Equipe e dos Assentados; Articula e monitora o Planejamento/Execução das atividades; Articula as demandas da Equipe junto ao Gestor Interno CEDRO/ATES; Participa das Reuniões de Coordenação da Equipe; Articula parcerias; Dinamiza e registra os encontros de Equipe e de Coordenação; Promove a integração metodológica dos Núcleos Operacionais; Assume, preferencialmente, responsabilidade técnica nos Projetos de Crédito Rural; Compõe a Equipe Local de PDA/PRA – onde houver estes produtos contratados; Faz transitar as informações; Fiscaliza o trabalho de campo; Garante o prazo na entrega dos Relatórios e dos produtos, no âmbito do Núcleo Operacional.
Gestor Interno CEDRO/ATES	Adota rotina de visita programada aos Núcleos Operacionais; Facilita reuniões de Avaliação e de Planejamento dos Núcleos; Participa das reuniões de Coordenação da Equipe; Reúne, processa e sistematiza os relatórios e a prestação de contas; Auxilia a Diretoria na dinâmica administrativa do Contrato; Orienta, revisa e acompanha a entrega dos produtos, pelos Núcleos Operacionais e pela Equipe de PDA/PRA; Auxilia na interlocução da CEDRO com o INCRA; Auxilia a Direção na interlocução com demais parceiros e articulação administrativa e política; Instrui a elaboração de expedientes (ofícios e documentos) e produtos; Compõe a Equipe de PDA/PRA; Faz transitar as informações.
Equipe de PDA/PRA	Dialoga com os Núcleos Operacionais, em especial com as respectivas coordenações e com o Gestor Interno CEDRO/ATES para orientação e aplicação das metodologias adotadas para a elaboração dos Planos; Responsabiliza-se pelo levantamento e processamento dos dados secundários, bem como dos materiais advindos das abordagens de campo para a consecução dos documentos; Articula com a Diretoria da CEDRO a dotação dos aportes complementares: profissionais, instrumentais e metodológicos, que se fizerem necessários para a elaboração dos documentos, no prazo e com a qualidade pactuados.
Direção da CEDRO	Instância de deliberação a respeito das condições operacionais do Contrato; Atua para garantir a qualidade dos trabalhos; Faz a interlocução da CEDRO com o INCRA; Promove visibilidade às ações da Equipe; Faz a interlocução com demais parceiros e articulação administrativa e política; Zela pelo cumprimento dos termos do Contrato com o Tomador dos Serviços; Busca outros contratos e serviços para a Cooperativa; Garante a transparência na prestação de contas

Fonte: Termo de Responsabilidade da CEDRO, S/D. (TR, S/D).

O modo de atuação dos extensionistas é condicionado ao documento do Termo de Responsabilidade, revelando a ação de cada profissional e grupo que atua nos assentamentos. A quantidade de ações descritas, assim com a complexidade das ações, levam a inferir que o modo de ação extensionista tem um amplo espectro, em ações que demandam muito tempo e necessitam de experiência na condução de processos e metodologias integradoras e participativas, abortando uma série de temas que dizem respeito a

todas as dimensões, sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas da vida dos assentados e no dia-a-dia dos assentamentos.

Com referência à dinâmica do serviço prestado, e à comprovação das atividades nos Planos de Ação, é importante dizer que, até 2009, o relatório das atividades da cooperativa era enviado ao INCRA trimestralmente, a partir de 2010 passou a ser mensal. Essa dinâmica contribuiu para a imposição de uma nova dinâmica aos NO's (Núcleos Operacionais) e ao gestor interno do projeto de ATES. Segundo o gestor interno, que foi extensionista de campo por muitos anos, grande parte de seu trabalho hoje é no escritório. Quando questionado sobre a importância das ações que influem no assentamento afirma:

**Tem dois momentos, primeiro momento seria minha atuação no campo. A gente fez várias coisas importantes, em Tipity, em Capelinha, e é o que as pessoas guardam. Relação de confiança, estar presente, não ter horário pra sair. Fazer o Pronaf Mulher<sup>98</sup>, o primeiro do estado do Rio de Janeiro, na ordem de 16 mulheres que tiveram acesso a uma linha de crédito que é direito delas acessar e não tinham acessado. Outra visão é a visão de escritório. Hoje o que tenho feito é arredondar relatório, pra fazer prestação de contas e garantir o repasse de recursos para o pessoal se realizar no campo (Extensionista A. agrônomo e gestor interno da ATES na CEDRO).**

A fala do profissional demonstra que existem dois lados da ação extensionista que devem ser considerados. O trabalho burocrático, apesar de não trazer tanta satisfação ao profissional, é fundamental para garantir a continuidade dos recursos para as atividades em campo. Também chama atenção na fala do extensionista o reconhecimento da importância deste trabalho, por parte dos assentados. A valorização do trabalho profissional do extensionista, diretamente relacionada à sua autoestima e realização pessoal, vem das atividades interativas, onde se vislumbram os resultados da ação extensionista. Neste sentido, nota-se ainda a dedicação das pessoas ao destacar como importante, por exemplo, “não ter horário para sair”.

Contudo, outra alteração que ocorre a partir de 2009 na gestão e influi na metodologia da ATES, corresponde à forma de acompanhamento e controle dos trabalhos com os assentados. Antes, o acompanhamento se dava de forma mais coletiva, com reuniões e visitas a lotes, sem um trabalho particular sistemático de visita a todos os assen-

---

<sup>98</sup> O PRONAF Mulher é uma linha de financiamento creditício do PRONAF, destinado a agricultoras familiares, independentemente de seu estado civil. Entre as linhas de financiamento do PRONAF, que geralmente são acessadas por assentados, se destaca o PRONAF A, destinado exclusivamente a assentados, sendo utilizado como custeio ou investimento. Existem também as linhas do PRONAF jovem e PRONAF mulher, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, entre outros. A maioria das modalidades do PRONAF permite somente o investimento, e não o custeio.

tados durante o ano. A partir de 2009, tornaram-se obrigatórias três visitas por assentado ao longo do ano, preenchendo-se, no caso de não encontrar o mesmo, a Ficha de Visita. A norma estabelece serem necessárias mais três comprovações de que o assentado havia sido efetivamente visitado, mas que não se encontrava no lote no momento da visita. Ou seja, no caso de lotes em que não se encontrava ninguém eram realizadas até nove visitas por ano.

Enquanto na entrevista com a equipe de ATES do INCRA essa sistematicidade das três visitas era destacada como uma das conquistas mais importantes do programa ATES a partir de 2009, alguns extensionistas criticavam o excesso de visitas, o desperdício de tempo e recursos com assentados que não se interessavam pelo lote e o trabalho “censitário” e burocrático que impedia uma visita mais direcionada e eficaz.

Contudo, é de se destacar que de acordo com o relato de assentados e extensionistas, existe pontos positivos e negativos nesta mudança. O positivo é que é garantido que todos os assentados recebam visitas individuais, uma questão recorrente em programas de ATER anteriores. Os pontos negativos enfatizados, principalmente pelos extensionistas, é que essa metodologia não ocorre por demanda dos assentados, sendo a maioria das visitas curtas, pela quantidade de extensionistas por assentados, não possibilitando um tempo maior de dedicação a cada família e análise das questões econômicas, sociais e ambientais. É dedicado muito tempo preenchendo dados em fichas, sendo que a grande maioria das informações não se altera de uma visita para a outra, e restando pouco tempo para fazer um trabalho contínuo. A comprovação da visita, instituída como técnica de controle do Programa ATES, assim como a comprovação de outras atividades, tornou-se um dos elementos mais importantes para o repasse de recursos para os extensionistas em campo.

Como afirmamos anteriormente, as ações obrigatórias e que são diretamente relacionadas ao repasse de recursos estão descritas no Marco de Referência e são especificadas para cada assentamento nos Planos de Ação. Quando algum dos projetos (PDA, PRA ou PEA) entra no Marco de Referência, eles passam a integrar as metas propostas e acordadas, apesar de terem uma dinâmica própria. Se não há o alcance das metas acordadas, o repasse não é integral. Se durante três meses, em que são enviados relatórios mensais, a prestadora cumpre entre 40% a 80% das metas do Marco de referência, passa a ter sanções e, dependendo de caso a caso, pode haver a abertura de procedimento administrativo para punir a prestadora, além do repasse parcial dos recursos.

De acordo com o depoimento de um assentado, ao ser questionado sobre a forma e os objetivos do trabalho da CEDRO, afirma, ao descrever as atividades dos extensionistas, que compreende bem o sentido das mudanças introduzidas no comportamento dos técnicos, elaborando uma leitura crítica do trabalho desenvolvido:

**Eles vêm, olha o lote de todo mundo, olha o que tem plantado, coloca na folha e manda pra lá. Eu gostei do trabalho, mas acho que pode ser melhor. Como o INCRA ia saber que tem esses lote abandonado? 34 lotes sem ninguém** (Assentado D. PA Tipity).

**Acompanhar o pessoal que vai panhar PRONAF. Ver se o pessoal tá colocando o dinheiro no lugar certo, acompanhar quem tem mais dificuldade. Às vezes tá rodando muito nos lotes, mas num chega no papel final** (Assentado D. PA Tipity).

Chegar no “papel final”, ou seja, mediar e acompanhar a chegada de recursos e a resolução de problemas que interferem nas condições de vida dos assentados, só é possível, de acordo com as normas fiscalizatórias estabelecidas, se o órgão público responsável pela política (o INCRA) tiver “pernas” para identificar, acompanhar, e, principalmente, atuar nos problemas que afligem o assentamento. Daí que surgem os maiores dilemas do processo de assessoria. Os extensionistas vêm o problema, mas quem resolve é o INCRA. Se o INCRA não resolve a situação, ela fica cada vez mais delicada e o papel de cada um mais conflituoso. As dificuldades e confusões sobre a questão “de quem é o problema”, e principalmente “quem deve resolver”, são recorrentes na ação dos extensionistas. Reflexos da falta de entendimento sobre os limites, os deveres e os direitos dos assentados e dos extensionistas, frente ao poder público e os atores que integram no assentamento.

Dentre os problemas verificados, pode-se citar os problemas fundiários (como a ocupação irregular dos lotes, concentração de muitos lotes na mão de poucos assentados e assentados com lotes mínimos) e os problemas estruturais (como estradas precárias, iluminação, energia elétrica; problemas de saneamento e direitos básicos, falta de água nos lotes, falta de postos de saúde, escolas, dentre outros). Contudo existem problemas de outras ordens, como crimes ambientais, brigas entre os assentados, como os conflitos com moradores que já habitavam a área do assentamento, até problemas que estão estritamente relacionados ao âmbito da ATER, mas que depende de outros atores, como a questão da comercialização, um grande problema nos assentamentos rurais e de um modo geral na agricultura familiar camponesa.

De uma forma geral, de acordo com o depoimento dos extensionistas, poderíamos afirmar que a maioria dos problemas deve ser identificada pela CEDRO e sociabilizada com os assentados e seus representantes. Assim, estabelecem-se estratégias para resolver os mesmos, seja criando projetos, seja viabilizando as reivindicações frente aos poderes públicos, seja denunciando as irregularidades ou criando espaços para a resolução dos conflitos. As questões internas do assentamento devem ser discutidas, inicialmente, entre os assentados, que são os que estão no cotidiano do assentamento.

Por vezes, questões internas se apresentam como dificuldades. Um exemplo comum são as questões em torno de conflitos entre vizinhos, como também quando os extensionistas acabam interferindo no jogo de forças entre os assentados e seus representantes. Neste sentido, existe a necessidade de ficar evidente ao extensionista o que são problemas internos dos assentados e que a resolução deste é uma prerrogativa do grupo de assentados. Todo esse processo influi na dinâmica do processo de ATER e deve ser considerado na formação e operacionalização da ação extensionista. Assim, o extensionista opina, mas a decisão necessita ser dos assentados, legitimando as ações acordadas no coletivo do assentamento.

Cabe destacar que o responsável legal pela viabilidade do assentamento, em última instância é o Estado, que cria os assentamentos e os normatiza como espaço de intervenção. Mas, no cotidiano e na prática, são os assentados, seus representantes e os atores com os quais interagem que devem ser pró-ativos na resolução dos problemas e conflitos. Assim como na exigência da garantia de seus direitos, fogem de uma perspectiva paternalista e clientelista, tão comum nas ações do Estado e muitas vezes reforçada pela atitude dos assentados, assim como também de alguns dos extensionistas.

Os poderes locais tendem a tornar mais complexo esse “jogo de forças” em torno da responsabilidade diante dos problemas que afligem os assentados. A relação com as prefeituras e também com o poder judiciário é um tema delicado e necessita de um trabalho cuidadoso, sobretudo quando os poderes locais veem o assentamento somente a partir de aspectos negativos ou quando estão somente interessados em se manter no poder, e não buscar a melhoria da vida dos habitantes do município. Nestes últimos casos, os prováveis futuros representantes do legislativo ou executivo só aparecem nos assentamentos nos períodos eleitorais. Ocorre ainda que muitos assentamentos – principalmente aqueles que tiveram a criação e o reconhecimento a partir das ações do INCRA e não do governo estadual – têm dificuldades de reconhecimento e são deslegitimados por

parte dos governos estaduais e municipais, que se eximem de prestar os serviços e direitos que deveriam em sua respectiva área de jurisdição, sob argumento dos assentamentos serem responsabilidade federal.

O que se nota a partir das atas e relatórios analisados é que o trabalho da CEDRO/ATES vai muito além de assistência técnica, e até mesmo a assistência técnica propriamente dita não é voltada exclusivamente para a produção, mas para uma série de outras atividades que envolvem a vida dos assentados. Em alguns assentamentos a demanda é por um telefone público (orelhão) ou por um posto de saúde ou dos correios, revelando que as necessidades “sociais e ambientais” estão além da produção no lote e além do trabalho de assessoria proporcionado pela CEDRO. Um exemplo evidente é demonstrado pela falta de conhecimento dos assentados pelas leis e códigos florestais, necessidade que se traduz na exigência da Licença Ambiental, pressuposto para conseguir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) e acessar políticas de financiamento. Ou seja, antes de ministrar espaços e oficinas sobre produção, é necessário entender as reais necessidades do assentamento e dos assentados no que se refere à vida política, social e produtiva, para poder assim, fazer um trabalho que abarque a multidimensionalidade da intervenção. A questão também traz elementos importantes acerca dos processos que podem conduzir à legitimação da intervenção da CEDRO junto aos assentados. Os problemas que esses vivenciam apresentam-se à CEDRO como demandas a serem enfrentadas ou solucionadas, embora, muitas vezes, essas questões não sejam de sua alçada ou competência. Assim, sobre sua ação pesam as demandas do INCRA, relacionadas à eficiência do trabalho de ATES e ao cumprimento da exigência procedimentais do Programa. Além disso, pesam também, sobretudo, as demandas dos assentados, seus problemas e questões cotidianas. Responder a ambos os conjunto de expectativas e demandas parece exigir da CEDRO um empenho imenso para angariar reconhecimento e legitimidade para o trabalho que realiza.

Entre as diversas dificuldades da intervenção, um ponto da entrevista chamou a atenção, sobretudo porque não é um tema muito valorizado nas análises realizadas sobre a ação extensionista em sua relação com as organizações. A fala a seguir revela que, apesar de todas as capacitações e avaliações, as organizações não são homogêneas, ao contrário são permeadas por conflitos que demandam esforços para apaziguamento:

**Sempre a questão da mediação... Vamos ver... A relação de equipe é uma relação pessoal que tem toda uma subjetividade, todo um lado humano da história... Eu gastei algumas horas neste ano com mediação de conflitos dentro**

**de equipes. Isso é uma relação** (Extensionista A, agrônomo e gestor interno da CEDRO).

Neste sentido, a mediação não ocorre somente entre os assentados e a cooperativa, mas também entre os próprios profissionais da cooperativa; como também entre os próprios assentados e seus representantes. Essa é outra dimensão que demanda conhecimentos, esforços e tempo de dedicação. Assim, além das demandas técnicas para cumprimento dos contratos com o INCRA, das demandas reveladas pelo trabalho cotidiano com os assentados e seus problemas, a organização tem que dedicar esforços à sua própria afirmação como uma organização, que persegue objetivos comuns em um ambiente institucional extremamente contingente, permeado pela incerteza acerca das melhores alternativas para solucionar as questões que são colocadas como necessidades de enfrentamento.

A partir de 2010 a cooperativa passa por um momento de incremento no seu quadro técnico e de atuação. Conveniada atualmente para trabalhar em 21 assentamentos, nas regiões serrana, litoral norte, norte, nordeste e assentamentos próximos a capital do estado. O Quadro 4 nos oferece a possibilidade de refletir sobre a dimensão da atuação da CEDRO no estado do Rio de Janeiro.

**Quadro 4.** Características gerais dos assentamentos assessorados pela CEDRO em 2010.

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	DISTÂNCIA DO CENTRO DO MUNICÍPIO e da NO da CEDRO	DATA DE OCUPAÇÃO, RECONHECIMENTO E DIVISÃO DOS LOTES	1 - PDA (ano) E 2 - PRA (ano) COM INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEIS	PARCERIAS (antigas e atuais)	NO DA CEDRO EM 2010	DATA DA ASSESSORIA DA ENTIDADE DE ATER
25 de março	50	6km de Carapebus	2004 / 2005 / 2009	1 - (2008) CEDRO	STR, FETAG, Pref. De Carapebus / UNACOOOP	Carapebus	CEDRO, 2007 a 2010.
Faz. Negreiros ou Ademar Moreira	40	10km de São Pedro da Aldeia, 25 de Rio das Ostras	2004 / 2005 / S/I	1 – (2006) CEDRO (Pré)	FETAG, STR, Pref. de Cabo Frio	Rio da Ostras	CEDRO, 2006. CEDRO, 2010.
Bem Dizia	54	47 km de Macaé, 64 m de Casimiro de Abreu	1999 / S/I / S/I	1 – (2001) – INCRA / 2 – (2004) FETAG	FETAG, STR, Cooperativa de leite e Pref. de Macaé	Casimiro de Abreu	FETAG, 2001. CEDRO, 2010.
Cambucaes	106	7 km de Silva Jardim, 26km de Casimiro de Abreu	1993 / 1995 / 1994	1 – (2004) FETAG	Igrejas, FETAG, Ass Mico Leão e Pref. De Silva Jardim..	Casimiro de Abreu	LUMIAR , 1997 a 1999. FETAG, 2004. CEDRO, 2009 a 2010.
Cantagalo	180	26 km de Rio das Ostras	1970 / 1987 / 1999 + 60 famílias	1 - S/I/ 2 -(2005) FETAG	Cooperativa Agroind. X STR / FETAG	Rio das Ostras	FETAG 2005 CEDRO 2004, 2006, 2009 a 2010.
Capelinha	139	20 km de Conceição de Macabu	1996 / 1997 / 1997	1 – (2004) CEDRO / 2 – (2006) CEDRO	FETAG / Cooperativa do. Assentamento.	Conceição de Macabu	LUMIAR – 1997 1999 CEDRO 2004, 2006 a 2008, 2009 a 2010.
Che Guevara	74	40km de Campos dos Goytacazes	1998 / 1999 / 1999	1 – (2001) UFRRJ	INCRA. Coop.Assent. EMATER	Campos dos Goytacazes	UFRRJ, 2001. CEDRO, 2009 a 2010
Floresta de Belém	35	25 km de Itaperuna	2004 / 2006/ 2010	1 - (2010) CEDRO	FETAG, poucas parcerias	Itaperuna	CEDRO, 2009 e 2010.
João B. Soares	40 prev.51	8 km de Carapebus	2004 / 2008 / sem parcelamento oficial	1 - (2010) CEDRO	FETAG, STR, Pref de Carapebus. UNACOOOP	Carapebus	FETAG, 2008. CEDRO, 2010.
Esperança do Até	90 fam	22km de Itaperuna	2004 / 2006-2007 / S/I	1 - (2010) CEDRO	Várias parcerias, Associação.	Itaperuna	CEDRO, 2010.
Pref. Celso	188	28km de Carapebus	2001 / 2006 / 2007	1 – (2007) CEDRO	STR R.Ostras, Associ..Assent. Pref,Carapeb. FaPUR	Carapebus	CEDRO, 2007, 2009 a 2010.
Pres. Lula	27	15km, Rio das Ostras	1987-2004/ parte do Ass. Cantagalo	1 – (2006) FETAG	STR, FETAG, prefeitura	Rio das Ostras	FETAG, 2006. CEDRO, 2009 a 2010.

Remanescentes Campos Novos	178 fam.	16km, Cabo Frio, 26km, Rio de Ostras	1963-1970/, 1982 /1987	1 – (2004) – FETAG, 2 – (2009), CEDRO	STR, FETAG, Cooperativa	Rio das Ostras	FETAG, 2004. CEDRO, 2007 a 2010.
Santa Rosa	26	10 km, Magé, 95, do Rio de Janeiro	1986 / 1999 / urbano e descharacterizado	1 – (2009) CEDRO	FETAG, STTR, Associa.Produ	Escritório Central da CEDRO, no Centro do Rio de Janeiro	CEDRO, 2010.
Santo Inácio	51 fam.	15km de Conceição de Macabu e 2km, Trajano de Moraes.	1960 a 1980 / 1987	1 – (2004) FETAG. 2 – (2007) CEDRO.	Cooperativa dos assent. FETAG	Conceição de Macabu	LUMIAR, 1997 -2000. CEDRO,2004 a 2007. EMATER, 2008. CEDRO, 2009 a 2010.
São Fidélis	22 fam.	6 km, São Fidelis. 50km, Campos dos Goytacazes	S/I / 2001 / 2002	1 – (2003) EMATER. 2 – (2010) CEDRO	EMATER, STR, INCRA. Associaç.	Campos dos Goytacazes	EMATER 2003. CEDRO 2010.
Sebastião Lan	33 fam.	30km Silva . 10km Casimiro.	1996 / 1997 / 2000	1 – (2001) EMATER 2 – (2004) FETAG	Assoc.,FETAG, MST, Prefeitura, GERA	Casimiro de Abreu	EMATER 2001. FETAG, 2004. CEDRO, 2007 a 2010.
St. Amaro	40 fam	40 km, Campos dos Goytacazes	2001 / 2005 / falta parcelamento oficial	1 – (2006) CEDRO	FETAG, Associação	Campos dos Goytacazes	CEDRO, 2006 a 2010.
Tipity	203 fami.	35 km, São Francisco do Itabapoana.	1989 / 1991 / 2005	1 – (2003) FETAG 2 – (2006) CEDRO	FETAG, Associação dos Assentados	Campos dos Goytacazes	LUMIAR, 1997 a 1999. CEDRO, 2006 a 2010.
Visconde (São Manuel)	84 fami.	5 km Casimiro de Abreu	1998 / 1999	1 – (2001) Fapur e INCRA	FETAG, Prefeitura, Associaç. CACAL.	Casimiro de Abreu	FAPUR, 2001. CEDRO, 2010.
Zé Pureza	20 fam.	3km, Conceição de Macabu	2000 acampamentos / 2009 / 2010	----	MST, FETAG	Conceição de Macabu	CEDRO, 2010.

Fonte: Documentos e Relatórios da CEDRO.

A quantidade famílias é um fator importante, não apenas para definir a quantidade de extensionistas para atuar em cada assentamento, mas, sobretudo, para dimensionar o trabalho e a mobilização dos assentados<sup>99</sup>, articulando outros dados como a presença de unidades de saúde e educação, assim como na proposição de projetos coletivos. A quantidade de famílias por técnico também é um fator importante, inicialmente a quantidade de famílias por extensionistas (comumente chamados de técnicos) era mais de 100 para 1, o que é um número muito alto. Atualmente esse número fica em torno de 85 famílias para cada técnico, demonstrando que está existindo a preocupação de diminuir a desproporcionalidade desta relação.

Há de se considerar que os assentados que recebem atendimento da CEDRO são, principalmente, os que constam na Relação de Beneficiários do INCRA. Nos assentamentos muito antigos, existe uma disparidade grande dos ocupantes e dos relacionados na RB, em função das mudanças dinâmicas que ocorrem nos assentamentos. O INCRA/RJ, em uma das reuniões sobre o Programa ATES feita com as prestadoras, apresenta um resultado interessante. Dentro da rodada de avaliações que são feitas nos assentamentos, os agentes públicos compararam a quantidade de famílias, o tempo dos assentamentos e a quantidade de pessoas presentes nas reuniões de avaliação. Os resul-

<sup>99</sup> O INCRA/RJ, em uma das reuniões sobre a ATES feita com as prestadoras, apresenta um resultado interessante. Dentro da rodada de avaliações que são feitas nos assentamentos, os agentes públicos compararam a quantidade de famílias, o tempo dos assentamentos e a quantidade de pessoas presentes nas reuniões de avaliação. Os resultados revelam uma tendência: quanto mais antigo e com a presença maior de famílias, mais difícil é a mobilização e organização dos assentados, a partir da presença em reuniões de avaliação.

tados revelam uma tendência: quanto mais antigo e com a presença maior de famílias, mais difícil é a mobilização e organização dos assentados, a partir da presença em reuniões de avaliação

O tempo do assentamento e os momentos de ocupação, reconhecimento por parte do poder público, até a divisão de lotes como discriminado anteriormente, na coluna quatro (4), é uma informação fundamental para diagnosticar o momento do assentamento. Esses dados permitem há quanto tempo e em que momento histórico, se modifica a condição dos assentados de sem-terra (ou de agricultores assalariados, posseiros, meeiros, entre outros) para a condição de “assentados de reforma agrária” e todas as implicações que subjazem esta mudança na vida social, econômica e cultural dos agricultores.

A distância da sede do município ao assentamento (coluna 3) é fator fundamental para compreender, a partir da distância, as dificuldades de deslocamento dos assentados e, em muitos casos, a dificuldade dos extensionistas em estar próximos fisicamente. A partir do momento que os NO se localizam em áreas urbanas (coluna 7), essa distância é fator de proximidade e presença, tanto dos extensionistas quanto dos assentados, tendo em vista a centralidade dos centros urbanos. Não apenas no sentido dos direitos de saúde e educação, mas contempla também as dimensões sobre o consumo, principalmente de bens industrializados. Da mesma forma o consumo de produtos agrícolas e a disponibilidade de atividades culturais e de lazer, faz dos centros urbanos uma referência. Em especial, para os assentados, é fundamental, pois a cidade é o principal local para a comercialização da produção, onde o esforço pode ser recompensado.

São consideradas parcerias do assentamento, órgãos e instituições que participaram, em algum momento, da luta, da implantação e do desenvolvimento do assentamento. Eses parceiros foram identificados, a partir do registro dos documentos e diagnósticos, feitos pela CEDRO com os assentados. As parcerias, anteriores e atuais (coluna 6) são importantes para diagnosticar os atores que participaram da implementação e desenvolvimento dos assentamentos. Além disso, ao mapear as parcerias, nota-se demandas dos assentados e estratégias e propostas da própria CEDRO. Muitas parcerias antigas já não têm mais nenhuma relação com os assentamentos e algumas têm uma relação muito pontual, como alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Atualmente, ONGs e cooperativas, assim como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, são parceiros importantes dos projetos nos assentamentos. Um pavi-

lhão na Central de Abastecimento do Estado (CEASA), na região metropolitana é um dos grandes canais de comercialização dos assentados, organizada pela União das Associações e Cooperativas usuárias do Pavilhão 30 (UNACOO), destinado a Agricultores Familiares. Atualmente os assentados têm também tido acesso a políticas públicas que fomentam canais de comercialização, a exemplo do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Mais recentemente, em 2011, a CEDRO assumiu um importante papel na gestão e organização de um canal de comercialização de cooperativas e associações de agricultura familiar do estado, o Projeto NUTRE Rio<sup>100</sup>, programa nacional que já atua em alguns estados do Nordeste, em São Paulo, Pará e Minas Gerais, com apoio do MDA.

A coluna 5 apresenta os planos (PDA e PRA), os anos e os executores de cada plano, com intuito de dar uma noção do que já foi feito (em termos de proposta e planejamento), quando foi feito e por quem foi feito. A comparação dos planos, suas intenções e idealizações, com a realidade, é um grande exercício sobre a eficiência (e principalmente a falta dela) na condução do assentamento pelos atores que interagem com o mesmo, como os agentes públicos, as agências de mediação, os parceiros e os próprios assentados, na medida em que os planos e os relatórios são documentos que materializam, infelizmente apenas no papel, as possibilidades, as necessidades e os desejos dos assentados.

Por último, a nona coluna, que apresenta o histórico da atuação de agências mediadoras da ATER, é uma informação importante para vislumbrar quanto tempo depois do reconhecimento começou a prática extensionista no assentamento e com quem. O quadro ainda apresenta os assentamentos que tiveram, ou não, a experiência do LUMIAR. Assim chama atenção a diversidade dos atores que fazem (ou fizeram) parte de processos de ATER nos assentamentos. Agora o que é mais revelador na última coluna, é a demonstração de descontinuidade, reflexo do compromisso dos agentes públicos e das instituições que prestam serviços de ATER em assentamentos, algo comum na literatura sobre ATER, ilustrando a falta de iniciativas e de estrutura dos aparatos e das políticas responsáveis pelos serviços de ATER em assentamentos.

---

<sup>100</sup> Sobre o PNAE e o PAA, consultar SABOURIN (2007); sobre notícias do NUTRE Rio, consultar página do MDA ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)) e/ou direto em: [www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=7799324](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7799324), acesso em 25/5/2011.

Este quadro fornece a dimensão física do trabalho que é realizado, a quantidade famílias envolvidas e a complexidade de atuação da CEDRO. No entanto, o quadro só dá uma idéia da dimensão social e política e da riqueza envolvida no processo de intervenção social e dos diferentes condicionantes dessa mediação complexa e desafiadora.

Além de tudo, isso é interessante observar outras questões particulares de cada extensionista, como a experiência, a formação, assim como o modo de interagir, de ouvir e falar, de colocar suas opiniões e argumentos, são questões importantes, e algumas dizem respeito ao “modo de se comportar”, algo muito pessoal, contudo, que influencia na ação de cada profissional. O depoimento de uma extensionista pode ilustrar as últimas questões apresentadas que envolvem o cenário de sua ação.. Quando indagada sobre os elementos e as questões que envolvem a capacitação profissional e seu trabalho de campo ou de escritório, a profissional afirma que:

**Acho que falta mais capacitação. É super difícil, o contrato impede muito, a função do tempo, tem que cumprir metas, estar amarrado a um planejamento. Tem questões que temos que discutir, por exemplo, o PRONAF, vai ter uma hora que vou tem que fazer, eu não sei fazer sozinha... agente precisa de mais momentos de formação. Não existe um estudo para fazer a conduta do técnico no campo, mas algumas coisas te norteiam, o teu comportamento... então eu sinto falta desses momentos** (Extensionista L, Economista Doméstica, NO Campos dos Goytacazes).

Mais adiante na mesma entrevista, ao abordar o tema referente às orientações para o trabalho e as diferentes condutas profissionais, com intuito de investigar as proposições do programa de ATEs, com a realidade do dia-a-dia da profissional, a extensionista afirma que:

**Alguns trabalhavam com venda de produtos, e dentro da CEDRO isso causa alguns desconfortos em alguns momentos. Isso também varia do profissional, você pega um camarada usando veneno, pra você falar pra ele que aquilo não é legal pra ele, pra família dele, pro ambiente, você tem que ter um cuidado porque você não sabe como vai ser a resposta. Na maior parte, a galera é sensível, trabalha com cuidado. Mas na CEDRO isso não é explicito, eu sinto falta disso. Não tem como você fazer momento de formação sobre a conduta do técnico no campo, isso é muito pessoal. Como que eu vou falar pra você não usar Roundap se você tem 80 anos, vai ficar capinando. Então são realidades, que você... Ele tem 80 anos e você vai falar pra ele pagar uma diária. A intervenção é difícil, é complexa** (Extensionista L, Economista Doméstica, NO Campos).

Trabalhar as relações tácitas do comportamento interativo é um processo delicado, sobretudo quando há um fosso grande entre os universos sociais dos mediadores e mediados. Os elementos da ética e da moral necessitam ser conciliado com o respeito e a sensibilidade, em um trabalho dialógico e dialético, por vezes, contraditório, o qual demanda uma metodologia propositiva e que apresenta grande complexidade na inter-

venção proposta. O histórico de cada cooperado da CEDRO, sua sensibilidade, experiências e conhecimentos (políticos, técnicos, normativos, acadêmicos) são condicionantes importantes no cenário da ação extensionista, como também são importantes na formação das equipes, como do NO.

Agrupar as equipe com profissionais diferentes, abordando alguns elementos como a experiência e formação profissional, assim como questões de gênero, é uma estratégia da diretoria para condicionar os grupos a uma intervenção mais qualificada e diversa, propondo uma troca maior de experiências entre os profissionais. Grande parte dos cooperados da CEDRO tem anos, e alguns décadas, de trabalho com os assentados e com os assentamentos. Com intuito de finalizar o cenário que compõe a caracterização da cooperativa, apresenta-se a descrição da habilitação dos profissionais da cooperativa, a relação por Núcleos Operacionais (NO) e municípios quais assentamentos são atendidos por cada NO, assim como a formação dos profissionais da diretoria da cooperativa.

**Quadro 5.** Formação dos profissionais da CEDRO presentes nos Núcleos Operacionais e assentamentos.

FORMAÇÃO	NÚCLEO OPERACIONAL E MUNICÍPIO	PROJETOS DE ASSENTAMENTOS
Engenheiro Agrônomo	Itaperuna	Floresta de Belém
Técnico em Agropecuária		Nova Esperança do Até
Licenciatura em Ciências Agrícolas	Campos de Goytacazes	Che Guevara
Economista Doméstica		Santo Amaro
Técnico em Agropecuária		São Fidelis Tipity
Licenciatura em Ciências Agrícolas	Carapebus	25 de março
Médico Veterinário		
Téc. Agropecuária		
Zootecnista	Conceição de Macabu	Capelinha
Tec. em Agropecuária		Santo Inácio
Téc. Cooperativista		Zé Pureza
Téc. em Agropecuária	Casimiro de Abreu	Bem Dizia
Zootecnista		Cambucaes
Bióloga		Sebastião Lan Visconde
Eng. Agrônomo	Litorânea	Ademar Moreira
Médica Veterinária		Cantagalo
Téc. em Agropecuária		Presidente Lula Remanescentes Campos Novos
Eng. Agrônoma	Centro (Equipe PDA/PRA do Rio de Janeiro)	Santa Rosa
Eng. Florestal		
Eng. Ambiental		
Eng. Agrônomo	Diretoria e Gestores Internos	Trabalho indireto com os todos de

Socióloga		
Eng. Agrônomo		
Médico Veterinário		

Fonte: Documentos da CEDRO.

Assim, o quadro dos extensionistas da CEDRO/ATES é composto atualmente por 24 profissionais, dentre os quais cinco são Engenheiros Agrônomos, três Médicos Veterinários, dois Zootecnistas, dois Licenciados em Ciências Agrícolas, um Engenheiro Florestal, uma Socióloga, uma Bióloga, uma Economista Doméstica, um Engenheiro Ambiental, seis Técnicos em Agropecuária e um Técnico em Cooperativismo. A maioria (17 de 24 profissionais) tem formação profissional universitária (graduação). Tudo indica que a diversidade e que garante a qualificação profissional para um trabalho que envolve questões tanto técnicas quanto políticas, na vida dos assentados.

É importante ressaltar mais um aspecto: cerca de metade dos graduados em cursos universitários têm cursos de pós-graduação em suas respectivas áreas, e alguns em outras áreas das ciências humanas e sociais. Essa formação mais qualificada, e também diversa, se apresenta como uma busca dos profissionais em se qualificar e consequentemente qualificar sua intervenção. O direcionamento da cooperativa em compatibilizar distintos universos e conjugar diferentes experiências na busca de uma intervenção multidimensional e qualificada é uma evidência.

A conjugação de diferentes profissionais, a maioria da área das Ciências Agrárias (ressaltando a formação técnica), demonstra o direcionamento do trabalho da cooperativa, o cotidiano e o histórico da prática profissional dos extensionista da CEDRO, mas também a exigências do contrato que estabelece três profissionais de habilitação das ciências agrárias, para cada habilitado em ciências humanas. Essa exigência permite refletir sobre a questão dos limites e possibilidades da intervenção da cooperativa. Assim, até que ponto essa distribuição contribui para um trabalho extensionista que tenha resultado, de forma prática, na qualidade de vida do assentado e suas famílias. Nessa condição, como é possível pensar na melhoria do assentamento e num trabalho que contemple a realização pessoal e profissional dos extensionistas.

## **CAPÍTULO 5 – RELAÇÕES ENTRE EXTENSIONISTAS E ASSENTADOS NO PROGRAMA DE ATES**

Neste capítulo busca-se caracterizar os condicionantes das experiências de ATES no Rio de Janeiro que são operacionalizadas pela CEDRO, ilustradas pela descrição das condições de vida e de produção em dois assentamentos distintos, que são assessorados por diferentes Núcleos Operacionais da CEDRO (Campos dos Goytacazes e Itaperuna). Após a caracterização dos assentamentos, o segundo traz a fala dos assentados e dos técnicos sobre os conflitos, as dificuldades e os ideais da intervenção realizada pela CEDRO por intermédio do Programa de ATES. No último item analisa-se o hiato entre o pensado e concebido pelo Programa de ATES nos assentamentos, a partir da fala dos cooperados, revelando os limites e desafios da política, o que subsidia a conclusão no último capítulo do estudo.

### **5.1. Tipity e o Núcleo Operacional da CEDRO em Campos**

O assentamento Tipity foi um dos poucos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro que vivenciaram a breve experiência do Programa LUMIAR como modelo de extensão rural co-gestionada. O histórico do assentamento e dos assentados, das relações de trabalho estabelecidas, somadas à interrupção abrupta do LUMIAR e o hiato até a efetivação da ATER no assentamento contribuíram para as particularidades atualmente observadas no assentamento. O Projeto de Assentamento “Tipity” tem fortes características de uma intervenção de regularização fundiária, empreendida na tentativa de resolver conflitos a partir do desmantelamento da antiga fazenda Tipity Indústria de Mandioca Ltda., grande produtora, em sua época auge, de farinha de aipim no estado do Rio de Janeiro.

A história do assentamento remete ao ano de 1938, quando se instalou a Fazenda Tipity, com intuito de produzir a matéria-prima para a fábrica de farinha, de propriedade do Senhor Ludwin Kammer, mais conhecido como “o Barão”. O regime de colonato e parceria geriam relações trabalhistas humilhantes para os trabalhadores e ambientalmente degradantes. Para ilustrar a relação dos antigos trabalhadores da fazenda, era marcante

te a proibição (de forma contratual), por parte do Barão, do plantio de qualquer outro cultivo que não fosse aipim, assim como a proibição de construção de casas que não fossem de estuque (barro batido). Da mesma forma, não era permitido plantar ou mesmo criar animais, ainda que para consumo familiar, sendo que o infrator tinha sua produção destruída e não raro, era expulso da fazenda pelos funcionários da mesma (PDA/CEDRO, 2006).

A capacidade produtiva das famílias e a dinâmica nas condições de uso das áreas produtivas ditavam um constante remanejamento das áreas produtivas, seja por compra e venda, seja pela compra do direito ao uso de parte das propriedades, moldando a forma de ocupação e a dinâmica produtiva local. Sendo, inclusive, comum até hoje, entre os assentados, a unidade de área chamada de *quadra*, ao invés do hectare (cerca de 28 quadras corresponde a um hectare), ilustrando a força e as raízes das antigas formas de trabalho e ocupação produtiva. As negociações que envolviam as áreas da fazenda só ocorriam mediante aprovação do Barão, o qual matinha um rigoroso controle sobre os colonos e suas produções (LUMIAR/INCRA, 1998).

No antigo contrato com o Barão, os colonos destinavam 40% da produção para a fábrica de farinha. Contudo, após o Estatuto da Terra (1964)<sup>101</sup>, o percentual deveria ser reduzido para 10%, o que não foi aceito pelo Barão e seus sucessores, que em retaliação criou instrumentos para rebaixar o preço da produção, destinar toda a produção para a indústria e tratar com mais rigor a proibição da produção de outros produtos alimentícios por menor que fosse a produção (CEDRO, 2006). Essas ações dos proprietários acirraram o conflito e o descontentamento dos colonos, os quais procuraram o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) que, por sua vez, acionou a Federação de Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), dando início ao processo de lutas que culminou na desapropriação da fazenda Tipity.

Contudo, como destaca Martins (2009, p. 41):

---

<sup>101</sup> O Estatuto da Terra, criado pela Lei nº 4.504, de 30/11/1964, foi um dos primeiros documentos da ditadura militar e é um importante marco histórico da normatização da questão agrária no Brasil. Nele são utilizados alguns termos que foram muito recorrentes nos estudos e nas políticas de ordenamento territorial subsequentes, como minifúndio e latifúndio. De acordo com o Estatuto, o “objetivo da reforma agrária seria a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados como fontes de tensão no campo. A empresa, que poderia inclusive ser familiar, tornava-se o modelo ideal da propriedade familiar. O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação (somente em caso de existência de tensão social), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção. A lei estabelecia ainda, indiretamente, uma área máxima para as propriedades rurais, quando definia o latifúndio por extensão (e que deveria ser objeto de desapropriação) como o imóvel que ultrapassasse 600 módulos rurais” (MEDEIROS, 2002, p.16).

[...] a ação do Estado, no sentido de enquadrar posses e posseiros no programa de reforma agrária, tem por objetivo revestir de legalidade a situação em que se encontram, para evitar justamente a violência no campo, os despejos, a grilagem e as expulsões. [...] A motivação de desativar focos de tensão social, uma motivação política, está proclamada no próprio Estatuto da Terra. Sem essa providência a questão persiste e os conflitos se eternizam, Aí a motivação do Estado não é a motivação primeiramente de viabilizar uma economia alternativa, supostamente já implantada pelos próprios interessados. A motivação é própria do Estado: suprimir os fatores de conflito. O Estado entra aí como gestor do contrato social, como magistrado nas relações conflitivas de interesse que podem ser, também relações de classe.

O interesse, sobretudo, na extinção dos conflitos deixava pouco espaço para abordar as condições necessárias para possibilitar, por meio da produção agropecuária, a reprodução socioeconômica das famílias. Como resultado, os assentamentos eram pensados com o objetivo único da alocação de agricultores em áreas que não possuíam infraestrutura ou que tinham enorme passivo ambiental. Criavam-se, portanto, condições desfavoráveis para a permanência do assentado na terra conquistada. Estas condições incluíam: lotes mínimos<sup>102</sup>, incentivos para o estabelecimento de monoculturas voltadas para o mercado e, especialmente, um clima de conflito encoberto, que se configura a partir de diferentes interesses dos assentados<sup>103</sup>, somados a falta de controle do gestor estatal responsável pelo assentamento<sup>104</sup>.

O Projeto de Assentamento “Tipity” está localizado a 36 km da sede do município de São Francisco do Itabapoana e a 100 km da sede do município de Campos de Goytacazes (onde se localiza o Núcleo Operacional que atende o assentamento). O assentamento dista 3 km da sede do distrito urbano de Travessão da Barra. A proximidade com o distrito apresenta pontos positivos para os assentados, pela proximidade com serviços básicos de saúde e educação, assim como o lazer; contudo, também apresenta limitações ao desenvolvimento do assentamento à medida que a dinâmica de desagrega-

---

<sup>102</sup> Os “lotes mínimos” são lotes que não possibilitam a reprodução social das famílias a partir da produção agrícola. No caso de Tipity, existem assentados que têm lotes com cerca de 20 quadras, ou seja, menos de um hectare, o que é insuficiente economicamente para estabelecer lavouras comerciais; e até para uma produção diversificada que vise à auto-suficiência da família.

<sup>103</sup> Estas diferenças são notadas à medida que se observa os lotes do assentamento Tipity. Em um assentamento com mais de 10 anos, infelizmente é comum encontrar lotes que parecem abandonados, sem nenhuma árvore, nem horta, aparentemente utilizado apenas como dormitório. Mas também se encontram lotes com pomares e hortas, menos comuns, evidenciando diferentes interesses quanto ao uso da terra. Esse tema fica explícito na análise das entrevistas que será apresentada a seguir.

<sup>104</sup> Tanto nas entrevistas como no PDA e no PRA é comum os descontentamentos e reclamações da ação do INCRA. Nas entrevistas essa questão fica mais evidente, com o descaso quanto a questões fundamentais, como o ordenamento fundiário, sendo comum a falta de funcionários, sobretudo para apurar e resolver irregularidades. Nas entrevistas outro fator chama a atenção. Foi recorrente a afirmação que nos relatórios da CEDRO, em que são identificados problemas, e que são enviados ao INCRA, requisitar a presença de funcionários do INCRA para resolver problemas que escapavam a competência da prestadora de serviços de ATER.

ção e as dificuldades para viver e produzir nos lotes<sup>105</sup> fazem com que muitos assentados busquem trabalho no distrito, sendo inclusive, o local de moradia de grande parte dos assentados.

O assentamento é dividido em quatro localidades, denominadas Máquina (mais próxima do distrito urbano), Morro do Bode, Alves e Lagoa Feia (mais próxima do Rio Itapapoana). O Diagnóstico do Projeto de Assentamento Tipity, executado pela equipe do Programa Lumiar, afirma que:

Com a decadência da Tipity Indústria de Mandioca Ltda. a lógica que basicamente regia as alterações das áreas dos antigos estabelecimentos, ou seja, a capacidade produtiva de seus ocupantes, deixa de predominar e, face às incertezas dos novos canais de comercialização com que os antigos colonos têm de se relacionar, à descapitalização que os caracteriza, ao assédio de proprietários rurais da região, na tentativa de se estabelecerem em áreas da fazenda, desencadeou-se um processo acelerado e desordenado de compra e venda de áreas (direitos) que permitiu a entrada de muitos produtores e de supostos produtores não identificados com a comunidade local, como também permitiu alta concentração de terra em mãos de uns poucos, sem que possuíssem capacidade de trabalho própria que justificasse essa situação (LUMIAR/INCRA, 1998, p. 56)

Dessa forma, quando ocorreu a obtenção da terra, em junho de 1989, a configuração da área de 900 hectares apresentava um cenário instável e desigual (a criação do assentamento só foi em 1991), com uma enorme deformidade no arranjo das propriedades<sup>106</sup>, as quais demandavam uma intervenção de grande complexidade para o encaminhamento das disputas e poderes internos. Inicialmente, em 1991, era composto por 148 unidades agrícolas familiares, quando foi retificado em 2005 para 203 lotes<sup>107</sup>. O assentamento conta atualmente com mais de 300 residências, contudo, há de se ressaltar que na Relação de Beneficiários(RB) do INCRA, constam apenas 175 beneficiários (PRA/Tipity, 2006). É importante destacar que as condições produtivas do assentamento, na maioria das áreas, estão muito aquém do desejado, contando com diversos passi-

---

<sup>105</sup> O diagnóstico elaborado pela CEDRO por ocasião do PRA (CEDRO, 2006) nos informa que esta dificuldade está relacionada às condições precárias em que se encontram as moradias e as difíceis condições produtivas, que viabilizem a reprodução social e a consolidação dos assentados. Também são condicionantes destas dificuldades a de infra-estrutura, de uma forma geral, algumas estradas precárias, sem a presença de áreas comuns de lazer e escolas de ensino médio. De acordo com o documento (PRA, 2006) cerca de 20% não têm banheiro; em 30% das mesmas não havia instalações sanitárias; mais de 30% careciam de água encanada; 15% ainda não possuíam energia elétrica. A flagrante ausência de condições estruturais para o bem-estar das famílias tem implicações sobre a decisão de permanecer ou não no lote destinado às famílias após o reconhecimento do assentamento. Mais adiante analisaremos como esta condição em que o Estado não consegue garantir direitos sociais relacionados ao bem-estar relaciona-se com o trabalho extensionista.

<sup>106</sup> Como o ordenamento territorial era feito a partir da relação dos colonos com o Barão e seus empregados, havia lotes grandes (com quase 50 hectares) e lotes mínimos (com menos de um hectare), demonstrando a disparidade e da concentração fundiária na futura área do assentamento (PDA/Tipity, 2003).

<sup>107</sup> Os dramáticos eventos que subjazem este reordenamento serão explicitado mais adiante.

vos ambientais. Décadas de monocultura do aipim, posteriormente da cana-de-açúcar, com o uso de insumos químicos (sobretudo adubos e agrotóxicos), aliado a um solo arenoso, com pouca matéria orgânica e a falta de práticas conservacionistas<sup>108</sup> imprimem condições difíceis de produção. No caso de Tipity, principalmente aipim, cana-de-açúcar, coco e maracujá. O maracujá no assentamento assume grande importância comercial com os projetos do PROCERA/LUMIAR, especialmente o projeto que o FRUTIFICAR (1999/2000), do governo estadual, e responsável por sistema de irrigação que se mantém até hoje. O FRUTIFICAR também financiou projetos de abacaxi (CEDRO, 2006), contudo essa segunda cultura não é mais tão comum. A Tabela 8 nos oferece uma síntese das características gerais das localidades do assentamento.

Tabela 8. Características gerais das localidades do Projeto de Assentamento Tipity.

	MÁQUINA	MORRO DO BODE	ALVES	LAGOA FEIA	Total
<b>População</b>	242	157	140	243	<b>782</b>
<b>Quantidade de Lotes</b>	66	48	29	60	<b>203</b>
<b>Média de Residentes por Lote</b>	3,7	3,2	4,8	6,1	<b>3,8</b>
<b>Principais Produtos Comercializados</b>	Aipim, Cana-de-Açúcar, Maracujá, Eucalipto e Leite	Aipim, Frutíferas em geral	Aipim e Leite	Aipim, Leite, Peixe e Frutíferas em geral	-
<b>Principais Dificuldades Estruturais</b>	Ausência de comércio nas cercanias, não há posto de saúde	Não há escola	Não há estrutura coletiva	Há comparativamente melhor estrutura coletiva, mas não há posto de saúde	-

Fonte: PRA Tipity (2006).

No assentamento há um posto de saúde e quatro escolas primárias, todas mantidas pela prefeitura de São Francisco de Itabapoana. Parte importante do total de assentados não completou o ensino fundamental (antigo primário). A caracterização da escolaridade dos assentados é apresentada na Tabela 9 a seguir. Atualmente, de acordo com os dados disponibilizados, há quase 250 assentados cursando o ensino formal, inclusive três assentados que estão fazendo cursando o ensino superior. No entanto, a maioria (57%) cursa os anos iniciais do ensino fundamental.

<sup>108</sup> Devido às diferenças de relevo e o histórico da ocupação do solo, existe algumas disparidades entre os estados de conservação e degradação ambiental no assentamento, porém é comum em todos os lotes e localidades o processo de erosão laminar (PRA Tipity, 2006), característico de solos arenosos que não tenham histórico de práticas conservacionistas.

**Tabela 9.** Número de assentados matriculados em cursos de ensino formal de acordo com nível dos cursos e de sua distribuição nas localidades do PA Tipity.\*

	MÁQUINA	MORRO DO BODE	ALVES	LAGOA FEIA	Total
<b>PRÉ-ESCOLA</b>	10	7	7	13	<b>37</b>
<b>1ª A 4ª SÉRIES</b>	22	32	20	67	<b>141</b>
<b>5ª A 8ª SÉRIES</b>	14	9	13	18	<b>54</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>	2	5	2	3	<b>12</b>
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	1	2	0	0	<b>3</b>
Total	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>42</b>	<b>101</b>	<b>247</b>

\* O documento de referência informa que não foi possível obter informações de 169 assentados (parte desses ainda não está em idade escolar)  
Fonte: CEDRO (2006).

Ao observarmos os números acerca da evasão escolar no assentamento (captados por meio da informação sobre “séries não concluídas”) observamos que os “não alfabetizados” e os que não concluíram sequer a 4ª série representam o expressivo percentual de 89% daqueles assentados que responderam ao questionamento da CEDRO, conforme consta da Tabela 10 abaixo. Importante ressaltar que, no assentamento, havia, em 2006, 39 crianças participando, como beneficiárias, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), muitas outras não frequentavam à escola porque precisam trabalhar (CEDRO, 2006).

**Tabela 10.** Número de assentados de acordo com “séries não concluídas” e sua distribuição nas localidades do PA Tipity.\*

	MÁQUINA	MORRO DO BODE	ALVES	LAGOA FEIA	Total
<b>1ª A 4ª SÉRIES</b>	75	40	42	31	<b>188</b>
<b>5ª A 8ª SÉRIES</b>	23	6	1	5	<b>35</b>
<b>ENSINO MÉDIO</b>	1	1	0	2	<b>4</b>
<b>NÃO ALFABETIZADO</b>	28	23	40	48	<b>139</b>
Total	<b>127</b>	<b>70</b>	<b>83</b>	<b>86</b>	<b>366</b>

\* O documento de referência informa que não foi possível obter informações de 169 assentados (parte desses ainda não está em idade escolar)  
Fonte: CEDRO (2006).

A entidade representativa dos assentados é a Associação dos Pequenos Produtores e Moradores Assentados da Fazenda Tipity (AMA Tipity), que possui cerca de 150 associados. Está localizada na entrada do assentamento, na localidade de Máquina, contudo, segundo o PRA (CEDRO, 2006), somente cerca de 13 sócios pagam as mensalidades em dia, sendo a participação dos assentados muito deficitária. Raramente as reu-

niões da associação alcançam quorum inicial para sua realização. Contudo, nas entrevistas com os extensionistas do Núcleo Operacional (NO) que atendem Tipity, foi afirmado que quando há reuniões para discutir financiamento e assessoria creditícia muitos assentados se apresentam, revelando que a pouca presença nas reuniões da AMA-Tipity ocorrem em função de diferentes interesses da diretoria e os objetivos da associação e os objetivos e anseios dos assentados.

O Núcleo Operacional da CEDRO, localizado em Campos dos Goytacazes, distante em cerca de 108 km, atende, além de Tipity, em Francisco do Itabapoana, mais dois assentamentos no município de Campos dos Goytacazes. A equipe, como apresentada no Quadro (Capítulo 4) é composta por um agrônomo, uma economista doméstica e um técnico em agropecuária. Apesar de Tipity ter um histórico antigo de presença de ações de ATER, as condições dos assentados e a configuração dos lotes estão bem distantes de uma proposta de reforma agrária<sup>109</sup> que crie condições propícias para a permanência no assentamento (PDA, 2003 e PRA, 2006). Quase nenhum lote tem horta e pomar, poucos assentados dependem da produção agrícola (PRA/CEDRO, 2006) e a vida no assentamento é vista por alguns como uma última opção para a reprodução socioeconômica<sup>110</sup>.

A questão da ordenação fundiária, do perfil dos assentados e da quantidade de parcelas exploradas foram identificados, no diagnóstico apresentado em LUMIAR/INCRA (1998), como os maiores problemas encontrados na época do LUMIAR; e que persistem ou até foram agravados atualmente. Mesmo com o trabalho de reorganização e a confecção de um novo mapa das propriedades no assentamento (em 2005), não houve a continuidade do trabalho acordado entre o INCRA e a comunidade, refletindo na paisagem atual do assentamento, onde predomina monoculturas, pressão demográfica em lotes mínimos (alguns com menos de um hectare), enfim, bem longe do ideal de um processo de reforma agrária.

Para ilustrar essa situação dramática, reproduzimos abaixo um trecho do PRA elaborado em 2006. Mesmo sendo um trecho longo, avaliamos como importante pela

---

<sup>109</sup> Tendo em vista que um dos objetivos da reforma agrária é garantir a reprodução social das famílias, a partir da implantação, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos rurais, apesar de existir há mais de 20 anos, grande parte dos assentados e dos lotes que ocupam, assim como os dados sobre o assentamento, estão distantes de garantir essa reprodução de forma digna e apenas com a produção no assentamento, seja agrícola ao não.

<sup>110</sup> Dados presentes no PRA (2006) complementados com observações e entrevistas feitas em campo.

riqueza de detalhes ao narrar os acontecimentos que envolvem o re-parcelamento no assentamento.

[...] achamos necessário resgatar, resumidamente, os esforços que já foram realizados para a readequação da área do assentamento, através dos trabalhos do INCRA e equipe LUMIAR a partir de 1998. No sentido de ajustar essa situação caótica, o INCRA, a partir da situação ocupacional à época da criação do PA, começou a promover várias intervenções predominantemente pontuais, não sistemáticas, até que em 1998 promoveu o parcelamento, envolvendo nessa ação diretamente a equipe do Projeto Lumiar, ao incumbi-la de definir as parcelas. Cabe aos técnicos do Lumiar desenhar a malha fundiária, identificar os estabelecimento e seus ocupantes, fazer uma pré-avaliação quanto à oportunidade e “legitimidade” das ocupações. Para, de posse desses elementos, junto com a comunidade local definir as diretrizes para reorganizar a malha fundiária e concluir um projeto de parcelamento, preliminarmente (na prática correu também concomitantemente) aos serviços de topografia, que foram executados por via indireta. Nesses moldes, o parcelamento foi concluído e um dos indicativos do resultado prático a que se chegou, pode ser verificado no fato de que a atual planta topográfica do PA, em muito não corresponde à sua realidade ocupacional. Isto porque, muito daquilo que fora acordado entre os assentados deixou de ser cumprido deliberadamente ou por ainda depender, direta ou indiretamente, da retomada de lotes ocupados irregularmente para que possa ser cumprido. Constatando-se que a proposta de reorganizar o PA, embutida no parcelamento, não surtiu os efeitos desejados, certamente esse tema necessariamente terá de voltar a ser objeto de discussões por ocasião da construção do Plano de Ação para desenvolvimento do PA. Fique entendido, portanto, que se abordará uma questão recorrente, que já promoveu elevadíssimo nível de desgaste na comunidade e, já mesmo antes da última intervenção (o “parcelamento”), marcada pelo forte sentimento de ceticismo quanto à possibilidade de ser resolvida e que no entendimento de muitos, geradora de muitas injustiças, pois em todas intervenções o sacrifício exigido recaiu, em termos práticos, sobre os mais ordeiros, enquanto muitos dos ocupantes irregulares passaram incólumes por todo o processo. Contudo o INCRA já impetrou processos judiciais contra 12 ocupantes irregulares no assentamento. (PRA, 2006, p. 38-9).

O trecho explicita o delicado processo que é o parcelamento, e ainda mais o re-parcelamento. Também ilustra uma forte dinâmica de reordenamento ao longo dos anos. Esse reordenamento demonstra como o acompanhamento e a fiscalização deveriam ser contínuos, com perigo de, em sua ausência, aumentar os conflitos e se instalar o caos. O pressuposto de que à medida que se parcelam os lotes cessariam os conflitos se mostrou uma falácia. Um ponto que chama a atenção no relato do documento é que a ação dos mediadores, à medida que não é correspondida e legitimada, passa por um descrédito e gera incômodo, por vezes, piorando a situação pretérita da mediação. Há de se destacar que a situação, desde 2006, não se alterou substancialmente, mesmo com toda essa argumentação e comprovação por meio do documento analisado, muito pouco foi feito para regularizar e legitimar o “novo parcelamento” sendo comum o relato de assentados que não estão relacionados como moradores e até assentados com mais de um lote. Por último, há de se destacar que o documento enfatiza a necessidade de se voltar a essa questão para viabilizar um processo de ATER que contemple o desenvolvimento do

assentamento, contudo essa questão ainda não foi resolvida pelo agente público responsável e aparentemente ficou “velada” entre os assentados até o final de 2010, quando houve a nova eleição de presidente da associação.

Torna importante ressaltar que, nos documentos que tratam sobre a descontinuidade e a falta do cumprimento dos acordos, este fato resulta em uma falta de credibilidade das instituições (públicas ou privadas) que tratam do acompanhamento da assessoria e da fiscalização sobre as atividades no assentamento. O reflexo da falta de credibilidade e de confiança é traduzido na falta de interesse e no desprezo pelas ações e projetos no assentamento<sup>111</sup>. Como fruto da falta de compromisso com o encaminhamento dos projetos é recorrente, nos documentos referentes ao assentamento Tipity<sup>112</sup> (assim como em outros assentamentos com históricos de ATER), a referência à dificuldade de mobilização e de organização entre os assentados, fato muitas vezes representado pelos extensionistas como uma “atitude interesseira e paternalista dos assentados”. Como demonstrado na fala do profissional da CEDRO:

**Desde o dia 5 de janeiro estamos lá. Dentro das dificuldades, das angústias e alegrias e das tristezas desse trabalho. Esse trabalho tem picos, você vai da alegria a satisfação absoluta em atender uma família, em você que o seu conhecimento tá servindo de base para mudar, como você vê que seu conhecimento não tem serventia nenhuma. Pode liberar um crédito, tô junto. Não pode, não quero conversa. Tem agricultores que te recebem com uma mal vontade danada. Quer minha assinatura, toma aí que tenho que ir** (Extensionista B., Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos dos Goytacaz)

Em 2006 foi elaborado, pela CEDRO, o Projeto de Recuperação do Assentamento (PRA) do assentamento Tipity<sup>113</sup>. Neste documento, devido às diferenças nas formas de ocupação dos lotes, aparece uma definição que chama a atenção e ilustra o complexo arranjo das relações, subsidiando a compreensão da dinâmica do Tipity. A classificação de lotes em “residenciais” e “de produção” chama atenção para uma diferenciação que é

---

<sup>111</sup> Este fato pode ser compreendido como ausência da dádiva. A dádiva é entendida de forma simples pelo processo de trocas simbólicas e materiais, a partir do *dar*, *receber* e por último, *retribuir*, na análise do antropólogo Marcel Mauss (LANA, 2000). Tanto o mediador como o mediado, a partir do momento que se depositam valores simbólicos na ação do outro, e não são correspondidos, diminuem a confiança e tendem a parar de dar importância à ação do outro, criando um desgaste na relação e um clima de desconfiança, suspeita e descrédito nas ações do outro.

<sup>112</sup> É de se destacar que essa questão ainda é presente em Tipity. Ela foi recorrente nas entrevistas e conversas com os extensionistas, contudo é necessário relativizar, pois as situações variam muito de assentamento para assentamento, assim como de assentado para assentado.

<sup>113</sup> Entre as principais metodologias utilizadas para a elaboração do PRA (2006) estão o diagnóstico pelo método conhecido por “FOFA” (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) como também a “Linha de Vida do Assentamento” e o “Mapa Falado”, todas estas metodologias são estratégias de diagnóstico participativo sobre a história, a conjuntura, as condições, os conflitos, os projetos e os desejos dos assentados.

no mínimo incoerente e contraditória em um projeto amplo de reforma agrária: a produção e a moradia dissociadas<sup>114</sup>. O tema do “re-parcelamento” dos lotes em Tipity é complexo e delicado, pois envolve a ocupação irregular, a falta de vontade política e, principalmente, o desgaste da relação dos assentados com os mediadores sociais e o poder público. Os lotes “residenciais” são fruto da pressão demográfica e praticamente não produzem (têm no máximo ½ hectare, geralmente com um pomar) e a maioria dos moradores não está registrada na Relação de Beneficiários do INCRA; enquanto os “de produção” são lotes com mais de um hectare e em sua maioria pratica alguma atividade de produção agropecuária.

Segundo o PRA (CEDRO, 2006), a distribuição da classificação dos lotes por localidade ocorre de acordo com a Tabela 11.

Tabela 11. Posse de lotes de produção e apenas residenciais e local de moradia dos beneficiários do assentamento.

LOCALIDADES	LOTES APENAS RESIDENCIAIS		LOTES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA		TOTAL DE LOTES
	MORA DENTRO	MORA FORA	MORA DENTRO	MORA FORA	
Máquina	16	-	36	12	64
Morro do Bode	5	-	37	-	42
Alves	-	-	27	1	28
Lagoa Feia	43	1	22	3	69
<i>Total parcial</i>	<b>64</b>	<b>1</b>	<b>122</b>	<b>16</b>	-
<i>Total por tipo de lote</i>	<b>65</b>		<b>138</b>		<b>203</b>

Fonte: CEDRO (2006).

Nota-se que na localidade mais próxima do distrito urbano (Máquina) muitos assentados moram fora do lote de produção, enquanto na localidade de Lagoa Feia a maioria dos assentados tem o lote apenas como residência. Contudo, em Lagoa Feia, a proximidade com o Rio Itabapoana e a quantidade de estabelecimentos comerciais (pequenos bares) aparenta ser uma área de recreação, onde ocorre uma dinâmica de renda fruto de atividades pluriativas e não agrícolas. O PRA de 2006 afirma que a maioria dos lotes “apenas residências” são de “extrema pobreza”, situação que permanece até hoje, como constatado na pesquisa de campo. Na localidade de Alves, uma das mais distantes do centro urbano, todos os lotes são produtivos. Seria possível inferir que a distância do centro urbano e de áreas de lazer (que atrai outras possibilidades de renda) condiciona o

<sup>114</sup> Essa dissociação entre produção e moradia vai de encontro com a própria categoria dos Agricultores Familiares, que pressupõe, além da participação preponderantemente familiar na produção, implica que o agricultor produza e more no mesmo local.

assentado a ter moradia e produção associada. Esse quadro fornece um panorama da diversidade e da complexidade de uma intervenção extensionista que compreenda, respeite e considere as especificidades dos assentados e os condicionais históricos e estruturais de sua diferenciação. Os desafios à ação extensionista também se expressam na necessidade de conciliar os objetivos de um projeto de assentamento de reforma agrária com aqueles que foram sendo construídos, ao longo do tempo, pelas famílias no ambiente de precariedade, instabilidade e interrupções da ação do Estado no assentamento.

Como destacado na fala do extensionista sobre a conjuntura de reforma agrária no assentamento, os problemas da política de reforma agrária não são sanados em sua essência, fato que conduz ao ambiente de descrédito nas ações estatais.

**Por exemplo, a distribuição de terras. Hoje mesmo foi o caso que um fazendeiro, advogado, que detém mais 20 lotes dentro da fazenda, que foi desapropriado desde 1992 e entregue as famílias. E que esse cidadão utiliza de artifícios ilícitos, como laranjas e etc. pra tomar conta daqueles lotes pra ele, que utiliza como pastagens. E próprio INCRA, não vou dizer que é conivente, mas fecha os olhos, a partir do momento que não tem estrutura, não tendo perna pra acompanhar as poucas visitas que fazem ao assentamento. Eles tomam conhecimento disso, mas nada fazem. E isso é muito complicado (Extensionista M., Agrônomo, No Campos).**

O tema dos papéis atribuídos, sobretudo a centralidade do INCRA, na fiscalização e no reordenamento das áreas e dos recursos será tratada com mais detalhe no último item deste Capítulo.

Em 2010 os assentados de Tipity estavam passando por um período de mudança, pela renovação da presidência da associação já desgastada em períodos anteriores. O processo de mudança da associação deixou os assentados apreensivos quanto ao destino do assentamento e aos objetivos da associação frente à descaracterização do assentamento. O novo presidente, um jovem de 31 anos, foi um dos entrevistados para a pesquisa e foi possível observar que seu lote contrastava com a maioria dos lotes visitados. A entrevista foi reveladora em diversos sentidos, demonstrando que apesar de toda a dificuldade vivenciada pelos assentados, ainda existe esperança na reforma agrária e nas possibilidades que se apresentam a partir do acesso à terra.

**Quando cheguei no meu lote não tinha nada, só um canavial abandonado, fraco, uma terra pura. Era muito difícil porque não tinha dinheiro. Hoje tudo que vai trabalhar precisa de dinheiro, só com seu esforço você não consegue. Tenque ter um dinheiro pra trabalhar, colocar trator pra tombar a terra, pra crescer tudo junto. Se você vai trabalhar só você e sua família, você trabalha uma área pequena. Ai você faz um mutirão, mas não consegue plantar tudo. Tenque pensar também em comer o que produz. Eu tenho porco, galinha, milho, tenque plantar de tudo. Trabalhamos na lavoura de mandioca, mas se não plantar outra coisa tenque comprar fora. Toda sema-**

**na tenho que ir no sacolão trazer caixa de verdura, porque não produzo tudo. Uma vaca de leite não é ruim negócio não. Todo dia tiro leite, ainda só dou pros menino, vendo pouco, mas se deus quiser o resfriador vai chegar e daí vou vender mais. De primeiro precisava de dois alqueires pra ter uma vaca, hoje não. Hoje se faz uma moita de anapiê, leva um soro, um resto de lavoura de aipim, compra um sal. Hoje nós precisa de menos terra pra gado<sup>115</sup>, mas o pessoal só quer plantar capim. Eu vim morar aqui sem ajuda, vim construindo aos pouco. Se ficasse esperando ainda num tinha construindo nada. Com 60 dias entrei pra casa. A janela num tinha vidro, fechava de taubua. Por causa de que muitos ganham lote, mas não constroem. Tente entrar pra dentro. Sem Terra não acampa com plástico e entra pra dentro. O cara tem terra na mão e não entra. Pede uma ajuda pra comunidade, troca um trabalho, uma galinha por uns tijolos. Se você entra pra dentro você faz o lote crescer. Por isso entrei na associação, para que os antigos moradores que tem lote e não mora aqui dentro, volte a morar no lote (Assentado D, Assentamento Tipity.).**

A fala é reveladora de vários elementos que compõem, para o assentado, a possibilidade de um futuro melhor proporcionada pela reforma agrária. Um primeiro elemento é relacionado à ação coletiva para enfrentar as dificuldades. Assim, o mutirão, embora não resolva o problema do plantio, é imaginado como uma alternativa à escassez de força de trabalho, afinal “só com seu esforço você não consegue”. “Fazer o lote crescer” passa a significar agir coletivamente para que aqueles que têm lote, mas não vivem no assentamento, passem a morar. Nesse caso a associação é vista como alternativa: “Por isso entrei na associação, para que os antigos moradores que tem lote e não mora aqui dentro, volte a morar no lote”.

A iniciativa para melhorar o lote é vista como uma reação à morosidade da ação do governo (por meio do INCRA) para desenvolver o assentamento. O caso da moradia é exemplar na fala acima: “Eu vim morar aqui sem ajuda, vim construindo aos pouco. Se ficasse esperando ainda num tinha construindo nada”. O assentado revela que muitos outros assentados que tiveram acesso à terra não conseguiram construir uma casa, ou seja, “tem terra na mão, mas na entra”. O “não esperar” significa, de acordo com assentado, pedir ajuda à comunidade, realizar trabalho fora do assentamento ou trocar galinhas por tijolos.

Outro elemento revelado na fala é a estratégia para diversificar a produção para garantir o mínimo de segurança alimentar, produzindo vários cultivos para não depender da compra no mercado local. O modo de organização a produção visa à manutenção de suprimentos e a preocupação com o abastecimento familiar é evidente: “Eu tenho porco,

---

<sup>115</sup> Os motivos deste aumento da produção por área infelizmente não foi devidamente explorado na entrevista, contudo, na mesma fala dá a entender que atualmente existem outras estratégias para alimentar o gado que não ficam restritas a “plantar capim”. Como no trecho: “Hoje se faz uma moita de anapiê, leva um soro, um resto de lavoura de aipim, compra um sal”.

galinha, milho, tenque plantar de tudo. Trabalhamos na lavoura de mandioca, mas se não plantar outra coisa tenque comprar fora”. Outro trecho da entrevista demonstra a concepção produtiva do assentado, que não se imagina como parte da concepção hegemônica de produção quando a mesma defende a especialização produtiva e o plantio em áreas extensas.

**Não é lavoura grande que dá dinheiro, é lavoura pequena. Eu tenho porco, tenho leite, faço queijo dô o soro pro porco, quebro milho e maniva dô pro porco. Já é lucro seu. Eu ganhei 100 nesse mês, sem comprar ração nem nada. Agora se fica de braço cruzado, compra ração lá na venda. Aí é dinheiro indo embora do meu bolso. Se você tem uma porca, ela cria 20 leitão por ano. Engorda ela até 40 kg e vende a 5 no mercado, você ganha mais de 3000. Dá pra pagar o PRONAF tranqüilo. Nós trabalha tudo ao contrário. Nos qué uma roça grandona e isso num é vantagem. Ali é tudo minha roça, tem dois panhando maracujá, mas isso não é lucro não. É muita coisa e tenque pagar diária, o preço num fica bom. Vou parar com roça grande. Quanto mais o troço é menor, mais é o lucro. Porque você num paga ninguém, consegue fazer o trabalho tranqüilo. Faz de tudo um pouco e num tenque pagar nada** (Assentado D., Assentamento Tipity)

Contudo, em nosso trabalho de campo, percorrendo os lotes e observando sua realidade, podemos perceber que a concepção apresentada pelo atual presidente da associação não aparenta ser consensual ou não encontrou condições para se concretizar ao longo dos anos. Quase não há lotes com outros cultivos além de aipim, maracujá e cana-de-açúcar. Percebe-se, portanto, que há marcante heterogeneidade no uso dos lotes, o que passa a demandar um processo de mediação pela ATER que considere e compreenda essas diferentes concepções e vontades dos assentados *vis-à-vis* as condições necessárias e imprescindíveis para que se realizem; e não um tipo de intervenção que atue de forma padronizada, como ocorre atualmente.

Além da produção de leite, de aipim e de maracujá, não há diversificação produtiva, principalmente alimentos que pudessem garantir abastecimento às famílias, evitando a dependência da compra nos mercados locais. Contribui para esta situação a condição dos solos do assentamento, geralmente arenosos, facilmente erodíveis e susceptíveis à perda de nutrientes pela lixiviação, requerendo, portanto, orientação técnica quanto à aptidão e uso sustentável. A predominância de pastagem é um fator a mais contribuinte à degradação dos solos. Ressalta-se que a degradação ambiental das condições produtivas é resultado em parte da especialização em monocultivos, como o maracujá. Atualmente esta estratégia produtiva insustentável é repetida com a bovinocultura e a silvicultura do eucalipto (CEDRO, 2006).

Em vias de conclusão da análise sobre o assentamento Tipity e o NO de Campos dos Goytacazes, destacamos algumas questões pontuais e comuns apontadas, nos dois planos PDA (2004) e PRA (2006), e que infelizmente, até hoje, não foram resolvidas, como destaca o trecho do PRA reproduzido a seguir:

No campo das propostas dos assentados também identificamos pontos comuns entre os trabalhos do PDA (2004) e os do PRA (2006), são eles: “aquisição de ambulância para o posto médico local”; “liberação da cozinha escola para realização de cursos para as mulheres assentadas”; “abertura do rio Itabapoana para melhorar as condições locais de sanidade e higiene”; “ligação de energia elétrica para os lotes ainda não assistidos”; “liberação com maior facilidade das máquinas da prefeitura”; “maior ligação da Prefeitura com o assentamento” (PRA Tipity, 2006, p. 80).

A não resolução destas questões demonstra a morosidade dos agentes públicos, como também a impotência dos parceiros e mesmo da organização representativa dos assentados, que apesar de terem conhecimento e diagnosticar os problemas não têm conseguido resolvê-los. Como pensar em um processo de desenvolvimento do assentamento – sendo um processo dinâmico e de profundas mudanças na vida dos assentados, mesmo com documentos que legitimem suas reivindicações – se ao longo de sete anos de reivindicação e mais de vinte de assentamento ainda existam lotes sem energia elétrica?

Ao final do PRA de 2006 registra-se uma importante contribuição, a qual deveria balizar uma intervenção efetiva e integral em um assentamento com tantas dificuldades. A questão da auto-estima e da confiança em um futuro promissor aparece como um elemento essencial à crença na intervenção para a mudança e seu sucesso. Contudo, a falta de continuidade nas ações, não resolvidas por problemas já diagnosticados nos planos (PDA e PRA), reflete o desinteresse e a desilusão sobre a intervenção.

Identifica-se assim a necessidade de expandir uma espécie de onda de comoção entre os assentados em prol da retomada do desenvolvimento do Assentamento, situação desacreditada, especialmente sob a visão de ação coletiva, pela seqüência de tentativas interrompidas de assistência técnica, pelo fortalecimento da solução individual, exemplificado na figura da degradante expansão da monocultura do eucalipto; pela dificuldade de reconhecer em si a força e o propósito de promover as mudanças relacionadas ao desenvolvimento (PRA Tipity, 2006, p. 80).

Neste sentido, conclui-se que os desafios apresentados ao NO de Campos dos Goytacazes são imensos. Os desafios relacionados a projetos, problemas produtivos e condições sociais e ambientais parecem pouco frente às necessidade de um trabalho educativo profundo, sensibilizador e permanente, que é papel da ATER e dos agentes locais. Conclui-se que enquanto não houver uma grande mobilização entre os atores que

interagem no assentamento, sobretudo os agentes públicos responsáveis e os próprios assentado e seus representantes, as mudanças pontuais não terão resultado efetivos nos problemas e nas dificuldades que por hora ainda se encontram no assentamento.

## **5.2. Floresta de Belém e o Núcleo Operacional de Itaperuna**

O Núcleo Operacional da CEDRO, em Itaperuna, é composto atualmente por dois profissionais, que atuam em dois assentamentos recentemente criados, porém bem diferenciados um do outro. Os dois assentamentos só começaram a ter acompanhamento a partir da atuação da CEDRO, que constituiu o NO em 2010. Enquanto no PA “Nova Esperança do Até” (com 90 famílias), mesmo sem divisão dos lotes, os assentados já plantam, alguns inclusive com o DAP<sup>116</sup>, já possuindo, inclusive, um histórico de parceria com outras instituições; no PA “Floresta de Belém”, com 35 famílias, poucos plantam e praticamente não comercializam, sendo a divisão oficial de lotes bem recente, realizada no segundo semestre de 2010.

O NO de Itaperuna da CEDRO, composto por dois profissionais, um engenheiro agrônomo e uma técnica em agropecuária, é novo e seus profissionais estão a menos tempo trabalhando com assentamentos. Chama atenção a história de vida do engenheiro agrônomo que, assim que se formou na Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi trabalhar com a venda de insumos para a agricultura. Contudo, segundo a entrevista, não se sentia satisfeito com o trabalho e assim que teve oportunidade de trabalhar de “forma autônoma”, foi para a CEDRO. As mudanças em torno dos projetos de vida pessoais foi assunto recorrente entre os extensionistas entrevistados, conforme declaração a seguir:

**Eu não tinha experiência de trabalho com assentamentos. Eu formei e fui ser gerente de loja de produtos agrícolas. Vendia agrotóxico, herbicida. Mas quando eu fui apresentado a CEDRO eu já tinha noção o que é agroecologia e eu venho de família da agricultura familiar e pela própria condição financeira que vivíamos, utilizávamos os próprios recursos naturais. Não tínhamos dinheiro pra veneno e tinha produção [...] E quando ocorreu a possibilidade de trabalhar a agroecologia eu pude lembrar o que tinha passado e passar um pouco de minha vivência como filho de agricultor familiar e creio que estamos alcançando um êxito no assentamento [...] na UFV é um grande pacote, você vai trabalhar para o grande, fazendeiros de soja, milho feijão, citrus, onde o que manda é a produtividade. [...] Se compararmos o volume do que se fala de agroecologia e agricultura convencional, é um ponto no espaço. Mas tive a oportunidade de conhecer os dois lados. E aprendi o uso de agrotóxico para o controle de pragas e doenças, mas minha experiência é com agricultura familiar [...] Foi só voltar as origens e lembrar o que tra-**

---

<sup>116</sup> O Declaração de Aptidão ao PRONAF é o documento que autoriza o agricultor familiar a acessar créditos públicos, como explicitado no Capítulo 2.

**balhava meu pai. Eu não sabia que o nome era agroecologia, mas e eu pratiquei agroecologia. Tudo vinha da roça. O que entrava na minha casa era sal e todo resto nós produzíamos, porque nem tínhamos dinheiro pra comprar. Quando fui apresentado a ATES e essa oportunidade de trabalho eu pude colocar em prática o que sempre acreditei. Quando vendia agrotóxicos era uma questão de sobrevivência, se não vendesse aquilo, como iria sobreviver? Então foi interessante porque eu já tinha uma atividade e não precisava trabalhar na ATES, mas era uma proposta nova, diferente e eu queria trabalhar nisso, mostrar que isso é possível. (Extensionista G, Agrônomo, NO Itaperuna.).**

Como o processo de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA ocorreu no ano de 2010, sendo finalizado o diagnóstico e programação em agosto, os dados do assentamento, apresentados pelo PDA, são muito recentes. A fase de campo do diagnóstico foi realizada pela CEDRO, entre fevereiro e abril de 2010, e a síntese de sua metodologia se encontra no ANEXO 6. O assentamento se localiza no município de Itaperuna, distante 25 km da sede do município e do NO Itaperuna (localizado na área urbana do município) e, apesar da obtenção do imóvel (Fazenda Floresta de Belém) ter sido em 2004, a emissão da posse só ocorreu em agosto de 2006, e criado em setembro de 2006, quando foram para o interior do assentamento (PDA/CEDRO, 2010).

Apesar de a fazenda Floresta de Belém ter sido ocupada há cerca de seis anos e meio (16 de dezembro de 2004), a divisão de lotes só ocorreu no final de 2010. No período do trabalho de campo (dezembro de 2010) alguns assentados ainda não tinham seu lote definido; ainda não haviam acessado o crédito para habitação e como a divisão de lotes aconteceu há pouco tempo, a maioria dos assentados ainda se encontra em habitação de madeira e lona, convivendo próximos na área coletiva do assentamento. Outros já conseguiram construir em seus lotes casas de alvenaria, contudo a maioria dos que foram para os lotes, ainda vivem como acampados, sem estrutura definitiva.

O Floresta de Belém faz fronteira com a Rodovia Federal BR-356, onde se localizam as duas entradas do assentamento, e com o caudaloso Rio Muriaé, sinuoso e espraçado, repleto de planícies de inundação e ilhas fluviais, alagadas no período de chuvas. Neste sentido, a hidrografia do assentamento é rica em nascentes e com uma extensa rede de drenagem, perenes e intermitentes, em função da grande variação pluviométrica ao longo do ano e da localização do assentamento na parte baixa na bacia do Rio Muriaé. A estação Itaperuna, do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) registra bem essa variação do balanço hídrico da região que afeta o assentamento, conforme ilustrado na Figura 5 abaixo.

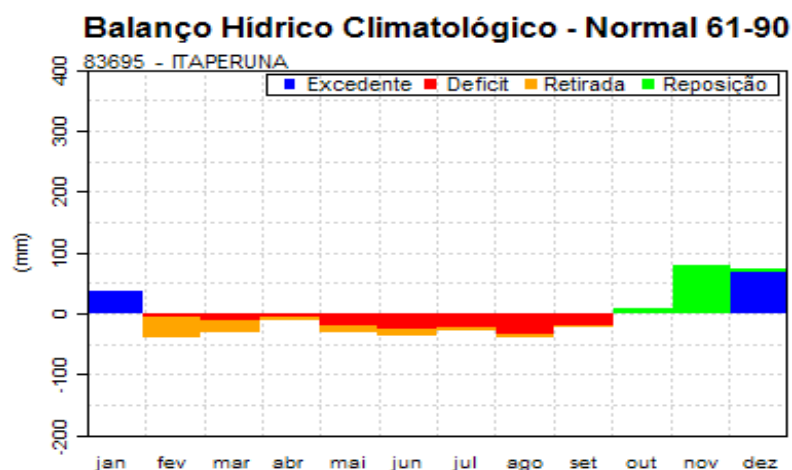


Figura 5. Balço Hídrico da Estação Itaperuna – 1961 a 1990

Fonte: INMET apud PDA/CEDRO, 2010. Disponível em <http://www.inmet.gov.br/html/agro.php?lnk=H%EDdrico%20Clim%E1tico>.

Essa característica pluviométrica imprime uma dinâmica própria para os agricultores da região, sobretudo os que não estão acostumados com essa variação pluviométrica. Na época da seca (inverno) é comum a ocorrência de incêndios. O último foi registrado em agosto de 2010 e, segundo as entrevistas em campo, foi responsável pela destruição de cerca de 60 % da cobertura vegetal do assentamento, acabando com grande parte dos poucos plantios que estavam sendo estabelecidos, mesmo sem a divisão dos lotes.

A Bacia do Muriaé apresenta características particulares de índices pluviométricos e alta sedimentação, enquanto na parte alta, ainda em Minas Gerais, os índices variam entre 1600 mm a 1300 mm/ano, na parte baixa, próxima ao encontro com o Rio Paraíba do Sul a variação é entre 1000 mm e 700 mm/ano; e a morfologia da bacia segue de terrenos montanhosos e acidentados (na parte alta) para áreas mais planas e suaves (na parte baixa). Essas características, aliadas ao desmatamento da margem do rio e uso intensivo do solo, influem, na época da chuva, em constantes cheias e extravasamentos fluviais (inundações), chegando a mais de 1300 m<sup>3</sup>/s na época das cheias (PDA/CEDRO, 2010). Abaixo a bacia do Muriaé e a localização do Assentamento Floresta de Belém, conforme ilustrado na Figura 6.

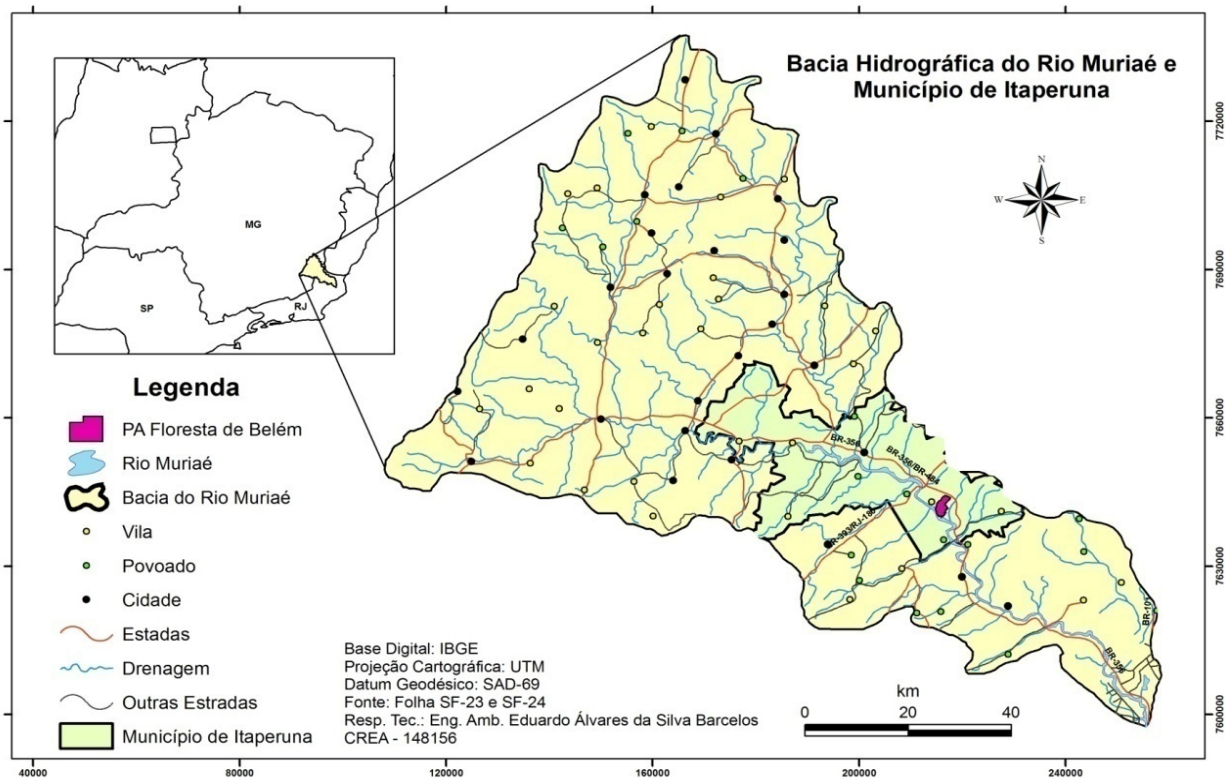


Figura 6. Mapa da Bacia do Muriaé e a localização do Assentamento Floresta de Belém.

Fonte: Base do IBGE. Elaboração: PDA/CEDRO (2010).

Na ocupação e o uso do solo, caracterizado pela degradação das Áreas de Proteção Ambiental e da Reserva Legal, é predominantemente a ocupação por campos e pastagens, sendo que mais de meio milhão de hectares foram convertidos em pastagens para pecuária, sendo responsáveis pelos grandes passivos ambientais da bacia e contribuindo a para sua paisagem homogeneizada.

Em 1996, o município de Itaperuna respondia pelo maior número de estabelecimentos rurais da Região Noroeste do estado, contudo com uma forte característica de concentração fundiária, como pode se constatar na Tabela 12 a seguir:

Tabela 12. Quantidade de estabelecimentos de mais de 500 ha e de menos de 50 ha, com suas respectivas áreas e geração de ocupações no município de Itaperuna no ano de 1996.

ESTABELECIMENTOS	TOTAL	ÁREA	EMPREGOS	RELAÇÃO OCUPAÇÃO/HECTARES
Mais de 500 ha	27	27.649 ha	348	79,5 ha/ocupações
Menos de 50 ha	1041	18.649 ha	2517	7,41 ha/ocupação

Fonte: PDA/CEDRO (2010).

A Tabela 12 demonstra a enorme disparidade das características fundiárias do município, revelando o quão é atual a necessidade de uma reforma agrária na região. A geração de ocupações por área demonstra que um grande foco de geração das mesmas no município está nas propriedades de até 50 ha. Considerando que a maioria da área agrícola é utilizada para pastagens, cerca de 65%, é evidente que uma melhor distribuição de terras alteraria a quantidade de empregos gerados nas áreas rurais, podendo melhorar a oferta de alimentos e diminuir a taxa de desemprego do município.

A redução da área plantada, assim como a queda da quantidade produzida, aliada ao crescimento populacional do município<sup>117</sup>, revelam um grave quadro de insegurança alimentar, sobretudo nos produtos da alimentação básica, como arroz, feijão, milho e café, mais também nos legumes em geral e nas frutas (PDA/CEDRO, 2010). Segundo os dados da Secretaria Municipal de Agricultura do município, ao avaliar o consumo de vinte três produtos (hortifrutigranjeiros) para estimar a área necessária aos habitantes, chega-se a um dado alarmante, do total de 95.000 habitantes, só está disponível a área de 138 hectares, configurando uma área de 14,6 m<sup>2</sup> de área plantada para atender a cada habitante, número muito aquém do ideal para alimentação.

O carro-chefe da agropecuária do município é o gado, seja e corte ou leiteiro, que corresponde a 60% da movimentação do setor, contudo, ao comparar o Produto Interno Bruto do município, o setor da agropecuária tem diminuído muito nos últimos anos (CEDRO, 2010), ficando com apenas 3% do volume da participação bruta nas atividades econômicas, e os serviços com 67% de participação, resta para a indústria 8% e para a administração pública 22% (CIDE, 2005). Esses números demonstram que existe uma enorme concentração das atividades econômicas nos serviços e que a administração pública é responsável por quase um quarto da participação bruta das atividades econômicas (e 15% da massa salarial do setor econômico – CIDE, 2005), revelando um município extremamente dependente e com pouca base industrial e agrícola, setores com grande potencial para gerar recursos para a municipalidade.

O rendimento médio das famílias também é um dado alarmante no município, a partir do momento que cerca de 85% dos domicílios particulares permanentes tem um rendimento médio mensal per capita de no máximo três salários mínimos, e que 50% destes domicílios apresentam um rendimento de até 1 salário mínimo per capita no mês

---

<sup>117</sup> Até a década de 1970 o município registrava um decréscimo populacional, a partir dessa década, vem crescendo a população residente (CIDE, 2005).

(IBGE, 2000). Quanto ao uso do solo agrícola, a partir de dados do IBGE (2006), 71% dos estabelecimentos não praticam nenhuma prática agrícola conservacionista, e o plantio em curvas de nível é de somente 6%, número alarmante em uma área com declividade bem acidentada.

Entrando, no âmbito do assentamento, quanto às características físicas do mesmo, há predominância de solos profundos e férteis nas áreas de várzea (chamadas de “baixadão” pelos assentados), contudo utilizadas frequentemente para pastoreio e áreas montanhosas e menos férteis. A identificação da várzea foi um parâmetro importante para identificação dos lotes, sendo que 90% deles apresentam a existência destas áreas (PDA/CEDRO, 2010). Em função da proximidade com o Rio Muriaé, é fácil encontrar o lençol freático, sendo comum a abertura de poço com manilhas nos lotes (geralmente rasos, em torno de 15 metros), sendo frequente a presença de nascentes nos lotes (86,7% dos lotes). O córrego que abastece o assentamento, Córrego das Posses (assim como o trecho do rio Muriaé que é limítrofe ao assentamento), apresenta uma Área de Preservação Permanente consideravelmente degradada, necessitando urgentemente de projeto de recuperação das áreas degradadas, especialmente nas APP em torno dos corpos d’água e das nascentes.

A seguir apresenta-se o mapa da organização espacial do assentamento Floresta de Belém, com as referências de cada lote.

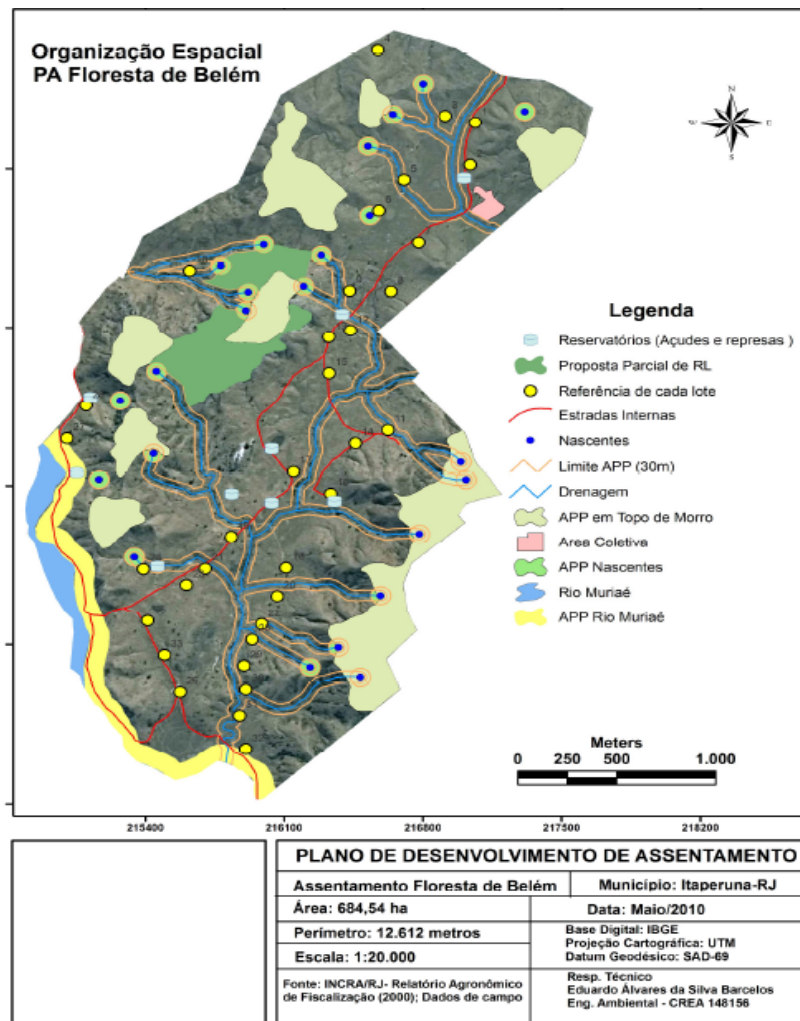


Figura 7. Mapa com a Organização Espacial do Assentamento Floresta de Belém.  
Fonte: PDA/CEDRO (2010).

Grande parte das famílias que hoje está no assentamento, estava acampada no município de Conceição de Macabu, hoje Projeto de Assentamento “Zé Pureza”. Com a conquista da área em Conceição de Macabu houve uma divisão dos assentados, que não cabiam na área desapropriada, vindo para a Fazenda Floresta de Belém, no local do atual assentamento, que desde 2000 havia sido desapropriada por improdutividade. Os assentados estavam, na condição de acampados, na área desde 2004, vivenciando disputas judiciais, ordens de despejo, ameaças de morte, violência por parte de ex-trabalhadores da fazenda, durante mais de dois anos. Finalmente, no final de 2006 foi emitida a posse aos assentados. Contudo o conflito não cessou, permaneceram na fazenda alguns antigos ex-trabalhadores do fazendeiro e os conflitos, inclusive com disparos de armas de fogo e ameaças. Na tentativa de que as famílias desistissem da ocupação, esses antigos trabalhadores continuaram por mais quatro anos (PDA/CEDRO, 2010), até que em

2010, agentes do judiciário e da polícia civil foram ao assentamento e, por medida cautelar, retiraram os ex-trabalhadores, que tiveram que sair da fazenda, fato que foi celebrado no assentamento<sup>118</sup>.

A população do assentamento é composta de 112 pessoas, 54 do sexo masculino e 58 do sexo feminino (PDA/CEDRO, 2010). Sendo que apenas 48% dos beneficiários declararam que toda a família estava residindo no assentamento e que apenas cerca de 50% dos assentados estão no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (SIPRA)<sup>119</sup>. Grande parte dos assentados tem origem rural (93,5%), a maioria são pessoas com mais de 35 anos, sendo que 27% têm mais de 46 anos, apresentando um perfil de faixa etária avançada. Cerca de 41,4% recebem benefícios financeiros regulares, divididos entre 50% dos assentados que recebem aposentadorias, e 50% dos assentados recebem do Programa Bolsa Família, do Governo Federal (PDA/CEDRO, 2010). Nenhum deles com mais de três salários mínimos.

Apesar da maioria dos assentados ser de origem rural e estar em uma faixa etária mais avançada, segundo o PDA, ela não é composta de agricultores que têm experiência com a agricultura moderna; e os que tiveram, vivenciaram muitas decepções. Apenas 30% dos que têm origem rural eram agricultores, os outros 70% eram assalariados, arrendatários ou diaristas. Dado importante revelado pelo PDA revela que os agricultores assentados têm aceitado as propostas voltadas a uma agricultura com base ecológica. A diversificação na produção para subsistência é uma marca do assentamento, apesar da criação de gado leiteiro ser o objetivo de muitos assentados, cerca de 30% (PDA/CEDRO, 2010).

A organização dos assentados é representada pela Associação dos Agricultores e Pecuaristas Assentados de Floresta de Belém (AAPAFFB), fundada em janeiro de 2010. No entanto antes dessa data, as assembleias, organizadas pela coordenação do assentamento (espécie de diretoria) já tinham legitimidade frente aos assentados (PDA/CEDRO, 2010). Como o assentamento tem poucas famílias e não existe um histórico descontínuo de assessoria, como na situação anteriormente descrita no PA “Tiptity”, a mobilização da maioria das famílias pelos extensionistas ocorre com relativa facilidade. Contudo, o delicado processo de divisão dos lotes ainda é recente, retratando

---

<sup>118</sup> Dados obtidos nas entrevistas e em conversas informais durante a pesquisa de campo.

<sup>119</sup> O SIPRA é um banco de dados do MDA/INCRA que cadastra todos os beneficiários de programas de Reforma Agrária no país. Assim como a RB é um número obrigatório para preencher cadastros destinados à políticas públicas que tem foco os assentamentos, como as fichas cadastrais de assistência creditícia.

um período de acomodação de disputas e ação de forças políticas internas e externas ao assentamento. A maioria dos assentados é da área rural de municípios próximos, contudo muitos também vieram da periferia dos centros urbanos, como da Baixada Fluminense. Apesar da origem rural, a maioria trabalhou como assalariados rurais, em lavouras de cana-de-açúcar e milho, não tendo experiência de produção com cultivos de ciclo produtivo curto e completo. Com a proximidade com o rio Itaperuna, poucos lotes não tem água, somente os mais distantes do rio e na época da seca/inverno.

Segundo o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) de Floresta de Belém – FB, a recente divisão dos lotes e a morosidade do INCRA na liberação dos recursos são responsáveis pelas maiores reclamações dos assentados entrevistados (este fato está bem representado na fala de Z., reproduzida a seguir). Contudo, alguns já produzem mesmo sem ter condições de escoar ou comercializar a produção, ficando a mercê dos atravessadores e o aviltamento dos preços dos produtos. A maioria da produção comercializada pelos assentados é o leite, além de vegetais de ciclo curto, como a abóbora, cana-de-açúcar, milho, quiabo, banana, feijão e o aipim, contudo, grande parte da produção é destinada a subsistência, com a presença de criação de pequenos animais, especialmente galinhas, porcos e cabras. O destino da produção vai principalmente para o mercado local<sup>120</sup>, além da troca e da venda de produtos entre os próprios assentados (PDA/CEDRO, 2010).

Com relação à infraestrutura, praticamente tudo que existe de benfeitorias foi herdado da antiga fazenda, tendo em vista que praticamente nenhum assentado acessou a nenhum crédito (PDA/CEDRO, 2010). As estradas de terra são de péssima qualidade, principalmente no período de chuvas e não há escola, sendo que a prefeitura disponibiliza transporte para as crianças irem à escola, na sede do município. Quanto à escolaridade dos assentados, cerca de 81% dos assentados sequer chegaram ao ensino médio e 7% ainda não foram alfabetizados. Em relação às questões de saúde, a maioria dos atendimentos são na sede do município, pois a Unidade Básica de Saúde mais próxima, localizada no distrito de Penha, a cerca de 1 km da entrada sul do assentamento, tem um atendimento muito limitado, com poucos profissionais, itinerário médico reduzido, sem condições de internação e sem especialidades (PDA/CEDRO, 2010).

---

<sup>120</sup> Os hortifrutigranjeiros vão para o mercado informal e a maioria do leite vai para uma cooperativa do município (PDA/CEDRO, 2010).

Quanto às transformações no assentamento nesses últimos seis anos, as mudanças na composição do grupo de assentados vêm alterando a relação de poder entre os assentados, principalmente com relação à liderança. Segundo um assentado:

**Mudou muita coisa desde que nós chegamos, desde 2004. Uma coisa marcante é o processo do INCRA, que é muito lento, é muito moroso. Desde da posse em 2004, já devia tá muito mais adiantados. O que mudou, e que com a demora de se definir e implantar a reforma agrária e colocar os lotes. Eu noto que os colegas não agüentaram a demora. Então, o pessoal que chegou em 2004 e o pessoal que se encontra hoje na terra, muitos foram embora, muitos desistiram. Exatamente pela demora, afinal de contas a pessoa tem muitos, tem família, tem que sustentar. Todo mês tem que alimentar família, tem as necessidade básicas, isso já mudou muito. Teve uma renovação de famílias, mas verdade, a proposta que tínhamos era uma, agora é outra. Afinal de contas tamo lidando com seres humanos. Tivemos uma reavaliação e tem companheiros novos, novas mentalidades, outro jeito de pensar de ver a reforma agrária. Também pessoas que não sofreram despejo, chegaram no meio do caminho e tem uma dificuldade de entender, eles não conhecem a reforma agrária, não conhecem essa luta** (Assentado Z, Assentamento Floresta de Belém).

A mudança de composição do grupo de assentados produz uma maior diversidade e confere heterogeneidade ao grupo, ao mesmo tempo em que reforça relações anteriores. Alguns estudiosos falam do “filtro” que é esse período difícil, da coragem dos que resistem (MASSELI, 1999). Ou seja, os que não agüentam o período de dificuldade e vão embora deixam um sentimento de resistência nos que ficam, nos que agüentam. Para alguns esse é um elemento político positivo, à medida que “seleciona” melhor os mais resistentes, passando a ser representados como os que têm certeza do que querem, mesmo que passem por longos períodos de dificuldades; a crença no futuro (que é elemento constituinte da luta pela terra) os mantém firmes e obstinados.

A percepção do pesquisador em campo, como resultado das observações e análise das entrevistas, é que o momento de divisão de lotes é um momento bastante delicado da instituição do assentamento e do grupo que o compõe e que passará a mediar com o Estado com vistas na necessidade de desenvolvê-lo, pois condiciona a permanência no dia-a-dia no lote, mas não impede algumas famílias de manter uma relação com a terra de forma mercadológica. Isso foi constatado no cotidiano do assentamento, como parte das entrevistas realizadas, ao se observar o caso de um assentado que só aparecia no assentamento em momentos de reunião, para “garantir seu quinhão”. O pretendente a um lote, nem morava nem trabalhava no assentamento, contudo, como tinha certa legitimidade perante a organização do assentamento, reservaram um lote para ele. Quando acabou a divisão dos lotes e a escolha dos mesmos, o pretendente acabou ficando com um lote que não queria, conjecturando um conflito interno entre a direção do assenta-

mento e o “andorinha”<sup>121</sup>. Chamou atenção a forma como os outros assentados buscavam acalmar os ânimos e tentaram, com sucesso, dissuadir o bate-boca e as discussões.

Para concluir a descrição e análise sobre o Assentamento Floresta de Belém, cabe ressaltar as demandas e as expectativas dos assentados, presentes na avaliação do PDA do assentamento (PDA/CEDRO, 2010). Entre as demandas mais importantes, uma que vem causando muitos transtornos aos assentados é o crédito para instalação e habitação, que viabilizaria o cercamento dos lotes e acabaria com grande parte dos conflitos internos, resultantes de brigas em torno dos “bois do vizinho”, que pisoteiam produções agrícolas e são a causa de grande desconforto entre os assentados. O crédito também viabilizaria o começo das construções em alvenaria e os banheiros, tendo em vista que a maioria dos assentados ainda mora em casa de lona e de madeira (compensado), em péssimas condições sanitárias.

O que chama atenção na análise DPA é que apesar das condições desfavoráveis, os assentados se mostram otimistas em construir um “Assentamento Modelo”. Demonstra que a perspectiva obtida com a conquista da terra trouxe grandes oportunidades de inserção social e alimenta os sonhos dos assentados. Contudo, agora que estão no lote, se (re)começa uma grande caminhada para a viabilização econômica e social das famílias. Diferentemente de Tipity, as avaliações dos assentados em Floresta de Belém é que as coisas vão melhorar. Eles são aparentemente abertos a experiências novas e práticos.

### **5.3. A construção e a representação das relações entre extensionistas e assentados**

Diante da complexidade e da diversidade de discursos existentes, construídos pelos extensionistas acerca das relações que estabelecem com os assentados, como também pelas ambigüidades e contradições presentes na representação dos atores entrevistados, optou-se por sistematizar estas representações classificando-as em dois perfis gerais: aquelas denominadas “paternalistas” e as “críticas”. Muitas vezes estas representações encontram-se combinadas, como no dilema entre a *ação fiscalizatória* e *ação educativa* do extensionista que trabalha em um assentamento rural. Na análise dos depo-

---

<sup>121</sup> “Andorinha” é o nome dado aos assentados, ou acampados, que não residem nem trabalham na área a ser utilizada como assentamento, aparece somente nas reuniões. Como eles vão e voltam, essa foi a forma criativa de apelidá-los.

imentos partimos do pressuposto de que o “momento” do assentamento é crucial para se entender e analisar o contexto da relação entre os extensionistas e assentados, expresso nas intencionalidades, nos desejos e nas perspectivas de futuro tanto dos assentados, quanto dos extensionistas.

Entre os extensionistas existe uma mistura de sentimentos que vão desde o pessimismo com a situação precária dos assentados ao otimismo relacionado à dimensão de transformação do trabalho que exercem. Passa por uma realização pessoal ao contribuir com seu conhecimento para a mudança do assentamento é o aspecto marcante do otimismo, como na fala abaixo:

**Se a agente é um gráfico, a gente vai da alegria a tristeza num dia. Você encontra momentos que dá prazer e momentos que você se sente um nada, você num tá contribuindo com nada. Até porque o camarada não quer receber visita. Às vezes a gente é bem recebido, às vezes não é** (Extensionista L., Economista Doméstica, NO Campos).

O otimismo exagerado, que superestima o trabalho e a política do Programa de ATES, muitas vezes expressa o que se pode denominar de uma visão ingênua e romântica sobre as possibilidades de mudança social que buscam efetivar.

A dimensão de um tipo de trabalho educativo contínuo e marcado, apesar da histórica descontinuidade da assessoria prestada nos assentamentos. A temporalidade da intervenção é condicionada pela organização dos atores e explicitada, sobretudo, na união e nas disputas dos assentados, que condicionam a continuidade dos trabalhos de assessoria e acompanhamento.

Entre os extensionistas, a questão do respeito, da convivência e da confiança aparece como atributos indispensáveis, assim como o compromisso com a reforma agrária. Apesar do termo “assistência” não ser mais utilizado no Programa de ATES, observou-se que é comum a utilização do termo entre os cooperados/extensionistas com menos tempo de trabalho na ATES.

Outro fator que chama atenção nas entrevistas com os coordenadores dos Núcleos Operacionais, assim com na entrevista com o gestor da política de ATES da CEDRO, é que a implementação e a efetivação dos objetivos da política de ATES esbarra constantemente nas “condições dadas”, ou seja, as condições estruturais dos assentamentos e dos assentados, das instituições que se relacionam e da própria natureza da comunicação entre assentados e extensionistas e entre os próprios extensionistas. Neste sentido, aparecem questões, muitas vezes confusas e contraditórias, sobre as diversas

dimensões da intervenção social, as quais os extensionistas não se sentem preparados, e em certos casos, não correspondendo ao trabalho de ATER.

As diferenças de respostas sobre a pergunta “o que é a ATES?” e “o que é extensão rural?” demonstram uma concepção diferenciada do processo de intervenção, como demonstraremos a seguir. Ressalte-se que, comum a todos os entrevistados, a Extensão Rural é concebida como uma ação que possui uma “dimensão educativa”. Os fins é que se revelam muito diferentes de acordo com as concepções individuais dos profissionais entrevistados. Para exemplificar, o extensionista G. afirma que:

**A ATES vem fixar o assentado no campo. Ela tem o papel de viabilizar os meios, não só de produção, mas de convivência e fazer com que eles tenham uma qualidade de vida melhor, a ATES tem esse papel de fazer com que o assentado possa enxergar o mundo a seu favor e não como inimigo. Olhar roça como se aqui só dá problema, é inimigo. Você fala não, daqui dá pra você tirar seu sustento daqui você pode melhorar sua qualidade de vida. A ATES tem esse papel, fazer com que enxerguem o seu espaço como um bem que eles têm, e que ele deve trabalhar aquele bem para o seu sustento (Extensionista G, Agrônomo, NO Itaperuna)**

Percebe-se que a fala constrói uma visão idílica e salvadora da política de ATES, lembrando inclusive as políticas de colonização do INCRA das décadas de 1970 e 80. Aparentemente, segundo esta fala, o Programa de ATES viria para harmonizar a relação do assentado com a terra, gerando produção (sustento) e qualidade de vida. Chama a atenção, também, a concepção do assentado como aquele que não consegue, sozinho, encontrar uma alternativa para resolver as limitações que lhes são impostas. Para que “enxerguem” é necessária a presença do técnico, representando o papel daquele que é capaz de mostrar o caminho. Percebe-se também, portanto, a idealização do papel do técnico como o detentor da solução aos problemas vivenciados pelos assentados. Neste sentido podemos relacionar esta fala, repetida por outros entrevistados, como pertencente ao grupo daqueles técnicos que tendem a representar suas relações com os assentados a partir de uma visão paternalista do processo de mediação/assessoria por meio do ATER.

O extensionista A., agrega novos elementos à fala de seu colega, distanciando-se da representação paternalista e afirmando uma visão crítica das relações entre extensionistas e assentados, afirmando que:

**A ATES é um programa do INCRA, reconhecendo que tem um passivo, de criar os assentamentos e não ter acompanhamento, a maior parte dos assentamentos que a gente tem freqüentado hoje não tem uma freqüência permanente dos funcionários do INCRA, eles não têm perna pra isso. E aí essa história de acompanhar o processo de desenvolvimento, orientar... é um resga-**

**te de uma dívida que o INCRA tem com o processo de qualificar a reforma agrária, por lado. Pelo nosso lado é uma oportunidade de trabalho, de uma linha que a gente acredita, na contra-mão do que está colocado pra agricultura predominantemente. É você qualificar o processo de reforma agrária em suas diversas faces: ambiental social, econômico, técnico, organizacional. Então é um conjunto de oportunidades de fazer mediação, mediação entre as famílias, entre o poder público, entre o próprio INCRA, pra poder chegar e ter resultados melhores que até então (Extensionista A, Agrônomo e Gestor Interno do ATES).**

Os novos elementos, que justificam a denominação de “crítica” a representação que um grupo dos extensionistas constrói acerca de suas relações com os assentados, se esboçam na identificação do Programa de ATES como um “programa do INCRA” que busca enfrentar um “passivo” criado pela política de reforma agrária e pelo próprio INCRA: assentamentos que não têm acompanhamento, ou seja, serviços de extensão rural, evidenciando a falta de capacidade (“não tem pernas”) para implementar a política. Para “qualificar a reforma agrária” torna-se necessário, na visão do entrevistado, possibilitar os meios para o acompanhamento e a orientação dos assentados e o desenvolvimento dos assentamentos.

Esta qualificação é vista a partir da consideração das diferentes dimensões do processo de assessoria (ou de extensão rural) para o desenvolvimento: “ambiental social, econômico, técnico, organizacional”, evidenciando a capacidade de o entrevistado perceber a importância do desafio colocado à mediação que busca realizar entre a política de reforma agrária, o INCRA e os assentados. Neste sentido podemos relacionar esta fala, repetida por outros entrevistados, como pertencente ao grupo daqueles técnicos que tendem a representar suas relações com os assentados a partir de uma visão crítica do processo de mediação/assessoria por meio do ATES.

A análise das entrevistas tornou evidente a existência de concepções muito distintas, entre os profissionais da CEDRO, sobre o que é extensão rural, como pode ser definida o ATES, o que é intervenção, o que é autonomia e inclusive o que pode significar agroecologia. A fala transcrita a seguir problematiza essa questão, expondo a diversidade de concepções e posturas profissionais presentes no corpo técnico da CEDRO:

**Mesmo no corpo técnico da CEDRO existem profissionais que não têm compromisso com o que faz, que faz as atividade por fazer, mas que ele não tá preocupado com os objetivos da empresa, quem está representando, ele não tá preocupado em continuidade do processo, acompanhar o passo-a-passo, se o trabalho que está fazendo na família está mudando, saber se realmente o que estou fazendo está mudando, se a metodologia tá funcionando e fazendo uma diferença, saber se tem um *feedback*... e esse valores teque ser trabalhados... da nossa parte como técnico e muita das vezes você vai encontrar profissionais que se intitulam deuses do conhecimento, verdadeiros do-**

**nos do conhecimento assim como encontramos vários agricultores que há décadas estão no meio de produção, mas que não tão vivendo, estão sobrevivendo, sobrevive em condições precária. E que tem uma resistência muito grande em aceitar novos valores, aceitar novas formas** (Extensionista B, Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).

Percebe-se, na fala acima, uma leitura crítica sobre o trabalho de prestação de serviços de ATES, identificando-o como uma atividade rotineira que visa cumprir objetivos predefinidos sem a preocupação com a retroalimentação do processo, devido sobretudo ao fato de alguns técnicos se considerarem “donos do conhecimento”. De modo contraditório, aparece na fala a representação dos assentados como aqueles que “têm resistência muito grande em aceitar novos valores”, associando tal fato à permanência dos mesmos em “condições precárias”. Este tem sido um discurso tradicional da extensão rural ao longo de sua história – como demonstramos no Capítulo 2 –, ou seja, responsabilizar aos agricultores por problemas que muitas vezes estão no modelo de referência da ação extensionista. Esse discurso e sua visão de mundo colocam o técnico na posição daquele que trará respostas prontas aos problemas enfrentados pelos agricultores, esperando dos mesmos a concordância na adoção de alternativas viabilizadas pelos técnicos (ROGERS, 1995).

Já em “Floresta de Belém”, de acordo com o extensionista entrevistado ocorre justamente o contrário daquilo destacado pelo extensionista B. Chama a atenção, tanto com relação aos assentados como em relação ao responsável pelo NO, a abertura dos assentados “para o novo”, como no caso do trabalho com agroecologia:

**Os assentados são bastante independentes para tomar a decisão que querem. Em percebo que em Floresta de Belém ele são bem sensíveis a tentar o novo. Eles estão abertos a experimentar novas metodologias. Quando se fala em agroecologia com eles querem logo plantar guandú, fazer consórcio, tentar fazer composto, feijão de porco; quando fala em visita de intercambio eles ficam felizes e participam, eles apostam essa idéia e vão. São pessoas que já viveram na agricultura convencional e tiveram experiências não muito boas e assim, querem ter uma vida melhor, livre do patrão, produzir produtos de qualidade e provar que são capazes de buscar uma agricultura diferente. Eles não seguem exatamente o que o pai plantou, eles são abertos a experimentarem o outro, a fazer uma nova forma de agricultura, a fazer agroecologia** (Extensionista G., Agrônomo, NO Itaperuna).

Importante destacar que a abertura “para o novo” está possivelmente relacionada a um perfil de agricultores não-modernos, o que pode ser elemento importante à inovação metodológica e a adoção de novos cultivos e sistemas de produção, inclusive os fundamentados nos princípios da agroecologia, que possibilitariam estabelecer “uma

agricultura diferente”. Ao mesmo tempo essa “abertura para o novo” é indicativo de mudanças de processos constitutivos desse novo agricultor, agora assentado.

A busca de alternativas produtivas e a melhor maneira de tratar esse tema nos processos de interação com os assentados representam assuntos importantes para os que coordenam, na CEDRO, os processos de intervenção e assessoria nos assentamentos. Esses temas e os problemas que deles derivam são frequentemente relacionados, nas entrevistas realizadas, à formação dos extensionistas. Parte importante da formação dos cooperados da CEDRO se dá nas Ciências Agrárias, com predominância de disciplinas consideradas técnicas. Ter esses profissionais em seu quadro técnico ocorre tanto em função das exigências do contrato do Programa de ATES, como exigência do próprio caráter do trabalho do extensionista, geralmente voltado para a resolução de questões práticas e produtivas. Contudo esse caráter “tecnicista” dos profissionais da CEDRO poderia estar comprometendo a gestão social da intervenção. Os depoimentos tornam essa questão evidente, a ponto de representá-la como um problema a ser enfrentado pela organização. Uma das alternativas gerenciais é a distribuição dos profissionais no NO de modo a buscar um equilíbrio entre extensionistas mais experientes com extensionistas mais novos, como afirma um gestor interno da CEDRO:

**Porque na medida que chegam novos profissionais, com menos experiência as vezes não tem a mesma postura. Então agente procura compor equipes de forma mais equilibrada, gente mais novas com gente mais antiga** (Extensionista A, Agrônomo, Gestor Interno do ATES na CEDRO.).

A “mesma postura” a ser mantida é algo que de imediato nos chama a atenção. Infere-se que a CEDRO tem um perfil desejável para o seu extensionista e busca institucionalizá-lo nas práticas com os assentados. A fala de um extensionista ilustra a preocupação presente com a postura, a conduta e o comportamento do extensionista no processo de intervenção e interação junto aos assentados:

**Não tem como fazer momento de formação pra conduta, porque isso é pessoal. Não dá pra eu te reprimir se você já está acostumado. A intervenção é difícil. Tem um camarada que joga veneno em tudo e quem trabalha por diária com ele não usa uma gota de veneno. É muito complexo** (Extensionista L. Economista Doméstica, NO Campos).

No entanto, percebemos, a partir das observações a campo e da análise das entrevistas, que não há uma orientação homogênea quanto à postura desejada, o que é indicativo de um processo de institucionalização de práticas ainda incipiente na organização. Quando perguntado sobre os valores que orientam a relação do extensionista com os agricultores, houve diferentes e conflitantes respostas. Algumas considerações consi-

deram a confiança entre os sujeitos que se relacionam, a amizade e a sensibilidade fundamentais para que sejam bem recebidos pelos assentados e consigam estabelecer uma boa relação, evitando a imposição de soluções e o estabelecimento de uma interação autoritária:

**Porque não dá pra chegar lá e impor uma situação. É preciso que eles aceitem o que quero ter justiça a eles. (...) Para que o técnico perceba como o assentado enxerga o próprio mundo dele e como o técnico pode interferir para ele possa tirar dali o seu sustento. O técnico tem que ser capaz de entrar na intimidade, saber o que passa no interior do assentado, as suas dúvidas, seus questionamentos. Ele não pode ser apenas ser técnico tem que ser amigo do assentado. Se não conquistar a amizade não aceita assistência** (Extensionista G., Agrônomo, NO Itaperuna)

Nesta fala a representação das relações entre técnicos e assentados é construída tendo como fundamento uma idéia de associação ou sociedade em que ambos são favorecidos. O técnico consegue interferir no trabalho do assentado, resultando na possibilidade de que “ele possa tirar dali o seu sustento”. Ou seja, na sociedade e na ação conjunta ambos ganhariam. Para que isso ocorra, idealiza-se um tipo de relação pessoal em que o técnico torna-se “amigo do assentado”. Essa parece ser um tipo de relação problemática e difícil de ser estabelecida, uma vez que o técnico, embora pertencente a uma cooperativa de prestação de serviços de ATER, também tem que responder a uma relação profissional estabelecida contratualmente com o Estado (mais especificamente com o INCRA), realizando um trabalho de mediação entre o que o INCRA espera (e, por contrato, demanda) do seu trabalho e o que os assentados desejam do mesmo. Uma vez que os desejos, demandas e vontades do INCRA e dos assentados quase sempre não coincidem na prática, o extensionista, imaginado como “técnico-amigo” terá que ter habilidade para administrar as relações estabelecidas com ambos, Estado (INCRA) e agricultores assentados – nesta representação imaginados como indivíduos isolados, de modo coerente com a abordagem diretiva da qual nos fala Rogers (1995) – com os quais seria possível estabelecer relações de amizade.

Por fim, cabe ressaltar, ainda analisando a fala acima, que a afirmação “se não conquistar a amizade não aceita assistência”, imprime um caráter utilitário à “amizade”, ou seja, ela pode se tornar um meio para alcançar determinados fins que são do extensionista; ou podem ser do próprio Estado, expressando-se por meio das demandas do INCRA para o assentamento ou para o próprio processo de intervenção conduzido pela CEDRO. Novamente, nas entrelinhas, revelar-se-ia o caráter paternalista da interação entre técnicos extensionistas e assentados: a “amizade” possibilitaria o canal para a di-

fusão de soluções técnicas aos problemas enfrentados porque possibilitaria a persuasão e a tomada de decisão favorável do assentado à solução ou alternativa proposta pelo “técnico-amigo”.

Não identificamos que a possibilidade de representação das relações entre assentados e extensionistas descrita acima seja a prevalecente nos casos estudados. Ela se apresenta como uma possibilidade que é acionada a depender do contexto e da situação em que ocorrem os processos de interação. Essa conclusão reforça a percepção que há uma baixa institucionalização das concepções e práticas extensionistas na CEDRO. Fato corroborado pelo trecho de uma fala de um extensionista reproduzida a seguir, quando o mesmo trata do tema da “autonomia” do técnico na definição do seu agir junto aos assentados:

**Primeira coisa é a compreensão da autonomia. O profissional que entra na cooperativa ele é bem informado sobre a relação ao exercício autônomo. Nós não temos um patrão que vai falar pra trabalhar assim ou assado. Isso gera um ponto forte, por um lado, e um ponto fraco por outro(...). Todo mundo é cobrado sempre com relação o que se pode fazer para dar diferença na vida das famílias. Ou seja, o que posso fazer no campo, no dia-a-dia nas condições dadas, nessas coisas amarradas, para fazer diferenças nas vidas das famílias** (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATES).

A questão da autonomia dos profissionais torna o trabalho mais complexo, discricionário e torna mais difícil a supervisão e o controle sobre as ações dos cooperados, como também a avaliação do mesmo: afinal, o que deve ser feito e como? Não havendo institucionalização de práticas, a decisão cabe, em cada caso específico, ao extensionista, afinal, quando ele entra na cooperativa, “[...] é bem informado sobre a relação ao exercício autônomo”. Contudo, essa é uma escolha que é feita ao se atuar como cooperativa de trabalho.

Neste sentido, podemos argumentar que a atuação extensionista sob a orientação cooperativista – quanto à organização da ação e aos princípios a que ela está submetida – tem aspectos positivos e negativos ao tipo de trabalho que busca se efetivar. Uma questão importante, surgida entre os próprios cooperados da CEDRO é até que ponto a afinidade com os ideais cooperativistas se internalizam e se institucionalizaram na ação e nas reivindicações dos cooperados?

Relacionado a esse tema um caso, ocorrido na Assembléia Geral Ordinária de 2009, chamou atenção do pesquisador. O caso em discussão era relacionado ao uso e manutenção do automóvel para deslocar os extensionistas em campo. Enquanto uns

reclamavam que o “carro da CEDRO” estava em péssimas condições e constantemente os profissionais tinham que se deslocar a uma mecânica para consertos e reparos, tirando o tempo de estar fazendo assessoria em campo, um cooperado mais experiente esclareceu que o “carro da CEDRO” era também o carro dos próprios cooperados. Ou seja, a questão da autonomia não é um conceito abstrato, mas é fundamento tanto da prática para libertar o trabalhador do jugo do patrão, quanto para conferir co-responsabilidade sobre os recursos e o uso dos equipamentos que os cooperados têm à sua disposição, algo que alguns cooperados talvez não estejam prontos para aceitar e que pode ainda não estar internalizado nos mesmos.

Uma afirmação recorrente nas entrevistas – e que também é um longo debate na questão da ATER – é o compromisso com a reforma agrária, que assume a conceituação de extensionista-militante, estabelecendo um contraponto entre a capacidade social e capacidade técnica da ação extensionista. Fica explícito nas falas que se não há interesse para trabalhar com a reforma agrária, ou seja, ser um extensionista-militante, a insatisfação ocorrerá de uma forma ou de outra. Segundo um extensionista da CEDRO, o imprescindível para atuar como extensionista em assentamento é considerar:

**Primeiro lugar o lado do profissional, ele tem que está convencido de que é importante fazer o trabalho que ele tá querendo fazer. Porque aí ele vai batalhar, no nosso caso de uma cooperativa de técnicos. Quando tem profissional que está convencido o que é preciso trabalhar, ele vai buscar projetos, vai se esforça e vai buscar as outras condições. Segunda coisa é um bom diálogo com os movimentos sociais, você não vai fazer um bom trabalho de assistência técnica se você não dialogar, se você não tem uma interação afinada, não é subserviente, mas entendendo que a questão é maior. Daí já joga pra terceira coisa, que são as parcerias. Ninguém sobrevive, ninguém vai longe se não houver articulação de parceria. Essas três coisas são imprescindíveis** (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATES).

Ou seja, o extensionista-militante não é apenas uma pessoa que cumpre tarefas, ele deve ter uma identidade com a causa que, de acordo com a fala acima, é construída pelos “movimentos sociais” com os quais o extensionista tem que dialogar. Contudo, na realidade, o perfil dos cooperados é variável, como afirma o mesmo entrevistado ao ser perguntado sobre as distintas formas de compreensão e de operacionalização da extensão rural. Assim, destaca que, com certeza, as concepções presentes entre os técnicos da cooperativa são distintas:

**Não é uma linha sem divisões, tem diferentes interpretações sobre o que é fazer extensão rural. Tem gente que acredita que é só cumprir um programa que está no contrato, tem gente que já percebe que é importante de ter convivência com a família e está ali se desdobrando para que o sonho dessas famílias sejam mais facilmente alcançadas. Isso é muito natural em função**

**da escola e da personalidade que o extensionista traz, isso varia** (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATEs).

Novamente a fala confirma que os extensionistas cooperados têm autonomia para definir o modo de trabalho junto aos agricultores assentados. Essa decisão do extensionista é relacionada à sua personalidade e à sua formação. O tema da formação é recorrente, como já chamamos a atenção, e por vezes a ela é direcionada uma crítica que a identifica à formação de profissionais para atuar com um tipo de agricultura e um perfil de agricultor bastante distinto daquele encontrado nos assentamentos. A fala a seguir problematiza essa questão:

**Outro ponto de dificuldade é a própria reflexão dos técnicos de campo, que são os técnicos que as faculdades ou que as escolas agrícolas formam. Não existe técnico extensionista que não tenha passado por uma dessas escolas. Como é que o trabalho pretende dialogar com os pares da academia, com os pares das escolas agrotécnicas, no sentido de apontar onde é que precisa ter mais formação. É um ponto de disputa, formar técnicos para serem subserviente e terem uma carteira assinada na grande propriedade, ou formar os técnicos para serem pró-ativos e terem autonomia numa cooperativa que trabalha pra agricultura familiar? Ou quantas outras possibilidades existe para os profissionais extensionista? Concurseiro para fazer concurso do INCRA e passar pra EMATER. Qual é o papel político da Universidade, a qual projeto político que ela está atendendo?** (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATEs).

A formação universitária geralmente não é relacionada às necessidades da agricultura familiar em geral e do tipo de agricultura presente nos assentamentos rurais. Essa formação é compreendida como a causa das dificuldades profissionais dos cooperados exercerem a autonomia que lhes é possibilitada pela organização em uma cooperativa de prestação de serviços. Este nos parece um diagnóstico correto, corroborado por vários estudos que comprovam a parcialidade ideológica da formação em Ciências Agrárias, de onde se originam boa parte dos extensionistas. É importante também ressaltar que a formação em Ciências Agrárias não é direcionada especificamente à extensão rural. Ao contrário, a formação nas disciplinas da socioeconomia é periférica e geralmente desvinculada da formação técnica (DIAS, 2008).

Outra questão-chave chama a atenção nas falas dos entrevistados: a necessidade de articulação da ação extensionista com outras organizações e o diálogo com os movimentos sociais e as parcerias. A necessidade de interagir com outros atores é compreendida como central para que o processo de ATER se aperfeiçoe, seja dinâmica e cumpra seus objetivos. De acordo com um dos entrevistados:

**A prefeitura é imprescindível. Através das suas secretarias da agricultura, de meio ambiente, de saúde, educação, com seus conselhos, com o conselho**

tutelar... O INCRA, com a questão de fomento, da fiscalização dos técnicos para prestar essa assistência, você tem o próprio INSS com a questão da seguridade social e das aposentadorias os direitos mesmo, se alguém machuca, não consegue trabalhar (Extensionista G, Agrônomo, NO Itaperuna)

Sendo a ATER um processo contínuo, o papel da prefeitura deveria acompanhar o processo de forma independente, não segundo a mudança dos poderes. A CEDRO lida com cerca de 18 prefeituras, as quais variam muito em função das mudanças político-eleitorais. Contudo, são centrais nas decisões organizativas e normativas que viabilizam a ATER (Extensionista L. , Economista Doméstica, NO Campos).

Cada uma delas com sua característica e também oscila de gestão pra gestão. A prefeitura de Casimiro de Abreu, por exemplo, tinha uma baita estrutura de apoio para agricultura familiar, um centro agrícola de pesquisa que era importante e mudou de gestão. Agora o cara está perseguindo a agroecologia, quem quer fazer agroecologia, tem dinheiro pra quem quer usar agrotóxico, então isso varia muito. Agora são parceiros, respondem por obras, infraestrutura, respondem por apoio para comercialização, então tenque ser bem construída essas parcerias para promover o desenvolvimento (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATER).

Estes entrevistados ressaltam principalmente o papel das municipalidades quando são próximas ao trabalho efetivado nos assentamentos, oferecendo apoio às ações do ATER; e, ao contrário, quando passam a representar empecilhos ao trabalho executado nos assentamentos. Destacam principalmente a oscilação na gestão das municipalidades e o vínculo do apoio à ideologia de quem está momentaneamente exercendo a gestão nos municípios. Outro extensionista resalta a falta de responsabilidade das municipalidades, reflexo, de acordo com sua análise, de atitudes político-eleitoreiras e de falta de compromisso com a reforma agrária, mais especificamente com os assentamentos que estão localizados nos espaços municipais, mas não são vistos como responsabilidades das municipalidades.

A ATER passa pelo social e depende de outros atores, como a prefeitura. Então eu vou no campo, identifico o problema, repasso esse problema, na forma de demanda para uma secretaria competente, como a secretaria de promoção social em que o assentamento, é eles que legalmente deveriam dar o respaldo para esse problema e alegam que o assentamento está em área do INCRA e eles não tem nada a ver com área do INCRA, alegam que não tem responsabilidade sobre essas famílias. Eles só consideram que a comunidade faz parte quando a comunidade é obrigada a contribuir com o município e quando é em períodos de eleições. Nesses momentos a comunidade é importante, tem tantas famílias, são tantos votos, temos que ter uma pessoa influente, temos que ter alguém lá dentro que dialogue (Extensionista B Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).

E você pega o processo, ele cai num conjunto de oportunistas que vem falar bonito pra ele, em períodos específicos, ditos democrático, os quais eu não concordo e engana, engana. Às vezes fazem uma maquiagem, vão embora e eles continuam todo mundo na miséria (Extensionista B., Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).

O diagnóstico elaborado pelo entrevistado aponta para a prevalência de uma cultura política do favorecimento informando as relações das municipalidades com os mediadores que estão nos assentamentos. Evidentemente essas relações são prejudiciais ao trabalho extensionista, uma vez que este depende, por exemplo, das relações criadas para possibilitar infraestrutura básica ao desenvolvimento dos assentamentos, mais especificamente: estradas, transporte, educação fundamental, acesso à saúde, dentre outros requisitos, serviços e aparatos públicos que fogem à alçada tanto do INCRA quanto da prestadora de serviços de ATER. A dependência do trabalho extensionista em relação às municipalidades é evidente e ocorre, geralmente, sob as condições precárias descritas pelo entrevistado.

Assim, os papéis atribuídos aos mediadores muitas vezes são confusos e não raro ocorre insatisfação por dificuldade de entender a função dos extensionistas, muitas vezes reforçando laços políticos tradicionalmente estabelecidos. Nas entrevistas, a proximidade dos extensionistas com as lideranças, ao mesmo tempo que facilita a boa comunicação entre as atividades do assentamento e a assessoria da CEDRO, pode abrir brechas para que se confundam os papéis e as responsabilidades, por vezes alimentando a manutenção de atitudes paternalistas e clientelistas, a partir do momento que essas atitudes também fazem parte do histórico de relação entre os agricultores e os mediadores. O depoimento transcrito a seguir é ilustrativo desse diagnóstico:

**[...] a gente tinha um representante lá, o C. , e é o A. é que tinha muito contato com ele, mas o C. estava há muitos anos na associação, mas nada fazia e nossa relação com ele ficou estremeçada por conta de um PRONAF da mulher [linha do PRONAF MULHER] dele. Foi feito no ano que o A. tava, mas não foi feito no banco porque ela estava com restrição. E aí o PRONAF dela tá pronto ali. Só que esse ano todo que a gente procurava o C. ele não tava, ele trabalha fora. E é um camarada que não vem a nós, ele foi acostumado assim, ele não vai, tem que ir até ele. Então a gente meio que decidiu aqui que não é assim que ele tem que ser, não é porque ele quer uma coisa que a agente tem que ir atrás dele. Porque que ele não participa da associação. Porque ele não fazia, porque ele nunca fez. Ele simplesmente abandonou a associação. Terminou o mandato dele, ele não marcou assembléia, não participou nada dele. Ele abandonou, foi lá, entregou a secretaria, falou que não era mais presidente, pronto. Acabou. O A. explicou que não estaria mais lá, que teria outros três técnicos. O que ele fez, ele tem o nosso telefone, mas ligou pro A. O A. liga pra gente pra reclamar: o projeto tá pronto e vocês não fizeram. Então foi uma liderança que atropelou um pouco as coisas. Falar com o gestor, como estava sendo nosso comportamento lá dentro. Ele passou por cima** (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).

A relação de proximidade, revelando laços de amizade, pode, por vezes, ser confundida com uma relação paternalista e clientelística. Assim, existem casos em que há embaraço entre a relação profissional de assessoria e a confiança e a amizade. Como a

cultura política ainda é permeada por relações clientelísticas, em muitos casos, não aceitar um desvio de propósitos, um jeitinho, mesmo que não vislumbre problemas imediatos, pode resultar em “quebra de confiança”, como será abordado à frente, na dualidade que vivem os extensionistas.

Nas entrevistas dos assentados também há uma mistura de sentimentos em relação à sua situação no assentamento e às perspectivas de futuro. Há desde os pessimistas com a situação, aos esperançosos com o futuro. Em Tipity, assentamento com maioria dos lotes em situação de precariedade, como descrito anteriormente, dois dos quatro assentados entrevistados se mostraram bem pessimistas, enquanto os outros dois, ao refletir sobre o passado, se mostraram otimistas. Enquanto os pessimistas afirmaram que os problemas principais são questões internas (venda de lotes, moradia fora, estrutura e condições produtivas), os otimistas afirmaram que são as questões externas (projetos, crédito, fiscalização do INCRA, etc.). Essas distintas percepções são expressas da seguinte maneira:

**Daqui a 15 anos, se continuar assim, vai ficar tudo abandonado. Se continuar a panhar crédito pra casa e empatar lá fora** (Assentado D., Assentado de Tipity).

**Mas, pelo que era e o que é, já mudou muito. Daqui a quinze anos vai tá muito melhor. A dificuldade que meu pai passou pra criar nois era doído. Num tinha nada de bolsa família, projeto pra isso, pra aquilo. Hoje tem tanta coisa. Tem projeto pra leite. O jeito que fui criado e o jeito que crio meus filhos, muitas coisas tem ajudando. Não é que ele era ruim, mas que num tinha condição, antes num tinha nada. Daqui a 15 anos vai melhorar** (Assentada S. Assentada de Tipity)

Importante ressaltar, na fala de S. o destaque que é dado ao Programa Bolsa Família, como elemento externo à situação de assentamento, que nos parece decisiva à construção de uma visão positiva e esperançosa na mudança para melhor. Os tempos melhores que são vislumbrados são relacionados às mudanças na conjuntura política – que vêm afirmando a importância dos programas sociais de redistribuição de renda e garantia de bem-estar à população pobre – mais do que às condições do assentamento e às possibilidades de construir uma vida melhor a partir do acesso à terra.

O processo de construção de uma imagem de futuro ou a construção de projetos de vida a partir do acesso à terra e vida e produção nos assentamentos está, por diversos motivos relacionado ao tema do paternalismo, que, no cotidiano dos assentamentos, parece ser reforçado pela ligação entre assessoria e crédito. Em Tipity os extensionistas são muito receosos sobre o papel da mudança social que ocorre, em função das práticas

arraigadas e a forma de interação que os assentados estabelecem com a terra. As representações sobre os assentados reforçam uma crítica à condução do processo de reforma agrária no assentamento, geralmente tachado de descontínuo, desorganizado e não tendo o acompanhamento das instâncias fiscalizatórias. Como o acesso a projetos em Tipity não é algo novo, as diferentes formas de utilizar o crédito são motivos que diferenciam socialmente os assentados. É também onde o conflito envolvendo os que são considerados “inimigos da reforma agrária” aparece, principalmente porque é comum acreditar que existem motivos escusos e desvio de propósitos no acesso a recursos, por isso os benefícios tendem a acabar.

Dentro desse processo, o papel do extensionista nas relações políticas que são estabelecidas pelas instituições que atuam nos assentamentos mais uma vez se torna, na concepção do extensionista entrevistado e cuja fala é reproduzida a seguir, dúbio, e a dicotomia aparece-lhe de forma intransponível.

**Ficamos num beco sem saída, numa dualidade muito grande, ou a concepção de honestidade ou a concepção de assistencialismo e corda frouxa. O pior de tudo é fazer vista grossa, porque te compromete. Aqui é cheio de corrupção. Tudo cheio de corrupção. O projeto que veio da [...] <sup>122</sup>pra beneficiar agricultores, só pegou na Tipity que deu um contrapartida [suborno] para o pessoal da [...]. Os caras putos pra reclamar, eu falei: falar pra mim não adianta. Quanto falamos para denunciar: você assina mandamos com para o ministério público, eles não denunciam. Eu não vou fazer denuncia, eu não vi! Não posso me comprometer sem ter certeza** (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).

Há várias questões em jogo. A denúncia de irregularidades pode significar um risco ao denunciante. Além disso, denunciar significa inviabilizar o trabalho extensionista, uma vez que a corrupção é sistêmica e parece contar com a impunidade. O que deve fazer o extensionista em um ambiente cuja cultura política é baseada em valores que tendem a reproduzir as atividades ilícitas e de cunho clientelista? A dúvida existe porque há os assentados que, alheios às ilicitudes, demandam o trabalho de mediação dos extensionistas. Dessa forma, a confusão de papéis é inevitável. Até onde vai a ação de cada uma das organizações envolvidas no assentamento. O que é competência da prestadora de serviços de ATEs? Para cada um dos envolvidos, a julgar por sua posição nas relações e seus interesses no processo, são construídas representações distintas acerca do papel da prestadora de serviços de ATEs. É a prestadora uma representante do

---

<sup>122</sup> Embora o entrevistado cite o nome da organização que supostamente está envolvida em uma ação ilícita optamos por ocultá-la, visto que a citação envolve uma denúncia e não houve apuração e julgamento do caso.

INCRA no assentamento? Deve se envolver nos trâmites que deveriam ser gerenciados pelo INCRA? Uma vez que esses processos não são normatizados ou a normatização não é efetivada por incapacidade das organizações, qual o comportamento desejável dos agentes mediadores que se encontram nessa situação? O “beco sem saída” se expressa muitas vezes como imobilidade ou incapacidade para realizar qualquer tipo de trabalho de extensão rural nos assentamentos.

Para um entrevistado, o INCRA é o principal responsável por essa situação. Para ele, o papel da CEDRO deveria ser mais bem valorizado na relação estabelecida com o INCRA. Quando o trabalho não é realizado, seja por “falta de perna” ou por omissão proposital diante de situações estruturais que impedem a ação, entende que a responsabilidade é do INCRA, a partir do momento que o extensionista já teria realizado seu papel, conforme se afirma no trecho de uma entrevista reproduzido abaixo:

**Na minha opinião o INCRA é um dos grandes responsáveis, pois o Incra não assume a postura de fiscalização. Eles tiveram aqui e cobramos a fiscalização e eles não fiscalizava. O INCRA precisa saber se os assentados estão ou não pagando dinheiro na função certa, os recursos e punir aqueles que não estão, se não fizer isso não adianta. Aí um deles falou que fazem isso, o outro falou que o INCRA não tem perna** (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)

**Nosso trabalho facilitou muito o trabalho do INCRA. Você vai no lote do sujeito levanta tudo da vida do sujeito, o que produz, pegou crédito, RB [Relação de Beneficiários], habitação, casa, saúde, se construiu se reformou, e é isso que precisa, disso, daquilo, é só os caras lerem, pronto distribuiu, entre essas pessoas está assim, assim assado. Mas não, a gente manda o papel e o papel vai pra gaveta, só pode ser, porque você não tem resposta! aí você se queima porque esta na ponta, você chega e o agricultor diz: você já tá aqui de novo, não agüento mais isso** (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)

No Programa de ATES há um processo de terceirização da prestação de serviços de extensão rural, em que o Estado age apenas como regulador do processo e fiscalizador do cumprimento dos convênios. Em uma situação de assentamento esse papel torna-se mais complexo, uma vez que o próprio Estado (por meio do INCRA) deveria garantir as condições infraestruturais mínimas e cumprir os requisitos burocráticos previstos para o desenvolvimento dos assentamentos. A partir dessa base material, a extensão rural pudesse assumir de fato seu papel. Na “ausência de pernas” ou “omissão” do INCRA gera-se o conflito sobre as responsabilidades das falhas ou da não realização de atividades, tarefas ou objetivos previamente estabelecidos.

O relato abaixo segue a mesma linha de raciocínio, porém amplia o rol das demandas não cumpridas pelas instituições que devem responder por ações que influenci-

am na ATER em assentamentos. Quando perguntada sobre os desafios da ATER, a profissional afirma que:

**A assistência técnica ao meu ver deve ser continuada, Não somente por um ou dois anos mas, durante um bom período. Normalmente quando a assistência começa a acontecer após alguns anos de isolamento dos agricultores, as atividades param. Os desafios da ATER começam no INCRA que demora muitos anos para prestar este serviço, e quando acontece começam criar barreiras como DAPS, documentos necessários aos agricultores, regularização dos assentados demoram anos. Os assentamentos estão precários, sem licenciamento ambiental não tem PRONAF, nem custeio, nem habitação, nem DAP, nem nada. Estão parados, e se as prefeituras dos municípios não fazem reparos nas estradas dos assentamentos, não mandam tratores e subsídios para os agricultores plantarem, a reforma agrária não funciona. A Ates tem que ser concreta! O INCRA deve estar mais presente nos assentamentos, fiscalizando os lotes, selecionando os agricultores que compraram lotes, organizando as associações. E não sendo um entrave a reforma agrária Ouvimos dizer muito pelos próprios agricultores, a maioria insatisfeita que se soubesse que o INCRA fosse assim nunca teria entrado para um assentamento** (Extensionista B, Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)

A resposta é um desabafo direcionado à burocracia das instituições que deveriam responder pelas ações nos assentamentos. Mais uma vez o elemento problematizador não é um ator, mas o conjunto de atores e instituições que deveriam estar atuando em sinergia para garantir uma ATER de qualidade nos assentamentos. Ao mesmo tempo, a reclamação da profissional chama atenção porque nem os agricultores, nem a CEDRO tem responsabilidade sobre a falta de compromisso dos entes públicos. Os desafios da ATER ficam restritos a inércia e burocracia do aparato público, e o papel e o protagonismo dos atores que estão no dia-a-dia do assentamento não aparece.

A representação que os extensionistas fazem dos assentados e da forma como as questões são resolvidas remete aos casos de regiões “sem lei” e ausência do Estado. Essa sensação pode ser ilustrada com o caso da falta de continuidade do processo que é desencadeado com a vistoria do lote. O cumprimento das etapas desse processo de vistoria possibilita a aquisição de crédito para os assentados e a chegada dos investimentos previstos nas normativas do INCRA. Parte importante dos conflitos entre o tempo dos assentados, da prestadora de serviços de extensão rural e da burocracia do INCRA é gerado pelo descumprimento dos papéis que são atribuídos a este, influenciando negativamente na intervenção.

As várias atribuições dos distintos atores envolvidos no assentamento são, em todo momento, elementos que dificultam a criação de relações de confiança. O ambiente extremamente normatizado do processo de mediação é, ao mesmo, tempo um facilitador

e uma barreira à execução das ações de extensão rural, conforme problematizado por um dos extensionistas:

**Outra dificuldade grande é da própria natureza da comunicação. Você fazer um acordo, assumir um compromisso com o próprio agricultor e de repente isso volta, na hora que muda os interesses. Passamos por algumas situações desta. Liberar o PRONAF numa época que a DAP era assinada pelo técnico, pela associação e pelo INCRA. O INCRA só assinava quando a assistência técnica assinava, e a assistência só assinava a DAP quando os agricultores assinavam. Então agente criou critérios, critérios claros com relação ao o que é agricultor familiar, o que tem que ser atendido. E na hora que agente foi ver, para a aplicação dos critérios estavam cheios de distorções, e aí você vê que os interesses maiores e às vezes até escusos levavam o cara a não cumprir o que ele tinha colocado que ia fazer. Essas situações são inerentes ao trabalho, você tem que ter firmeza para não vilanizar, achar que é um vilão e lidar com isso para que as pessoas se superem. Tanto os técnicos quanto os agricultores (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATES).**

Assim, a dualidade do trabalho do extensionista, seja educativo, seja fiscalizatório, fica evidente, deixando o extensionista em uma situação constrangedora:

**Tem coisas que não são relatadas, mas você vê. Essa semana o cara estava abrindo com trator dentro uma área em de APP abrindo um poço enorme pra criar peixe. Fui conversar imediatamente. Ele disse: minha área só tem pedra, eu vivo disso, se eu não puder abrir um poço como ou vou me sustentar minha família, tenho três filhos. Eu falei pra ele: se uma pessoa tem problema com você e resolver denunciar o IBAMA e o INEA, ele vem em cima de você. Você não vai poder dizer que não te falei, pois o INEA vai querer saber quem é o extensionista, vai em cima de mim e vou falar que te avisei (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).**

Para o extensionista a denúncia implica risco à sua própria vida, uma vez que não há garantia institucionais à sua segurança. Novamente ele busca as causas do problema vivenciado e encontra na ineficiência do órgão público a resposta para a situação difícil que é legada aos prestadores de extensão rural. Ao não cumprir “sua parte” no processo ou ao cumpri-la de modo inadequado, o INCRA estabelece as barreiras para que o trabalho do extensionista tenha alguma efetividade. Pior, o INCRA, para os assentados, torna-se, normalmente, um ente ausente. É o extensionista que tem que enfrentar o problema junto aos assentados, como descreve o exemplo a seguir:

**O cara enquanto técnico não quer tomar postura do problema. Isso é algo que temos que discutir na CEDRO. Pra nós, sempre ficamos em uma situação muito complicada. Você vai expor sua vida e fica a mercê da violência. O INCRA faz a besteira e nem aí fica, e o problema sobra pra nós. O parcelamento em Santo Amaro ocorreu problema e acabou que duas famílias ficaram sem lote, os dois lotes sumiram por questões ambientais e as famílias não querem ir embora. Olha a nossa situação (Extensionista B., Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).**

A representação que os extensionista revelam sobre os assentados, no caso de um assentamento antigo como Tipity, corrobora para contradição identificada entre “dar

liberdade” para a escolha dos assentados e, ao mesmo tempo, abrir oportunidades de direcionar a intervenção segundo as premissas da política pública. Os depoimentos a seguir são emblemáticos desse tipo de representação:

**Por exemplo, o trabalho com agroecologia é um trabalho fantástico. Muitos de nossos agricultores têm uma resistência enorme, mas não é totalmente culpa deles, eles foram criados, trabalhados nesse modelo e eles só conheceram esse modelo. Que pra você ter produção você precisava utilizar altas quantidade de produtos químicos, de agrotóxicos, de adubos fertilizante e aquela lavoura bonita, é a qual não tem mato. Que valoriza a monocultura, porque você vai ter mais planta por área pra produção. Então esses agricultores foram moldados dentro desse modelo** (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).

A agroecologia é idealizada como alternativa à “agricultura convencional” praticada pelos assentados, ressaltando-se que “não é totalmente culpa deles” o fato de tentarem a reprodução socioeconômica a partir de um modelo de agricultura julgado insustentável devido ao consumo de insumos e agrotóxicos. Terem sido “moldados” pelo modelo dominante que representa, para o extensionista um desafio ao trabalho com a ATES, que propõe uma alternativa. Esse desafio é por vezes representado como um trabalho que tem resultado incerto dado apego dos assentados às técnicas convencionais ou costumeiras. A fala a seguir é um exemplo dessa visão construída pelos técnicos:

**Muitas técnicas utilizadas na agroecologia são muito simples As técnicas não são costume, não é tradicional, não é tradicional o consórcio de mandioca, feijão e milho. Mesmo não sendo tradicional, vamos tentar. Não, aqui a gente não tenta. Enquanto outras comunidades experimentaram e tiveram excelentes resultados. Aqui é aquele camarada que não quer mudar. Aquele camarada que produziu 2, 3 litros de leite, no máximo. Só o trabalho que ele tá tendo com a vaca não paga o leite ai você fala: poxa, mas tem o esterco, mas o esterco ele não utiliza, pois não acredita que isso vai trazer benefício pra lavoura dele** (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)

A fala revela um quê de resignação, remetendo ao contexto das crenças cristalizadas nas representações dos assentados acerca da produção e de sua capacidade de mudá-la. Essa cristalização de crenças nas práticas costumeiras é, de fato, um empecilho à mudança, identificando-se também um forte apego dos assentados às possibilidades de resultados imediatos, o que a agroecologia, defendem os técnicos, não possibilita. Mais uma vez se explicitam as distintas concepções entre mediados e mediadores e as diferentes expectativas quanto ao tempo necessário às mudanças e ao aparecimento dos resultados. Para o técnico, com a adesão à agroecologia, os resultados viriam “aos poucos”. Resultados parcos e ações lentas também são os que possibilitam o INCRA, que responde às demandas do tempo da administração pública e de sua burocracia. O técni-

co constrói uma representação de que os assentados deveriam ser mais pacientes com as possibilidades de resultados, afinal essa é uma demanda da agroecologia.

**Hoje a agroecologia mostra que pode reverter o processo, mas reverter o processo leva tempo. Daí o fato CEDRO trabalhar com transição agroecologia. Muitos agricultores não acreditam porque acham que o processo é o seguinte, vou trabalhar com agroecologia e daqui a três meses eu quero resultado. Eles não entendem ou não querem aceitar, tem resistência a aceitar porque a agroecologia é um processo, uma transição. Eu tenho que modificar meu ambiente, para que meu ambiente me responda, mostrar resultados positivos, que eu quero, aos poucos, eu tenho que diversificar minha lavoura para refletir no meu ambiente. A minha lavoura principal é cana, beleza, mas eu preciso comer. Eu como o milho o feijão e o arroz. Produtos que eu poderia produzir consorciados com a cana, mais não, eu planto só cana e quando colho a cana uma vez por ano eu compro no supermercado feijão, milho e arroz (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).**

Enfatiza-se que o trabalho realizado pela CEDRO não é difusionista, afirma a idéia de que não se trata de levar aos assentados “pacotes agroecológicos”. Contudo, mesmo essas premissas da política são internalizados pelos extensionistas de formas diferentes, reflexo de sua formação e experiências, como explicita o depoimento a seguir:

**E é interessante ver como é difícil se fazer a internalização dos princípios da agroecologia. Não é todo colega que está convencido. Embora seja institucional, embora o Manual de ATES aponte para fazer o compromisso com transição pra agroecologia. Os colegas alegam o seguinte: a gente não vai fazer a transição pra agroecologia do vazio. Porque é um dos próprios princípios da agroecologia. Se a agricultor não demandar por esse tipo de apoio, a gente não vai ficar cutucando: vem pra cá, vamos fazer esse trabalho. Então a gente chega e vai fazer o que houver demanda. Então até o momento a gente tem trabalhado assim e com alguns poucos resultados, em alguns Núcleos tem tido mais resultado do que outros (Extensionista A. , Agrônomo e Gestor Interno do ATES).**

Como discutimos anteriormente a essência de um trabalho de intervenção é o cumprimento de um objetivo que está na “fonte” (nas palavras de CASTRO, 2003) ou na instituição que quer realizar algo que considera desejável para a sociedade como um todo, isto é, o realizável por meio da intervenção justifica-se por ser um “bem-comum”. No caso do Serviço de ATES, de modo coerente com a PNATER, o bem-comum é representado pela promoção de um modelo de desenvolvimento rural baseado na noção de *transição agroecológica*. Na fala do entrevistado fica explícito que trabalhar com as demandas dos assentados restringe o trabalho com agroecologia à medida que não é isso que os assentados querem trabalhar. Podemos inferir que a própria política de ATES, em sua essência, é contraditória, ao direcionar à afirmação de um modelo de desenvolvimento e co-gestionar o processo, terceirizando-o, a intervenção assume um caráter dissimulado e seus objetivos se tornam ambíguos.

### **5.3. Entre o pensado e o concebido no programa de ATES: limites da ação extensionista**

A questão da organização fundiária se apresenta ainda como um dos grandes impasses em muitos assentamentos, como no caso de Tipity, ao abordar o tema das políticas relacionadas à reforma agrária o extensionista afirma que:

**Ele não cumpre em nada o que queremos. Na verdade você observa que o modelo de reforma agrária que temos, na essência, ele não cumpre o seu papel. Por exemplo, distribuição de terra. Hoje mesmo foi o caso que um fazendeiro, advogado, que detém mais 20 lotes dentro da fazenda, que foi desapropriado desde 1992 e entregue às famílias. E que esse cidadão utiliza de artifícios ilícitos, como laranjas, e etc. pra tomar conta daqueles lotes pra ele, que utiliza como pastagens. E [...]a partir do momento que não tem estrutura, não tendo perna pra acompanhar as poucas visitas que fazem ao assentamento. [...] tomam conhecimento disso, mas nada fazem. E isso é muito complicado (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).**

Apesar dessa situação ter sido encontrada de forma pontual e não generalizada nas entrevistas, ela é importante para avaliar até que ponto os objetivos da chamada política de reforma agrária estão sendo cumpridos. Se nem a questão da organização e distribuição fundiária é resolvida, como solucionar questões ainda mais complexas, como fomentar processos educativos que conduzam a práticas emancipatórias e ambientalmente sustentáveis. Como pensar em sustentabilidade e permanência na área rural se existem necessidades básicas que não estão sendo atendidas e famílias assentadas que não têm sequer um hectare para o plantio, indicando grave insegurança e falta de autonomia alimentar.

Outro extensionista, ao ser perguntado sobre os desafios da ATES, relaciona com a política de reforma agrária como um todo:

**Na minha opinião o modelo de reforma agrária em curso precisa de mudanças urgentes que tornem o processo de implantação dos assentamentos mais rápido e efetivo. Um programa como a Ates tem que estar em sinergia com diferentes atores sociais públicos e privados, internos e externos, para que sua contribuição potencial se torne concreta, o que é bastante difícil. Os desafios mais importantes são: compatibilizar as agendas e agilizar ações do INCRA com as necessidades dos assentados; disponibilizar meios para que a assessoria técnica e política da CEDRO venha ao encontro dos anseios dos assentados (transição agroecológica, troca de experiências, redes de ATER, processamento da produção); facilitar o acesso as diferentes e importantes políticas públicas existentes como o PAA<sup>123</sup>, PNAE<sup>124</sup> – comercialização,**

---

<sup>123</sup> Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

<sup>124</sup> Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**PRONAF – produção, educação e saúde no campo - social, licenças ambientais, agrofloresta – ambiental, etc.; implantar um programa de formação de lideranças capaz de melhorar a organização dos assentamentos** (Extensionista N, Agrônomo, ex-diretor da CEDRO).

A afirmação do profissional evidencia que é apenas pelo conjunto de elementos que se sustenta a reforma agrária e o programa de ATES que é possível “disponibilizar meios para que a assessoria da CEDRO venha ao encontro dos anseios dos assentados”. Neste sentido, enquanto a esfera de atuação estatal da ATES se restringir a medidas pontuais, é inerente a distância entre proposta e ação dos extensionistas e necessidades dos assentados. Esse trecho chama atenção pela magnitude dos elementos que compõe e estão plasmados em um processo de ATER que seja pleno e amplo.

Já outra profissional chama atenção para o principal responsável público pela política do Programa ATES, o INCRA. É a partir da ineficiência e da falta de integração intersetorial, alegadas pela entrevistada como características do órgão público, que a entidade não atende aos requisitos mínimos de sua responsabilidade.

**A incerteza de continuidade no processo de assessoria (no caso da CEDRO que trabalha por meio de contrato). Vivemos [a CEDRO] na corda bamba no que diz respeito repasse de recursos. Quando não tem dinheiro, todo o trabalho é prejudicado e logo não se resolve nada! Obviamente quem sai perdendo nisso são os agricultores/as, pois o trabalho para. Além da burocracia por parte do INCRA, os setores da SR7<sup>125</sup>, no caso RJ, não são interligados. Por exemplo: todo o mês é enviado o relatório onde são apresentadas demandas que dependem exclusivamente de determinados setores do INCRA pra que sejam atendidas, tais como: DAP para financiamento de PRONAF, crédito reforma da habitação ou problemas de irregularidade nos nomes de titulares de lote. Todos esses pequenos exemplos necessitam que as informações sejam acionadas em setores específicos da SR, isso não acontece!!! Os processos ocorrem de forma muito lenta. Os técnicos ficam engessados na resolução dos problemas** (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).

Mais uma vez, à medida que o INCRA é ineficiente, a necessidade de dar respostas aos assentados e, inclusive, de buscar solução aos problemas recai sobre os extensionistas e os problemas em si, ficam com os assentados. Chama atenção, na maioria das respostas ao questionário, duas contradições que remetem à formulação da política (seu desenho institucional e a alternativa escolhida para viabilizar ATER aos assentamentos) e à sua implementação, compreendido como a fase da política em que as ações pensadas na formulação devem ser operacionalizadas (LOBATO, 2006). Primeiro, a carga de atribuições, as responsabilidades assumidas e o reconhecimento do trabalho dos extensionistas convivem, ao mesmo tempo, com as atribuições decorrentes do tipo

---

<sup>125</sup> SR7 é Superintendência nº 7 do INCRA, localizada no estado do Rio de Janeiro.

de vínculo que caracteriza os contratos de prestação de serviço em um ambiente de terceirização do serviço de ATEs. Essas adversidades se expressam principalmente em relação à instabilidade do tipo de contrato (e o arranjo institucional para efetivá-los) que as prestadoras têm com INCRA. Esse fato se desdobra, no caso em análise, em problemas operacionais para repasse de recursos do INCRA para a CEDRO que, constantemente, implica atrasos no pagamento de salários aos extensionistas. O processo de implementação demonstra de modo evidente que o pensado na formulação encontra limites de operacionalização que causam enorme desestímulo aos profissionais, que buscam no reconhecimento de seu trabalho, na lealdade à causa da reforma agrária e na militância pela viabilização dos assentamentos motivos para continuar trabalhando.

Segundo, o papel-chave que deveria ser desempenhado pelo INCRA para viabilizar as etapas que precedem e que são fundamentais à realização de um trabalho de assessoria técnica, social e ambiental do modo como foi imaginado na política de extensão rural que busca se institucionalizar por meio do ATEs. Ao não “realizar sua parte” o INCRA emperra ou impossibilita o trabalho extensionista. A ação dos extensionistas da CEDRO é – em diversas situações, observadas na pesquisa de campo e expressas nas entrevistas – limitado pela ação do INCRA e, o que também comum, pela sua inatividade. Mesmo o INCRA sendo uma instituição plural, com conflitos internos, a responsabilidade de estar fiscalizando, cobrando e dando exemplo nos acordos que faz desestimula uma ação programática por parte dos extensionistas e de suas instituições. À medida que o INCRA emperra o trabalho, seja por falta de organização, seja por vontade (ou falta de vontade) política, como no caso os procedimentos para acessar créditos, a culpa recai nos extensionistas, vistos, pelos assentados, como uma continuidade da instituição INCRA.

A união do crédito ao processo de ATER sempre foi estabelecida de forma intrínseca, sem que houvesse reflexão sobre as dinâmicas e condicionamentos que provocam esta associação. Como ressaltado anteriormente, são atividades que sempre se complementaram, contudo os desdobramentos desta prática conduzem a um processo que muitas vezes fica centrado de forma mecânica, sem considerar as conseqüências que podem provocar esta dinâmica, por vezes se traduzindo em uma relação que pode aparelhar e mercantilizar os objetivos de uma ação educadora. Dessa maneira, essa dinâmica pode acabar por trazer condicionantes sobre o processo de ATEs, em forma de uma relação de consumo, somente destinada a fins, sem reflexo sobre o processo e as

causas desta complementaridade. Ao ligar o crédito a ATER, o extensionista pode acabar reforçando sua atitude paternalista, colocando-o como a fonte do saber, e o agricultor como ignorante, alienado e consumista. Esse dilema fica evidente na fala a seguir:

**Então esse modelo que está relacionado com política de extensão rural, e técnicos que estão só na política de crédito. São técnicos que não acompanham, só fazer crédito e não tem compromisso. É um pessoal que não assiste a aplicação dos créditos no meio das famílias. Acham que o crédito é pontual, é fechado. Ele não vê aquele recurso é pra ser aplicado no conjunto da agricultura familiar. O projeto é pra coco e direciona somente ao coco, mas poderia aplicar em outras lavouras (Extensionista B. Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos).**

**Essa é a política de crédito. Essa política de crédito é errada. Não existe um acompanhamento profissional. Antes de você vai pegar um recurso, então vamos fazer uma capacitação mínima de gerência de recursos. Pra você se tornar uma pessoa minimamente capaz de administrar o dinheiro que chega, administrar seu recurso e o seu crédito. Tem agricultor que pega um crédito e para investir na lavoura e depois de 1 ciclo ou 2 ele precisa pegar outro crédito pagar o primeiro. Porque ele não conseguiu se reestruturar com o que ele pegou aí ele tem que pegar um atrás do outro e aí é dependência, o assistencialismo Eu preciso disso eu preciso daquilo, tudo isso é muito complexo. Aí são valores vão se misturando (Extensionista B., Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)**

Assim, a confusão de papéis sempre é uma dificuldade recorrente, reflexo das diferentes concepções de intervenção das fontes (extensionistas e suas instituições), das características dos assentados e dos momentos do assentamento. Garantir que se tenha recursos para o crédito é só primeiro passo na criação de uma dinâmica de crédito ligada a ATER. É necessário planejar, capacitar e projetar o uso e o pagamento do crédito, não apenas para esse ou aquele produto, mas no conjunto da dinâmica daquela família. O crédito não pode ser entendido como um recurso livre e individual, é um recurso coletivo e público, sua aplicação demanda o mínimo de gerenciamento e deve, além de fortalecer a família e os desejos produtivos, sociais, econômicos de seus entes, ser considerado como bem comum, para a melhoria social como um todo.

Ao confrontar as demandas do dia-a-dia com o que as normas, manuais e acordos pregam, e a partir de que elementos que essa concepção de intervenção se sustenta, as contradições e as aparências ficam mais explícitas, sobretudo porque a política, apesar de ter se tornado lei, não se institucionalizou como prática. Quando perguntado ao extensionista sobre os desafios do Programa ATES, a crítica sobre o funcionamento e a legitimidade da intervenção, em sua forma estrutural é transcrita a seguir:

**Os principais desafios para uma política de ATER/ATES sólida e com fundo transformador, para ressaltar é garantir, em seu conjunto, o reconhecimento da prática extensionista como política estrutural e estruturante, de caráter público, com garantias previstas na constituição e na esfera dos poderes mu-**

nicipais e estaduais. Os desafios se dão para uma real efetivação da ATES quando se visa reconhecê-la como política de interesse difuso, para além da propriedade, do assentamento ou do interesse local, mas com fundo na transformação das condições materiais, econômicas e sociais de nossa sociedade. É, sobretudo reconhecer a trajetória de luta dos trabalhadores, a reforma agrária. Deve-se, também se compreender que estes desafios não podem apresentar a ATES como política de compensação, ou programa de mitigação de “passivos sociais” não solucionados como gosta o Banco Mundial, mas uma estratégia de reorganização autônoma da economia agrícola familiar, com protagonismo social, procurando inserir a agricultura familiar/camponesa como conteúdo estratégico das políticas estruturais. E construir uma proposta de “impacto”, em particular na condição de política pública, como a ATES é procurar equacionar a dicotomia qualidade x quantidade, [...] A rotina atual do Plano de Ação – o principal instrumento da ação – mais parece um “Plano de Metas”, com fundo muito mais governamental, de dar visibilidade a uma proposta “socialmente responsável” no âmbito público, do que, de fato uma política de superação das condições precárias e limitantes da atual organização dos assentamentos. Enfim, é uma busca quase que numérica – pela quantidade – afinal a permanência das equipes técnicas em campo e no campo é garantida se o trabalho de assessoria atingir “pisos mínimos” definidos em meta, no plano de ação. Caso contrário, os recursos de custeio são suspensos. É necessário, portanto inserir o aspecto “qualidade” nos trabalhos, rompendo uma “amarra” do tempo e das metas. O sentido dialógico das abordagens participativas do qual tanto se fala e tanto se reproduz teria mais significado prático e coerência entre ação e reflexão, teoria e prática, se a ação problematizadora dos trabalhos previstos na ATES tivessem como diretriz central o entendimento das particularidades culturais, históricas e geográficas de cada local, o contexto, os atores e as disputas, as relações e contradições, as subjetividades, as vontades, sonhos e percepções das famílias, enfim, um trabalho mais intenso com o lugar e com o vivido. Precisamos de mais etnografias (Extensionista E, Engenheiro Ambiental, Equipe PDA/PRA.).

O aspecto qualidade, tão enfatizado pelo extensionista, fica na subjetividade das avaliações. O “plano de metas” ao invés de ser um documento que viabilize e legitime a ação, passa a ser encarado de forma quantitativa, mercadológica e punitiva. Diferentemente de uma proposta ampla de ATER, que contemple todas as dimensões da intervenção, a ATES passa a ser como qualquer outra política apoiada na eficiência quantitativa e no conjunto de dados positivos apresentados, distante da realidade do dia-a-dia dos extensionistas. Essa questão da quantidade influencia diretamente em conseguir cumprir as metas de qualquer maneira, não importando a qualidade da intervenção. Deixam de ser apenas uma visita, para ser três, mas a forma de fazer a visita, com o preenchimento da ficha não muda. Enfim, a busca por aperfeiçoar o trabalho fica ausente, só aparece o maximizar.

A questão que envolve até “onde” vai o extensionista, o poder municipal, estadual ou federal, assim como as obrigações e deveres dos assentados é um tema recorrente na complexa dinâmica da ATER nos assentamentos. Neste sentido é a municipalidade que está mais perto dos assentados e responde por uma série de demandas, seja por serviços e direitos básicos, seja por ceder equipamentos, por obras ou por políticas públi-

cas. Enquanto a ATER ficar no âmbito de um programa nacional, que dialoga precariamente com o poder estadual (somente a partir dos conselhos de desenvolvimento rural, ou de programas pontuais) e não se instalar definitivamente nas agendas municipais, dificilmente a proposta do Programa de ATEs terá respaldo e legitimidade nos poderes locais, especialmente em relação às municipalidades. Essa questão fica evidente na crítica da extensionista reproduzida abaixo.

**Primeiro acho que dentro da ATEs existe confusões de papéis. Ora agente sabe que é nosso papel e hora é papel do INCRA. Para os agricultores mais parceiros eles entendem melhor qual é nosso papel. Tô falando isso porque tivemos uma avaliação com os agricultores em que deixamos claro até aonde a CEDRO pode ir até a onde o INCRA vai, até a onde a prefeitura vai. O município não tem dimensão, agente faz parceria, mas eles não sabem o que a dimensão do nosso trabalho. Você vai em assentamentos em que a situação é precário. Fui na secretaria de inserção social e eles não respondem, até um programa básico como o bolsa família eles sabem mexer com isso, não tem acesso. Porque fora o trabalho de ates, fora esse trabalho de estimular horta no quintal, a pessoa precisa saber quais são as necessidade básicas, se não, não dá pra mudar nada (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).**

A partir dos trabalhos da CEDRO, pode-se dizer que, apesar de a agroecologia, e principalmente a “transição agroecológica”, ser um objetivo da política, da forma como é acionada e devido às condições estruturais em que ocorre o Serviço de ATEs, ela não se materializa na totalidade da intervenção. Isso ocorre pois a combinação de atuar por demanda e seguindo um modelo é um trabalho tácito e complexo, que envolve sensibilidade e experiência ao confrontar a teoria pensada com a realidade concreta. O trecho abaixo explicita as dificuldades de conduzir mudanças, sobretudo quando o que é dito não encontra meios para ser operacionalizado. O que é colocado como meta não é inter-nalizado pelos assentados e, algumas vezes, nem pelo extensionista.

**Pouco estimulamos agroecologia. Essa semana estava visitando uma agricultora e falei: você usa veneno ela disse que não usa nada. Mas isso a gente não faz. Ficamos pensando fazer o levantamento produtivo, mas estamos pouco atentos a saber se estão fazendo agroecologia. Acho que num assentamento novo é mais fácil, mas Tipity é muito difícil, eles já eram agricultores e o pacote já tá na cabeça deles (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).**

**Dentro da CEDRO temos técnicos que tiveram a formação convencional, não tem essa base de pensamento agroecológico e de vez em quando gera alguns desconfortos [...] Acho que na maior parte a galera é sensível, trabalha com cuidado (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).**

**Na verdade tem valores pessoais, tem valores que a CEDRO prega. Imagina você vender um peixe, ou uma coisa que você não acredita. A CEDRO trabalha você levar o desenvolvimento sustentável, com agroecologia. Mas nem sempre você consegue trabalhar com isso porque o cara tá moldado. É difícil trabalhar com isso. Mas o que foi falado sobre o respeito, isso depende**

**muito do profissional. Essa coisa de valor é ter a sensibilidade, ver como é que chega. Nem sempre você prega o que a CEDRO acredita porque você fica amarrado a realidade** (Extensionista L. ., Economista Doméstica, NO Campos).

**E é assim, o próprio modelo de contrato é assim, ele te deixa engessado, você tem que cumprir metas, e portanto tem dificuldades no trabalho. A gente pouco discute e pouco prega agroecologia. Quase nada. Por exemplo: Tipity, temos mais de 250 famílias, é um assentamento enorme e tem e apenas um camarada que trabalha agroecologia. No dia-a-dia você não tem tempo para conversar com ele, ficar dialogando um dia inteiro, porque o assentamento tem tantas demandas que você não pode ficar se dedicando só a ele** (Extensionista B Licenciado em Ciências Agrárias, NO Campos)

Neste sentido, existe uma contradição inerente ao que é projetado na política e o que é possível de ser realizado. Ao se propor um caminho, como a agroecologia, e não uma receita ou um dogma, o extensionista, assim como o grupo com o qual atua (teoricamente de forma interdisciplinar), precisam estar atentos às dificuldades que a realidade impõe, seja pela quantidade de extensionistas por agricultor, seja pelo tipo de formação do extensionista, seja pela cultura dos assentados e as condições institucionais para a realização do trabalho. Em uma situação em que as demandas dos agricultores e extensionistas coincidem, torna-se possível estabelecer processos dialogados de mudança social o trabalho extensionista assume o caráter de um processo de aprendizado, com impactos positivos para os agricultores e para os extensionistas e suas organizações. Contudo, essa realidade está distante do dia-a-dia dos extensionistas e da realidade dos assentados analisados.

Atuar em situações de incerteza institucional onde predominam contradições acerca das orientações acerca de intervenção exige dos extensionistas preparo para enfrentar as situações que tornam ainda mais presentes as cobranças quanto aos resultados de seu trabalho. Este se torna mais desgastante em contextos como os dois assentamentos estudados, onde o trabalho possibilitado pelas condições institucionais do Serviço de ATEs e pela infraestrutura dos assentamentos é limitado ao que pode ser feito e não ao que possibilitaria o potencial da organização prestadora de serviços e de seus profissionais.

Para finalizar a análise do trabalho nos dois assentamentos, apresenta-se o resultado de um trabalho de avaliação feito pela CEDRO, no ano de 2009, que contou com a participação de oito profissionais da cooperativa. As avaliações e o resgate histórico da CEDRO são temas recorrente nas atividades da cooperativa. Neste caso, ao final do

trabalho, foi elaborada uma matriz<sup>126</sup> em que constam quatro “campos de atenção” sobre o trabalho da CEDRO na ATES no estado do Rio de Janeiro. Os campos de atenção são uma referência às necessidades de aperfeiçoamento das ações extensionistas desenvolvidas pela CEDRO no âmbito do Programa de ATES.

Quadro 6. Síntese da Avaliação com a Equipe ATES/CEDRO (2009).

<p style="text-align: center;"><b>PROFISSIONAL/INDIVIDUAL</b></p> <p>Alta rotatividade de técnicos. Você tem de aprender a lidar com os novos colegas; É gratificante o trabalho com a promoção das famílias; Nas condições do Programa (visitas semanais, um técnico para 85 famílias, uma equipe para três/quatro comunidades; contratos anuais; paralisações por atrasos de até três meses nos repasses financeiros) conseguir mais resultados só por milagre; Precisamos nos capacitar para obter melhores resultados; de 30 profissionais que passaram pelo Projeto, só um esteve do início ao fim; A estrutura do Programa limita o trabalho; Em um ano de atuação não consegui alterar os índices de produtividade nos PA.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Transição Agroecológica</b></p> <p>Um desafio para além da ATES, implica filosofia de vida; na situação atual, instruir o uso correto de agrotóxicos já é uma meta difícil; Transição só no sentido objetivo, ou seja, o produtor demandar este apoio. O tema está longe de nossas rotinas nos PA; O desafio é exercer o papel de Educador, estimulando a experimentação; As pessoas precisam ser sensibilizadas para a transição à outra sociedade; Cabe ao agricultor a decisão de mudar; Um trabalho importante é a orientação sobre preparo e uso das caldas alternativas; Não existe um <i>boom</i> pela transição, mas na caminhada percebe-se um trabalho sério, até pela busca de credibilidade no mercado.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Cooperativismo</b></p> <p>É uma relação que requer diálogo permanente, sendo uma dificuldade a mais na gestão dos projetos; O trabalho nos proporcionou muitos conflitos e crescimento; temos muito que crescer, para permanecer no mercado; Na CEDRO se percebe o respeito à opinião das pessoas; um desafio é manter a participação na tomada de decisões; Cooperativismo é uma congregação de autônias; se dá por práticas dialógicas e dialéticas, na maioria das vezes, não sabemos o que é, nem como lidar com isso.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Percepção dos Agricultores</b></p> <p>Clamor por soluções imediatas, por presença e por continuidade incompatíveis ao formato do Programa de ATES; No público da Reforma Agrária predomina a falta de perfil para trabalho com a terra; foi bem avaliada a abordagem de Visitas seguidas por trabalhos de capacitação, na Gleba Presidente Lula /PA Cantagalo em Rio das Ostras.</p>

Fonte: GOLLO (2010).

Em razão desse quadro registrar uma grande riqueza de experiências e expressões do momento de avaliação, analisa-se cada quadro separadamente. No quadro que trata da questão que foi denominada como profissional/individual chama a atenção devido a identificação pelos extensionistas de alguns pontos que se apresentam como dificuldades e limites do Programa de ATES, como a rotatividade dos extensionistas, as condições de trabalho e a busca dos extensionistas por qualificar sua intervenção.

<sup>126</sup> Este trabalho ainda não foi publicado e se intitula: *CEDRO: 10 anos de ATER pública não-estatal no Rio de Janeiro*, organizado pela Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro, reunindo experiências agroecológicas do estado.

Ainda quanto ao condições de trabalho adversas chama atenção as fatos de serem poucos técnicos para muitas famílias e a instabilidade contratual. Esses aspectos dificultam o planejamento profissional em longo prazo. Além disso, os atrasos salariais constantes, fator que nos parece decisivo para que os profissionais busquem constantemente alternativas de trabalho mais estáveis e que ofereçam melhor remuneração. Isso explica o problema da rotatividade, que certamente tem implicações na qualidade do trabalho.

De outra forma aparece a ansiedade como a eficácia: “após um ano” de atuação nos assentamento não é possível perceber melhorias nos índices de produtividade. Apesar da ansiedade, esse ser um indicador (produtividade) é apenas quantitativo, e influi diretamente no reconhecimento social e na eficiência da melhoria da condição de vida dos assentados. Assim como também tem reflexos na realização pessoal e profissional dos extensionistas.

No quadro que trata do cooperativismo são destacadas as dificuldades de incorporar novas formas de trabalho O amadurecimento coletivo, em forma de aprendizagem compartilhada se mostra como um grande desafio aos profissionais extensionistas, principalmente aqueles que trabalham em cooperativas como a CEDRO que fomenta a autonomia. Fica latente a necessidade de trabalhar as autonomias individuais frente às decisões coletivas, trabalho que necessita de desprendimento e maturidade. Ao mesmo tempo essa é uma postura conflitante com as práticas individualistas, tão presentes no dia-a-dia. O tema do cooperativismo se apresenta como peça fundamental de resignificação do trabalho, em busca de um trabalho que liberte e conscientize os atores em interação, apesar do das dificuldades e do pouco conhecimento prático sobre essa intenção.

No terceiro quadro, com o tema da “transição agroecológica”, evidencia outros limites do Programa de ATES. O tempo de intervir para mudar é um indicador das contradições que o processo de mediação não conseguiu resolver. Fica evidente que o caminho para a mudança envolve um trabalho de perseverança e sensibilidade com um tema demasiadamente complexo. Encarar a transição como um processo metódico, uma caminhada, e não um fim ou um objetivo, apresenta contornos dúbios, na medida em que essa questão aparece de forma tangencial no cotidiano da intervenção. Mais uma vez é por meio do papel educativo, isso quer dizer, pelo ato de saber ouvir para apren-

der, que o processo de transição pode ter legitimidade frente às propostas produtivistas e mercadológicas.

O Quadro demonstra os limites do Programa ATES de forma mais explícita, à medida que o direcionamento em que a política é formulada fica distante das necessidades dos assentados. As características da identidade e “cultura urbana” dos assentados se apresenta como um empecilho, como a “falta de perfil”, o que deve ser relativizado, uma vez que o perfil também não é algo estático, mas está sempre em construção. A emergência de uma ATER que contemple os assentamentos, com marcos teóricos e metodológicos da PNATER ainda não são evidentes. Para atender as demandas dos assentados, a proposta da política do Programa de ATES tem muitos desafios. Ao qualificar os limites e ao buscar formas de superá-los fica evidente o esforço fundamental para criar novos mecanismos de avaliação, de diálogo entre a pesquisa e a extensão, desenhando novos cenários sobre a prática extensionista em assentamentos.

## **CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES DO ESTUDO E RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER E ATES**

Apesar da luta pela terra ser uma luta específica para uma reforma agrária ampla que diminua desigualdades sociais, ela é uma luta de todos. O tema da reforma agrária é polêmico, seja por falta de entendimento e consenso acerca da forma de que deveria adquirir; seja pela convicção de sua eficácia. Definitivamente, o Estado tem responsabilidade direta sobre os rumos da política de reforma agrária, ora por facilitar, ora por apoiar, ora por abandonar, deixando a conjuntura de forças da sociedade buscar um caminho, seja pelo conflito, seja pelo diálogo. Encontrar experiências de ATER que vislumbrem, pelo diálogo, trabalhar com as diversas condições de vida dos assentados é uma busca da sociedade organizada, dos atores (sobretudo dos extensionistas) que participam no dia-a-dia da dinâmica extensionista, dos movimentos sociais do campo, dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos agricultores familiares camponeses, respondendo a um papel que é de suma importância assumirem, tendo em vista a luta por uma sociedade mais democrática, plural e menos desigual.

Os elementos que envolvem um encontro contextual e histórico, objetivando conciliar esforços, mediar subjetividades, interagir distintos universos sociais, condicionar intenções e possibilidades, a partir de cada situação do assentado e do assentamento é uma tarefa ampla e de grande magnitude. Com a necessidade de um processo contínuo e duradouro, acompanhado de perto pelos agentes de mediação, a realidade histórica dos processos de ATER em assentamentos se mostra muito aquém do ideal. O repensar da extensão rural, a partir dos anos 1980, as experiências diferenciadas de ATER em assentamentos, e mesmo o surgimento da PNATER e em 2010, da Lei de ATER, não estão sendo capazes de operacionalizar os avanços propostos na teoria, nos manuais e no discurso dos agentes públicos e das instituições de mediação. Estes são grandes desafios que todos que trabalham com assentamentos e os assentados devem enfrentar.

Como objetivo deste estudo, procurou-se identificar e analisar as diferentes percepções sobre a dinâmica da ação extensionista, à luz da operacionalização da política do Programa de ATES em assentamentos do Rio de Janeiro, investigando a atuação da

cooperativa CEDRO frente aos desafios e limites da ação extensionista. Identificaram-se continuidades e descontinuidades ao longo do processo extensionista, expondo contradições quanto ao alcance das práticas dos profissionais extensionistas em confronto com os ideais, propostas, normatizações e direcionamentos dos documentos e contratos que regulam a política do Programa de ATES. Buscou-se, ao identificar a inserção dos atores que interagem na ação extensionista, expor os dilemas e conflitos que subjazem em um processo extensionista, com seus limites institucionais, ao direcionar os caminhos de uma ATER que acompanha um processo de complementação da reorganização fundiária, em vias de compor uma dinâmica ampla e qualificada de reforma agrária.

O que se chama atenção na pesquisa é que, por mais que existam concepções sobre o Programa ATES que são compartilhados, tanto pelos gestores públicos da política como pelos executores, expostas em suas normatizações (manuais, documento, relatórios) e nas falas dos entrevistados, ainda há um conjunto de elementos complexos e limitantes das intencionalidades dos atores, à medida que se operacionaliza a prática extensionista preconizada. As causas desde descompasso são múltiplas, e muitas são próprias do processo de mediação e suas raízes históricas. Os caminhos para efetivação de uma “extensão de terceira geração” (ROGERS, 1995) estão ainda em aberto, contudo, a troca de experiências entre agricultores, valorizando sua cultura e incentivando os agricultores, orientando-os a encontrarem seus próprios caminhos, parece uma atitude importante a ser contemplada ao se institucionalizar a política do Programa de ATES; ao se direcionar a uma reforma agrária mais qualificada e duradoura.

Nos últimos anos, as tentativas de efetivar uma reforma agrária duradoura passaram a estar intimamente ligadas às políticas que apóiam as mudanças na forma, no conteúdo e na função de uma ATER que acompanhe as transformações modernas no mundo rural. Contudo, ainda ocorrem equívocos do passado, os discursos retrógrafos continuam atrasando as mudanças pretendidas e alguns dos novos discursos ainda não têm apoio institucional. Assim, um referencial teórico e prático da ação não se operacionaliza plenamente. Apesar de avanços significativos, os mesmos devem ser mais bem direcionados. O surgimento de instâncias responsáveis pela ATER pública, a temática da educação, especialmente focada em ato pedagógico libertador, e o entendimento do extensionista como ator técnico e político são avanços que precisam sair do discurso e encarar a difícil e complexa realidade desta ação, que ainda é carregada de autoritarismo, mas já indica caminhos que devem ser compartilhados por todos os envolvidos.

É importante que os atores e agentes desta política assumam posição, não como uma entidade supostamente “neutra”, seja privada ou do Estado, mas assumam compromisso de mudar a realidade e tornar essas unidades produtivas em “unidades da vida”, viabilizando social, econômica e ambientalmente as práticas e as interações que ocorrem nestes locais. Neste sentido torna-se fundamental focar a formação e o trabalho do extensionista, direcionar a atenção para a forma, o conteúdo e a função do elo que o mediador constrói em interação. Efetivar um trabalho que envolve uma ação técnica e política, e por mais diferente que seja a formação anterior, necessita ser apoiado em elementos éticos, morais, que descentralizem a responsabilidade e que vislumbrem autonomia, tendo em vista que o desenvolvimento não vem de fora, mas é construído conjuntamente e internamente por grupos que se apóiam no diálogo.

Apesar dos conflitos, em certo sentido inevitáveis, no delicado processo de A-TER, têm se caminhado para o apoio diferenciado na construção de outra forma de intervir, destacando-se que as iniciativas procuram construir valores e competências que relativizem e desmistifiquem esquemas tradicionais, históricos, no mundo rural. Os enfoques que consideram os recursos, as práticas e os conhecimentos dos atores em interação, contribuem para construir diferentes formas de intervir e reforçam a autonomia, tanto de agricultores como de extensionistas. Isso prepara um processo de desenvolvimento que tem por base as características das populações envolvidas e não soluções que apenas reforçam a dependência externa. As ações que envolvem apoio das organizações e de suas ações, a partir de uma concepção espacial local e até territorial, podem contribuir para repensar o modelo de intervenção e redimensionar ações apoiadas nos recursos dos mediados e em seus territórios.

Neste sentido, a experiência do Programa de ATER, apesar de todas as suas fragilidades e incompletude, é uma tentativa válida, pois direciona uma forma alternativa de intervir socialmente, não mais apoiada na imposição de soluções prescritas de fora, mas conduzida através do diálogo, ou aberta à participação, por mais desigual e dessemelhante que seja a participação dos atores envolvidos. Torna-se objetivo encontrar formas mais democráticas de participar. A partir das experiências abertas, ou seja, processos de construção que devem ser intercambiados com outros atores que, também, buscam uma participação mais qualificada. As diferentes posições sobre a forma e a função da intervenção são minimamente expostas, contudo a complexidade, a diversi-

dade e o apoio institucional e financeiro que essas atividades demandam ainda precisam de respaldo social e uma internalização dos que estão envolvidos com elas.

O grande desafio da ATER atualmente é ser considerada um política de Estado com interesse amplo no desenvolvimento, em forma de direito, assim como é considerado a educação e a saúde, por mais problemas que existam nestas áreas. Enquanto a ATER continuar como uma política compensatória, que reconhece os passivos sociais criados pelos assentamentos e não se preocupa, de fato, em viabilizar-los socioeconomicamente, dificilmente seu caráter emancipador se concretizará. Deve ser considerada como uma política estrutural, tendo em vista a importância e a competitividade do segmento da agricultura familiar e o formato organizacional do processo de ATER. Enfim, deve ser uma política que tenha em sua essência o objetivo de uma reorganização autônoma dos agricultores familiares camponeses, com caráter estratégico em políticas sólidas e duradouras.

Assim, assumir a intervenção da ATER – seja pelo programa de ATES ou não – é um direito e não apenas um serviço, implica em reconhecer a centralidade desta ação. A efetiva institucionalização deste direito envolve a re-fundação da instituição social que é a Extensão Rural, com suas próprias instituições, possibilitando-a ficar, tanto quanto possível, desvinculada das constantes mudanças político-partidárias que regem a política brasileira, buscando construir sua autonomia possível. Assim como a saúde e a educação, por meio de suas instituições que garantem o direito, a ATER precisa de uma nova institucionalidade, que pode, mesmo assumindo seu caráter público, criar autonomia em relação aos aparatos estatais. E quando, dentro dos aparatos estatais, ser conduzida com diálogo, de forma séria e idônea, à medida que os recursos são públicos e os objetivos geram melhorias para a população em geral, não apenas pequenos grupos. É importante garantir que o direito da ATES seja público, mas não necessariamente estatal, pois a cultura política e a governamentalidade<sup>127</sup> que envolve a institucionalidade do aparato estatal não têm correspondido ao desafio e a complexidade desta intervenção.

No caso estudado da cooperativa CEDRO, os desafios aparecem geralmente como questões estruturais de apoio às ações de ATER: descontinuidade do serviço; pouca internalização das orientações que buscam inovar conceitualmente tanto a extensão rural

---

<sup>127</sup> Ao estudar as relações de poder que estão enraizadas na sociedade, não acima da sociedade como uma super estrutura, Foucault (1992) cria o neologismo “governamentalidade” para designar a forma e a lógica que os aparelhos estatais utilizam o poder que lhes é incumbido.

quanto os modelos de promoção do desenvolvimento rural; baixa capacidade de articulação, tanto dos aparatos estatais, dos extensionista e agricultores, como de instâncias previstas no processo de ATER; inexistência de capacitação contínua que enfrente às deficiências da formação pelo ensino superior; controle público e social das ações de ATER na resolução de situações conflituvas; direcionamento e apoio do aparato jurídico que viabiliza a consolidação dos espaços institucionais de interação entre extensionistas e agricultores assentados.

Ademais também aparecem desafios que dizem respeito à conjuntura e à ação dos mediadores e mediados, reflexos do ambiente institucional que permeia a viabilização dos assentamentos, como a relação e o vínculo que as ações de ATER têm com os créditos; e as diferentes percepções e intenções que subjazem à ação extensionista, às aspirações, vontades, idealizações e aos desejos que os mediados têm da ação de ATER. Estes desafios conjunturais são reflexos da cultura dos mediadores e mediados e das idealizações da vida nos espaços rurais, considerando a especificidade do público dos assentamentos, principalmente no Rio de Janeiro.

Fica evidente que não adianta dispor de tecnologias e infra-estrutura se os atores não valorizam e internalizam formas diferenciadas de apropriação destes elementos. Contudo, não adianta construir técnicas e ensinar procedimentos, sem um momento prático que garanta a aprendizagem e a reflexão sobre estes atos. Como também não adianta construir espaços de aprendizagem e reflexão se não existe respeito aos valores culturais e éticos que subjazem uma ação extensionista construtiva e propositiva, inserida na cultura dos mediadores e mediados. Ou seja, é imprescindível que se adote estrategicamente uma política de qualificação dos recursos humanos das instituições que participam da intervenção da ATER, focando metodologias que qualifiquem, fomentem e respeitem participação ativa e interativa, conforme experiências anteriores de intervenção e estudos críticos sobre essas mesmas experiências.

Apesar dos esforços de alguns segmentos do governo federal, o INCRA, como instituição responsável pelo processo de ATER, é considerada, tanto pelos mediadores como pelos mediados, como uma das maiores responsáveis pelos desafios no processo de ATER. A importância que a ATER assume dentro do INCRA não representa a complexidade e grandeza dos desafios que encontramos nos assentamentos do Rio de Janeiro. Contudo, como sempre é mais fácil achar que a culpa é do outro, é necessário ponderar essa responsabilidade do INCRA. E que, atualmente, quanto mais distante as institu-

ições estatais estiverem do dia-a-dia no processo de ATER, maiores são os desafios dos mediadores. Neste sentido, afinar a comunicação entre extensionistas e mediados (objetivos últimos de todo processo de intervenção) é encaminhar para a construção de um processo que seja apropriado por quem mais necessita da intervenção.

É necessário refletir até que ponto e de que forma a mudança social que o processo de assentamento provoca se desdobra em uma mudança de tutela. Ou seja, a mudança que a condição de assentado, e conseqüentemente os desafios de viabilizar essa mudança, antes vinculada ao patrão ou empregador passa agora pela tutela do INCRA, do banco, da prefeitura, das ONGs, dos sindicatos e prestadoras dos serviços de ATER, como define Martins (2003). Acreditamos que é possível alterar, mesmo que parcialmente, a condição de tutelados para uma condição pró-ativa, internalizando direitos e lutando para que se efetivem propostas que, de um modo geral, se encontram apenas nos discursos.

As experiências da CEDRO corroboram para efetivar uma ATER alternativa, apoiada em uma “nova ater”, redefinida como uma ATER agroecológica, podendo ser uma política de Estado. Contudo, este modelo exigirá mudanças nas práticas das instituições e dos atores que viabilizam essa forma de ação, como uma inserção e uma imersão dos mediadores nas realidades das populações atendidas, a prática da participação como direito em todos os processos da intervenção, em um processo de avaliação que tenha como premissa a aprendizagem coletiva, a efetivação e institucionalidade de mecanismos de sistematização e de troca de experiências entre diferentes atores que operacionalizam a intervenção e o controle descentralizado de gestão social, com a realização de um planejamento entre assentados e extensionistas, considerando as especificidades locais e dos recursos materiais e simbólicos disponíveis, adotando uma perspectiva de médio a longo prazo, com uma participação ativa e interativa e a promoção de uma coe-rência entre os processos produtivos e os aspectos sociais, ambientais, culturais e políticos que coexistem nos assentamentos.

A alteração do papel do extensionista, para facilitador e animador de processos construtivos e propositivos, do que transmissor de técnicas e conhecimento se apresenta como um processo mais complexo e com uma temporalidade própria. Os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP) são instrumentos metodológicos mais condizentes com uma intervenção construtiva, ao possibilitar uma mudança da inserção do extensionista, ao mesmo tempo em que incrementa a importância dos agricultores, procura apropriá-los

das informações e análises produzidas pelas/com as próprias comunidades. O mesmo com as tecnologias sociais, que estão mais inseridas na realidade dos agricultores camponeses. Os trabalhos acadêmicos que envolvem os conhecimentos sobre a agroecologia e processos construtivos permitem acenar para uma infinidade de experiências e caminhos de outra “forma de fazer agricultura”. Não mais apoiada na orientação dominante, tão agressiva ao meio natural e as relações sociais, dependente economicamente e de energia e recursos não-renováveis, mas como postura crítica e questionadora de um único modelo. Neste sentido, a agroecologia não deve ser encarada de forma dogmática e salvadora, nem como modelo único e unidirecional, mas como princípio construtivo e contextual, que não reduz a análise a problemas simples como aplicar ou não agrotóxicos, mas encara abertamente as críticas na superação dos desafios da intervenção, principalmente diante da diversidade e da complexidade do mundo rural e dos agricultores familiares camponeses.

O apoio à experiências locais e à valorização de iniciativas já existentes, como a propagação e sistematização das “experiências agroecológicas” e a troca de informações (práticas e teóricas) sobre estas experiências, acenam para a construção e resgate de formas diferenciadas de operacionalizar a intervenção e efetivar práticas mais condizentes com a realidade, tanto dos extensionistas como dos agricultores. Contudo, o maior desafio neste sentido, será o de re-fundar o ideário de “desenvolvimento” agrícola e agrário brasileiro, como na implementação de políticas voltadas para outros elementos que subjazem a condição dos agricultores e em sua lógica, como políticas de crédito, que apoiem atividades de pesquisa e em uma dimensão fundamental que começa a ser incorporada: políticas de comercialização.

Um processo de interação das experiências e uma avaliação periódica, inicialmente pensada nos Fóruns de ATER (estaduais e nacionais) deve ser priorizada e não apenas ficar no discurso. É essa falta de institucionalidade que enfraquece e desestimula muitas experiências importantes de ATER, chamando atenção para a valorização que a ação extensionista, neste novo modelo, tem despertado para as instituições que viabilizam a ATER pública. A questão está em como transformar os espaços em trocas de experiências e principalmente de avaliação em momentos de aprendizagem coletiva, e não relegar a avaliação as conseqüências do repasse dos recursos.

Por último, mas não menos importante e desafiador, é o papel que os atores que participam do processo de ATER, especialmente em assentamentos, estarem atentos às

outras necessidades dos agricultores familiares camponeses, e encontrarem meios de reivindicar e garantir que essas outras necessidades, que não estão estritas na Assistência Técnica nem à Extensão Rural, sejam atendidas pelas instituições locais que lhe são atribuídas, especialmente as prefeituras. Como trabalhar com ATER se as necessidades mínimas, de saúde, educação e lazer não são atendidas? Este é um desafio que os atores que trabalham com ATER, junto com os agricultores, precisam encontrar caminhos de solucionar, e demandar das instituições públicas que cumpram o papel para a qual foram criadas.

Apesar dos avanços e do caminho percorrido, ainda há um longo caminho, quiçá mais extenso ainda, até que se imprima e resgate a cidadania dos agricultores familiares camponeses e especialmente dos assentados.

## BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. *Desenvolvimento Sustentável: a luta por um conceito*. Em: Proposta, nº 56. Rio de Janeiro: FASE, 1993.
- ALDA, Neio Lucio Peres. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: o falado dilema da não coexistência. In: CONGRESSO DA SOBER, 45., Londrina. *Anais...* Londrina-PR: UEL, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. In: *Elaboração de indicadores de Avaliação de resultados da Extensão Rural Brasileira*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.
- AGB. GRUPO DE TRABALHO DE ASSUNTOS AGRÁRIOS. *Faces do Agrário Fluminense*. Caderno de textos nº. 1. Rio de Janeiro e Niterói: AGB Rio e Niterói, 2007.
- ALEIXO, Duvanil Ney S. *Mudança de beneficiários e forma de reocupação dos lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A Reforma Agrária no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos. In: *Agricultura e Meio Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro CPDA/UFRRJ: Apispa, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. O que há de novo no rural brasileiro? *Revista Terra Livre*, São Paulo, nº. 15, p. 87-112, 2000.
- \_\_\_\_\_. Luta por terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro. *Revista Fluminense de Geografia*, Niterói, vol., 1, nº. 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. *Revista GEOgrafia*, Niterói, nº. 13, 2005.
- ALMEIDA, Jacione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1997.
- ALTAFIN, Iara. Atores e relações na ação local do projeto LUMIAR. CONGRESSO DA SOBER, 36., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar*. 2007. Disponível em: [www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf](http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf). Acesso em: 20 dez. 2010.
- ALTAFIN, Iara, MOLINA, Monica. Participação Popular e Assistência Técnica em Assentamentos de Reforma Agrária. CONGRESSO DA SOBER, 38., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 2000.
- ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade - UFRGS, 2001. 110 p.

- ARENDDT, Ronald João Jacques. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para Psicologia Social. *Estudos de Psicologia*. n° 8. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. In: Campo-Território. *Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n° 2. 2006.
- BARCELOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta pela terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- BITTENCOURT, Gilson A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema CRESOL. *Revista Economia Ensaio*, São Paulo, vol. 26, n° 1., 2003.
- BOEF, Walter Simon de; PINHEIRO, Sérgio Leite Guimarães. Um novo profissional na pesquisa de desenvolvimento agrícola participativo. In: BOEF, Walter Simon de, *et al.*, (orgs) *Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário*. Porto Alegre: L&PM, 2007
- BOTELHO, André. Sequências de uma Sociologia Política Brasileira. *DADOS/Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, n° 1. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRASIL. *Decreto que cria o PRONAF*. Decreto n° 1946/96. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 jun. 1996.
- BRASIL. *Política Nacional de ATER*, 2004. BRASIL/MDA/INCRA. Disponível em: [pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=438](http://pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=438). Acesso em: 20 jun. 2007.
- BRASIL. *Lei da Agricultura Familiar*. Lei n° 11.326/2006. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais., 2006. BRASIL/MDA/INCRA. Disponível em [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em 21 maio 2009.
- BRASIL. *Lei de ATER*. Lei n° 12.188/2010. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária*, 2010. BRASIL/MDA/INCRA. Disponível em: [mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater.htm](http://mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater.htm). Acesso em: 20 dez. 2010.
- BRASIL. *Plano Safra 2010-2011*. BRASIL/MDA. Disponível em : [mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano\\_safra\\_net.pdf](http://mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safra_net.pdf). Acesso em: 20 abr. 2011.
- BROSE, Markus. *Participação na Extensão Rural: Experiências Inovadoras de Desenvolvimento Local*. Introdução. Em: BROSE, M.,(org.) Porto Alegre: Tomo, 2004.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra Entre a Conciliação e o Confronto. *Estudos de Sociedade e Agricultura*. n° 5 . Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1995.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Comunicação participativa e reforma agrária: o caso do Projeto Lumiar em Pernambuco In: *Contexto e Educação*, Universidade de Ijuí, Ano 14 n° 54. Ijuí, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Extensão Rural: Polissemia e Memória*. Recife: Bagaço, 2007
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes, PIRES, Maria Luiza Lins e Silva, LEITÃO, Maria do Rosário F. Andrade, SANTOS, Maria Salett Tauk., O estado da arte da extensão rural no Brasil. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, ALAIC. 2008 Disponível em:[alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18\\_7%20Bras%20y%20Otros.pdf](http://alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Tecnologia/ponencias/GT18_7%20Bras%20y%20Otros.pdf). Acesso em: 20 jan. 2011.
- CANIELLES, Ariela dos Santos. O conceito de emancipação: uma breve apresentação. In: ENPÓS, 11., 2008, Pelotas. *Anais...* Pelotas-RS: UFPel, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. *La Extensión Agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: El caso de Rio Grande do Sul*. 1998. Tese (Doutorado em Agronomia), Universidad de Córdoba, Córdoba, Espanha, 1998.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, 2000.

\_\_\_\_\_. Francisco Roberto *Bases para uma nova ATER pública*. Santa Maria: PRONAF, 2003, Disponível em: [www.pronaf.gov.br/ater/docs/bases%20NOVA%20ATER.doc](http://www.pronaf.gov.br/ater/docs/bases%20NOVA%20ATER.doc). Acesso em: em 30/11/2008

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Por uma nova Extensão Rural: fugindo da obsolência. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 70-90, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1., 2000.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados*. DATER/SAF/MDA: Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e Extensão Rural. Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios ara vencer a inércia*. DATER/SAF/MDA: Brasília, 2006

CARVALHO, Horácio Martins. *Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais nas Áreas de Reforma agrária no Brasil*. São Paulo e Curitiba: DATATERRA, 1998. Disponível em: [dataterra.org.br/Documentos/horacio.html](http://dataterra.org.br/Documentos/horacio.html). Acesso em: 3 nov. 2002.

\_\_\_\_\_. Política Compensatória de Assentamentos rurais como negação da reforma agrária. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n°. 5, 2004

CASTRO, Eduardo. G. (2003). El punto de inserción. In *La extensión rural em debate. Concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. R. THORTON e G. CIMADEVILLA(orgs.). Buenos Aires: Ediciones INTA, 2003.

CEDRO/PRA. Plano de Recuperação do Assentamento Tipity. São Francisco do Itabapoana/RJ. Rio de Janeiro: MDA/INCRA/CEDRO, 2006

CEDRO/PE. Plano Estratégico 2008-2010. Rio de Janeiro: 2008

CEDRO/PDA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Floresta de Belém. Itaperuna/ RJ. Rio de Janeiro: MDA/INCRA/CEDRO, 2010.

CEDRO\_AGO, 2004. Ata da Assembléia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, CEDRO, 2004.

CHAUÍ Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n°. 24, 2003.

COELHO, France Maria Gontijo. *A construção das profissões agrárias*. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. *A arte das orientações técnicas no campo*. Viçosa: UFV, 2005.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. *Dados/ Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n°. 3, 2003.

COWAS ROS, Carlos Javier. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: *Desenvolvimento Social e mediadores políticos*. NEVES, Delma P., (org.). Porto Alegre:Ed. PGDR/UFRGS, 2008.

DIAS, Guilherme Leite da Silva. O Estado e o Agro em tempos de liberalização. Aula Magma apresentada no XLIV Congresso da SOBER. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 44, n. 3, 2006. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a01v44n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a01v44n3.pdf), acesso em: 10/3/2011.

DIAS, Marcelo Miná. *As ONGs e a Construção de Alternativas para o Desenvolvimento Rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa- ASPTA*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFR-RJ/CPDA, 2004.

\_\_\_\_\_. *Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma Análise das Boas Intenções Propostas pelo "Serviço de ATEs"*. Em: Cadernos de Ciência e Tecnologia, V.21.N.3. Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. *Revista Oikos*. Vol.18 n 2. Viçosa: EdUFV, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação do agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, Ano XV, p.53-68, jan./jun. 2008.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas sobre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ECHENIQUE, O. S. *Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil: análise do Projeto Lumiar e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Relatório de Consultoria. Brasília: FAO/ INCRA, 1998.

ESTERCI, Neide. et al. Assentamentos Rurais: um convite ao debate. In: *Ensaio e debates*. Rio de Janeiro: CPDA, 1992.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em questão*. São Paulo: Fapesp/Iglu, 2007.

FERNANDES, Raquel A.; BOTELHO, Maria I. A Reestruturação da Extensão Rural: da Tecnologia à Valorização dos Vínculos. In: AMODEU, Nora; ALIMONDA, Héctor (org). *Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento*. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia P.; COSTA, Marcilene. *Cultura Organizacional e Assessoria Técnica nos Assentamentos Rurais do Sudeste e Sul do Pará*. Rio de Janeiro: NEAD, 2006.

Disponível em, [nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt16/sonia\\_Pamplona\\_Florenccio](http://nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt16/sonia_Pamplona_Florenccio).

26 out. 2010.

FONSECA, Maria Teresa L. *A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática libertadora*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *Extensão ou Comunicação?* 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREITAG, Bárbara. *Sistema e o "mundo vivido"*. Porto Alegre: GEEMPA, 1993.

\_\_\_\_\_. *Piaget: encontros e desencontros*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. Coleção Educação Contemporânea. São Paulo: Cortez, 1980.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As Duas "caras" do PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO DA SOBER, 18., 2005, Ribeirão Preto. *Anais...* Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GILHOTO, Joaquim José Martins. et al. *PIB da Agricultura Familiar: Brasil e Estados*. NEAD Estudos, 19. Brasília: MDA, 2007.

- GLIESSMAN, Stephen. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. Coleção Pesquisa, n° 1. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1999.
- GONÇALVES Cláudio Ubiratan. *A mediação política e o ordenamento do Território*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A Importância das Agências de Mediação no Ordenamento Territorial dos Assentamentos Rurais*. *Revista GEOgrafia*, Niterói, n°. 11, 2004.
- GOULART, Iris. B. *Psicologia da educação: fundamentos teórico-práticos, aplicações à teoria pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. , Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2007.
- GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 3 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. MDA/MPOG, 2009.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Projeto Lumiar: metodologia de atuação*. Brasília, DF, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): diretrizes e manual operacional*. MDA/DATER/SAF: Brasília, DF, 2004
- \_\_\_\_\_. *Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): diretrizes e manual operacional*. MDA/DATER/SAF: Brasília, DF, 2008. Disponível em: [incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=414&Itemid=141](http://incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=414&Itemid=141). Acesso em 20/12/2009
- INCRA/FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Food Agricultural Organization. *Novo retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/INCRA, 2000.
- KAGEAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia; OLIVEIRA, Julieta. *Novas possibilidades de pesquisa sobre a agricultura familiar no Brasil a partir do censo de 2006*. 2008. Disponível em: [dge.apta.sp.gov.br/publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo\\_Agricultura\\_Familiar\\_no\\_Brasil\\_2.pdf](http://dge.apta.sp.gov.br/publicacoes/T&IA2/T&IAv1n2/Artigo_Agricultura_Familiar_no_Brasil_2.pdf). Acesso em: 05 set. 2010.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. v.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- LANA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a Dádiva. *Revista de Sociologia Política*, n° 14. Curitiba: 2000
- LEITE, Sérgio Pereira, HAREDIA, Beatriz, MEDEIROS, Leonilde, et al. *Impactos dos assentamentos rurais: Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília, São Paulo: NEAD, EdUnesp, 2004.
- LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira. Reforma Agrária e Desenvolvimento na América Latina: Rompendo com o Reducionismo das abordagens economicistas. *Revista de Economia e Sociologia*, vol., 3, n° 2, 2007.

- LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SILVA, Liliane Souza de. *Uma nova abordagem da Questão Agrária da Terra no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.
- LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique, FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas públicas*. Brasília: Enap, 2006. P. 289-313.
- LONG, Norman. *Development Sociology: Actor Perspective*. London and New York: Routledge, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. Tradução de Horacia Fajado, Magdalena Villareal e Pastora Rodríguez. México: CIESAS, 2007.
- LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. Resistência e Emancipação Social: a cidadania como condição participante da construção simbólica. In: ENCONTRO DA COMPOS, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Compos, 2007.
- MACHADO, Vitor. Questão Agrária, conflitos sociais no campo e extensão rural: uma análise da realidade rural contemporânea. *Téhne e Lógos*. Vol., 1, n° 3. São Paulo: 2010.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA. Ano 11., n° 12., Presidente Prudente: 2008
- MARINHO, D. N.; BARBIERO, A. K.; PEREIRA, E. Q.; PÓVONS, F. A.; MARQUES, M. I. Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. *Extensão Rural Santa Maria*, Santa Maria, vol. 6, UFSM, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *O Sujeito Oculto*. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária: O Impossível diálogo*. São Paulo: EdUSP, , 2004.
- \_\_\_\_\_. *O Sujeito da Reforma Agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos*. In: *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. 2ª Ed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2009.
- MARTINS, Paulo Roberto. Reforma Agrária e questão ambiental: por uma outra concepção. In: *Assentamentos em debate*. SPAROVEK, G. e GALVÃO, C. (Orgs.). MDA/NEAD (NEAD Debate, 8). Brasília, NEAD, 2005.
- MASSELLI, Maria Cecília. *Extensão Rural entre os sem-terra*. Piracicaba: UNIMEP, 1998.
- MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema/SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação ambiental?*. Dissertação (Mestrado em geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde S. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. In: Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. MEDEIROS, L. S. (org). São Paulo: UNESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. Os Trabalhadores no Campo e desencontros nas Lutas por Direitos. In: CHEVITARESEO, André. *O Campesinato na História*. RJ: Dumará, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde S. et al. Luta por Terra e Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. 2ª Edição. Porto Alegre: Edu.UFRGS, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Introdução. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdUFRGS, CPDA, 2009.
- \_\_\_\_\_. MEDEIROS, Leonilde, LEITE, Leonilde Servolo Medeiros. LEITE, Sérgio, BENEDETTI, Adriane Cristina, SOUZA, Inês Cabanilha de, ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. IN: MEDEIROS e LEITE

- (orgs). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Introdução. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdUFRGS, CPDA, 2009.
- MIRANDA, Jaime R. S. *Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária: a COP-SERVIÇOS no sudeste do Pará*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.
- MOREIRA, Ruy O Estado do Rio de Janeiro na Obra de Lamego. In: Moreira, Ruy. (org.) *Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: GERET, 2003.
- MUNIZ, José Norberto. Os desafios na extensão rural no presente. *Revista de Extensão Rural*, vol. 1 n° 1., Santa Maria, 1996.
- NASCIMENTO, Maria Anelilany Gomes do, SILVA, Cícero Nilton Moreira da, VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. Diálogo na Reforma Agrária: articulação de saberes na construção de planos de desenvolvimento d assentamentos rurais. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Gerografia Agrária. Vol 3 n° 6.,Uberlândia: UFU, 2008
- NETO, Manuel Domingos. *O “Novo Mundo Rural”. O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- NAVARRO, Zander. MORAES, Stela Maria, MENEZES, Raul. Pequena História dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul: Formação e Desenvolvimento. In: MEDEIROS, L.; LEITE, S. (orgs.) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*, Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed.Universidade, 1999
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados-USP*, vol. 15 n 43. São Paulo, 2001.
- NEVES, Delma P. *Assentamento Rural: Reforma Agrária em Migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Confluência de formas de inserção social. In: *Estudo Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-28, out. 1999.
- \_\_\_\_\_. Mediação Social e Mediadores Políticos. In: NEVES, D. (org.) *Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos*. Porto Alegre: Ed UFRGS, PGDR, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de Produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia Teorética*. N 25. São Paulo, 1995.
- \_\_\_\_\_. A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula. In: *Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO*, Porto Alegre, 2006.
- OLIVEIRA, Benedito Anselmo Martins. *As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: As cooperativas da cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.
- OLIVEIRA, Daniele B. S. A Política de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro: o assentamento Associação Mutirão da Conquista – Valença/RJ, como estudo de caso. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 2., Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU/IG/LAGEA, 2006.
- OLIVEIRA, Dvandro. Mudança nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito Rural: O Caso dos Projetos de Assentamento no Sudeste do Pará. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

OLIVEIRA, Maria de Adelaide. A Assistência técnica e Extensão Rural no Assentamento Modelo: proposição e realidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: 2008.

PEREIRA, Élvio Q. *Assistência Técnica e Extensão Rural ou Assessoria Técnica e Social: Visões opostas do apoio à Agricultura Familiar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2004.

PERONI, Vera Maria V. A relação público privado e as implicações para as políticas públicas para educação. In: ESCOLA DE INVERNO EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: FAGED/UFGRS, 2007.

PERUZZO Cecília K. e VOLPATO, Marcelo O. Conceito de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. In: COLÓQUIO BINACIONAL BRASIL-MEXICO, 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2009. Disponível em: [www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf](http://www.espm.br/ConhecaAESPM/Mestrado/Documents/COLOQUIO%20BXM/S1/cecilia%20krohling%20e%20marcelo%20volpato.pdf)., Acesso em: 10 jan. 2010.

PETTAN, Kleber Batista. *A Política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNA-TER): percepções e tendências*. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PIMENTEL, Vânia Costa. *Assistência é mais que um “projeto”*: a assistência técnica em assentamentos rurais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, Sérgio L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiência com *soft-systems*. *Revista de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, v.1.n.2.abril/junho. 2000.

PINTO, Leonardo de Barros. *A importância da diversidade entre iguais: um estudo de caso da assistência técnica e extensão rural em um assentamento no Pontal do Paranapanema/SP*. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola) Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

QUEDA, Oriovaldo. *A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Tese de Livre Docência – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1987.

ROGERS, Alan. Third generation extension: towards an alternative model. Tradução por John Commerford. *Revista Atualização em Agroecologia*. N 28. Rio de Janeiro, 1995.

ROMEIRO, A. *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. 2 edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

SABOURIN, Eric. Que política publica para a Agricultura Familiar no segundo governo Lula. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, 2007.

SABOURIN, ERIC. OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de. XAVIER, José Humberto Valadares. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, vol 15 n 1. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2006

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. *Introdução de Produzir para Viver. Os caminhos da produção não-capitalista*. 2ª edição. Em: SANTOS (org) *Reinventar a emancipação social. Para novos manifestos*. n° 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Rafael de Oliveira C.; ROCHA, Herivelto F. *Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente: FAPESP, 2010.

SAUER, J. R. O Significado dos Assentamentos no Brasil. In: *Assentamentos em Debate*. Brasília: NEAD, 2005.

SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes. A Reforma Agrária de Mercado do Banco Mundial no Brasil. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 107, 2005.

SCHMITZ, Heribert. Agricultura Familiar: Extensão Rural e Pesquisa Participativa. In: SCHMITZ, H., (org.). São Paulo, Annablume, 2010.

SCARAMELO, Reinaldo M. *Estudo Exploratório do Serviço de ATEs em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

SILVA, Aldenôr Gomes da e ARAÚJO, Joaquim Pinheiro de. O dilema da assessoria em assentamentos Rurais: entre o ideal concebido e o ideal praticado. *Revista de Extensão Rural*, Santa Maria, 2008.

SILVA, Luísa Portocarreiro F. Da “fusão de horizontes” ao “conflito de interpretações”: a hermenêutica entre H.G. GADAMER e P. RICOEUR. *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n. 1, 1992

SILVA, Monika Weronika Dowbor. *Possibilidades e Limites do Cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas: uma análise comparativa entre a OCESP e UNISOL*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOBRINHO, Francisco F. A; FAGNANI, Maria A. Os desafios dos extensionistas do ITESP: promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da agricultura familiar. *Revista Informações Econômicas*, Campinas, v. 39, n. 12, 2009.

SOBRINHO, Francisco Feitosa Alvez. *A extensão rural na Fundação ITESP: Caminhos e des-caminhos do ensino aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em engenharia Agrícola). UNICAMP. Campinas, 2008.

STÉDILE, João P. *A questão agrária no Brasil: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

STOTZ, Eduardo Navarro. A “questão agrária” e a saúde pública: considerações em torno de uma crítica ao neoliberalismo. *Revista de Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 12, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução a pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TENDLER, Judith. *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Rio de Janeiro e Brasília: Revan e ENAP, 1998.

UNICAFES. Resposta à Audiência com Ministro do MDA, em 26 de junho de 2007. Carta datada de 5 de julho de 2007. Brasília, 2007.

VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, 2006.

\_\_\_\_\_. *A dimensão rural do Brasil*. São Paulo: FEA-USP, 2004. Disponível em: <[www.econ.fea.usp.br/seminários/artigos](http://www.econ.fea.usp.br/seminários/artigos)> Acesso em: 10 fev. 2011.

ZIMMERMANN, Neusa. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et.al. (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EdUNESP, 1994.

## ANEXOS

### ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM EXTENSIONISTAS

- 1 – Nome e formação profissional.
- 2 – Tempo de CEDRO e de ATES
- 3 – Quais os principais questões envolvidas para que se alcance os objetivos do trabalho da CEDRO e da CEDRO/ATES?
- 4 – Quais valores orientam o relacionamento dos técnicos da CEDRO com os agricultores assentados?
- 5 – O que significa “extensão rural” para você?
- 6 - O que você considera ser o significado atribuído à ATES ?
  - 6.1 – Acredita que existam diferenças entre a concepção da ATES entre os distintos atores envolvidos? Quais seriam?
- 7 – Quais consideram serem as características imprescindíveis para uma assessoria de qualidade em assentamentos?
- 8 – Das ações desenvolvidas pela equipe CEDRO ATES em campo, pode citar alguma que tem contribuído para o desenvolvimento dos assentamentos?
- 9 – Quais são as maiores dificuldades de coordenação do N.O.? E dos técnicos em campo?
- 10 – Quais consideram serem as questões importantes para avaliação da atuação da CEDRO/ATES?
- 11 – Como se dá a relação com as parcerias, especialmente as representações dos assentados?
- 12 – Como percebe a adoção dos princípios da PNaTER entre os técnicos? E nos trabalhos com os assentados?
- 13 – Poderia indicar 4 famílias de assentados, com diferentes participações no processo de ATES para que se realize uma entrevista a respeito da assessoria?
- 14 – Comentários finais

## **ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS**

- 1 – Nome, idade e tempo que está assentado
- 2 – Como chegou ao assentamento?
- 3 - Como era o assentamento e o seu lote quando chegou?
- 3 – O que produzia e o que produz?
- 4 – O que comercializa? Onde?
- 5 – O que mais mudou desde que chegou ao assentamento?
- 6 – Quais questões considera mais importantes no assentamento?
- 7 – Conte sobre sua trajetória de vida, de onde veio, no que já trabalhou?
- 8 – Para você, aqui nesse assentamento, quais são as organizações ou pessoas que ajudam a tocar o dia-a-dia?
- 9 - Você já teve experiências anteriores com técnicos-extensionistas ? Como era?
- 10 – O que mudou a partir da atuação da CEDRO no assentamento? E no seu lote?
- 10 – O que acredita ser o objetivo(s) mais importante(s) no trabalho da CEDRO?
- 11 – Como alcançar este(s) objetivo(s)?
- 12 – Estou fazendo um trabalho sobre a CEDRO e o assentamento. O que você acha que deve ser importante nesse trabalho?
- 13 – O que vocêalaria para quem?
- 14 - Comentários finais

## **ANEXO III – QUESTIONÁRIO DOS EXTENSIONISTAS E COOPERADOS DA CEDRO**

### **Questionário de pesquisa.**

#### **Informações dos cooperados da CEDRO e extensionistas da CEDRO/ATES.**

Proposta de título da dissertação: Desafios e Limites da Política de ATES: Experiências da CEDRO no Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Diogo Lima

Orientação: Marcelo Miná Dias

- 1 – Qual é seu nome, sua idade e sua formação profissional?
- 2 – Tempo e função na CEDRO e/ou CEDRO/ATES?
- 3 – Na sua opinião, e a partir de seu trabalho na CEDRO, quais são os desafios da política de ATES?
- 4 – O que acredita ser importante abordado nesta pesquisa?